

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL

MOVIMENTO ESTUDANTIL E SERVIÇO SOCIAL NO CAPITALISMO
CONTEMPORÂNEO: tendências e particularidades.

NATAL-RN
2009

Maria Lenira Gurgel Cavalcante

MOVIMENTO ESTUDANTIL E SERVIÇO SOCIAL NO CAPITALISMO
CONTEMPORÂNEO: tendências e particularidades.

Dissertação de mestrado apresentada ao programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade federal do Rio Grande do Norte para obtenção do título de mestre em Serviço Social, sob a orientação da professora Dra. Silvana Mara Morais dos Santos.

NATAL-RN

2009

Catálogo da Publicação na Fonte. UFRN / Biblioteca Setorial do CCSA
Divisão de Serviços Técnicos

Cavalcante, Maria Lenira Gurgel.

Movimento estudantil e serviço social no capitalismo contemporâneo: tendências e particularidades /
Maria Lenira Gurgel Cavalcante. - Natal, RN, 2009.
191 f.

Orientadora: Prof^ª. Dr.^ª Silvana Mara Morais dos Santos.
Dissertação (Mestrado) Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Centro de Ciências Sociais
Aplicadas. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social.

1. Serviço Social - Dissertação. 2. Movimento estudantil - Dissertação. 3. Capitalismo
contemporâneo - Dissertação. 4. Universidade - Formação profissional - Dissertação. I. Santos, Silvana
Mara Morais dos. II. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. III. Título.

RN/BS/CCSA

CDU 364 (043.3)

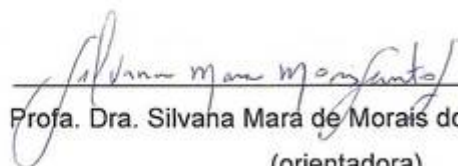
MARIA LENIRA GURGEL CAVALCANTE

**“MOVIMENTO ESTUDANTIL E SERVIÇO SOCIAL NO
CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO: Tendências e
Particularidades”**

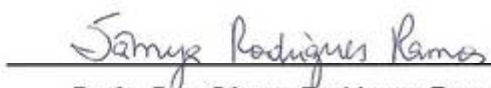
Dissertação apresentada à Pós-
Graduação em Serviço Social da
Universidade Federal do Rio Grande
do Norte como requisito parcial para
obtenção do grau de Mestre em
Serviço Social.

Aprovada em 30 de setembro de 2009.

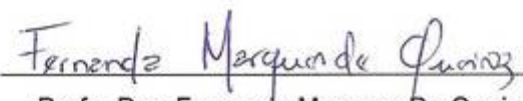
BANCA EXAMINADORA




Profa. Dra. Silvana Mara de Moraes dos Santos – UFRN
(orientadora)



Profa. Dra. Sâmya Rodrigues Ramos - UERN
(Membro Titular Interno)



Profa. Dra. Fernanda Marques De Queiroz – UERN
(Membro Titular Externo)



Profa. Dra. Maria Regina Ávila– UFRN
(Suplente)

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, pelo incentivo, compreensão e contribuição em toda a minha caminhada acadêmica, e em especial, no mestrado;

A Jsilva (Anjo), companheiro que esteve comigo nos momentos difíceis e complicados enfrentados nesse percurso;

A minha irmã, Lourdinha, pelas preocupações e confiança demonstrada;

Ao meu cunhado Roverlan (Ró), sempre disponível pra me deixar e pegar nas idas e vindas de Natal, independentes de datas e horários,

A minha amada sobrinha Kauanny, que com a sinceridade de uma criança, contagia os espaços com a alegria e a simplicidade da vida, além de ter a capacidade de me provocar risos, mesmo nos momentos em que me sentia pressionada pelas obrigações cotidianas e exigências características do mestrado;

A minha avó Antonia e a tia Fátima, pelo abrigo em Natal, pelo incentivo dedicado e pelas preocupações ocasionadas;

A Silvana Mara, pelas orientações qualificadas, materiais emprestados, e a confiança de que tudo daria certo;

A Sâmya Ramos, que considero co-orientadora dessa pesquisa, a sua contribuição foi significativa desde a graduação, teve momentos que no meu cantinho de estudo os seus materiais eram superiores aos meus, além disso, agradeço pelo tempo disponibilizado para ouvir minhas inquietações e nas leituras realizadas do projeto que culminou nesta pesquisa. Muito obrigada.

Aos(as) dirigentes da ENESSO sensibilizados(as) em contribuir com esta dissertação, obrigada pelo material disponibilizado, entrevistas concedidas e emails respondidos;

As professoras Severina Garcia e Denise Câmara, pelas indicações durante a disciplina “Seminário de Dissertação”,

As professoras Ivanete Boschetti e Telma Gurgel, pelas observações processadas sobre esse trabalho;

As professoras Fernanda Marques e Regina Ávila pela aceitação em participarem na banca de defesa desse trabalho;

A querida turma do mestrado, composta por pessoas batalhadoras, comprometidas com a profissão e sempre prontas a compartilhar informações e a socializar experiências que se tornaram importantes no desenvolvimento das investigações de todos(as); por isso meus agradecimentos a: Ednara, Erika, Henrique, Ildiana, Leila, Joilma, Josiane, Sussany e Tássia.

As amigas: Ilidiana Diniz(ilidi), Ednara (Ed) e Valmara, companheiras nos momentos de angustias e superações durante a elaboração dessa dissertação, há e também, pela acolhida no residência durante as minhas idas a Natal, sempre compartilhando.....mesmo que um pequeno quarto.....;

A amiga Janaiky, pela ajuda na produção de dados para pesquisa

Ao amigo Henrique, que desde o início acreditou na viabilidade dessa pesquisa, agradeço pelos emails repassados e pelo caminho disponibilizado que facilitou a busca de informações sobre a ENESSO;

A Larisse Rodrigues, pela excelente monografia produzida sobre o MESS e pelas trocas de informações.

RESUMO

A dissertação analisa a direção social do Movimento Estudantil de Serviço Social(MESS)por meio da atuação da Executiva Nacional dos(as) estudantes de Serviço Social(ENESSO), no que se refere a sua posição política sobre Universidade e Formação profissional no período de 2003-2008. Do ponto de vista teórico-metodológico, o objeto de estudo foi apreendido em suas determinações estruturais, conjunturais e geracionais, considerando a crise contemporânea do capital e suas implicações na relação Estado e Sociedade, com ênfase nas particularidades e mudanças na Universidade e nas exigências postas no âmbito da Formação profissional. Para a coleta e produção dos dados foi realizada pesquisa documental e de campo. Foram entrevistados(as) dirigentes da ENESSO, um(a) de cada gestão entre os anos de 2003-2008, além de representantes da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social(ABEPSS) que destaca a relevância da parceria construída com a entidade de representação dos(as) estudantes, na cena contemporânea. Os resultados obtidos sugerem que a ENESSO desenvolve uma atuação em defesa do projeto de universidade pública, gratuita, laica e de qualidade e do projeto de formação fundado nas Diretrizes Curriculares de 1996; o tempo presente é marcado no MESS pelo acirramento de disputas pela direção social do movimento entre os grupos políticos, os quais divergem, sobretudo, da análise realizada sobre o governo Lula e do papel político assumido pela UNE, nesse contexto de contra-reforma do ensino superior. A conjuntura atual de exaltação extrema do individualismo tem se revelado desfavorável à organização coletiva da classe trabalhadora e em particular dos movimentos estudantil. O MESS atravessa um momento de profunda instabilidade, dimensão que se expressa na ausência de coordenadores nacionais para gestão 2008/2009 da ENESSO. Apesar das dificuldades enfrentadas, destaca-se a parceria construída entre as entidades representativas do Serviço Social em nível nacional e a luta que desenvolvem em defesa do projeto profissional vinculado a construção de outra sociabilidade, para além do capital.

Palavras-chave: Movimento Estudantil de Serviço Social. Capitalismo contemporâneo. Universidade e Formação Profissional.

ABSTRACT

This dissertation aims to analyze the social direction in which the Student Movement in Social Work in Brazil (ENESSO) has gone through. This is done considering how the functioning of the National Executive, the Brazilian Social Work Student union has operated. The research analyzed their political position regarding the university as well as professional education in the period of 2003 to 2008. The study's theoretical and methodological object was obtained according to its structural, juncture, and time determinants. All of the mentioned elements considered the contemporary capital crisis and its implications towards the State and Society emphasizing specifically the changes that occurred in the University regarding professional education. For the purpose of data collection and production, a documental and field research was realized. Thus, interviews were done considering one manager of each management period of the ENESSO group in the time span of 2003 to 2008. Some subjects that represented the Brazilian Social Work Teaching and Research Association (ABEPSS) as well as were also interviewed. These subjects have had a relevant role in partnership with these entities and represented students in the contemporary scene. Results suggest that ENESSO has developed work that defends a project of a public, free and laic quality university. This entity also defends a project that considers the 1996 Curricular Guidelines. Currently, there is internal dispute in the social direction of the MESS, this is seen amongst political groups that diverge in opinions related to the analysis done by the Lula government regarding the political role that the National Student Union-UNE has taken in the counter-reform of higher education. This current juncture is seen as extremely individualist and it results as in unfavorable for the collective organization of the working class, especially regarding student movement. MESS has been going through a moment of profound instability and this dimension is being expressed by the absence of national coordinator for the 2008/2009 management period at ENESSO. Even though there are difficulties, it is possible to point out partnership of the entities that represent the national Social Work in Brazil. These partnerships are all related to a struggle and search for the development of a professional project that leads towards the sociability awareness that goes beyond capital.

Key-Words: Social Work Student Movement. Contemporary Capitalism. University and Professional Education.

LISTA DE SIGLAS

ABEPSS: Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social
AGCS: Acordo Geral sobre Comércio e Serviço
ANDES: Associação Nacional dos Docentes de Ensino Superior
AE: Articulação de Esquerda
ALEITS: Associação Latino-americana de Ensino e Investigação em Trabalho Social
BM: Banco Mundial
C.A: Centro Acadêmico
CEDEPSS: Centro de Documentação e Pesquisa em Políticas Sociais e Serviço Social
UNIASSELVI: Centro Universitário Leonardo da Vinci
CFESS: Conselho Federal de Serviço Social
CRESS: Conselho Regional de Serviço Social
CONLUTAS: Coordenação Nacional de Lutas
CONLUTE: Coordenação Nacional de Lutas dos Estudantes
CORETUR: Conselho de Representantes de Turma
CUT: Central Única dos Trabalhadores
D.A: Diretório Acadêmico
DS: Democracia Socialista
DCE: Diretório Central dos Estudantes
ENADE: Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes
ENE: Encontro Nacional dos Estudantes
ENESS: Encontro Nacional dos Estudantes de Serviço Social
ENESSO: Executiva Nacional dos Estudantes de Serviço Social
ENEX: Encontros Nacionais das Executivas de Cursos
ENPESS: Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social
ERESS: Encontro Regional de Estudantes de Serviço Social
EQM: Eu Quero é Mais
FAETS: Federação Argentina de Estudantes de Trabalho Social
FHC: Fernando Henrique Cardoso
FMI: Fundo Monetário Internacional
INSS: Instituto Nacional de Seguro Social
LBA: Legião Brasileira de Assistência
LDB: Lei de Diretrizes e Bases
MEC: Ministério da Educação e Cultura
ME: Movimento Estudantil

MESS: Movimento Estudantil de Serviço Social
MS: Movimentos Sociais
MST: Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
MTST: Movimento dos Trabalhadores Sem Teto
MTL: Movimento Terra Trabalho e Liberdade
OMC: Organização Mundial do Comércio
ONG: Organização Não-governamental
PDP: Projeto Democrático e Popular
PLP: Partido da Libertação Proletária
PROUNI: Programa Universidade Para Todos
PSOL: Partido Socialismo e Liberdade
PSTU: Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados
PT: Partido dos Trabalhadores
REUNI: Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
SNFPMESS: Seminário Nacional de Formação Profissional e Movimento Estudantil de Serviço Social
SESSUNE: Subsecretaria de Estudantes de Serviço Social na UNE
SINAES: Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior
UERN: Universidade do Estado do Rio Grande do Norte
UNITINS: Universidade Estadual do Tocantins
UNE: União Nacional dos Estudantes

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1: Natureza das Instituições de Ensino Superior no Brasil – Censo de 2007

GRÁFICO 2: Tipo de Instituições de Ensino Superior Privadas- Censo de 2007

GRÁFICO 3: Tipo de Instituições de Ensino Superior Públicas- Censo de 2007

GRÁFICO 4: Cursos de Serviço Social no Brasil no período de 1930-1994

GRÁFICO 5: Cursos de Serviço Social no Brasil no período de 1995-2002

GRÁFICO 6: Criação de Cursos de Serviço Social no período de 2003- agosto de 2008

GRÁFICO 7: Dimensão étnico-racial dos(as) dirigentes da ENESSO do período de 2003-2008

GRÁFICO 8: Participação em organização coletiva dos(as) dirigentes da ENESSO antes da inserção no MESS

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1: Cursos de Serviço Social no período de 1930-2002

QUADRO 2: Cursos de Serviço Social no período de 1930-2008

QUADRO 3: Faixa etária dos dirigentes da ENESSO do período de 2003-2008

QUADRO 4: Religião dos(as) dirigentes da ENESSO do período de 2003-2008

QUADRO 5: Renda mensal da família dos dirigentes da ENESSO do período de 2003-2008

QUADRO 6: Espaços de atuação política citadas pelos dirigentes da ENESSO antes de sua inserção no MESS.

QUADRO 7: Lista das entidades estudantis em que atuaram os(as) militantes antes de assumirem a Coordenação Nacional da ENESSO

SUMÁRIO

I INTRODUÇÃO-----	14
II “SONHA E SERÁS LIVRE DE ESPÍRITO... LUTA E SERÁS LIVRE NA VIDA”: a ação política do Movimento Estudantil e as particularidades do Movimento Estudantil de Serviço Social-----	25
2-1 ME COMO EXPRESSÃO DE UM MOVIMENTO SOCIAL QUE AGLUTINA A JUVENTUDE BRASILEIRA-----	25
2-2 MOVIMENTO ESTUDANTIL: resgate histórico e tendências recentes-----	35
2-3 AS EXECUTIVAS DE CURSO COMO ESTRATÉGIA DE REORGANIZAÇÃO DO ME e a ENESSO-----	42
2-4 “SE O PRESENTE É DE LUTA, O FUTURO NOS PERTENCE”: a ENESSO e as polêmicas com a UNE -----	50
III- A POLÍTICA EDUCACIONAL NO CONTEXTO NEOLIBERAL E AS MUDANÇAS NAS RELAÇÕES ENTRE O ESTADO E A SOCIEDADE -----	54
3-1 A DINÂMICA DO CAPITAL NA CENA CONTEMPORÂNEA: reestruturação produtiva e consolidação neoliberal -----	54
3-2 POLÍTICAS SOCIAIS NA SOCIABILIDADE CAPITALISTA: limites e possibilidades- -----	59
3-3 “AS IDÉIAS DOMINANTES DE UMA ÉPOCA SEMPRE FORAM AS IDÉIAS DA CLASSE DOMINANTE”: perspectiva de educação em tempos neoliberais -----	68
IV UNIVERSIDADE E FORMAÇÃO PROFISSIONAL NA CONTEMPORANEIDADE-----	75
4-1 “REFORMA UNIVERSITÁRIA NO CONTEXTO DE CONTRA-REFORMA DO ESTADO BRASILEIRO -----	75
4-2 CONTRA-REFORMA DO ENSINO SUPERIOR DO GOVERNO LULA: exaltação do privado e desqualificação do público? -----	84
4-3 REMANDO CONTRA MARÉ: a formação profissional do assistente social no âmbito da contra-reforma do ensino superior-----	98

V- UNIVERSIDADE E FORMAÇÃO PROFISSIONAL: INTERFACES E DESAFIOS NA ATUAÇÃO DO MOVIMENTO ESTUDANTIL DE SERVIÇO SOCIAL ----	-----112
5-1 “PENSEI, GRITEI, NÃO CALEI”: perfil dos(as) dirigentes da ENESSO-----	-----112
5-2 UNIVERSIDADE E FORMAÇÃO PROFISSIONAL: o protagonismo da ENESSO----	-----124
5-3 REFLEXÕES SOBRE AS PARTICULARIDADES DA ENESSO: -----	-----147
5-4 A ENESSO NO TEMPO PRESENTE: desafios e contradições -----	-----161
5-5 SERVIÇO SOCIAL: ABEPSS, CFESS E A ENESSO no âmbito da parceria estratégica -----	-----165
CONSIDERAÇÕES FINAIS -----	-----171
REFERÊNCIAS-----	-----175
ANEXOS -----	-----185
APÊNDICE-----	-----190

Nada É Impossível De Mudar

Desconfiai do mais trivial ,

na aparência singelo.

E examinai, sobretudo, o que parece habitual.

Suplicamos expressamente:

não aceiteis o que é de hábito como coisa natural,

pois em tempo de desordem sangrenta,

de confusão organizada, de arbitrariedade consciente,

de humanidade desumanizada,

nada deve parecer natural nada deve parecer

impossível de mudar. (Bertolt Brecht)

I INTRODUÇÃO

Nesta investigação desenvolvemos um estudo sobre a ação do Movimento Estudantil(ME), tendo como objeto de pesquisa a análise da direção social do Movimento Estudantil de Serviço Social(MESS) e sua relação com a universidade e formação profissional dos(as) assistentes sociais no contexto da contra-reforma¹ do ensino superior, implementada no período de 2003-2008.

O interesse pelo estudo dessa temática iniciou durante o Curso de Graduação em Serviço Social na Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), de 2003 ao início de 2007² por meio da minha vivência no ME que proporcionou momentos enriquecedores na formação profissional, e contribuiu com o desenvolvimento de reflexões, participação em debate e ações voltadas para a defesa do atual projeto de formação profissional dos(as) assistentes sociais orientado pelas Diretrizes Curriculares de 1996.

Essa dissertação representa a continuidade de estudos desenvolvidos sobre o ME, considerando que no trabalho de conclusão de curso, abordamos a atuação do MESS na (UERN). Os resultados desse estudo me permitem afirmar que, a partir da década de 1990, ocorreu à substancial influência da ENESSO nas ações locais dos(as) estudantes de Serviço Social dentre as quais destacamos: a efetivação de atividade em defesa do espaço profissional do(a) assistente social no Instituto Nacional de Seguro Social(INSS); a partir de orientações da executiva, tivemos a atuação do Centro Acadêmico(CA) nas discussões relativas a construção e implementação das Diretrizes Curriculares de 1996; mais recentemente, podemos citar, o amplo boicote ao Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes(ENADE) realizado pelos estudante de Serviço Social da UERN, em novembro de 2004³; a promoção de debates sobre o exame de proficiência. A monografia também aponta a existência de dificuldades relacionadas à mobilização das bases e da renovação de

¹ Termo utilizado por Behring(2003) como forma de expressar que a reconfiguração do Estado na realidade atual corrobora para a minimização e não consolidação de direitos.

² Essa militância permitiu a inserção em espaços do Movimento Estudantil, como representação estudantil no departamento de Serviço Social da UERN, bem como a participação na Coordenação Regional da Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social(ENESSO) na gestão 2005/2006. Tal vivência despertou a curiosidade em torno da organização e atuação do MESS e da relevância da sua ação para profissão, bem como para construção de lutas que ultrapasse o universo profissional e contribua para a mobilização pela universalização da educação com qualidade. Desse interesse, resultou a produção monográfica intitulada Movimento Estudantil de Serviço Social na Universidade do Estado do Rio Grande do Norte: trajetória histórica na luta por uma universidade pública e de qualidade, defendida em janeiro de 2007.

³ A partir dessa avaliação, o Ministério da Educação e Cultura(MEC) atribuiu nota inferior a 1, o que representou a menor nota dentre os cursos de Serviço Social do Brasil

dirigentes estudantis para os espaços como: o Conselho de Representantes de Turma(CORETUR), C.A e Diretório Central dos Estudantes(DCE).

Revelou, ainda, o compromisso histórico do movimento com a defesa da universidade pública, gratuita e de qualidade, mediante a efetivação de diversas lutas e atividades, como: as mobilizações e greves em prol da estadualização da UERN na década de 1980; atos contrários ao pagamento de taxas no âmbito das instituições públicas de ensino, em particular na UERN; promoção de manifestações em 2004, durante as comemorações de 36 anos dessa instituição. O objetivo dessa ação, dentre outros, consistia em mostrar para a sociedade acadêmica e mossoroense a insatisfação estudantil com as precárias condições de funcionamento da universidade. Além disso, a investigação monográfica demonstrou preocupações do MESS da UERN com a formação profissional e com a defesa do projeto ético-político da profissão.

A produção de dados referente a esta pesquisa na graduação explicitou, também, a decepção de segmentos do MESS no âmbito da UERN, com a contra-reforma do ensino superior materializada na primeira gestão sob a presidência de Luis Inácio Lula da Silva, dimensão que pode ser aprendida inclusive, na fala de uma das entrevistadas que contribuiu com a socialização de informações para o trabalho monográfico:

Quando eu entrei na universidade em 2002 era justamente o ano da campanha eleitoral para presidente [...] era todas as expectativas em cima do governo Lula [...] mas, as coisas não funcionaram assim, a gente imaginava que as reformas fossem acontecer, mas, não da forma como ele fez, apenas, camuflou as reformas que FHC queria fazer (orquídea)

A construção da monografia associada à militância potencializou a apreensão de alguns desafios que perpassam a organização do MESS na contemporaneidade. Destacamos a realidade objetiva, em que parte significativa dos(as) dirigentes locais do CA desenvolvia estágio remunerado e/ou outras atividades de inserção no mercado de trabalho. Esse contexto nos remete a refletir sobre o compromisso majoritário desses sujeitos com a luta coletiva, expresso no envolvimento com a construção do MESS, em meio à sobrecarga de atividades desempenhadas. Em decorrência dessa realidade, explicitam-se limitações provocadas pelas condições objetivas e subjetivas de inserção desses militantes no movimento e direção da entidade estudantil, tais como minimização na participação de reuniões estudantis, fóruns do ME e do MESS, redução na construção de atividades, entre outras.

Outra vivência importante para construção do objeto de estudo consistiu na experiência de estágio⁴ no Conselho Regional de Serviço Social (CRESS) / Seccional de Mossoró que possibilitou a participação em discussões, ciclos de debates, entre outras atividades, sobre diferentes temáticas relacionadas à profissão, em especial à própria formação profissional. O estágio é considerado pela Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), um elemento essencial na construção de um perfil profissional crítico, reflexivo e investigativo, que contribui para formação de profissionais com competências e habilidades capazes de desvendar as relações sociais contraditórias no cotidiano de trabalho dos(as) assistentes sociais. O estágio no CRESS potencializou um aprofundamento de estudos e vivências relacionadas ao exercício e à formação profissional em Serviço Social, além da aproximação com a dimensão da organização política da categoria profissional.

Diante dessas constatações no universo da UERN, foi aguçada a nossa inquietação e curiosidade sobre ação do MESS em nível nacional, de tal forma que dando continuidade ao estudo iniciado no período do Curso de Graduação, novos questionamentos emergiram na perspectiva de analisar a atuação e as implicações do MESS na defesa de um determinado projeto de universidade e formação profissional. Os resultados da pesquisa realizada na monografia ressaltados anteriormente são particularidades da organização e ação política do MESS local a partir, sobretudo, da década de 1990, ou configura-se numa tendência que pode ser generalizada a esse sujeito coletivo em nível nacional? Como as determinações sócio-conjunturais do período de 2003-2008 inflexionam e caracterizam a ação política do MESS em âmbito nacional? Quais são as estratégias e as formas de luta desenvolvidas? Quem são seus principais aliados e opositores no cotidiano das lutas? Diante dessas reflexões, essa pesquisa apresenta como objetivo analisar a direção social do MESS mediante a atuação da ENESSO em relação à universidade e à formação profissional no interregno de 2003 a 2008.

Portanto, considerando à insuficiência de tempo, pela dinâmica de duração do mestrado, bem como devido a problemáticas referentes a deslocamentos e as próprias condições objetivas, torna-se imprescindível à instituição de uma delimitação temporal para a realização da investigação.

É nesse sentido que estabelecemos esse recorte temporal, o qual também é demarcado pelo início do governo Lula e engloba, ainda, parte do seu segundo mandato (2003-2008). O processo que nos levou a efetivação de tal delimitação consiste na possibilidade de potencializar algumas considerações e problematizações

⁴ Estágio curricular de caráter obrigatório efetivado durante a graduação em Serviço Social no período letivo de 2004.2 a 2006.1.

interessantes e enriquecedoras na investigação, tais como: proporcionou a contextualização da materialização de uma contra-reforma do ensino superior, circunscrita no âmbito de um governo cujo partido presidencial emergiu e consolidou-se, historicamente, identificado com a luta por uma educação pública e de qualidade, contudo, age, no executivo federal, em conformidade com o ideário neoliberal de destruição daquela luta e, ainda, permitiu evidenciarmos algumas dimensões do relacionamento deste governo com os movimentos sociais(MS), e, em particular, com o ME.

Além disso, o ano de 2008 constitui-se um marco para o MESS. Trata-se da existência de trinta anos de reorganização do movimento e vinte anos de criação da ENESSO, entretanto, neste importante ano, tivemos, no Encontro Nacional de Estudantes de Serviço Social(ENESSS) realizado em julho de 2008, em Londrina-PR, a não ocupação dos cargos da Coordenação Nacional da executiva. O que este fato representa para o MESS? Uma crise? As diferentes vertentes que compõem o MESS estão preocupadas com os interesses reais do coletivo de estudantes de Serviço Social, possuem uma agenda política ou estão submetidas à mera conquista da entidade como expressão de um tipo de poder político desvinculado de uma direção social crítica?

A relevância dessa pesquisa consiste na análise de um sujeito coletivo historicamente protagonista na luta por uma universidade e formação de qualidades. Destarte, é relevante para o Serviço Social por problematizar o processo de formação profissional dos(das) assistentes sociais, ressaltando a ameaça vivenciada pelo atual projeto educacional, em decorrência das medidas efetivadas pelo governo vigente, consubstanciadas nas orientações neoliberais.

Além disso, consideramos a pesquisa importante na medida em que analisa um fenômeno ainda em curso, podendo, de tal forma, contribuir na elaboração de investigações seguintes, bem como pode subsidiar reflexões significativa para própria organização política do MESS, nessa conjuntura tão adversa.

Outro aspecto que explicita a relevância acadêmica dessa pesquisa consiste na reduzida produção teórica sobre a atuação do ME, em particular do MESS. Estudos que tem como temática o segmento estudantil, em larga medida, está circunscrita a ação desse movimento no contexto da ditadura militar, em virtude do protagonismo que desenvolveu na luta contra o regime ditatorial. Portanto, elaborar produções teóricas sobre o ME em conjunturas recentes, consistiu em um desafio diante da bibliografia escassa, o que por sua vez, representa uma contribuição no estudo da ação e particularidades desse MS.

Do ponto de vista teórico-metodológico, a pesquisa foi desenvolvida numa perspectiva de totalidade, com vista a apreender as determinações estruturais e conjunturais e suas implicações no objeto investigado.

Temos a compreensão que o conhecimento é um saber provisório e ilimitado, nesse sentido, é relevante o entendimento de que as teorias e seus métodos consistem em referenciais, que potencializam a apreensão da realidade, a partir do desenvolvimento das investigações científicas. Cardoso(1976) caracteriza o método como elemento que contribui na apreensão de possibilidades e limites inerentes a própria elaboração do conhecimento, ainda, o concebe como parte constitutiva de determinada teoria social. Portanto, o referencial teórico-metodológico, não deve ser empregado nas pesquisas como receituário infalível e mecanicista. As teorias são construídas no âmbito da historicidade, ou seja, refletem sobre problemáticas circunscritas no tempo e espaço. Além disso, na perspectiva marxiana, constitui a reprodução no plano ideal do movimento do real, em que se busca apreender as determinações que conformam os fenômenos existentes na realidade histórica em uma dimensão de totalidade.

Totalidade na perspectiva de conhecer um determinado objeto, levando-se em consideração os seus determinantes, a partir de um processo de abstração fundamentado no movimento do real e não, a apreensão da realidade como factível de um conhecimento total e absoluto, visto que: “as leis inerentes ao ser social são leis históricas, decorrentes das necessidades e conexões internas dos fenômenos, dos fatos e processos sociais, por isso são tendenciais” (PONTES, 2002, p.76). Ou na concepção de Lowy:

O que define a ciência como tal é a tentativa de conhecimento da verdade. Nesse sentido, há uma relação entre ciência e conhecimento da verdade. Porém, a verdade absoluta jamais será conhecida, todo o processo de conhecimento é um processo de acercamento, de aproximação à verdade (2000, p.110).

Ratificamos a necessidade de entendimento histórico da realidade, na medida em que temos a compreensão, de ser a esfera estrutural a determinante na constituição das relações sociais e, de tal modo, decisiva na (re)configuração do Estado capitalista e da organização e atuação dos sujeitos, nesta forma de sociabilidade. Como assinala Tonet:

Na perspectiva metodológica marxiana, a produção teórica nunca é uma questão apenas teórica- de modo diferente em momentos diferentes- uma relação estreita com o andamento do processo real,

além de terem reflexos na própria vida cotidiana dos intelectuais(2004, p.207).

Para a coleta e produção dos dados utilizamos pesquisa bibliográfica a partir de fontes como livros, artigos, dissertações, teses entre outras que perpassou toda investigação. Todavia, sabemos das dificuldades decorrentes, sobretudo, do escasso registro de obras que tratam do ME na atualidade, pois a maioria das análises sobre este segmento organizado se refere ao contexto da ditadura militar iniciada em 1964. Tal realidade resultante, provavelmente, do seu protagonismo na luta pela liberdade e democracia naquele período, pode expressar, ainda, o momento de influxo vivenciado por diversos MS, que se expressa, também, no âmbito do segmento estudantil, no contexto contemporâneo.

Utilizamos, também, pesquisa documental, na qual privilegamos a análise de documentos construídos pelo próprio ME, especialmente o MESS. Os principais documentos que subsidiaram a análise foram as deliberações, aprovadas nos ENESS no período que engloba o recorte temporal da pesquisa. Estas deliberações estabelecem as lutas a serem desenvolvidas em cada ano de direção da ENESSO; além de boletins, jornais, cadernos e estatutos produzidos pela entidade de 2003-2008; documentos aprovados sobre a contra-reforma universitária, como: decreto lei, regulamentos, além de elaborações oficiais sobre as atuais mudanças na educação superior brasileira, como exemplo, podemos citar o próprio plano de reestruturação das universidades federais, de autoria do MEC.

Consideramos significativo situar, na discussão, os documentos apreendidos como os instrumentos normativos da profissão, principalmente, as Diretrizes Curriculares para o Curso de Serviço Social de 1996. Estas foram analisadas, sobretudo, no capítulo quatro da dissertação, com o objetivo de problematizar a relação -contra-reforma universitária – formação profissional- e atuação do segmento estudantil nestas esferas.

De modo complementar, sinalizamos o propósito de realizarmos pesquisa de campo, através de entrevistas do tipo semi-estruturada com um(a) dirigente da ENESSO, em cada ano compreendido no período 2003-2008, num total de cinco entrevistas, que seriam utilizadas com a perspectiva de resgatar a atuação do MESS, a partir da fala dos seus(suas) militantes. Para Neto, mediante as entrevistas o investigador procura apreender informações expressas na fala dos sujeitos e, de tal forma

Ela não significa uma conversa despretensiosa e neutra, uma vez que se insere como meio de coleta dos fatos relatados pelos autores,

enquanto sujeito-objeto da pesquisa que vivenciam uma determinada realidade que está sendo focalizada (1994, p.57).

Devemos considerar, que informações distorcidas ou irreais podem ser transmitidas pelos entrevistados(as), contudo isso não invalida a utilização da entrevista como uma importante técnica de produção de dados, principalmente, quando o conteúdo expresso pelos informantes é analisado, evidenciando a conjuntura na qual a fala se reporta, vislumbrando, desse modo, a apreensão dos seus determinantes.

Elaboramos o roteiro de entrevista, para ser realizado com cinco militantes. Um participante de cada diretoria compreendida no período 2003-2008, portanto, entrevista com dirigente da diretoria 2003-2004, 2004-2005, 2005-2006, 2006-2007 e 2007-2008. Esse correspondeu ao único critério estabelecido, ou seja, consideramos preponderantemente a disponibilidade dos sujeitos, sem elencar o cargo ocupado na ENESSO, região e instituição na qual se processou a graduação.

Assim sendo, realizamos duas entrevistas durante o Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social(ENPESS), que ocorreu entre os dias 1 e 5 de dezembro de 2008, na cidade de São Luís-MA, uma materializada no dia 02 com um(a) dirigente da gestão 2004-2005, a segunda iniciada, também, dia 02 e concluída no dia seguinte, com dirigente da gestão 2006-2007. A terceira entrevista foi realizada no dia 9 de março de 2009, em Recife-PE, esta com militante da gestão 2005-2006. Diante da impossibilidade de efetivação das demais entrevistas, entramos em contato via email com um(a) dirigente das gestões 2003-2004 e 2007-2008, os(as) quais se disponibilizaram a responder as questões que compunham o roteiro de entrevista, eles(as) responderam e enviaram mediante endereço eletrônico. Os sujeitos que responderam o roteiro, de forma presencial ou via email, são identificados nessa pesquisa por nome de planetas assim caracterizados: Vênus gestão: 2003-2004; Urano: 2004-2005; Terra: 2005-2006; Netuno: 2006-2007 e Marte: 2007-2008. Essa estratégia foi utilizada como meio de garantir a privacidade e preservar as fontes de informações dessa investigação.

A obtenção de respostas via email consistiu em um procedimento metodológico que viabilizou a complementação de problematizações importantes por dois(duas) dirigentes da ENESSO, pertencentes ao universo da pesquisa. Contudo, é salutar manifestar que o meio eletrônico, reduziu a interferência da pesquisadora no processo de produção de dados, visto que ficou impossibilitado o esclarecimento imediato de dúvidas durante a concessão das respostas, entretanto, é importante destacar que os sujeitos que responderam via email, se disponibilizaram para

prestação de quaisquer esclarecimentos e fornecimento de quaisquer informações posteriores ao envio das respostas.

Na pesquisa de campo, ainda elaboramos um questionário com o objetivo de traçamos o perfil dos(as) dirigentes da ENESSO, de julho de 2003 a julho de 2008, visto ser este o mês que ocorre o ENESS, espaço em que se elege a diretoria da executiva, e dessa maneira, marca o início de uma determinada gestão. O perfil evidenciou um conhecimento mais detalhado dos sujeitos que materializaram a ação política do MESS, no período abordado pela pesquisa. Assim, potencializou o entendimento de questões importantes, pois expressou dados qualitativos e quantitativos relacionados, sobretudo, aos aspectos geracionais dos(as) dirigentes do movimento abordado.

A entidade é composta de sete cargos nacionais, de tal modo, no período ressaltado, tivemos cinco diferentes diretorias, totalizando, portanto, trinta e cinco dirigentes. O questionário foi encaminhado via email, para todos(as) esses sujeitos, conforme endereço eletrônico disponibilizados nos documentos produzidos no decorrer dessas cinco gestões. Do total de trinta e cinco enviados, para os(as) coordenadores(as) nacionais obtivemos resposta de vinte e dois, o que representa um percentual de 63% desse universo.

O não recebimento de 37 % dos questionários enviados pode ser reflexo da mudança de endereços eletrônicos, entretanto, é importante evidenciar a nossa tentativa de conseguir os endereços atualizados, por meio dos(as) dirigentes que responderam o questionário.

Também, enviamos o mesmo questionário para um(a) militante que ocupou o cargo de coordenador(a) regional⁵ da ENESSO, na gestão 2006-2007, e que na sua gestão fez oposição a direção nacional da entidade. Este(a), ainda, respondeu e enviou eletronicamente, um roteiro constituído de três perguntas. Essa ação foi materializada com o intuito de analisamos a apreensão de um sujeito que atuou na coordenação regional da ENESSO e se colocou no campo de oposição, o que por sua vez, favorece a análise considerando divergências e contradições que perpassam a ação desse MS e da entidade, aqui estudada.

Constituíam propósito da pesquisa a realização de entrevistas com dois membros da ABEPSS e do Conselho Federal de Serviço Social(CFESS). A efetivação destas entrevistas com representantes da ABEPSS e CFESS proporcionaria um enriquecimento do trabalho, visto que as três entidades nacionais da categoria se articulam e promovem lutas conjuntas, o que favoreceria a apreensão da atuação da

⁵ A região a que pertence esse(a) dirigente é a II, que engloba os estados do Ceará, Paraíba, Pernambuco e Rio Grande do Norte. Na dissertação ele(a) é identificado pelo nome de Luz.

ENESSO neste contexto da contra-reforma do ensino superior do governo de Lula. O conjunto dessas estratégias possibilitaria a apreensão do objeto de estudo em suas contradições e densidade histórica.

Diante do exposto, entramos em contato via email e de forma presencial, com as presidentes da ABEPSS, das gestões 2005/2006 e 2007/2008 e obtivemos êxito com a representante da gestão 2007/2008, que respondeu e enviou eletronicamente os nossos questionamentos. Em relação às entrevistas com representantes do CFESS não obtivemos êxito no estabelecimento dos contatos.

A dissertação apresenta-se estruturada em cinco capítulos que se subdividem em itens. O primeiro capítulo corresponde à introdução.

Na segunda parte, tecemos análise sobre o ME, na qual o caracterizamos como um MS, que historicamente se constitui espaço de atuação da juventude universitária no Brasil, tendência constatada na trajetória histórica, realizada no segundo item dessa segunda parte. Efetivamos algumas particularidades que perpassa a organização do ME, como a expansão das Executivas de Cursos nos anos de 1990 e as contradições que envolvem a UNE na conjuntura atual. Além disso, abordamos sobre a reorganização do MESS no final dos anos de 1970, processo que corroborou com a criação da Subsecretaria dos Estudantes de Serviço Social na UNE (SESSUNE) em 1988, posteriormente, transformada em ENESSO no ano de 1993. Entidade que desde a sua criação, se configura como espaço sintonizado com a defesa da universidade pública no Brasil e com a formação profissional dos(as) assistentes sociais, perspectiva evidenciada também nessa investigação.

O terceiro capítulo direciona-se no sentido de apreendemos os limites e possibilidade das políticas sociais e, em particular, da educação no âmbito da produção e reprodução da sociabilidade capitalista. Nessa dimensão, temos a concepção que as contradições inerentes a esse modelo societal, rebate nos diversos complexos sociais, incluindo a esfera educacional. Pois, entendemos a educação como uma esfera caracterizada pela disputa de projetos diferenciados, perspectiva que se vislumbra, por exemplo, na defesa da educação como um direito social e estratégia importante na construção de mediações sintonizadas com outra sociabilidade, projeto defendido, majoritariamente, pelo MESS e a ENESSO; e de outro lado, verificamos a luta de grupos privatistas que consideram o setor educacional como mercadoria, portanto, vinculado aos interesses do capital, associado à concepção da educação restringir-se a funcionalidade de atender, meramente, as necessidades do mercado competitivo. A análise foi potencializada com a construção de mediações relacionadas ao capitalismo contemporâneo, para tal, nos fundamentamos em autores como Antunes e Harvey, visto que consideramos

incoerente e inconsistente, analisarmos a direção social da atuação da ENESSO, sem contextualizarmos a sociedade na qual ela se processa.

No quarto capítulo, tratamos do processo de contra-reforma do ensino superior, durante os anos de governo Lula, que tem se efetivado numa direção, preponderante, de desqualificação da perspectiva de universidade pública, caracterizada, pela indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, aspecto que se confirma, com a crescente expansão da Iniciativa privada com amplo apoio governamental. Assim, abordamos, no âmbito da contradição, algumas das medidas já concretizadas, como Programa Universidade Para Todos(PROUNI), Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior(SINAES), Política de Cotas, Ensino a Distância e Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais(Reuni). O último item, dessa parte, apresenta como objetivo prioritário, a discussão do projeto de formação profissional dos(as) assistentes sociais, orientado pelas Diretrizes Curriculares de 1996, no contexto de efetivação da contra-reforma, em que configuramos, como um momento complexo e desfavorável para materialização dos princípios norteadores da formação, defendida pelas entidades representativas da profissão, incluindo, a ENESSO.

No quinto capítulo, traçamos o perfil dos(as) dirigentes da ENESSO no período de 2003-2008, em que abordamos questões relacionadas às esferas políticas, sociais e econômicas desses sujeitos. Embora subdividido didaticamente em cinco itens, privilegiamos em todo o capítulo a discussão em torno da atuação dessa entidade, nos âmbitos da universidade e da formação profissional, enriquecidas com as mediações realizadas nos capítulos anteriores. Destacamos também, desafios e contradições que perpassam o MESS e a ENESSO na atualidade. Para tal, nos baseamos nas informações fornecidas por ex-coordenadores(as) da ENESSO e nos documentos elaborados e divulgados pela executiva, durante o período investigado nessa pesquisa, além da produção de dados obtida mediante as informações concedidas por um(a) dirigente de oposição e representantes da ABEPSS, que teceram reflexões sobre atuação da ENESSO, na contemporaneidade.

*Acredito na Rapaziada
Eu acredito é na rapaziada
Que segue em frente e segura o rojão
Eu ponho fé é na fé da moçada
Que não foge da fera e enfrenta o leão
Eu vou à luta com essa juventude
Que não corre da raia a troco de nada
Eu vou no bloco dessa mocidade
Que não tá na saudade e constrói
A manhã desejada*

(gonzaguinha)

II “SONHA E SERÁS LIVRE DE ESPÍRITO... LUTA E SERÁS LIVRE NA VIDA”: a ação política do Movimento Estudantil e as particularidades do Movimento Estudantil de Serviço Social

2-1 ME COMO EXPRESSÃO DE UM MOVIMENTO SOCIAL QUE AGLUTINA A JUVENTUDE BRASILEIRA

No intuito de analisarmos a direção social do MESS mediante protagonismo da ENESSO, faz-se necessário uma abordagem do ME como expressão de um MS, em que concebermos tais sujeitos como esferas coletivas de organização e atuação política. Temos o entendimento que a política não se reduz aos espaços institucionais, mas se faz presente nas mais variadas esferas societárias e que pode ser instrumento de conservação da sociabilidade burguesa, como pode ser utilizada para sua superação, a partir da análise e conhecimento crítico do real que potencializa uma ação orientada para negação da ordem vigente.

Conceber o ME como MS, nos remete ao entendimento de que uma investigação sobre sua atuação deve considerar importantes dimensões, tais quais: o atual momento histórico e suas determinações para a luta dos(as) trabalhadores(as) e para esfera educacional, em especial a universidade brasileira. Pois, partimos da perspectiva, de que a luta dos(as) estudantes, não se desenvolve desconectada da discussão de um determinado projeto de universidade e, dessa maneira, tão pouco, de uma visão societária.

Portanto, a discussão do ME no contexto dos MS, visa ressaltar também a importância dos MS no âmbito de uma sociabilidade marcada pela disputa de projetos diferenciados e antagônicos que perpassa diversas esferas da totalidade social. Desse modo, tal análise, torna-se relevante para melhor compreendermos a atuação do MESS no cotidiano de lutas por uma universidade pública, gratuita, democrática, laica e de qualidade e de um projeto de formação profissional consubstanciadas nas Diretrizes Curriculares de 1996, lutas inseridas numa conjuntura de disputa de projetos educacionais nos marcos dessa sociabilidade. Nesse aspecto, é relevante frisar, que historicamente, o ME e em especial o MESS, tem atuado em sintonia com a defesa de construção de uma sociabilidade para além do capital.

Nesse cenário de disputas e correlação de forças políticas e ideológicas, segmentos dos MS identificados com um ideário emancipatório, assumem um papel de destaque na implementação de lutas sintonizadas com o ideal de transformação societal. Nesse sentido, os MS, e entre eles o ME consistem em espaços de

organização, participação e ação coletiva, potencialmente favorecedores da materialização de uma ação política transformadora do status quo, mediante o desenvolvimento de lutas e atividades direcionadas para defesa de interesses que exprimem os valores e princípios que norteiam as ações desses sujeitos. Valores que majoritariamente se colocam no campo de negação das relações mercantis dominantes.

A conjuntura atual é marcada, pelo refluxo dos Movimentos Sociais(MS), realidade influenciada, dentre outros determinantes pela propagação da impossibilidade de ultrapassagem da ordem estabelecida e pela valorização de relações mercantis.

Luchmann e Souza(2005) sinalizam que a atuação dos MS, nas décadas de 1970 e 1980, caracterizava-se pelo caráter combativo e contestatório diferentemente dos anos 1990, nos quais se configura um direcionamento particularizado por relações propositivas e participativas junto ao Estado, em detrimento de atuações mais reivindicativas.

Para Montão(2002) a inflexão ocorrida na relação entre as ONG e os MS, constitui uma expressão dessa crise, uma vez que, nos anos 70 e 80 do século XX, existia uma articulação entre tais sujeitos coletivos, na luta pela instituição do Estado democrático e de direitos de cidadania para diferentes segmentos da sociedade brasileira. Já nos 1990, explicita-se a profunda alteração que acontece nessa relação, visto que as ONG passaram a atuar não mais em parceria, mas a ocupar os lugares dos MS. Partindo do entendimento do autor, é possível afirmar que essa inflexão contribui para o processo de reprodução da sociabilidade mercantil, já que, majoritariamente, as ONG conformam espaços mantidos financeira e ideologicamente por instituições representantes do capital, o que por sua vez, potencializa uma atuação dessas organizações, sintonizada com a manutenção dessa sociedade.

Gonh(1992) ressalta que a fragilização dos MS é influenciada por problemáticas como o aumento do desemprego, a aceitação das diretrizes neoliberais como fundamento da relação Estado e sociedade, e, também, pela forte descrença em relação a política na contemporaneidade.

Temos a apreensão que os aspectos, salientados por Gonh, se apresentam de modo radicalizado na atualidade. Não se pode mascarar a existência de uma conjuntura marcada, cada vez mais pela expansão do desemprego e de suas conseqüências para a desorganização dos segmentos do trabalho, situação que potencializa para o não reconhecimento do pertencimento de classe de parte significativa desses sujeitos.

A descrença política se constitui um elemento particular da nossa história. Perspectiva que se manifesta no estabelecimento de relações fundamentadas na lógica clientelista e na cultura do favor, do famoso “jeitinho brasileiro”, na sobreposição de interesses particulares em relação aos anseios da coletividade. Aliado a isso, vivencia-se, um contexto político complexo e difícil, particularizado pela conquista da presidência por um partido historicamente identificado pelo ideário de transformação social, contudo, atuando, preponderantemente, com fundamentação nos ensinamentos e indicações neoliberais de valorização do privado, desqualificação do público e destruição dos direitos sociais. Com base nessas reflexões, pode-se afirmar que o cenário é crítico para os MS identificados com a construção de outra sociabilidade para além do capital, senão crítico, o contexto contemporâneo é, no mínimo, preocupante, pois se intensifica a vivência de desvalores sustentadores desta ordem como egoísmo, competitividade, individualismo, associados às particularidades da realidade brasileira.

Entendemos, ainda, que as perspectivas pós-modernas contribuem para esse cenário de desmobilização, pois a negação da razão moderna favorece o exacerbamento de vivências efêmeras em detrimento da construção de projetos societários alternativos para humanidade, visto que a pós-modernidade se caracteriza por concepções que “buscam no isolamento do indivíduo (o sujeito localizado na comunidade tecnológica e informatizada do século XIX, mas ‘deslocado’ de sua sociabilidade) a solução para os problemas enfrentados pelo homem na sociedade contemporânea” (MAGALHÃES, 2004, p.83).

O isolamento e a atomização dos sujeitos, como características de perspectivas situadas no campo da pós-modernidade, contribuem para fragilização de ações e organizações coletivas, já que se verifica uma forte tendência de exaltação da subjetividade, sem considerar, entretanto, o solo societal em que os indivíduos estão inseridos, uma sociabilidade marcada pela exploração, relações competitivas, opressoras e egoístas.

Tais elementos corroboram para fragilização das organizações coletivas, identificadas com o ideário de transformação e construção de outra forma societária, inclusive, o ME que, historicamente, levanta a bandeira em favor da universidade pública, gratuita, laica e de qualidade no Brasil.

De fato, o momento presente evidencia a retração da organização política da classe trabalhadora. Contexto sócio-histórico de abandono das idéias anticapitalista por parte de importantes partidos situados no campo da esquerda, exemplar é o caso do PT no Brasil. Essa tendência favorece a constituição de cenários nacionais nos quais a realização de:

Contra-reforma que sofreriam dura oposição se encaminhadas por governos originariamente neoliberais estão sendo aprovadas por coalizações que contam com forças que outrora possuíam uma imagem não neoliberal (LEHER, 2005, p.18).

Ou seja, vivenciamos uma conjuntura desfavorável aos segmentos do trabalho. Alicerçando-nos em Fontes(2008), assinalamos que a radicalidade neoliberal do tempo presente, expressa o processo de intensificação da disponibilização e disciplinamento do trabalho em relação ao capital. Disciplina na qual as forças dominantes, utilizam a violência e a construção de consensos que rebatem fortemente nos MS, em particular no movimento sindical, não é a toa que “assistimos à destruição dos sindicatos combativos, ao desmonte de anteparos legais, ao aguçamento da concorrência internacional dos trabalhadores” (FONTES, 2008, p.31).

A autora, ainda chama atenção, para o explícito processo de metamorfose que perpassam os MS nesse contexto, de aprofundamento da exploração e subalternização dos segmentos do trabalho. Dessa maneira, organizações populares de cunho reivindicativo, passaram a se configurar em espaços “mercantil-filantropico”. Essa regressiva conversão está articulada a marcante propagação no campo das organizações sociais, da importância das demandas específicas, entretanto, desvinculadas da luta anticapital, perspectiva que predominou, sobretudo, nos anos de 1980, imbricada a essa tendência, se verifica a disseminação de militantes que embora preocupados com a melhoria de condições de existência da população explorada e oprimida, atuam de modo localizado, pontual e fragmentado, levando-os ao abandono de lutas e reflexões sintonizadas com o ideal do fim da sociedade de classes. Realidade que corrobora com a transformação de militantes em assessoristas de projetos sociais, situados no campo da filantropia, bem como para o aniquilamento “do horizonte da contradição entre fazer filantropia, ser militante e ser remunerado mercantil por essa atividade” (FONTES, 2008, p. 35).

Sem dúvidas, essas “confusões” ou mudanças de funções no interior das organizações de origem populares, consistem em mais uma das estratégias de convencimento, empregada pela ideologia do capital na sua versão neoliberal, com o intuito, de fragilizar as organizações e os sujeitos contestadores e opositores da sua dominância. Esse propósito de inflexão das lutas se expressa, por exemplo, na tentativa desmesurada de satanizar o Estado e mascarar as contradições existentes na sociedade civil.

Em reflexão sobre os movimentos de classes no Brasil, MOURA(2008), assevera que na atual conjuntura, o movimento sindical e os partidos de esquerda “

parecem não dar conta de incorporar os diferentes sujeitos que se apresentam” (p. 52). Essa situação manifesta um momento de máxima complexidade, no que diz respeito, à organização e atuação política dos segmentos do trabalho, cada vez mais, a classe trabalhadora se torna diversificada e heterogênea, o que significa que a tomada de consciência e o pertencimento de classe é uma necessidade real, importante e urgente, por parte dos(as) desempregados, dos(as) subcontratados, dos(as) inseridos(as) na informalidade, e principalmente, pelos movimentos de trabalhadores(as) já organizados.

Iamamoto(2006), sinaliza que essa tendência, de reduzida combatividade do movimentos sindical e suas entidades, deve ser entendida, levando-se em consideração os rebatimentos da reestruturação produtiva, que acaba por gerar uma diversificação nas relações de trabalho no interior das fábricas; a expansão de trabalhos precarizados; o acirramento da competitividade entre os trabalhadores(as), dimensões que incidem na des/organização política dos segmentos do trabalho.

Para contribuir, com nosso entendimento sobre a inflexão pelo qual passa os MS na contemporaneidade, em particular o movimento sindical, já que temos o entendimento que a organização estudantil e suas entidades, historicamente apresentam vinculações com esses sujeitos políticos, realizaremos uma breve análise da recente trajetória da organização da classe trabalhadora no Brasil.

Segundo Moura(2008), o novo sindicalismo, iniciado no final da década de 1970, com as manifestações e greves, sobretudo, circunscritas ao ABC paulista, se fundamentava na defesa de direitos trabalhistas e sociais, a participação da base, associada a luta pela democracia política no país. Foi o fortalecimento dessa vertente que culminou com a criação da Central Única dos Trabalhadores(CUT) em 1983 e que desde a sua fundação apresenta-se estritamente vinculada a criação do Partido dos Trabalhadores, em 1980. Conforme (MOURA, 2008, p.58)

Com bases sociais vinculadas diretamente ao movimento dos trabalhadores, consolidou-se o projeto de fundação do PT. Esse partido, de formação originalmente operária, foi determinante na formação da CUT. Pode-se dizer que as fronteiras entre os militantes do PT e da CUT, além da ampla maioria dos movimentos sociais e populares, que retomavam suas ações ou se constituíam no país pós-ditadura, não estavam definidas. Naquele quadro o PT expressava o movimento de massa, o conjunto dos trabalhadores, que em geral não estavam ligados aos partidos comunistas.

A vitória de Fernando Collor de Mello e, logo em seguida, os oito anos de gestão de Fernando Henrique Cardoso(FHC), colocaram o Brasil a plena disposição da expansão neoliberal, que já se processava mundo afora. A vitória do PT em 2002,

apoiado pela CUT até significou a contestação esmagadora da população brasileira, com o rumo dado ao país nas gestões anteriores, entretanto, o caminho adotado não foi destoante do receituário neoliberal. Assim:

Cada vez mais, setores do movimento sindical brasileiro incorporam as teses gestadas pelos intelectuais orgânicos da burguesia. O discurso de pretensa inexorabilidade do processo de “globalização econômica” parece ter abarcado os setores dirigentes da CUT e do PT. O projeto orientado pelo segmento especulativo do capital, com o discurso de incorporação á ordem e de parceria entre trabalhadores e patrões. Afirma a diluição das classes em prol de uma individualidade falaciosa. (MOURA, 2008, p.59).

Como será tratado nos capítulos seguintes, o governo de Lula tem sido responsável, pela implementação de medidas que se pautam, na perspectiva de aprofundar a regulação neoliberal no país. Sendo esse posicionamento político, apoiado por entidades que historicamente tiveram suas ações voltadas, para defesa dos interesses da maioria da população, entre elas, a CUT e a própria União Nacional dos Estudantes(UNE).

No âmbito de negação da atuação política da CUT, sobretudo no que diz respeito, à relação de subordinação diante do governo Lula, tivemos, a criação em 15 de dezembro de 2005, da Coordenação Nacional de Lutas(CONLUTAS), formada por sindicatos, MS e organizações de cunho popular, comprometidas com o desenvolvimento de lutas contrárias as contra-reformas que vem sendo materializadas no Brasil. Segundo essa entidade, a CUT se transformou em uma organização, que prefere apoiar o atual governo do que defender os interesses e direitos dos(as) trabalhadores(as) nacionais.

Acreditamos que seja necessário destacar, que a criação da CONLUTAS recebeu influência significativa de militantes do Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados(PSTU)⁶, este considera o PT um partido reformista e que no cenário atual subsidia as ações da burguesia nacional.

A criação de novas entidades, no campo de organização dos(as) trabalhadores(as) e também, do segmento estudantil, evidencia o descontentamento político de militantes, com a condução do país, que direcionada por um partido construído no âmbito das lutas sociais, todavia, tem atuado em conformidade com a hegemonia neoliberal, adotada nos governos anteriores, o que de certo modo, manifesta um expressivo divisionismo e/ou instabilidade existente no movimento

⁶ O PSTU foi fundado em 1994, sobretudo, por militantes que romperam com o PT. Mais recentemente, em 2004, ocorreu uma nova dissensão no PT, que culminou com a criação do Partido Socialista e Liberdade(PSOL).

organizado dos segmentos do trabalho e estudantil no Brasil e que rebate de maneira significativa, no MESS. Tendência, evidenciada, por exemplo, nos conflitos que envolvem a postura do segmento estudantil e da ENESSO, diante do governo Lula e da UNE, aspectos amplamente debatidos pelos agrupamentos políticos que se organizam no MESS.⁷

Contudo, a contradição é inerente a sociedade do capital e desse modo, forças antagônicas a dominação burguesa se manifestam de modo combativo, inclusive, nesse contexto de retração política da classe trabalhadora.

De maneira mais ampla, temos a criação do denominado movimento antimundialização, que nos últimos anos tem protagonizado relevantes lutas contra a dominação capitalista. O marco desse movimento consistiu os protestos durante a reunião da Organização Mundial do Comércio(OMC) na cidade de Seattle, em 1999. Apresentando posicionamento radicalmente contrário ao receituário neoliberal, esse movimento construiu e organiza o Fórum Social Mundial, espaço que segundo Wallerstein(2005) tem o objetivo de promover lutas contra os males provocados pelo capital, com postura de respeito as necessidades imediatas dos diversos segmentos que compõem o fórum.

Para Chesnais, Serfati e Urdí(2005) o movimento antimundialização apresentou como primeiros objetivos, o combate a mercantilização dos serviços públicos efetivado mundialmente pela OMC, mediante o Acordo Geral sobre Comércio e Serviço(AGCS), mercantilização que atinge diversas esferas, entre elas a educação.

O pensamento de Wood(2005) é que a organização dos(as) trabalhadores(as) deve começar dentro de cada Estado, dado seu entendimento, que o Estado no atual momento da globalização apresenta funcionalidades imprescindíveis para a acumulação do capital. Entre tais funções, evidenciamos o seu papel de “manter a mão de obra imobilizada enquanto o capital se move através das fronteiras nacionais, ou nos capitalismo menos desenvolvidos atua como correia de transmissão para outros Estados capitalistas mais avançados(WOOD, 2005, p.111).

A apreensão da autora situa o Estado como importante alvo das lutas de classes em nível local e nacional, visto que no âmbito da contradição, como agente da globalização o Estado pode se constitui, antagonicamente, como ente bloqueador desta.

Em âmbito nacional, alguns sujeitos coletivos, denominados por Moura(2008) de “novos movimentos de classe”, têm assumido uma postura de organização combativa diante da perda de direitos e das precárias condições de

⁷ O aprofundamento dessa questão se encontra no capítulo cinco dessa dissertação.

existência, seja na cidade e/ou campo. Nessa dimensão, temos a significativa atuação política do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra(MST), o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto(MTST) e o Movimento Terra Trabalho e Liberdade(MTL), que segundo a autora implementam:

Uma lógica e intervenção inovadoras. Organiza e aglutina segmentos distintos de trabalhadores sob uma mesma “bandeira”. Essas novas organizações buscam implementar alternativas econômicas para sobrevivência e auto-sustentação dos trabalhadores. Experiências que se desenvolvem numa dinâmica que busca o controle do processo de trabalho e forma não-capitalista de organização econômica. A organização de massa, priorizando a democracia e a ação direta, é a principal referência desses movimentos(MOURA, 2008, p.60).

Diante do exposto, seja a necessidade de luta circunscrita aos Estados nacionais apontadas por Wood, ou as lutas globais destacadas por Chesnais, Serfati e Urdif, e ainda, os movimentos existentes no Brasil que foram destacados por MOURA(2008), constituem e expressam possíveis e concretas respostas de resistência do trabalho contra o capital.

Em se tratando, especialmente do ME, é interessante ressaltar algumas características peculiares desse MS, entre elas; um movimento formado, majoritariamente, pela juventude⁸, que se depara, na contemporaneidade, com um cenário de crise, em que o diploma universitário não representa mais a garantia de um futuro melhor. Nesses termos, Almeida (2004) destaca que a preocupação dos(as) estudantes com a inserção no mercado de trabalho é tão significativa, que verificamos seus rebatimentos, inclusive, no afastamento considerável de alunos(as) das organizações coletivas no âmbito universitário, como é o caso do ME.

Os dados da pesquisa realizada em novembro de 1999, pelo Núcleo de Opinião Pública da Fundação Perseu Abramo, com jovens de quinze a vinte quatro anos, nas nove regiões metropolitanas e Distrito Federal, revelam que do total de entrevistados(as), 58% estudavam. Entretanto, só a condição de estudante não é suficiente para caracterizar, de forma mais profunda, a juventude brasileira, pois tal pesquisa, também, evidenciou que, do universo investigado, 78% trabalhavam e/ou estavam na procura de emprego para adentrarem no mundo do trabalho.

⁸ A dissertação não tem o propósito de confrontar teoricamente as diferentes concepções existentes sobre juventude. Contudo, temos o entendimento que não podemos tratar dessa temática, levando-se em consideração, somente, a idade em si, mas as determinações econômicas, sociais, políticas, culturais que incidem na vida desses sujeitos que vivenciam entre outras dimensões: situações de confrontos de valores, idéias, momentos de transição, processos formativos e níveis de maturidade diferenciados.

Relevante enfatizar, que os dois principais motivos elencados pelos jovens que abandonaram os estudos são de natureza econômica, 34% deles apontaram à impossibilidade em conciliar trabalho e estudo e 16% evidenciaram a falta de recursos financeiros como impedimento para continuidade da vida escolar⁹.

Em dezembro de 2003, investigação do Projeto Juventude/Instituto Cidadania em parceria com o Instituto de Hospitalidade e do SEBRAE, divulgaram dados de uma pesquisa realizada com jovens entre 15 e 24 anos de todo o país e que tratou, ainda, de retomar e ampliar os temas destacados pela pesquisa da fundação Perseu Abramo, de 1999.

Com base nos dados da pesquisa do Projeto Juventude, três em cada quatro jovens entrevistados(as) estão inseridos(as) no mercado de trabalho ou procurando uma ocupação. O tema “trabalho” se configura entre os(as) jovens como aqueles de maior interesse e preocupação. Visto que o trabalho se apresenta como:

elemento fundamental de seu presente ou de seu futuro próximo, é concebido como necessidade pela maioria, mas também como fator de crescimento, de conquista de independência e de auto-realização para parcelas amplas da juventude.(Projeto/Juventude, 2003, p.92).

A violência e dificuldades de inserção no mercado de trabalho são tidas como os principais aspectos negativos da condição de ser jovem no Brasil.

Em relação à dimensão cultural a pesquisa evidencia que 85% dos entrevistados(as) não participam de grupos de jovens, e aqueles(as) que participam atuam, especialmente, em organizações vinculadas a Igreja.

Recente pesquisa da Fundação Getulio Vargas¹⁰, destaca que falta aos pais e jovens brasileiros, tomarem consciência do poder transformador da educação em suas vidas, como os altos impactos educacionais exercidos na esfera de empregabilidade, salário e saúde.

O caráter transformador da educação, como salientado pela Fundação, se consubstancia notoriamente numa tendência de proporcionar melhores conquistas e desenvolvimento no interior do mercado de trabalho, o que representa, sobretudo, uma lógica de preservação dessa sociabilidade, pois não se apreende incentivos a um tipo de educação como mediação que possibilite o questionamento da sociedade

⁹ Conforme dados da pesquisa do percentual de 42% que pararam de estudar, apenas, 1% o fez por ter concluído o ensino superior.

¹⁰ A pesquisa foi divulgada no site da Fundação no dia 16 de abril de 2009, e patrocinada pela própria fundação, pelo Unibanco, pelo Movimento Todos pela Educação e pela Educar Dpaschoal. As principais fontes da pesquisa foram os microdados dos Suplementos da PNDA de 2004 e 2006, microdados da Pesquisa Mensal do Emprego (IBGE).

erguida pelo capital, marcada pela dominação, exploração e opressão que repercute, inclusive, na esfera educacional, como é evidenciado no capítulo três desse trabalho.

Segundo dados disponibilizados pela Fundação Getúlio Vargas, no universo da referida pesquisa, os jovens entre 15 e 17 anos, elencaram a ausência de interesse, como principal responsável pelo abandono escolar, representando um percentual de 40,3%, enquanto que o abandono por questões de renda e trabalho corresponderam ao patamar de 27,1%. Os dados são realmente inquietantes, levando-nos a refletir o que na essência representa a denominada ausência de interesse. Não seria um reflexo da profunda instabilidade vivenciada neste contexto de extrema crise dessa sociabilidade, em vez de se configurar como mera falta de apreensão dos pais e jovens em relação ao impacto da educação nas suas vidas?

Nessa dimensão, a análise da atuação do MESS, um movimento, constituído majoritariamente por jovens, exige mediações que reflitam sobre essas problemáticas enfrentadas pela juventude na atualidade.

O afastamento de estudantes das organizações coletivas no interior das instituições de ensino superior configura, também, reflexo da ausência de uma efetiva política de assistência estudantil que proporcione a permanência dos(as) universitários(as) no cotidiano dessas instituições.

Aliado a esses aspectos de ordem objetiva, que contribuem para o distanciamento de jovens do universo da educação formal, e desse modo, das próprias organizações coletivas peculiares a tais espaços, como é o ME, ainda, vivenciamos um nítido processo de despolitização, que atinge vários âmbitos e organizações da sociedade. O tempo presente reflete a radicalização da barbárie, expressa, por exemplo, na agudização das relações competitivas e do individualismo, o que, por sua vez, fragiliza a construção de valores e práticas identificadas com a construção de outro projeto societário. Outro elemento presente na realidade do ME é a tentativa de ocupação de entidades, historicamente identificadas com a transformação societal, por forças teóricas e políticas conservadoras. Nas palavras de Fontes(2009): “nós estamos vivendo um momento de em que o capital hoje investe fortemente em apassivar movimento sociais ainda que tenha que gastar algum recurso para isso”(2009, p.04).

Outro aspecto importante consiste na transitoriedade do ME, que aliada à fragilização na formação política dos(as) militantes, representa dificuldades no processo de renovação de seus membros.

Além disso, o caráter pluriclassista do movimento contribui para a apreensão e desenvolvimento de ações diferenciadas no contexto social, nesse sentido, levando-se em consideração o grupo político, pode existir concepções

diversas sobre a funcionalidade da universidade na sociabilidade capitalista. Logo, no tocante a própria contra-reforma do ensino superior e a formação profissional, os posicionamentos podem ser diversificados no interior do ME.

Além disso, a conjuntura recente revela mudanças relativas às esferas cultural e social dos jovens, visto que verificamos a emergência de novos espaços de atuação juvenil, são exemplos dessa tendência os movimentos hip hop e rap, os quais segundo Mische (1996, p25) “surgem como a voz de revolta e auto-afirmação. Estes constituem espaços de resistência com criatividade ao desespero da violência, das aspirações bloqueadas e da falta de respeito por parte da cultura dominante”. Portanto, ao mesmo tempo, que a atual conjuntura contribuiu no enfraquecimento de determinados espaços políticos de organização, contraditoriamente, proporciona o fortalecimento da atuação dos (as) jovens em outras dinâmicas de organização.

Consideramos desse modo, que o ME brasileiro enfrenta, na atualidade, contradições e desafios que podem contribuir, ainda, mais para o cenário de fragmentação de sua atuação política.

2-2 MOVIMENTO ESTUDANTIL: resgate histórico e tendências recentes

O resgate histórico do Movimento Estudantil(ME) brasileiro evidencia que a defesa da universidade pública, gratuita e de qualidade social constitui em uma das principais bandeiras de luta desse segmento organizado. Permite, ainda, apreendermos a ação política, majoritariamente, assumida ao longo de diferentes conjunturas brasileiras, em especial, no atual cenário de realização de profundas mudanças no âmbito da educação superior, locus privilegiado de sua organização e atuação. Assim, faremos uma breve contextualização do ME, apresentando como marco inicial de sua ação a criação da UNE, por se tratar da entidade máxima dos(as) discentes universitários(as) no país.

Antes da criação da (UNE), no ano de 1937, a atuação do segmento estudantil era caracterizada, conforme Poerner (1979), pela transitoriedade e regionalismo, ou seja, por ações focalistas e de caráter local. É somente em 1937, com a criação e reconhecimento, pelos (as) estudantes brasileiros(as), da UNE, como sua entidade máxima de representação, que as lutas estudantis tornaram-se mais expressivas e articuladas em nível nacional.

Segundo esse autor, desde sua criação até a década de 1950, o ME, mediante atuação da UNE, participou de lutas importantes no cenário brasileiro, dentre

das quais ressaltamos: as mobilizações contra o Estado Novo¹¹; defesa do patrimônio territorial e econômico do país expressa por meio da campanha favorável à criação da Petrobrás e pela proteção dos recursos naturais, sobretudo das riquezas minerais; os protestos contra o aumento nas passagens dos bondes de São Paulo; entre outras ações.

Diante do exposto, evidencia-se que, naquele momento, o ME preocupava-se com questões referenciadas na agenda política conjuntural do país e prevalecia tendência de abstrair as singularidades do movimento, secundarizando as problemáticas vivenciadas pelos(as) estudantes no cotidiano das instituições de ensino superior brasileiras.

Esta tendência sofre alterações na década de 1960, quando são realizados dois seminários sobre reforma universitária, nos anos de 1961 e 1962, respectivamente na Bahia e no Paraná. O resultado dos seminários foi expresso na denúncia, por segmentos do ME, quanto à disseminação ideológica pelos setores dominantes da lógica que defende o ensino superior como privilégio de uma minoria e a universidade como instrumento dos setores interessados na preservação da ordem vigente. Portanto, desde a década de 1960, a defesa da universidade pública, gratuita e de qualidade social, bem como o desenvolvimento de processos formativos críticos, se tornaram mais expressivos nas reivindicações e ações do ME.

Em 1964, tivemos a instauração da ditadura militar, caracterizada na realidade brasileira pela repressão, autoritarismo, censura com destruição de canais e espaços democráticos e morte de lideranças políticas. Durante a ditadura, uma das metas principais dos governos autoritários consistia na atração de capitais estrangeiros, subordinando o país aos ditames externos, sobretudo dos Estados Unidos. Não é à toa que, durante esse período, tivemos o chamado “milagre econômico”, durante o qual os índices de crescimento foram considerados expressivos, entretanto, essa elevação não se converteu para toda sociedade, sendo os segmentos das classes trabalhadoras aviltados do processo que teve poucos beneficiados, além disso, vale ressaltar que foi proporcionado pela contínua política de endividamento do Brasil.

Desde a instauração do regime militar, as legislações adotadas demonstravam a preocupação em conter a atuação estudantil, em novembro de 1964, foi aprovada a Lei Suplicy de Lacerda, que tinha como principal objetivo eliminar a autonomia do ME.

É importante destacar que em maio de 1968, acontece em diversos

¹¹ O denominado Estado novo correspondeu aos anos de gestão de Getúlio Vargas nos anos de 1937 a 1945.

países, manifestações de negação da sociabilidade capitalista e constituídas significativamente, por estudantes, sendo que a maior expressão dessas manifestações ocorreu na França.

Fontes(2009), considera que o maio de 1968, representa o epicentro de um complexo processo de lutas, que vinham se manifestando em diversas partes do mundo, como México, EUA, Japão, Europa e que caracteriza a “ a irrupção, no plano internacional, de um certo tipo de lutas de novo tipo que não podem mais ser contidas nem são solucionáveis nos espaços nacionais” (p.1). As lutas destacadas pela autora são aquelas que denunciavam a crescente devastação internacional do capital, e que se expressavam, por exemplo, nas questões pacifistas; anticoloniais, racistas, sexistas, entre outras, as quais não poderiam ser enfrentadas no espaço restrito dos Estados nacionais.

Para essa autora, a repressão militar, configurou o maio de 1968 no Brasil, como manifestações, predominantemente, estudantil e antitatorial, contudo, é necessário, considerar que as manifestações se processaram por diversos setores urbanos do país, visto que aquela conjuntura é marcada pelo:

processo de diversificação industrial importante e impactante, era um período de virada da estrutura demográfica nacional e que, portanto, as manifestações de 68 são fortemente antitatoriais e com um cunho fortemente popular. E é contra elas e contra a possibilidade, o temor que esse tipo de manifestação se estendesse, que certamente o AI 5 inaugura a pior repressão no caso brasileiro(2009, p.02).

Nesta conjuntura contraditória e repressiva, foi realizado o XXX Congresso da (UNE), em outubro de 1968, que se constituiu num desafio para o ME, pois a violência desencadeada contra os críticos do regime se intensificava, além disso, as reuniões, encontros estudantis e as mobilizações de repúdio as atrocidades cometidas pela ditadura eram consideradas como ações subversivas e de ameaça a ordem estabelecida. Preocupados com a repressão, o lugar escolhido para realização do referido encontro foi Ibiúna, pequena cidade no interior do estado de São Paulo, objetivando, com tal medida, não chamar atenção e, assim, evitar um confronto policial. No entanto, a clandestinidade não se materializou e a realização do congresso chegou ao conhecimento das autoridades militares e, praticamente, todos os congressistas foram presos, entre eles os principais líderes do ME, gerando um grande abalo e marcando o início de influxo do movimento.

O refluxo do ME deve ser analisado levando-se em consideração a instituição das medidas repressivas, as quais se tornaram constantes, naquele contexto brasileiro. Assim, em dezembro de 1968, inicia-se o que Netto (2005, p.38)

denominou de “genuíno momento da autocracia burguesa,” com a instalação do Ato Institucional 5, considerado uma das legislações mais autoritárias e violentas do regime. Em fevereiro de 1969, o Decreto lei 477 foi instituído, e tratou de estabelecer as infrações disciplinares cometidas por docentes, discentes, e funcionários(as) das instituições de ensino no país, concebendo greves e mobilizações estudantis como atos infracionais, visando a fragilização do ME.

É necessário destacar que, nas décadas de 1960 e 1970, as ações políticas do ME estavam voltadas para denúncia do descaso dos governos ditatoriais com a educação, evidenciado a interferência norte americana neste setor, por intermédio dos acordos MEC – USAID, bem como procuravam fortalecer a luta contra o regime militar.

Este direcionamento de ações voltadas mais especificamente para o âmbito educacional, bem como, atividades de caráter genérico consistia em motivo de discordância, no tocante a forma de atuação a ser desenvolvida pelo ME. Nessa perspectiva, Ramos, referendada em Martins Filho (1987), ressalta a presença de duas tendências:

A primeira atribuía-lhe a função de denunciar a ditadura militar, através de grandes manifestações públicas, que marcariam sua presença perante a sociedade [...] a segunda posição, defendia a “luta específica” ou luta nas escolas [...] nesta concepção, a politização dos (as) universitários (as) surgiria das reivindicações que lhes são específicas, e seria no seu processo de organização que eles (as) apoiariam o movimento dos (as) trabalhadoras (RAMOS, 1996, p.63)

Podemos considerar a tendência defensora das grandes mobilizações nas ruas, como hegemônica no âmbito do ME naquele momento. Decorrente desta posição é necessário enfatizar o protagonismo desse movimento na atuação contra o regime repressor de 1964. Neste âmbito, a reconstrução da UNE conformou uma caminhada árdua nesse processo.

Neste contexto, é importante evidenciar que o XXXI Congresso da UNE, mais conhecido como “Congresso da Reconstrução”, ocorrido em 1979, em Salvador, no Centro de Convenções da Bahia, significou, antes de tudo, a expressão da organização e fortalecimento das bases estudantis que vinha ocorrendo em todo país. Em 1972, alguns Centros Acadêmicos retomam a iniciativa de denunciar as barbaridades praticadas pela ditadura. Esse ano e o seguinte são marcados pela realização dos primeiros encontros por área de acordo com as diferentes profissões. Em 1975, a ocorrência de greves em algumas universidades brasileiras, como nos estados do Rio Grande do Sul, São Paulo, Rio de Janeiro, Bahia e Pernambuco, sinaliza que o ME encontrava-se em processo de reorganização e recuperação do

caráter político combativo das entidades estudantis. Com tais propósitos, no ano de 1976, aconteceram as primeiras eleições de Diretórios Acadêmicos Livres, como por exemplo, o da Universidade de São Paulo (USP). É importante destacar, também, que em 1976, foram realizados o I e II Encontro Nacional dos Estudantes (ENE). Estes encontros consistiram nas primeiras medidas visando à reorganização do ME em nível nacional.

O ano de 1977 ficou marcado pela volta dos(as) estudantes às ruas, com as grandes mobilizações contra o ensino pago, o aumento abusivo das mensalidades nas universidades privadas e, também, contra o regime ditatorial.

Outro fato relevante, ocorrido no mesmo ano, consistiu no III ENE, no qual foi formada a comissão Pró-UNE, cuja responsabilidade correspondia em “coordenar as lutas estudantis em nível nacional, propagandear a história da UNE e promover o debate acerca da necessidade de sua reconstrução” (ROMAGNOLI e ALVES, 1988, p 32).

É interessante salientar que as insatisfações com a ditadura militar se intensificaram, e outros segmentos organizados da sociedade renasceram, com ênfase para o ressurgimento das reivindicações operárias, expressas, sobretudo, através dos movimentos grevistas no ABC paulista, em 1978.

Tal ano é significativo para o ME devido o crescimento quantitativo de CAs; pela eleição da primeira diretoria livre para a União Estudantil de São Paulo e, ainda, pela efetivação do IV ENE, que tratou das discussões sobre a realização do Congresso de Reconstrução da UNE, estabelecendo, inclusive, a data e local. Como podemos observar, este congresso foi decorrência de um processo de rearticulação do ME, que estava acontecendo em todo Brasil.

Observamos, na conjuntura brasileira do final da década de 1970, o fortalecimento das lutas de diversos segmentos da sociedade na defesa pelo retorno ao Estado de direito e o ME constituiu-se em um importante protagonista nesse processo.

Portanto, o segmento estudantil organizado teve papel relevante na luta contra a ditadura militar, dessa maneira conforme Romagnoli e Alves (1988) no Congresso da UNE de 1979, entre as lutas que deveriam ser implementadas por esta entidade, estavam: a defesa da anistia, ampla e irrestrita e a reivindicação por uma Assembléia Nacional Constituinte. Além disso, não podemos deixar de referenciar a contribuição estudantil nas pressões pelas “Diretas já”, desencadeadas por mobilizações de vários segmentos da sociedade favoráveis à realização das eleições diretas para Presidência da República no ano de 1985. Apesar de amplas manifestações em todo país, o processo eleitoral democrático não se materializou,

mesmo assim, a articulação das forças políticas contrárias ao regime se fortaleceu.

Na década de 1980, Ramos (1996) sinaliza a existência de três tendências políticas principais que atuavam no ME brasileiro. A primeira tratava-se da tendência denominada “Viração” composta por estudantes com vínculos políticos com a União da Juventude Socialista(UJS), vinculada ao Partido Comunista do Brasil (PC do B) que era hegemônica nos diretórios da UNE e defendia a necessidade da luta por liberdade, democracia e soberania nacional. A segunda tendência era composta principalmente por militantes do PT, e ressaltava a importância de articulação com outros sujeitos coletivos no intuito, de estabelecer alianças no âmbito universitário, na perspectiva de contribuir para a construção de uma nova hegemonia social, como primordial para o segmento estudantil organizado. Já a terceira tendência, considerada minoritária, aglutinava tendências ligadas, também, ao PT, ao Partido da Libertação Proletária(PLP) e ao PSTU que destacava a prioridade da luta contra o capital a partir da aliança entre o ME e os trabalhadores (as) camponeses (as) e operários (as).

Analisamos que a divergência de tendências no tocante ao papel social a ser assumido pelo ME, demonstra que não podemos atribuir práticas unitárias aos MS, pois eles comportam vários grupos políticos com concepções diferenciadas. É possível observamos, nas vertentes citadas, uma postura progressista na dimensão de defesa de lutas importantes que contribuíram na elaboração da crítica e da ação política contra a realidade instituída.

Andrade afirma que as tendências constituem-se no: “elo entre partido político e universidade, refere-se a grupos organizados que atuam no ME, e elaboram suas propostas e orientações à luz dos programas, estratégias e táticas que os partidos de esquerda elaboram em função da conjuntura políticas e econômicas vigentes” (ANDRADE, 1994, p.31). Entretanto, algumas ponderações são necessárias, pois nem todos(as) militantes das tendências são filiados(as) a partidos políticos; uma tendência pode atuar sem, contudo, apresentar vínculo orgânico com partidos políticos; além disso, não é difícil encontrarmos filiados(as) de partidos políticos, sejam eles considerados de esquerda ou de direita que militam no ME, independente de participarem de tendências.

Nos anos de 1990, uma das atividades que marcou a atuação do ME consistiu na realização do V Seminário sobre reforma universitária em São Paulo, o evento contou com expressiva participação dos (as) estudantes que chegaram à conclusão de que a universidade:

Tem por objetivos o desenvolvimento da ciência, da tecnologia da cultura, pautando-se na liberdade de investigação e debate, no

pluralismo metodológico e teórico, na autonomia em relação aos diferentes governos e empresas privadas e cujas prioridades são definidas pela própria comunidade universitária (BOLETIM DA UNE, 1990)

Ainda, durante a vigência dos anos 1990, ressaltamos a participação estudantil nas mobilizações em defesa do impeachment do presidente Collor (1992), os denominados “caras pintadas” entraram em cena contra este governo de cunho neoliberal, entendido pelo ME como um inimigo da universidade pública¹².

No que concerne ao movimento dos “caras pintadas”, Mische (1996) chama à atenção para sua heterogeneidade, diferentemente das manifestações dos anos 1960/1980, cuja composição era basicamente de jovens oriundos da classe média. Esta alteração associa-se ao fato de que as “redes de estudo, trabalho, cultura e sociabilidade não estão mais centralizadas nas universidades” (MISCHE, 1996, p.24), provocando mudanças na própria organização da juventude brasileira, principalmente com a emergência de novos espaços de atuação, ou seja: “de maneira diferente das iniciativas que mobilizaram os jovens militantes da década de 60, os jovens atuais buscam novas formas de aglutinação, participação e expressão” (RAMOS e BRITO 2005, p. 3).

Além disso, Ramos(1996, p.71) afirma que a participação política nas reivindicações de 1992, não foi “canalizada pelos movimentos e entidades juvenis, para uma organização mais crítica e comprometida nas diversas esferas coletivas, do ME, em particular”. Tal perspectiva pode ser percebida, dentre outras questões, pelo refluxo que atravessa o ME na atualidade, percebido a partir de expressões, tais como, na incapacidade de aglutinar a juventude, no divisionismo nos debates e ações travadas pelas suas organizações, na perda de combatividade que antes consistia numa de suas características essenciais.

Uma alternativa a estrutura do ME, apresentada por Mische (1996), capaz de potencializar a revitalização da organização política dos(as) estudantes universitários são as executivas de curso, que ganharam expressividade no final dos anos 1980, com a realização dos Encontros Nacionais das Executivas de Cursos (ENEX), nos quais, “discutia-se, prioritariamente, o papel social do ME e as propostas para a intervenção das executivas” (RAMOS, 1996, p.82).

¹² Collor presidiu o Brasil por dois anos: de 1990 a 1992.

2-3 AS EXECUTIVAS DE CURSO COMO ESTRATÉGIA DE REORGANIZAÇÃO DO ME e a ENESSO

As executivas de curso são expressões do movimento estudantil por área, que objetivam implementar ações relacionadas a determinada profissão, essa atuação pode ser desenvolvida de maneira endógena, quanto pode ser direcionada para o entendimento das demandas profissionais analisadas criticamente a partir das suas determinações históricas.

Em 1992, tivemos a criação do Fórum Nacional das Executivas de Curso, que conformou um espaço privilegiado de discussão e troca de experiência entre as diversas executivas. Tal dimensão é sinalizada na sua compreensão como um espaço de “articulação das executivas, onde se possam construir lutas em conjunto, aumentar o contato entre executivas da mesma área do conhecimento e socializar experiências e acúmulos em determinados assuntos” (FÓRUM DAS EXECUTIVAS, 2005).

Na reunião do fórum, ocorrida em setembro de 2005, ficou evidente a preocupação das executivas em discutir a função social que a universidade brasileira tem cumprido, dada à apreensão desta instituição como um aparelho ideológico que em larga escala, atua em conformidade com a supervalorização da dimensão tecnicista e seguidora da lógica do mercado, priorizando, desse modo, a formação de profissionais para atuarem conforme o modelo societário dominante.

Ainda, foram ressaltadas questões relacionadas à necessidade das executivas travarem lutas conjuntas, a partir de um calendário de atividades unificado, ratificando tal entendimento nos encaminhamentos construídos, além de ter sido aprovada a tarefa de elaboração de um documento consistente sobre educação e universidade, com ênfase para aspectos como extensão, abertura de cursos, avaliação e exame de proficiência, para ser enviado às entidades estudantis¹³.

Tais encaminhamentos expressam que as executivas não se preocupam somente com problemáticas referentes às particularidades dos seus respectivos cursos. Porém, é necessário que as executivas como alternativas de organização para o ME não se tornem entidades burocratizadas e hierarquizadas, a exemplo da UNE na contemporaneidade, dado o seu afastamento das bases estudantis e de suas conseqüentes reivindicações.

O Fórum das Executivas e Federações de Curso(FENEX) tem assumido uma postura de negação no que se referem às principais medidas, realizadas, no

¹³ Até o presente momento, não temos conhecimento da elaboração desses documentos.

campo da contra-reforma do ensino superior, tais como: ENADE, PROUNI, e mais recentemente, REUNI. Essa perspectiva pode ser apreendida, por exemplo, no relatório elaborado em decorrência da reunião do Fórum ocorrida em fevereiro de 2008¹⁴, o qual estabelece que: “as executivas auxiliem na construção de comitês locais contra o REUNI e insiram o debate do REUNI em seus fóruns[...] ampliando o debate no conjunto dos estudantes” (FENEX, 2008, p.01).

Interessante, esclarecer que esse Fórum vem se constituindo em um espaço de organização estudantil, desvinculado da direção da UNE e, que tem apresentado, uma direção crítica em relação à atuação política na entidade nacional dos(as) estudantes brasileiros(as), desse modo, o fórum tem se destacado na construção da Frente Contra a Reforma Universitária, em curso no Brasil.

Em relação a UNE, no 49º Congresso ocorrido também em 2005, à tendência denominada de União de Juventude Socialista (UJS), conseguiu manter sua hegemonia na entidade. Sua postura de apoio a contra-reforma efetivada pelo Governo Lula ficou evidente devido às propostas aprovadas neste congresso. Para justificar o posicionamento de entender as ações do Governo como “reforma” e desse, modo, se colocar favorável a política educacional que de fato é orientada pelas diretivas neoliberais, um dos argumentos utilizados consistiu na defesa de que as reivindicações da UNE relacionadas à assistência estudantil foram incorporadas, com a destinação de 5% das verbas de custeio das instituições federais para essa rubrica. Nos congressos de 2007 e 2009 a mesma tendência, que se encontra majoritariamente nas direções da UNE desde o seu congresso de Reconstrução em 1979, permanece na direção majoritária da entidade. Conforme Santos(2007):

A direção da UNE é hegemônica por militantes do PC do B, por meio de sua juventude, a União da Juventude Socialista – UJS. Vale ressaltar que desde a eleição do Governo Lula (2002) a Juventude do PT-JPT (pertencentes majoritariamente a tendência interna do partido - Articulação Unidade na Luta) aliou-se a UJS imprimindo a direção da UNE uma prática governista e “pelega” por se afastar das lutas estudantis.(106)

A argumentação de Santos revela complexidades na atuação da UNE no tempo presente e que reflete nos demais espaços de atuação e organização estudantil, inclusive, no MESS e na ENESSO, conforme apontamento da nossa pesquisa, a executiva de Serviço Social, age de modo a negar e afirmar a UNE, num

¹⁴ Na reunião do FENEX ocorrida em fevereiro de 2008, na cidade de Salvador, estavam presente as entidades dos seguintes cursos: Engenharia Florestal, Geografia, Fonoaudiologia, Medicina, Biologia, computação, Serviço Social, Comunicação Social, Filosofia, Farmácia, Nutrição, Enfermagem, Educação Física, Letras, História, Terapia Ocupacional, Biblioteconomia, Agronomia, Artes e Economia.

processo real e contraditório, que envolve as disputas e o direcionamento das lutas estudantis. Segundo o estudo de Santos(2007) a UNE, se converteu em uma entidade burocrática e hierarquizada pelas suas tendências majoritárias, que processa uma ação despolitizada, tendência verificada na transfiguração de uma entidade histórica em uma instância, preocupada, sobretudo, com a arrecadação de dinheiro, mediante a venda de carteirinhas de estudantes¹⁵.

Particularmente, em relação ao MESSS, o estudo de Ramos(1996) expressa que sua organização, em nível nacional, se intensificou no contexto de lutas pela redemocratização do país, no final dos anos 1970¹⁶, ou seja, momento de efervescência das lutas em prol da conquista da democracia política e da garantia de direitos sociais, reclamados por diversos segmentos da sociedade brasileira.

Exemplo dessa assertiva consistiu a realização do primeiro ENESS em 1978¹⁷, fórum que desde a sua origem até os dias atuais, se configura como espaço privilegiado de reflexões, debates e deliberações deste segmento estudantil, e conforme indica (RAMOS, 1996, p.101) logo “no início da década de 1980, em meio ao processo de discussão interna sobre a organização do MESS, já era analisada a necessidade de criação de uma entidade nacional de estudantes”.

Nessa década, ocorre, também, a expansão de centros acadêmicos de Serviço Social, o que por sua vez, expressa o contínuo processo de organização pelo qual perpassa esse segmento.

Além das discussões relativas à criação de uma entidade nacional dos(as) estudantes, o MESS manifestava preocupações em torno da formação profissional, em particular, com atuação no âmbito da reformulação curricular que culminou com a criação do currículo mínimo de 1982, e que segundo MARTINS(1992), no I ENESS ficou evidenciada a posição estudantil de:

Não fazer com que o estudo sobre o currículo se limitasse as discussões por matérias específicas, mas que fosse possível discutir-se[...] ressaltando-se que as questões referentes ao currículo em Serviço Social são apenas um item das questões relativas a educação em nossa sociedade(p.36).

¹⁵Para o autor, a UNE se remete na atualidade a uma fábrica de dinheiro com a produção de carteiras estudantis.(P.107).

¹⁶É importante registrar que anterior a instauração da ditadura militar, no âmbito de organização segmento estudantil de Serviço Social ocorreram alguns encontros nacionais e Silva(2006), destaca a criação da ENESS(Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social) atuante até 1968, ano de instituição do AI 5, e que conforme o autor “ possuía estrutura organizativa semelhante a da ENESSO”(p.21).

¹⁷ O Encontro aconteceu na Universidade Estadual de Londrina com o tema: “O Serviço Social e a Realidade Brasileira” entre os dias 29 e 31 de outubro de 1978.

No ENESS de 1979¹⁸, tivemos a criação da Secretária Executiva Nacional, formada pela escola sede do encontro e um representante de cada região, constituída com o objetivo de potencializar a organização do MESS, além disso, são aprovadas a realização os Encontros Regionais de Estudantes de Serviço Social(ERESS) e do Conselho Nacional de Entidades Estudantis(CONESS)¹⁹.

Pequeno(1990), ressalta que os anos de 1980, foram importantes para o fortalecimento do MESS, devido também, a sua postura de reivindicar a ocupação de espaços junto a organização da categoria. Esta que “inserida numa conjuntura de luta pelos direitos sociais começou a se pensar e a buscar novos caminhos para sua organização encontrando no Movimento Estudantil um grande aliado para essa mudança”(p.51). A partir de então, o MESS, procurou construir aliança com outras entidades de representação estudantil, MS e as entidades representativas do Serviço Social, no caso a ABEPSS e o CFESS.

Segundo essa autora, também, a partir de 1982, inicia-se o processo de ascensão do PT no ME, em particular no MESS, que disputava a hegemonia do Movimento, sobretudo, com militantes vinculados ao PC do B, este que “aliado com algumas reitorias, apresentava uma postura conservadora” (p.59).

Importante ressaltar que no ENESS de 1985, um agrupamento de estudantes defendeu da SESSUNE, chegando a levar tal proposta para plenária final. Entretanto, o encaminhamento tomou sinalizou a necessidade de aprofundar essa questão, levando esse debate, para os(as) estudantes das diversas escolas de Serviço Social do país. Como podemos apreender o processo de criação da entidade nacional, foi resultante, de um debate democrático travado pelos estudantes.

Em 1986²⁰, é importante destacar mudanças na realização do ENESS, que passa a ter a duração de cinco dias, e não mais de três, como anteriormente.

Após dez anos de debates, no ENESS de 1988, é criada a SESSUNE, com o objetivo de contribuir com a organização nacional dos estudantes. A partir de então, tem uma atuação embasada na perspectiva de situar e analisar as questões relativas à profissão no contexto sócio-histórico das determinações estruturais e conjunturais. No seu primeiro ano de existência a entidade funcionou sem estatuto²¹, devido à insuficiência de tempo no referido encontro, contudo, a diretoria eleita atuou considerando o seguinte parâmetro:

¹⁸ Este ocorreu na Universidade Católica de Salvador –BA, o qual não teve tema definido.

¹⁹ Essa estrutura organizativa permanece nos dias atuais, é no CONESS que se discute e se aprova as pautas das mesas e das oficinas a serem realizadas no ENESS.

²⁰ Este ENESS apresentou como tema: “Se muito vale o já feito, mais vale o que será” e foi realizado na Universidade Federal do Rio de Janeiro(UFRJ).

²¹ O estatuto foi aprovado somente no ENESS seguinte.

Articulação com o movimento estudantil geral, articulação com o movimento da categoria, representar os estudantes de Serviço social em território nacional e internacional, articular os estudantes de Serviço Social no país, promover o debate sobre os problemas específicos dos estudantes de Serviço social e coordenar e organizar os encontros nacionais e regionais junto a escola sede dos eventos(PEQUENO, 1990, p. 70).

Para Santos(2007) a década que engloba os anos de 1978 a 1988, ocorreu no MESS um processo de reconstrução de sua “base organizativa nacional e de reaglutinação política dos estudantes principalmente pelos debates em torno da conjuntura e da formação profissional, reivindicando uma direção política filiada a intenção de ruptura com o conservadorismo.” (p.116)

No ano de 1991, acontece o primeiro Seminário Nacional de Formação Profissional e Movimento Estudantil de Serviço Social(SNFPMESS) o que revela a preocupação MESS com a Formação profissional, mediante a criação de um espaço prioritário para discussão dessa temática, o qual é realizado a cada dois anos. A preocupação do movimento com a formação profissional se verifica desde a reorganização desse segmento, no final da década de 1970, e como veremos, essa questão, se mantém atualmente como uma esfera privilegiada na pauta dos(as) estudantes e de sua entidade representativa.

Em 1992, a SESSUNE promove o segundo Seminário Nacional de Formação Profissional. Nesse seminário houve a elaboração do anteprojeto da “Campanha Nacional pela Reestruturação da Formação Profissional do (a) Assistente Social no Brasil”. Um dos desdobramentos desta campanha foi a elaboração do Documento Pro Dia Nascer Feliz, documento sistematizado pelo CA's e DA's de Serviço Social engajados no movimento estudantil, essa sistematização serve como documento base para as discussões iniciais do processo de revisão curricular promovida pela ABESS na gestão 93-95 com sede na UFPE, em Recife-PE(SANTOS, 2007, 119).

Hoje, os fóruns organizados pela ENESSO, escola sede dos encontros e a representação discente em ABEPSS são: Conselho Nacional de Entidades Estudantis de Serviço Social(CONESS), formado pelos C.As e D.A,s cujo objetivo maior é a definição da pauta para o encontro nacional; O Conselho Regional de Entidades Estudantis em Serviço Social(CORESS²²), que apresenta a mesma funcionalidade só que em âmbito regional; ERESS, que consiste no maior fórum de discussão de cada

²² É neste encontro que acontece a eleição para as Coordenações regionais da ENESSO, portanto, processo eleitoral desvinculado da eleição para direção nacional da entidade. Cf.: ENESSO(2007).

região que compõem a ENESSO, ENESS que se refere a máxima instância de deliberação do MESS e evento no qual se elege a diretoria nacional da entidade, além dos SNFPMESS e dos Seminários Regionais de Formação Profissional e Movimento Estudantil de Serviço Social, no qual os(as) estudantes tem a oportunidade de participar de mesas de discussão e apresentar trabalho sobre diversas temáticas que perpassa a profissão, sendo os dois últimos, encontros não deliberativos.

No ano de 1992, emergem no MESS agrupamentos políticos organizados em teses que passaram a disputar a direção nacional da entidade, perspectiva que segundo Silva(2006), expressa “o acúmulo político já adquirido por este movimento”.

A mudança de SESSUNE para ENESSO²³ em 1993 representou, sobretudo, a perspectiva de assumir autonomia em relação a UNE. Além disso, esse papel aglutinador assumido pela ENESSO está em consonância com a tendência presente no ME na década de 1990, das executivas se apresentarem com uma dinâmica de organização estudantil, a partir do desenvolvimento de lutas abrangentes, bem como de atividades específicas de determinada profissão.

Segundo estudo de Silva (2006) de 1994 a 1998 tem-se o acirramento pela direção da entidade, em que em 1995, duas chapas pleitearam os cargos nacionais da ENESSO, o grupo político Projeto Democrático e Popular(PDP) e a candidatura “Não dá mais pra segurar”, formada por estudantes não organizados em grupos e por militantes vinculados ao PSTU, sendo que a primeira saiu vencedora na disputa eleitoral. Em 1997, temos a criação de mais um grupo político no MESS: o Eu Quero é Mais(EQM) que chegou a direção da entidade em 1998, marcando o fim da hegemonia do PDP no MESS.

O ano de 1998 é significativo para o MESS pela conquista de garantia da representação discente na ABEPSS, entidade voltada prioritariamente para as problematizações e desenvolvimento de ações em torno da formação profissional, o que mais uma vez, reforça a preocupação do movimento com o processo formativo²⁴ dos(as) assistentes sociais. Segundo Rodrigues:

²³ A entidade máxima de representação de estudantes de Serviço Social- no tocante a organização do Movimento Estudantil- como forma de melhor atingir os objetivos de articulação e potencialização de lutas- está dividida organizacionalmente em sete regionais, as quais englobam as escolas de Serviço Social nelas localizadas, são elas: região I-Acre, Amazonas, Roraima, Rondônia, Pará, Maranhão e Piauí; II-Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba e Pernambuco; III-Alagoas, Sergipe e Bahia; IV-Tocantins, Goiás, Distrito federal, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Minas Gerais (Uberlândia e Uberaba); V - Minas Gerais, Espírito Santo e Rio de Janeiro; VI - Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul; e VII-São Paulo. (cf. ESTATUTO DA ENTIDADE, 2007).

²⁴ Segundo as contribuições de Santos(2007) de 1993-1998 o MESS desenvolveu algumas “ações que ratificam a prioridade da formação profissional, como: Realização da Pesquisa sobre o perfil dos estudantes (1995) para contribuição com o debate das diretrizes curriculares de 1996¹⁵⁴; a realização de cursos de formação política “ O Capacita” (1996/97); a

A partir da legitimidade política adquirida historicamente pelo MESS, que ao longo da sua trajetória se mostrou comprometida com a formação qualificada e com o projeto ético-político profissional, a categoria estudantil conquistou espaço de representação na ABEPSS. Há, portanto, representação discente na diretoria nacional e regional, estreitando a relação política existente entre as duas entidades(2008,p.39).

A partir dos anos 2000 a entidade passa a empreender campanhas em favor da redução de mensalidades, decorrente do expressivo número de Cursos de Serviço Social na iniciativa privada, e também, apresenta um postura crítica em relação à política educacional materializada na era FHC, que se manifesta, por exemplo, na contestação do Provão²⁵.

Hoje, a ENESSO é composta nacionalmente por cinco coordenações: a geral; de divulgação e imprensa; relações internacionais; finanças e de movimentos sociais e mais duas secretarias: a geral e a de formação profissional²⁶. Além da direção nacional, existem os coordenadores regionais, que são eleitos nos encontros de cada região que compõem a ENESSO, o que permite que sujeitos não pertencentes ao mesmo agrupamento da direção nacional assumam a entidade em âmbitos regionalizados, o que por sua vez, pode reforçar o fortalecimento da democracia no interior da entidade, ou por lado, ocasionar práticas antidemocráticas na tomada de decisões e no desenvolvimento e abrangência das lutas e atividades, em virtudes de disputas entre a coordenação nacional e determinadas coordenações regionais. Conforme o seu Estatuto, as principais funções da ENESSO constituem na:

Elaboração e execução das atividades referentes aos estudantes de Serviço Social e as lutas do Movimento Estudantil, com base nas diretrizes e políticas de ação aprovadas no ENESS. Sistematizar e divulgar as informações das escolas através de boletins informativos, jornais e outros veículos de comunicação. Acompanhar cotidianamente a organização do Movimento Estudantil nas escolas, através de visitas, contatos telefônicos, via internet, etc (ENESSO, 2007, p.12).

contribuição dos estudantes organizados nas teses apresentadas nos ENESS, disputando, idéias, concepções e a hegemonia na direção política do MESS; a conquista da representação estudantil em ABEPSS em 1998".(p.121).

²⁵ Cf. (Silva, 2006), que também evidência no XXII, realizado no ano 2000, na cidade de Lins, SP, quanto ao sistema de votação, uma vez que o voto deixaria de ser por escola (em que cada uma teria direito a três votos) passando a ser universal.

²⁶ Interessante registrar que no último ENESS, realizado em Londrina-PR, as Coordenações Nacionais da Executiva não foram ocupadas. A Secretaria de Formação profissional foi criada em 1993, no ENESS que ocorreu na cidade de São Leopoldo/RS e demonstra a preocupação do MESS com as problemáticas da Formação Profissional do Assistente Social.

A funcionalidade evidencia a relevância da entidade para a organização do MESS, dado o seu caráter de articular o movimento em nível nacional, potencializando, desse modo, as atividades travadas pelo segmento.

Atualmente, um dos importantes instrumentos na interlocução dos estudantes e de disponibilização de informações e de produções da entidade, se refere ao grupo de discussão: executivamess, o qual conta com 1.350 associados(as). Ele surgiu a partir de uma deliberação do planejamento estratégico da executiva, sendo criado no ano de 2000 com o objetivo de contribuir na socialização e promoção de debates que perpassa a organização desse movimento.

É importante esclarecer que as ações desenvolvidas pela ENESSO devem se pautar nas deliberações aprovadas pelo coletivo de estudantes presentes no ENESS realizado anualmente.

As deliberações expressam, em certa medida, a disputa entre os diferentes grupos e tendências que militam no MESS, bem como potencializa o entendimento da direção social expressa na ação política da ENESSO. As deliberações apresentam diretivas relativas a cinco principais eixos ou campos de atuação: Conjuntura, Movimento Estudantil, Cultura e valores, Universidade e Formação profissional.

Desde a década de 1990, temos, majoritariamente, o reconhecimento, no campo profissional, da relevância da ENESSO nas reflexões e direcionamento do Serviço Social brasileiro, visto que na sua “recente trajetória acompanhou o movimento de renovação profissional gerado nos anos 80/90 e para ele contribuiu” (RAMOS, 1996, p. 118). Dez anos depois, essa autora reafirma a relevância da ação política da ENESSO ao expressar que ela:

Tem se posicionado politicamente e lutado pela defesa de: um projeto político da classe trabalhadora capaz de acumular forças para conquistar uma nova direção social, política e cultural; uma universidade democrática, gratuita e de qualidade social; uma formação profissional que propicie a capacitação teórico-metodológica, técnico-operativo e ético-político de profissionais que venham a responder às demandas populares no sentido de reforçar os direitos de cidadania dos segmentos majoritários da população (RAMOS, 2006, p.178).

Diante disso, reafirmamos o propósito de analisarmos a ação política da ENESSO no cenário da atual contra-reforma do ensino superior, na perspectiva de identificar a direção social que a entidade assume e como se caracterizam as suas lutas atualmente nas esferas da universidade e da formação profissional, dimensões aprofundadas nos capítulos seguintes.

2-4 “SE O PRESENTE É DE LUTA, O FUTURO NOS PERTENCE”: a ENESSO e as polêmicas com a UNE

A trajetória até aqui traçada do ME, nos possibilita afirmar que, em diferentes conjunturas nacionais, a defesa da educação pública, gratuita e de qualidade, historicamente, se configura como o projeto aglutinador de diversos estudantes brasileiros(as). É a perspectiva de materialização desse projeto, que vem sendo destruído pela atual contra-reforma do ensino superior e que tem se constituído em foco de discordância do ME nacional, na conjuntura recente.

O ápice dessa discordância ocorreu ainda em 2004, com a criação da Coordenação Nacional de Lutas dos Estudantes(CONLUTE), que afirma ter como objetivos essenciais a coordenação de lutas que se contraponham as medidas situadas no campo da contra-reforma que desmorona a educação superior pública no país. Segundo concepção da entidade suas ações se remetem ainda, para organizar os(as) estudantes:

que romperam com a UNE e que ainda estão nela, para lutar contra a política de desmonte da educação pública do governo Lula. Uma vez que a UNE, controlada pelos partidos do governo, abandonou as lutas e que a democracia se tornou inexistente no interior dessa entidade, a Conlute aparece como embrião de uma alternativa para o Movimento Estudantil(CONLUTE, 2008).

A partir dessa ruptura em relação a UNE, algumas indagações tornam-se importantes. É a criação de outra entidade de organização estudantil, em nível nacional, o caminho para enfrentar as investidas do capital na educação e a atual política para o ensino superior? Essa entidade tem conseguido articular os(as) estudantes na luta contra a reforma universitária, independentemente do seu reconhecimento ou da UNE como entidade máxima de representação do segmento no Brasil? É estratégica a desistência de segmentos do ME contrários à reforma, em obter a direção e reorganizar a UNE, uma entidade brasileira histórica e que contribuiu para conquistas significativas no país? A criação de mais uma entidade fragmenta ou revitaliza a atuação estudantil na atualidade? Esses questionamentos são importantes porque trata de problemáticas estritamente relacionadas à organização e atuação política do ME no tempo presente e que na contemporaneidade constituem-se em alvo de debate e discordâncias, também, no MESS e que rebate na atuação da ENESSO, visto que o reconhecimento ou não da UNE como principal entidade política dos(as)

estudantes, constitui um dos principais pontos de divergências dos grupos organizados no MESS.

O direcionamento da ENESSO nos últimos ENESS, tem se situado no campo de defesa da UNE e de seu reconhecimento como entidade máxima de representação do segmento estudantil no Brasil e, desse modo, reconhece que essa entidade necessita voltar às ações para lutas identificadas com a defesa da educação pública, gratuita, de qualidade social e sintonizadas com o ideário de transformação societal. Dimensão explicitada na seguinte argumentação:

Apesar das ações políticas da direção majoritária da UNE, devemos reivindicar essa entidade que é nossa(dos estudantes), que tem uma trajetória de luta e peso político. Sempre foi um instrumento da luta pela educação pública e pela transformação social do país, e ainda continua tendo força respaldo e legitimidade na sociedade brasileira e possuindo grande potencial para retomar as lutas dos reais interesses coletivos dos estudantes no país. (ENESSO, 2005, p.03)²⁷

A ressalva, realizada pela ENESSO, se consubstancia no fato de que a UNE atua, hegemonicamente, em conformidade com a contra-reforma, além disso, os(as) estudantes corroboradores(as) com o direcionamento político da entidade podem se tornar, ainda, mais efetivos no âmbito do ME e em particular do MESS, com as medidas adotadas pelo governo, como por exemplo, o PROUNI e o ensino à distância, medidas que proporcionam a expansão do setor privado sem precedentes na história da educação brasileira e que serão refletidas mais adiante.

Isto não significa que estudantes inseridos(as) na modalidade a distância ou então aqueles(as) beneficiados(as) pelo PROUNI, necessariamente, constituem sujeitos defensores da política educacional adotada pelo governo Lula. Contudo, o próprio cenário de enfraquecimento das lutas coletivas; da deficiência na formação política do segmento estudantil e a supervalorização da esfera tecnicista na formação de perfis profissionais, voltados para o atendimento das demandas imediatas do mercado, contribuem para uma apreensão acrítica das medidas materializadas no contexto da contra-reforma do ensino superior.

²⁷ Essa posição de defesa da UNE, como entidade histórica e máxima de representação dos(as) estudantes universitários(as), também foi ratificada no ENESS de 2007, ocorrido em Contagem-MG, quando, por ocasião da revisão do Estatuto da ENESSO, ficou definido que esta entidade reconhece a UNE como “instância de representação do movimento estudantil para que a mesma estimule, unifique e fortaleça a luta das (os) estudantes pela defesa da universidade pública, gratuita, democrática, laica, popular, de qualidade, com ensino presencial e juntamente com outros movimentos sociais, lute por um novo projeto de sociedade” (2007, p. 01).

Entendemos que a apreensão do objeto de estudo que consiste na análise da atuação do MESS na defesa da universidade pública, gratuita e de qualidade e do projeto de formação dos(as) assistentes sociais no período de 2003-2008, requer abordagens relativas as modificações verificadas no âmbito educacional, em especial no ensino superior brasileiro, e desse modo, considerações sobre as políticas sociais, em particular no contexto de domínio neoliberal, conjuntura que só pode ser entendida se apreendemos o movimento geral da sociabilidade capitalista na contemporaneidade. São dessas mediações que trataremos a seguir.

Privatizado

"Privatizaram sua vida, seu trabalho, sua hora de amar e seu direito de pensar.

*É da empresa privada o seu passo em frente,
seu pão e seu salário. E agora não contente querem
privatizar o conhecimento, a sabedoria,
o pensamento, que só à humanidade pertence."*

(Bertolt Brecht)

III- A POLÍTICA EDUCACIONAL NO CONTEXTO NEOLIBERAL E AS MUDANÇAS NAS RELAÇÕES ENTRE O ESTADO E A SOCIEDADE

3-1- A DINÂMICA DO CAPITAL NA CENA CONTEMPORÂNEA: reestruturação produtiva e consolidação neoliberal

Partimos da concepção que o desvelamento das relações entre o Estado e a sociedade nas últimas três décadas, baseadas na perspectiva de redução da intervenção estatal nas problemáticas sociais, só podem ser entendidas criticamente se considerarmos o movimento real da sociedade capitalista caracterizado pelo aprofundamento da barbárie.

Esse direcionamento de análise significa afirmar, que as alterações ocorridas no mundo do trabalho, e, por conseguinte, no âmago da produção capitalista, ou seja, a produção da vida material repercute no desenvolvimento e funcionamento das políticas sociais, incluindo aqui a educação e na ação dos sujeitos nesses espaços. Desse modo, o processo de contra-reformas desencadeadas nos diversos setores -educação, organização sindical, previdência, entre outros- em escala mundial, e com particularidades na realidade brasileira, tem suas raízes nessa reconfiguração da produção e acumulação do capital, ocasionada pela crise verificada a partir dos anos 70 do século XX.

No mundo do trabalho atual, autores como Antunes (2000), Harvey (2006) apontam a ocorrência de profundas mudanças na base de produção capitalista, o fordismo²⁸/ taylorismo²⁹ entra em declínio e emerge, no final dos anos 1970, em nível mundial o denominado toyotismo ou modelo flexível.

A produção em série e massificada, com vista a atender o consumo em massa; a rigidez nos processos produtivos; a segmentação entre planejadores e executores que caracterizam o padrão fordista/taylorista não mais proporciona a obtenção de altas taxas de lucros, necessidade precípua do capital.

Assim, o novo padrão visa à superação da crise provocada pela concorrência intercapitalista, bem como objetiva manter sob controle a luta de classes

²⁸Harvey(2006) aponta que o fordismo apresentou um pequeno desenvolvimento fora dos Estados Unidos antes do final da década de 1940, visto que se materializou de modo mais consistente tanto na Europa como no Japão após este período, e que se consolidou depois da Segunda Guerra Mundial.

²⁹ Taylor na obra “os Princípios da Administração Científica” (1911), detalhava como se podia atingir altos níveis de produtividade a partir da “decomposição de cada processo de trabalho em movimentos componentes e da organização de tarefas de trabalho fragmentadas segundo padrões rigorosos de tempo e estudo do movimento”(Harvey,2006, p.124).

a partir de mudanças nas dimensões objetivas e subjetivas dos segmentos do trabalho.

O padrão flexível de produção e acumulação, apresenta como elementos constitutivos o just in time³⁰, flexibilização, terceirização³¹, controle de qualidade³², subcontratação, eliminação de desperdício de modo que modelos produtivos e administrativos fundamentados na “gerencia participativa, sindicalismo de empresa, [...] propagam se intensamente” (ANTUNES, 2000, p.27). Essa tendência de flexibilização difere do disciplinamento das fábricas, no período de emergência da industrialização, na qual, conforme, MARX: “no lugar do chicote do feitor de escravos, surge o manual de penalidades do supervisor” (1975, p.45). Agora, identificamos a substituição do manual de penalidades por um sistema de gestão, cujo trabalhador é autovigilante no processo produtivo.

Outra faceta, trazida com a adoção do modelo flexível, é a de processos de trabalho caracterizados pela polivalência, nos quais o(a) trabalhador(a) é exigido(a) a executar diversas atividades, o que, por sua vez, implica o desempenho de diferentes habilidades e competências. Dessa forma, a demanda do mercado de trabalho por qualificação e formação, também flexíveis, se torna uma necessidade real; só para exemplificar esse direcionamento, hoje, constitui-se praticamente uma imposição tácita para se tornar competitivo no mercado, conhecimentos de informática e de outras línguas. Entretanto, é importante ressaltar que ter tais conhecimentos e uma formação que lhe possibilite competir no mercado, não significa, necessariamente, a garantia de inserção no mercado de trabalho formal, pois, como veremos adiante, a conjuntura atual -seja nos países de capitalismo avançado, ou nos denominados periféricos- é marcada pelo notável aumento do desemprego. Essa realidade nos leva a afirmar que o diploma universitário e o que ele representa, já não consistem em segurança e perspectiva de futuro estável, como se vislumbrava em décadas passadas. Esta realidade, certamente tem implicações nos espaços de organização universitária, como se configura o ME.

³⁰ Importante tendência do modelo flexível, que visa à racionalização no desempenho das atividades, a partir do maior rendimento possível do trabalho vivo. Segundo, Coriat(1994, p.55) o just in time se baseia especialmente, “na manipulação ou na observação simultânea de várias máquinas diferentes” e não na repetição dos movimentos como se verificava no fordismo/taylorismo. Nas palavras de Antunes(2002, p.54), o jus in time, “tem como princípio melhorar o aproveitamento possível do tempo de produção”

³¹ Fenômeno em que somente, parte da produção é realizada no âmbito de determinada fábrica, na qual se prioriza o que é central em sua especialidade, desse modo, o restante da produção é transferido para responsabilidade de terceiros. Cf. Antunes(2002).

³² Controle de qualidade implementado, sobretudo, mediante a criação dos Círculos de Controle de qualidade(CCQ), os quais são formados por trabalhadores(as) e que incentivados pelo capital agem no sentido de analisar o desempenho de suas atividades, com o objetivo de melhorar o rendimento e produtividade das empresas nas quais trabalham.

Para Antunes(2000) é possível observar, no mundo do trabalho contemporâneo, diversas mudanças no sentido de uma crescente redução do trabalho industrial fabril em nível internacional; ao passo que se verifica o aumento de assalariados(as) no ramo de serviços, bem como é notável a diversificação, heterogeneidade e complexificação dos segmentos do trabalho, que se expressa mediante: “crescente incorporação do contingente feminino no mundo operário, vivencia-se também uma subproletarização intensificada, presente na expansão do trabalho parcial, temporário, subcontratado, “terceirizado” que marca a sociedade dual no capitalismo avançado” (ANTUNES, 2000, p. 41).Nos termos de Harvey:

A acumulação flexível [...]na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados, e, sobretudo, taxas intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional (2006, p.140).

A flexibilidade do mercado e dos processos de trabalho provoca redimensionamentos na organização dos sujeitos do trabalho, visto que a complexificação, a heterogeneidade, a crise objetiva contribui veementemente, para o enfraquecimento de ações políticas, voltadas para defesa e conquistas de direitos trabalhistas e sociais, bem como lutas identificadas com o ideário de transformação social.

O produto dessas mudanças consiste no aumento radicalizado do desemprego estrutural, que afeta a classe trabalhadora em âmbito planetário. A redução de postos de trabalho formal acaba por determinar a elevação do setor informal, no qual os sujeitos são totalmente desprovidos de garantias trabalhistas, caso não tenham condições de pagar previdência privada, ou seja, vivencia uma situação de insegurança em moldes radicalizados. Outro aspecto pertinente a ser considerado é que muitas atividades, situadas no universo da informalidade, são caracterizadas pela ilegalidade, como por exemplo, vendedores ambulantes não legalizados, o que leva a inserção de parte desse segmento no mundo da criminalidade, a partir do desempenho de atividades ilícitas. Uma perversa faceta dessa realidade é a dificuldade em termos de organização dessas pessoas, haja vista as próprias peculiaridades na execução do trabalho, aliada a tentativa da classe dominante, em mascarar os conflitos e interesses antagônicos presentes na sociabilidade do capital.

Sinalizamos que a alienação se apresenta na atualidade de forma intensa, dentre suas expressões, podemos citar a propagada gestão participativa que

dissemina entre os(as) trabalhadores, a falsa noção de interesses iguais entre estes e os capitalistas, o que acaba por radicalizá-la, já que a produção continua sendo coletiva e sua apropriação privada, sendo tal relação mascarada com o falacioso discurso da valorização, participação e do “vestir a camisa” da empresa e da conseguinte identidades de projetos que na verdade são inconciliáveis.

Em relação à discussão sobre a ampliação do desemprego é importante fundamentar este debate com os aspectos do desenvolvimento das forças produtivas, que se expressam mediante o avanço da ciência e da técnica. Sobre esta questão temos na obra *O capital* um profundo desvendamento relativo à funcionalidade dessas esferas para o modo de produção capitalista. Assim, com a expansão da industrialização, a partir do emprego da máquina-ferramenta - aquela que substitui o trabalhador - Marx enfatiza que a maquinaria, em vez de proporcionar o alívio da labuta diária, contraditoriamente, sob a égide do capital, visa tão somente à extração da mais valia relativa, mediante o aumento da produtividade. Isso independente das conseqüências degradantes geradas para os segmentos do trabalho, nas diversas esferas da vida, ou até mesmo eliminando as condições de existência de parte significativa da população trabalhadora, que não consegue vender a força de trabalho para garantir a sua subsistência, em decorrência do constante processo de substituição da força de trabalho por máquinas.

Nesses termos, podemos constatar que o desenvolvimento da ciência pode potencializar a elevação das condições de existência de homens e mulheres, se pautado numa perspectiva de emancipação humana, que contribua para a melhoria das condições de vida da maioria da população, ou antagonicamente, pode vislumbrar apenas a obtenção da pedra de toque do capital: lucro exacerbado mediante a obtenção de mais valia.

A argumentação aqui efetivada não está consubstanciada em uma dimensão de “satanização” da ciência, por conseguinte da tecnologia, não estamos responsabilizando-a pelo desemprego, destruição da natureza e desigualdades sociais. Entretanto, a utilização da ciência com a mera finalidade de elevar a produtividade e conseqüentemente, os lucros, acarreta graves conseqüências para a humanidade, inclusive, corroborando para perda de numerosos postos de trabalho nos mais diversificados ramos de atividades. Segundo MARX:

Como máquina, o meio de trabalho logo se torna um concorrente do próprio trabalhador. A autovalorização do capital por meio da máquina está na razão direta do número de trabalhadores cujas condições de existência ela destrói (1975, p. 48).

Na conjuntura contemporânea verificamos a agudização desse processo contraditório, expresso pela crescente taxa de desemprego, acarretada, também, pelo aumento de trabalho morto e minimização de trabalho vivo, em uma era de grandes avanços tecnológicos e científicos.

Essa relação manifesta mais um antagonismo fundante desse modelo societário. Segundo contribuições marxianas, a força de trabalho é a única criadora de valor e mais valor, apresentando a maquinaria apenas a capacidade de transferir valor ao produto por ela fabricado, assim, com a elevação de investimento em trabalho morto e sua substituição pela força de trabalho, se constata o acirramento dessa contradição.

Portanto, é imprescindível evidenciarmos que o usufruto da propagada revolução informacional e tecnológica, produzida nos dias atuais, assim, como a utilização da racionalidade na produção, a partir do uso da técnica e da ciência não se traduzem para todos(as) de maneira igualitária, pois como analisa Marx, a marca central da sociabilidade capitalista é a contradição que se manifesta na apropriação de modo desigual da riqueza coletivamente produzida.

Procuramos assinalar que a produção capitalista se transforma, assim como a ciência e a técnica, todavia, os trabalhadores(as) continuam sendo explorados(as), pois, a base societal permanece estada na contradição entre possuidores e não dos meios de produção, portanto, uma sociabilidade pautada majoritariamente, por desvalores como competitividade, individualismo, egoísmo, potencializando as relações de exploração, dominação e opressão entre os seres humanos.

Esse cenário, caracterizado pela introdução de novas tecnologias no espaço da produção, exige reordenamento na esfera da qualificação e formação profissional. Associada a emergência do neoliberalismo como regulação majoritária entre o Estado e sociedade, nos dias contemporâneos, é que temos a materialização de significativas mudanças nas diversas políticas sociais, em particular, na educação. Um indicador dessa direção consiste na ampla reestruturação que as instituições de ensino superior atravessam, situadas, também, numa perspectiva de racionalizar e flexibilizar os processos formativos, o que por sua vez, rebate diretamente no espaço de aglutinação e organização do ME Universitário, ou seja, nas instituições de ensino superior.

3-2 POLÍTICAS SOCIAIS NA SOCIABILIDADE CAPITALISTA: limites e possibilidades

O debate sobre a direção social da educação no contexto atual, requisita, inicialmente, uma abordagem que proporcione o desvendamento da funcionalidade do Estado e das políticas sociais para a sociedade capitalista.

Diante disso, consideramos fundamentais as contribuições de Behring e Boschetti(2007), pois explicitam que as políticas sociais apresentam como determinantes o desenvolvimento da industrialização, as lutas de classes e a conseqüente intervenção do Estado neste embate.

Em sintonia com tal entendimento, Vieira afirma que, indubitavelmente, a emergência das políticas sociais está articulada a atuação operária ainda no período inicial das revoluções industriais, pois segundo sua interpretação, as políticas sociais como “estratégia governamental de intervenção nas relações sociais, unicamente pôde existir com o surgimento dos movimentos populares do século XIX”(1992 p.19).

Para Faleiros(2000), a origem das políticas sociais se remete ao processo de reprodução da força de trabalho e, desse modo, expressa a correlação de forças intrínseca a sociedade capitalista e, também, no próprio aparelho do Estado. Perpassada pelas contradições de classe, as políticas sociais representam, também, mecanismos de legitimação estatal e governamental.

Assim, torna-se evidente que as políticas sociais, entre as quais a educação, origina-se no interior das relações de classe, e, dessa maneira, é perpassada e/ou crivada por antagonismos intrínsecos a esta processualidade. Expressão dessa afirmação consiste no fato delas contribuírem, efetivamente, para a reprodução da sociabilidade do capital, ao passo que se configuram e como de fato são, conquistas dos segmentos do trabalho. Dessa maneira, é significativo destacar a luta travada por diferentes sujeitos coletivos, em favor de uma educação de qualidade promovida pelo Estado, e que na realidade brasileira, país da periferia do capital, majoritariamente o ME universitário, no decorrer de sua história, apresenta um protagonismo considerável no desencadeamento de lutas e atividade voltada para defesa de uma educação superior pública, gratuita, laica e de qualidade.

Esse caráter contraditório das políticas sociais está iarticulado a própria natureza de seu ente materializador, ou seja, a lógica e funcionalidade do Estado moderno.

Tonet(2004), ao analisar a concepção de Estado segundo o pensamento de Marx, ressalta que o mesmo tem sua origem no antagonismo das classes sociais, diferentemente, das abordagens liberais, que concebem a sua criação como resultante

de um pacto social entre os indivíduos, que proporciona a convivência entre os humanos, já que a desigualdade, seria decorrente do usufruto da própria igualdade existente entre os seres.

Nessa perspectiva, temos o entendimento que a esfera das relações materiais, consiste na dimensão determinante para constituição do Estado moderno, e, portanto, dos complexos sociais dele resultantes, como é o caso da educação formal na sociabilidade capitalista, e, desse modo, modificações no seu âmbito como analisadas anteriormente exigem alterações nos diferentes campos da sociedade, como acontece no atual cenário do sistema educacional.

Tonet(2004) ainda chama atenção para a assertiva marxiana, de que sendo o Estado originário da relação contraditória das classes sociais, certamente, ele representa, pela sua natureza, um instrumento de reprodução dos ideais da classe dominante.

Temos o entendimento, que a contradição perpassa os diversos setores da sociabilidade burguesa, o que abrange, inclusive, o Estado moderno. Dessa maneira, a depender das forças políticas dirigente do Estado, as suas ações podem contemplar mais as reivindicações dos segmentos do trabalho e setores subalternizados ou inversamente, as requisições da classe dominante.

Diante do exposto, desenvolvemos o pensamento que na atual conjuntura de radicalização da crise capitalista, as ações efetivada pelo Estado estão voltadas predominantemente para atender as reclamações do capital, o que de certo modo, manifesta o processo de enfraquecimento da organização política dos(as) trabalhadores(as) em nível mundial.

A partir de tais constatações, temos a conclusão do Estado ser impotente para erradicar as desigualdades sociais, visto que essa eliminação significaria a sua própria destruição, pois, tanto o Estado como as desigualdades têm origens nas diferenças e antagonismos de classes.

Desse modo, podemos enfatizar que as ações do Estado na viabilização das políticas sociais, podem amenizar e/ou administrar as desigualdades, os conflitos e a luta de classes, mas de modo algum, podem instituir a igualdade de condições para os sujeitos, nesta sociabilidade regida pela exploração e dominação.

O que estamos afirmando é que as políticas sociais não são capazes de por fim a exploração e contradições existentes na sociabilidade capitalista. Exemplo disso, é que mesmo em países de capitalismo avançado, nos quais, entre os anos de 1940 até 1970, as políticas sociais tenderam a universalidade, nem assim, os segmentos do trabalho deixaram de ser explorados e oprimidos, pois, os meios de

produção continuaram sendo de propriedade privada e de modo algum foram socializados.

Contudo, isso não significa que as lutas por políticas sociais, e, portanto, por direitos não seja importante, pois, elas contribuem para a melhoria das condições de existência dos segmentos do trabalho, e manifestam certamente a relevância da organização dos sujeitos na obtenção de significativas conquistas políticas, sociais, econômicas e culturais. Como argumenta Tonet(2004, p.178).

A luta pelos direitos do cidadão é sempre válida para a classe trabalhadora. Mais ainda porque estes direitos interessam muito mais aos trabalhadores do que à burguesia. É sempre bom lembrar que a emancipação política não é uma situação estática, mas um campo, uma arena de luta, um resultado de lutas sociais- ainda que, em última instância, sob a regência do capital- de modo que o seu abandono pela classe trabalhadora significaria ceder terreno para os interesses da burguesia. Esta, pois, fora de cogitação a supressão dos direitos conquistados e isto vale tanto para os países mais desenvolvidos como para os menos desenvolvidos.

Consubstanciadas nesse entendimento em relação à funcionalidade do Estado e das políticas sociais, Behring e Boschetti(2007) destacam que não ocorreu um corte radical entre a perspectiva liberal predominante no século XIX e o Estado social do século XX, dado o fato que os dois apresentaram direcionamento comum e central de reconhecer direitos sem, todavia, colocar em questionamento os pilares sustentadores do capitalismo, como a propriedade privada, o trabalho assalariado, a luta de classes, entre outros.

Ainda, segundo as autoras, as políticas sociais foram instituídas de modo diferenciado e em ritmos distintos nos vários países, entretanto, existe uma concordância entre estudiosos(as) da temática em “situar o final do século XIX como o período em que o Estado capitalista passa a assumir e a realizar ações sociais de forma mais ampla, planejada e sistematizada e com caráter de obrigatoriedade” (BEHRING E BOSCHETTI, 2007, p.64).

Nos países de capitalismo avançado, como salientado, as políticas sociais se expandem de maneira gradativa, do início da primeira grande guerra mundial até os anos de 1930, período de depressão econômica, que teve como símbolo maior, a quebra da bolsa de valores de Nova York, e se generalizaram, somente, após a segunda grande guerra (1945), momento de crescimento e expansão da economia. Entretanto, não manifestavam o abandono da sociabilidade capitalista, nem tampouco, a defesa da socialização dos meios de produção.

Conforme a abordagem liberal de Marshall (1967), os direitos civis (necessários à liberdade individual) e políticos (participação no exercício político) juntamente com os direitos sociais que se afirmaram com o Estado interventor, constituem os elementos da cidadania burguesa. Estes ratificam o direito a um mínimo econômico que possibilite a existência de uma vida civilizada, entre tais direitos, encontra-se a educação e os serviços sociais.

Corroboramos com a perspectiva de TONET de situar as conquistas referentes à cidadania no solo da sociedade capitalista, na tentativa de evidenciarmos que a defesa por cidadania, portanto, por direitos no âmbito dessa sociedade é importante, mas não proporciona o fim das desigualdades, pois, o capitalismo se sustenta tendo como fundamento a reprodução destas, ou seja: “a condição de cidadania é exatamente expressão e instrumento da reprodução da cisão que se opera e continua a operar-se no homem como resultado da sociabilidade do capital” (TONET, 1997, p.172-173).

Portanto, foi com a consolidação do modelo de produção baseado nos princípios do fordismo-taylorismo, que as políticas sociais se tornaram, nos termos de Behring e Boschetti(2007), abrangentes e universalizadas, dada a influência do pensamento de Keynes, que defendia uma ação estatal fundamentada na política do pleno emprego e na elevação da igualdade social. Essa tendência de abrangência e universalidade das políticas sociais também foi resultante das reivindicações dos segmentos do trabalho por melhoria das condições materiais e espirituais de existência, e ainda, pela chegada ao poder de partidos da social-democracia e sua “respectiva defesa de elaboração e efetivação de reformas, visando a criação de direitos” (BEHRING E BOSCHETTI, 2007, p.84). Para Harvey, a atuação do Estado, no contexto de predominância do fordismo-keynesianismo se pautou numa dimensão de:

controlar ciclos econômicos com uma combinação apropriada de políticas fiscais e monetárias no período pós-guerra. Essas políticas eram dirigidas para áreas de investimento público - em setores como o transporte, os equipamentos públicos etc. - vitais para o crescimento da produção e do consumo de massa e que também buscava fornecer um forte complemento ao salário social com gastos de seguridade social, assistência médica, educação, habitação etc. Além disso, o poder estatal era exercido direta ou indiretamente sobre os acordos salariais e os direitos dos trabalhadores na produção (HARVEY, 2006, p.129).

Constatamos que as orientações keynesianas que predominaram, no período de vigência fordista, apresentavam preocupações relativas à melhoria de vida

dos(as) trabalhadores(as), como se verifica mediante a defesa e expansão dos serviços sociais nos países de industrialização avançada e, tardiamente, expandida de modo pífio para os Estados da periferia do capital, contraditoriamente, já no contexto de retração neoliberal.

Relevante assinalar que a expansão das políticas sociais representava para o capital a perspectiva de proporcionar condições econômicas para a população consumir as mercadorias produzidas em larga escala, enquanto, que para a classe trabalhadora, expressava a conquista de direitos significativos. Essa processualidade das políticas como mecanismo de manutenção da ordem estabelecida, ao mesmo tempo em que se configura como conquista para os segmentos explorados e dominados, evidencia o seu caráter contraditório nos marcos desse modelo societário.

A reestruturação produtiva, em expansão desde a década de 1970, como resposta a reduzida obtenção de lucros, é acompanhada por outra concepção de regulação social, baseada em orientações diferentes do Estado de bem estar social vigente, no pós-segunda guerra.

É nesse contexto de redefinição da relação Estado e sociedade que as diretivas neoliberais ganham terreno em nível mundial, visto que: “para os liberais a crise resultava do poder excessivo e nefasto dos sindicatos e do movimento operário, que corroeram as bases de acumulação e do aumento dos gastos sociais do Estado, o que desencadearia processos inflacionários” (BEHRING E BOSCHETTI, 2007, p.126).

Essa argumentação, utilizada pelos segmentos dominantes, de reduzir custos como meio de garantir estabilidade fiscal, acarretou mudanças significativas no desenvolvimento das políticas sociais, que tem a focalização e seletividade, como suas características singulares.

Para Anderson(2005), as premissas neoliberais já estavam previstas no livro “o caminho da Servidão” de Friedrich Haych, publicado em 1944. Todavia, o apogeu capitalista no período de predominância do fordismo-keynesianismo impediu a sua execução. É, portanto, na conjuntura de crise dos anos de 1970 que o neoliberalismo encontra condições favoráveis para sua expansão e consolidação, em diferentes realidades econômicas, sociais, políticas e culturais.

Segundo Carcanholo(2002), o neoliberalismo se sustenta em quatro premissas básicas e que potencializam a supremacia do mercado, a privatização e a abertura nacional ao capital estrangeiro, são elas:

[...] os agentes individuais tomam decisões motivadas unicamente pelo interesse próprio, e todas as interações econômicas, políticas e/ou sociais entre esses indivíduos só podem ser explicadas em

termos desse interesse próprio. Em segundo lugar, essas interações baseadas no interesse próprio não levam ao caos social, mas a harmonia, já que elas fazem parte de uma ordem natural. Em terceiro lugar, esta última tem grande expressão no mercado. É ele o responsável pela interação entre todos os interesses individuais e, portanto, pela manutenção da ordem natural. Finalmente, [...] qualquer intervenção nesse mercado é indesejável porque dificulta o estabelecimento da ordem natural (Carcanholo, 2002, p.17-18).

Com base nas premissas ressaltadas pelo autor, se torna recorrente a tendência de redução do Estado na área social, pois o mesmo continua agindo, majoritariamente, para oferecer as condições de manutenção da sociedade vigente, e, desse modo, efetivando medidas de privilegiamento do capital em detrimento do trabalho, como se manifesta na concretização de várias contra-reformas. Diante dessa constatação, fazemos a seguinte reflexão: no atual estágio do capital, podemos configurar o Estado como mero comitê organizativo da burguesia? As mediações elaboradas acima evidenciam que temos a compreensão de analisarmos as discussões e a atuação do Estado, no âmbito da categoria da contradição, por isso, ressaltamos antagonismos que perpassam as políticas sociais, todavia, não podemos desconsiderar, o forte direcionamento da ação do Estado para o fortalecimento da sociabilidade burguesa, assim, é recorrente, entre outras medidas, a realização de contra-reformas, voltadas para retirada de direitos já adquiridos pelos trabalhadores(as), bem como é visível a fragilidade do Estado, sobretudo, em países periféricos, como o Brasil, de materializar direitos já assegurados, como a educação formal para todos(as).

Exemplo dessa direção são as privatizações, as quais corroboram para transfigurar direitos em mercadorias, além de contribuir ideologicamente, para reestruturação dos espaços públicos, que tendem a se adaptar aos princípios norteadores do mercado. É nessa conjuntura, que se desencadeiam as diversas contra-reformas como na previdência, educação, dentre outros, fortalecendo a lógica de sobrepor os princípios mercantis nos diferentes setores sociais.

Diante disso, outro ponto a ser problematizado, a partir das premissas elencadas por Carcanholo, é a perspectiva de naturalização das relações sociais, na qual o mercado se apresenta como marco regulatório dessa ordem, de tal maneira, que somente ele, é capaz de proporcionar o desenvolvimento e realização dos indivíduos. Nesses termos, a defesa e luta por outra sociedade antagônica a capitalista se torna algo pernicioso e, até mesmo, destrutivo para a humanidade.

A ascensão e hegemonia conquistada pelos representantes do capital, na sua versão neoliberal, não pode ser desvinculada da direção e derrocada do

socialismo real no leste da Europa. Dimensões que contribuíram de maneira efetiva para propagação falaciosa de ser o capitalismo a única forma de sociabilidade possível para humanidade, como se o mesmo fosse natural e não construído historicamente pelos sujeitos sociais, ou seja:

diz-se que não existe alternativa para o capitalismo, que toda procura por uma alternativa conduz ao totalitarismo ou então é uma ilusão, uma utopia, um sonho romântico, um anacronismo fora de moda (LOWY, 2002, p.36).

Anderson (2005, p.23) ao realizar um balanço sobre o neoliberalismo assinala o seu êxito ideológico, especialmente, no tocante a disseminação “de que não há alternativas para os seus princípios, que todos, sejam confessando ou negando, têm de adaptar-se as suas normas”.

O nosso intuito foi destacar processualidades contraditórias que peculiarizam as políticas sociais, e não evidenciar seu resgate histórico, entretanto, do nosso ponto de vista, a retomada, ainda que de forma breve, de sua trajetória, na realidade brasileira, potencializa o entendimento da reconfiguração das políticas sociais no contexto neoliberal, como se verifica com a educação.

Assim sendo, Faleiros(2000) elenca quatro conjunturas importantes na história das políticas sociais no Brasil, são elas: o período que engloba os anos de 1930 a 1960, caracterizado pela implantação de seguro social para alguns segmentos do trabalho; o cenário de vigência da ditadura militar, de predomínio do complexo industrial-militar-assistencial; o período da constituinte; e por último, a conjuntura de domínio neoliberal, a partir dos anos de 1990.

O primeiro momento, destacado pelo autor, é consubstanciado na política trabalhista de Getulio Vargas³³, que visava mascarar as contradições, mediante a falsa concepção da possível constituição de uma colaboração de classes. Fundamentado nesta concepção, foram adotadas algumas medidas concernentes às políticas sociais, expressas em ações, como: a criação dos seguros sociais substituídos, gradativamente, pelos institutos de previdência social, a criação da Legião Brasileira de Assistência(LBA), em 1942, no qual predominava o viés assistencialista, mediante a articulação de obras de caridade de cunho religioso–através de ações realizadas pelas primeiras-damas.

Este contexto de expansão da urbanização e industrialização do país se constituiu no momento de forte organização dos operários, o que explica a

³³ Vargas presidiu o país de 1934 a 1945. Assumiu novamente a presidência entre os anos de 1951 a 1954.

preocupação do Estado em sistematizar a sua atuação no âmbito da luta de classes, a partir do desenvolvimento de ações no campo social e trabalhista. Com tal intento, foi criado o Ministério do Trabalho, em 1930, cujo objetivo consistia em amenizar as lutas dos(as) trabalhadores(as), mediante atuação que procurou atrelar às entidades de classe- como os sindicatos- à esfera governamental.

A ditadura militar, instaurada em 1964, consistiu símbolo de opressão, autoritarismo e da utilização das forças repressivas e coercitivas em detrimento das experiências democráticas. Momento caracterizado, também, pelo privilégio dos interesses econômicos da elite brasileira, associada aos anseios da burguesia internacional. Neste sentido, uma das metas principais, dos governos ditatoriais, era atrair capitais estrangeiros, subordinando o país aos ditames externos, sobretudo, dos Estados Unidos.

Marcado por autoritarismo e clientelismo, a atuação do Estado também, se efetivara no enfrentamento das expressões da questão social. Neste período foram adotadas medidas como: a centralização dos institutos de previdência social; ampliação de direitos previdenciários aos trabalhadores do campo; criação do Ministério da Previdência e Assistência Social, órgão que incorporou a LBA, a Fundação para o bem-estar do menor (FUNABEM), entre outros. Para Behring e Boschetti, a política social no contexto da ditadura, apesar de sua verificada ampliação foi “conduzida de forma tecnocrática e conservadora, reiterando uma dinâmica singular de expansão dos direitos sociais em meio à restrição dos direitos civis e políticos, modernizando o aparato varguista” (2007, p.135).

A crise do regime ditatorial, já deflagrada no final dos anos 1970 com a derrocada do milagre econômico, foi impulsionada, ainda, pela (re)organização de diversos segmentos da sociedade brasileira, na luta pelos seus interesses particulares, mas também pela defesa do Estado democrático e de direito.

É esse contexto de crise econômica e efervescência política que culmina no terceiro momento identificado por Faleiros: o da constituinte. Conforme o autor, a Constituição de 1988, expressa a disputa entre segmentos populares organizados e setores conservadores que se aglutinaram na ala tradicional do Congresso Nacional, denominada naquele período de centrão, e que tratou de defender os interesses dominantes, mediante postura de negação e oposição às pressões por direitos sociais.

Embora caracterizada de constituição cidadã, ela representa o conjunto de forças contraditórias presentes na sociedade capitalista, e na particularidade da realidade brasileira. Importante ressaltar, também, que nela se estabelece a Seguridade Social constituída pelo direito universal a saúde, os direitos previdenciários e a assistência social como direito do cidadão(a) e dever do Estado.

Em relação à seguridade social Boschetti(2008) salienta que um de seus pilares consiste na estruturação com base na organização social do trabalho, e que tanto nos países europeus como na América Latina e Caribe estão presente tanto a lógica do seguro que predomina na esfera da Previdência Social, como a lógica da assistência, esta que na realidade brasileira, se expressa nas políticas de Saúde e de Assistência Social.

A Constituição, ainda, no seu artigo 205, ratifica a Educação como direito de todos(as) e dever estatal, bem como garante, no artigo 207, a autonomia didático-científica, administrativa, de gestão, financeira e patrimonial das universidades do país. Tais instituições, segundo o texto constitucional, devem se pautar pelo princípio básico de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

A garantia legal desses direitos significa, inegavelmente, uma grande conquista de setores populares, entre eles do ME, entretanto, isso não garante a sua real operacionalização, ou seja, não proporciona o seu usufruto para a grande maioria da população brasileira. Essa discrepância já tomava consistência nos idos de 1985, com o início da gestão Sarney³⁴, que governou baseado numa política de contenção de gastos, com redução e cortes de investimentos em setores como saúde e educação.

Essa não identidade entre legalidade e operacionalidade se torna mais crítica no último momento explicitado por Faleiros, qual seja: o de domínio neoliberal.

Segundo Behring(2003), o que tem ocorrido no Brasil, dos anos 1990 aos dias atuais, é um processo de conta-reforma do Estado, que dificulta e/ou reorienta as garantias preconizadas na Constituição de 1988. Para Iamamoto(2008), essa perspectiva tem continuidade nos anos de gestão Lula, que ao manter a mesma política econômica da era FHC:

consagra a ortodoxia econômica monetarista recomendada pelos organismos internacionais como a única possível: só há “gestão responsável” com a política neoliberal, que mantenha o ajuste fiscal duro, o juro real elevado, a política monetarista concentracionista, o câmbio flutuante e a livre movimentação de capitais. Essa mesma política [...] é o pressuposto dos programas sociais, na tentativa de compensar o que está sendo agravado pela política econômica e pela ausência de efetivas reformas(p.36).

Portanto, vivenciamos uma tendência do Estado em minimizar a sua atuação no campo das políticas sociais, expressão que se confirma mediante a mercantilização em diversificados setores: saúde, previdência, educação, segurança,

³⁴ Sarney assumiu a Presidência da República no período de março de 1985 a março de 1990.

entre outros. Mas como ratificamos acima, o Estado continua agindo no sentido de atender as requisições para manutenção da sociabilidade do capital, sendo possível apreender essa dimensão nos mais diversificados países, sejam de centro ou da periferia do capital. Tendência que se confirma nesse momento de aprofundamento da crise capitalista, exemplo disso acontece aqui no Brasil. O que dizer, por exemplo, diante da afirmação do governo brasileiro ao se prontificar a destinar recursos para o FMI, num cenário em que milhares de trabalhadores(as) no país perdem o emprego e conseqüentemente, a sua condição de subsistência. Preocupações com os segmentos do trabalho ou em não colocar em questionamento o próprio ente gerador da crise: o sistema capitalista?

3-3 “AS IDÉIAS DOMINANTES DE UMA ÉPOCA SEMPRE FORAM AS IDÉIAS DA CLASSE DOMINANTE”: perspectiva de educação em tempos neoliberais

A educação, como política social, é diretamente afetada pela concretização das diretrizes neoliberais, já que elas sinalizam a minimização de investimentos estatal na área social, como meio de reduzir gastos, e ainda mais nessa conjuntura de crise, em que montantes de recursos em escala mundial, são destinados para amenizar os seus efeitos. Mas amenizar danos para os capitalistas ou para os segmentos do trabalho? Importante enfatizar que a sociabilidade capitalista é permeada por interesses contraditórios, resultantes dos próprios antagonismos intrínsecos a esse modelo societário que objetiva a obtenção de superlucros, mediante exploração e dominação, mesmo no contexto de radicalização da barbárie.

Nessa dimensão, a educação, também, se configura como um importante campo de disputa entre projetos diferenciados. Logo, podemos sinalizar a existência de projetos identificados com a defesa da educação como direito social universal e instrumento imprescindível na desconstrução de valores mercantis, o que por sua vez, contribui na construção de valores sintonizados com outro modelo societário. E, antagonicamente, de outros projetos que buscam transfigurar a esfera educacional em mais um ramo lucrativo para o capital, além de procurar restringir tal setor a um tipo de funcionalidade voltada ao atendimento das necessidades do mercado competitivo, direção fortalecida, na era hegemônica do neoliberalismo, afinal de contas:

O acesso ao conhecimento científico e técnico sempre teve importância na luta competitiva, mas também aqui podemos ver uma renovação de interesses e de ênfase, já que num mundo de rápidas mudanças e de sistemas de produção flexível [...] o conhecimento da última técnica, do mais novo produto, da mais recente descoberta científica, implica a possibilidade de alcançar uma importante vantagem competitiva. O próprio saber se torna uma mercadoria-chave a ser produzida e vendida a quem pagar mais, sob condições que são elas mesmas cada vez mais organizadas em bases competitivas (HARVYE, 2006, P.151).

Portanto, além do esforço exercido para mercantilizar a educação como bem, retrata Harvye, não podemos desconsiderar a utilização da rede educacional institucionalizada pelos representantes do grande capital, com vistas, também, a formação de consensos que potencializam a dominação e manutenção do poder vigente, como explicita Mézaros (2005) na sua abordagem.

Segundo este autor, a educação formal ou institucionalizada, sobretudo, nos últimos 150 anos, apresentou como funcionalidade não somente produzir os conhecimentos e mão-de-obra imprescindível ao processo de reprodução do capital, mas contribuiu, efetivamente, para a transmissão de valores que servem de suporte e legitimidade aos interesses dominantes.

Concordamos com Mézaros (2005) quando ratifica o direcionamento de adequação da educação aos interesses mercantis, entretanto, destacamos nesse debate, o fato da sociabilidade capitalista ser atravessada, nos seus mais diversos âmbitos, pela contradição, por conseguinte, o desenvolvimento de processos formativos sintonizados com o ideário de transformação societal, também, se coloca como uma possibilidade real.

Diante dessa problematização, é importante destacar o pensamento de Tonet (2007), segundo o qual a funcionalidade central da educação constitui a apropriação de conhecimentos, habilidades e valores produzidos e construídos no decorrer da história, pelos indivíduos singulares. De tal modo que o “acesso de todos à educação sistematizada, portanto, formal é uma necessidade para que as pessoas possam se apropriar do patrimônio do gênero humano” (TONET, 2007, p.5), contudo, essa apropriação não está descolada dos antagonismos sociais, e assim sendo, é recorrente que em uma sociedade de classes, os interesses que predominantemente, estruturam a educação, sejam também, os anseios da classe dominante. Porém, como já enfatizamos, a contradição é intrínseca a sociabilidade burguesa, e dessa forma, com base nas formulações de Tonet (2004), afirmamos que a educação na perspectiva do trabalho se remete, a defesa da apropriação do patrimônio humano, - artes, direito, filosofia, etc. -, de forma ampla, por parte de

todos(as) sujeitos sociais e históricos. Em contrapartida, na óptica do capital, a tendência é de limitar o acesso e a qualidade da educação, pois seu objetivo “não é a realização plena de todos os indivíduos e, pois do gênero humano, mas a sua própria realização” (p.224).

Na realidade específica do Brasil, é cada vez mais recorrente a redução de investimentos na área social, o que atinge também a educação, além disso, se intensificou nas últimas décadas a disponibilidade de todos os níveis da educação formal para a esfera privada, o que configura o domínio do mercado sobre esse setor, e isso representa, inclusive, a predominância dos valores mercantis nos processos formativos.

Neste sentido, observamos, a partir de análises como as realizadas por Tonet (1998, 2007) e Mészáros (2005), a necessidade de construção de uma perspectiva crítica para a educação, que não se limite em atender aos anseios de reprodução dessa ordem societária, ao contrário, que seja sintonizada com a luta na busca da derrocada da égide do capital, portanto, uma verdadeira mediação para a conquista da emancipação humana.

Dessa forma, é preciso considerar que, na época de predominância do padrão fordista-taylorista, a esfera educacional apresentava, majoritariamente, o viés informativo e limitado, pois não necessitava de trabalhador(a) com habilidades criativas, em decorrência da nítida separação entre planejadores e executores, característica desse modelo produtivo. A emergência da flexibilidade, no mundo do trabalho, reclama outro tipo de formação na qual:

O trabalhador precisa aprender a pensar a resolver problemas novos e imprevistos, precisa ter uma formação polivalente, ou seja, uma formação que lhe permita realizar tarefas diversas, e além disso, a transitar com mais facilidade de um emprego a outro, pois a estabilidade já não faz parte desta nova forma de produção (TONET, 2007, 10).

Alicerçando-nos nas contribuições do autor, verificamos que a educação passa por complexas processualidades na contemporaneidade. Nesse cenário de crise e mudanças estruturais, ela necessita se readequar e gerar alternativas diante dos novos padrões e relações sociais. Analisamos que a readequação, em larga medida, tem se pautado na tendência de submeter à atividade educativa ao viés mercantilista.

Diante do exposto é que Tonet (2007) chama atenção para a difícil situação que peculiariza a educação no momento atual. Segundo ele, a educação se encontra em uma verdadeira encruzilhada, visto que contribui para reprodução da sociabilidade

capitalista, que, no presente, é marcada pela radicalidade da barbárie ou contribui para construção de outro sistema societário. Essa encruzilhada expressa os interesses contraditórios existentes na sociedade do capital, com particularidades nos complexos sociais e aqui, em especial, na educação.

Tonet(2004), analisa requisitos sintonizados com o desenvolvimento de atividades educativas que vislumbrem a transformação social. Desse modo, elencaremos os requisitos defendidos pelo autor, com o objetivo de destacar a necessidade de seu fortalecimento, com vistas a potencializar projetos educacionais negadoras da ordem estabelecida.

O primeiro requisito concerne à perspectiva de empreender nas atividades educativas conhecimentos profundos e sólidos da finalidade pretendida, ou seja, da emancipação humana, dimensão balizadora das práticas educativas cotidianas. O segundo se refere à real necessidade de uma análise crítica e radical da sociabilidade capitalista, ou seja: compreensão “das características essenciais da crise por que passa esta sociabilidade, das conseqüências que daí advêm para o processo de autoconstrução humana, da maneira como esta crise se manifesta nos diversos campos da atividade humana [...]”(TONET, 2004, p. 232). Outro requisito, consiste no conhecimento aprofundado do próprio campo da educação, visto que esse tem suas especificidades. A quarta requisição, tratado por Tonet, se remete ao domínio dos conteúdos inerentes a cada área do saber, como por exemplo, podemos citar a importância do educador(a) ter domínio da área prioritária na qual atua, seja na filosofia, na sociologia, no direito, entre outras. O último requisito, constitui a relevância da articulação da atividade educativa com o desenvolvimento das lutas empreendidas pelos segmentos subalternizados, o que favorece na materialização de ações negadoras do projeto societário capitalista.

Reflexões críticas, como as realizadas por Tonet e pelo próprio Mészáros, são importantes também, para contribuir com o desvendamento das determinações que impossibilitam a materialização de uma educação formal libertadora, no marco da sociabilidade sob a égide do capital, pois tal sistema se reproduz, tendo como essência a perpetuação e ampliação das contradições que lhe são intrínsecas.

Entretanto, como apontado acima, isso não significa negar a possibilidade real de direcionar a educação por princípios e/ou requisitos sintonizados com a construção de outra ordem, devido aos próprios antagonismos inerentes a sociabilidade capitalista. De tal modo, uma compreensão abrangente de educação, conforme o pensamento de Mészáros(2005) significa o entendimento de que o processo de aprendizagem não se restringe a esfera institucional, majoritariamente, utilizada pelo capital, mas engloba todos os aspectos da nossa vida, tornando-se

imprescindível a interconexão dessas vivências com a esfera formal. A perspectiva de construção de outra concepção educacional, também, é sinalizada por Tonet na seguinte assertiva: “é evidente que uma educação voltada para a construção de uma sociedade que tenha como horizonte a emancipação humana terá que ser norteada por princípios e deverá encontrar formas profundamente diferentes daquelas voltadas para a reprodução da sociabilidade regida pelo capital” (1998, p.10).

Diante do exposto, temos o entendimento que o domínio burguês, também se faz presente na educação, pois esta esfera sofre os rebatimentos da divisão da sociedade em classes sociais. É decorrente dessa constatação histórica, do antagonismo de classes, que a construção de atividades educativas e, portanto, de formação profissional questionadora dessa ordem, também é uma possibilidade real. Assim, concebemos que o projeto profissional que hegemonicamente direciona a formação dos(as) assistentes sociais no Brasil, se fundamenta numa perspectiva que sem dúvidas, contribui para a análise crítica da atual sociabilidade, bem como, preconiza a defesa de construção de uma outra sociedade, alicerçada na verdadeira emancipação de homens e mulheres. Projeto de formação profissional, que cada vez mais, se depara com obstáculos para sua materialização, tais como: a insuficiência das condições objetivas, que dificulta a efetivação das diretrizes curriculares é uma realidade em todo país, além de vivenciarmos um período, de fortalecimento de valores mercantis, associada à fragilidade da teoria social crítica no âmbito da educação, o que configura, assim, uma conjuntura não favorável para universalização desse projeto. Entretanto, a luta empreendida pelas entidades representativas do Serviço Social, englobando a ação de segmentos de docentes e discentes, ratifica o compromisso preponderante dessa profissão com a construção e realização de atividades educativas emancipadoras.

Assim, apreendermos, nesse estudo, a sociabilidade capitalista como espaço de disputa e luta de classes e, por conseguinte, de perspectivas educacionais diferenciadas e até mesmo, contraditórias. Desse modo, a subordinação de uma classe em relação à outra, não é exercida somente com o uso da força, mas, também, mediante a utilização de diversos mecanismos, entre eles, as políticas sociais, como a educação, que contribuem para que a classe dominante garanta a reprodução da força de trabalho e de sua condição de classe como tal.

Destarte, as mudanças pelas quais passa a sociabilidade capitalista, no momento presente, e suas implicações na relação do Estado com a sociedade, consiste requisito essencial para apreensão das determinações que incidem sobre a necessidade de reconfiguração nos espaços formais de qualificação e aprendizagem. Dessa forma, faz-se necessário, considerar as alterações no âmbito da formação dos

segmentos do trabalho, incluindo os(as) assistentes sociais, o que por sua vez, contribui no desvelamento da direção social da ação dos sujeitos coletivos nesta realidade histórica, entre os quais o segmento estudantil.

Diante do exposto, entendemos que refletir sobre a contra-reforma do ensino superior e seus impactos para o projeto de formação dos(as) assistentes sociais, e da direção social da ação política dos(as) estudantes nesta conjuntura, reclama considerações relativas à ascensão neoliberal no país com sua respectiva diretiva de “reformular” o Estado. A abordagem potencializa a apreensão das determinações que incidem na readequação das instituições de ensino e a educação superior a lógica conjuntural do mercado.

O Que Foi Feito Deverá

*O que foi feito, amigo,
de tudo que a gente sonhou
O que foi feito da vida,
o que foi feito do amor
Quisera encontrar aquele verso menino
Que escrevi há tantos anos atrás
Falo assim com saudade,
falo assim por saber
Se muito vale o já feito,
mas vale o que será
Mas vale o que será
E o que foi feito é preciso
conhecer para melhor prosseguir
Falo assim sem tristeza,
falo por acreditar
Que é cobrando o que fomos
que nós iremos crescer
Nós iremos crescer,
outros outubros virão
Outras manhãs, plenas de sol e de luz
Alertem todos alarmas
que o homem que eu era voltou
A tribo toda reunida,
ração dividida ao sol
E nossa Vera Cruz,
quando o descanso era luta pelo pão
E aventura sem par
Quando o cansaço era rio
e rio qualquer dava pé
E a cabeça rolava num gira-gírar de amor
E até mesmo a fé não era cega nem nada
Era só nuvem no céu e raiz
Hoje essa vida só cabe
na palma da minha paixão
Devera nunca se acabe,
abelha fazendo o seu mel
No pranto que criei,
nem vá dormir como pedra e esquecer
O que foi feito de nós*

(Milton Nascimento)

IV UNIVERSIDADE E FORMAÇÃO PROFISSIONAL NA CONTEMPORANEIDADE

4-1 “REFORMA” UNIVERSITÁRIA NO CONTEXTO DE CONTRA-REFORMA DO ESTADO BRASILEIRO

Antes da discussão sobre contra-reforma implementada pelo Estado brasileiro, tecemos algumas considerações sobre a constituição da Universidade nacional, o que permitiu apreensão da disputa de valores e projetos educacionais diferenciados para esta instituição, tão relevante para o desenvolvimento econômico, social, político e cultural do país.

A universidade é recente no cenário nacional, foi criada somente no final dos anos 1920, e com processo de expansão na década de 1930, em que recebeu influências do modelo de escolas superiores, até então, majoritário no Brasil.

Segundo Rocha(2004), as primeiras instituições de ensino superior no Brasil foram criadas três Séculos após o descobrimento, visto que o domínio português se estendia também nas esferas da educação e cultura, como forma de manter o poder sob a colônia. Foi com a chegada do reino português em 1808, que surgiram às primeiras escolas superiores, inicialmente nos estados da Bahia e Rio de Janeiro. E tardiamente, no período republicano foram criadas as primeiras universidades no Brasil, em 1920, foi fundada a Universidade do Rio de Janeiro e em 1927, a Universidade de Minas Gérias, ambas formadas a partir da aglutinação de escolas superiores já existentes.

Conforme as contribuições de Fernandes (1975), a universidade assumiu o caráter de um conglomerado de escolas superiores, com suas respectivas fragilidades, quais sejam: o pequeno número de estudantes, professores e funcionários; a supervalorização do ensino em detrimento da pesquisa, quando defendemos que ambas as atividades devem funcionar articuladamente, além da centralização na tomada de decisões, sem levar em consideração os (as) envolvidos (as) na construção desse espaço.

Em 1930 é criado o Ministério da Educação e Saúde, sinalizando a preocupação do Estado nacional com a formação e qualificação da mão-de-obra num cenário de crescimento e expansão da industrialização no país.

Em 1934, foi fundada a Universidade de São Paulo e em 1935 a Universidade do Distrito Federal, criadas já sob a influência do modelo germânico-humboldtiano, que preconiza a indissociabilidade entre ensino-pesquisa e extensão e

concebe a universidade como espaço privilegiado na produção do conhecimento e de desenvolvimento cultural³⁵.

Como destacado no segundo capítulo desse trabalho, em 1937, foi criada a UNE. Diante do exposto, sinalizamos que a sua criação se processou, concomitante, a estruturação e consolidação da universidade no país, o que demonstra que desde o princípio o ME se constitui *locus* privilegiado de organização e atuação dos(as) universitários(as).

Nesse sentido, na década de 1940, o aumento de professores e de estudantes nas instituições de ensino superior, e a inclusão da pesquisa nessa esfera, configuraram-se aspectos fundamentais na deflagração da crise do modelo brasileiro de escolas superiores, predominantes nos interior das universidades brasileiras. A partir de então, temos a construção de uma perspectiva de universidade apreendida como espaço primordial na criação e produção de conhecimento. Importante, destacar que nessas décadas temos a expansão da urbanização e industrialização no país, o que requisita o desenvolvimento da ciência e da técnica.

Contudo, uma perspectiva crítica de universidade encontrou forte resistência, inclusive, por parte do Estado que sob a vigência do Estado Novo de Vargas, procurou adequar as instituições aos interesses dominantes.

Temos a concepção que a missão da universidade não pode ser reduzida a dimensão do ensino e desse modo, se configurar em mera funcionalidade de formar sujeitos para atuar em determinadas profissões, como ocorreu no processo de constituição dessa instituição, nem tão pouco, de se remeter a promoção do desenvolvimento científico e tecnológico, visando, tão somente a reprodução dessa sociabilidade, ela deve se constituir em um espaço de construção da cultura, ciência, tecnologia, investigação científica nas mais variadas áreas do conhecimento com a prerrogativa de proporcionar o desenvolvimento da humanidade e não do capital.

A educação superior e, por conseguinte, a universidade pública, como importante necessidade social, deve ser mantida pelo Estado, objetivando a sua garantia como direito. No entanto, isso se constitui um desafio a ser perseguido, e tem sido alvo de luta dos segmentos do trabalho e dos setores identificados com esse ideário, como historicamente se configura os(as) estudantes e suas entidades. Pois no decorrer da breve história da universidade no Brasil, alicerçada no tripé de ensino, pesquisa e extensão, ela é ameaçada constantemente, tendo em vista o esforço da

³⁵ Em 1932 foi lançado o “Manifesto dos pioneiros da educação” elaborado por intelectuais brasileiros que reivindicavam uma atuação do Estado na garantia da educação e requisitavam para o ensino superior a criação de universidades caracterizadas pelo desenvolvimento de investigações científicas, culturais e formações de profissionais nas mais diversificadas áreas de atuação. C.f Rocha(2004).

classe dominante, em diferentes conjunturas, de construir medidas visando a sua privatização, com a transformação do ensino superior numa mercadoria altamente competitiva e lucrativa.

Na década de 1950, Rocha(2004), aponta que sob a bandeira do nacionalismo foi desencadeado o processo de federalização das instituições de ensino superiores estaduais e privadas, caminho rejeitado nos anos de 1960, quando se verifica a expansão do setor privado na educação superior brasileira.

Essa tendência foi amplamente reforçada na ditadura militar, instaurada com o golpe de 1964, dado o compromisso dos governos ditatoriais com o capital, tanto em nível interno como externo, nesta dimensão, várias ações foram efetivadas de forma autoritária, buscando adaptar as instituições ao modelo político desenvolvido pelo regime ditatorial.

Podemos destacar como medidas viabilizadoras do enquadramento da universidade brasileira às regras ditatoriais e a exploração do capital, a elaboração dos Relatórios Meira Mattos e Atcon, estes documentos traziam recomendações, que procuravam adequar as instituições à lógica mercantilista de formação de mão-de-obra para o mercado e, ainda, visavam controlar as reivindicações e manifestações estudantis, tão recorrentes naquele período.

O relatório Meira Mattos pregava a repressão a quaisquer protestos realizados principalmente pelo ME, por serem compreendidos, pela ditadura, como subversivos a ordem vigente, enquanto o Relatório Atcon recomendava: a efetivação de mudanças na estrutura administrativa das universidades brasileiras, as quais deveriam se fundamentar na concepção empresarial de eficiência e rentabilidade, os documentos assinalados constituíram a base de fundamentação da reforma universitária de 1968. Cavalcante, fundamentando-se em Fáveo(1991), assinala que:

Esta reforma universitária introduziu mudanças significativas na organização e funcionalidade das universidades no Brasil, ao mesmo tempo em que incorporou algumas reivindicações da comunidade acadêmica com o objetivo de abrandar as manifestações no seu interior, como: o regime integral para professores; possibilitou o fortalecimento da lógica empresarial nas instituições de ensino superior, ao estabelecer a garantia de participação na administração universitária de pessoas como experiência na área dos negócios, corroborando com a perspectiva de dicotomia entre planejadores e executores e de entrega da universidade a administração em moldes empresariais(CAVALCANTE, 2007, p.6).

A reforma universitária de 1968 foi orientada também pelos acordos MEC-USAID, estabelecido entre Brasil e Estados Unidos, cujo objetivo era transformar a

universidade brasileira, visando “a eficiência, à modernização, a flexibilidade administrativa e à formação de recursos humanos de alto nível para o desenvolvimento do país” (LAMPERT, 2004, p.77).

O término da ditadura militar, não representou o início de um compromisso com a universidade pública por parte do governo Sarney, pois a sua gestão tratou de preservar os interesses dominantes e como esclarece Ramos(1996, p.57) ele “elaborou o documento “Educação Para Todos - caminho para mudança”, no qual se denota a preocupação com o ensino básico, sem se analisar, entretanto, o ensino superior”.

A realidade de descaso com as universidades públicas continuou nos governos subseqüentes, estimulada pela ideologia neoliberal de transfiguração da área educacional em mais um ramo lucrativo para o mercado de negócios, culminando, dessa forma, no crescimento acelerado da iniciativa privada e na redução de investimentos no setor público, o que contribui para um cenário verdadeiramente crítico, como veremos adiante.

A reforma do Estado se colocou como demanda real, no final da década de 1980, para as diferentes forças sociais e políticas da sociedade brasileira. Essa necessidade se explica pela seguinte constatação: “ao mesmo tempo em que tínhamos no plano jurídico-político a constituição mais avançada [...] o aparelho de Estado continuava funcionando e mais do que isso, continuava articulado ao projeto político-econômico da ditadura” (NETTO, 2004, p. 12).

Trata-se, portanto, naquele período, da tácita existência de um consenso entre distintas forças sociais e políticas, em torno da real necessidade de reformar o Estado nacional.

Essa concepção se estabelece já no contexto de consolidação neoliberal nos países de capitalismo avançado, o que demonstra o lapso entre o centro e a periferia do capital.

Entretanto, enquanto as forças populares se colocaram na perspectiva de reformar o Estado em seu real sentido, ou seja, com o objetivo de efetivar direitos a partir da operacionalidade das conquistas estabelecidas na Constituição de 1988, a burguesia nacional se colocou em sentido contrário, pois se pautou na defesa de adequar as estruturas nacionais à nova ordem do capital na sua versão neoliberal. Foi esta força social e política que se tornou hegemônica e tomou a direção estatal nos anos 1990, no Brasil.

Assim, sinalizamos o governo de Fernando Collor de Melo(1990-1992) como precursor das primeiras medidas de reformar o Estado em sentido oposto, ou seja, de materializar ações que se constituíram como o início de uma contra-reforma,

caracterizada pela perda e não pelo ganho de direitos. Behring (2003, p) assinala que este governo tratou de adequar o país ao reordenamento do capital mundial.

Contudo, foi na era FHC (1995-2002), que as concepções neoliberais começaram a ser efetivadas de forma mais intensa, expressão dessa assertiva, são as reformas do Estado, manifestadas na política de privatizações, além do verdadeiro esfacelamento das políticas sociais.

Netto(2004) identifica FHC como o governante dos banqueiros e que seu primeiro mandato apresentou, como objetivo precípua, adequar a inserção nacional aos anseios do capital mundial.

A análise realizada por Behring(2003) demonstra que a formação social brasileira é caracterizada por traços como paternalismo e heteronomia, que contribuem para intensificar a concentração da riqueza produzida e da dependência do país em relação às orientações que representam o capital internacional.

Para garantir a inserção subordinada do país, no circuito mundializado do capital na década de 1990, FHC governou com o propósito de executar, segundo concepção de Netto(2004), três tarefas básicas: dirimir as resistências contrárias ao direcionamento adotado na sua gestão, utilizando para este fim, tanto a força como a construção de consensos. A formação de consensos se deu na dimensão de satanizar o aparelho do Estado, a defesa ideológica de globalizar o país, além da tendência de privilegiar o privado e desqualificar o público. A segunda tarefa consistiu na prerrogativa de sucumbir o aparato legal oposto ao receituário neoliberal, nesse caso, o alvo principal constituiu-se a Constituição de 1988, como foi ressaltado, esta carta representou grande avanço jurídico, especialmente, no tocante ao item que trata dos direitos sociais. A última tarefa, estreitamente articulada às demais, se referiu a demanda de promover ações que, editadas a partir de medidas provisórias, regulamentações, entre outros aparatos, promovessem mudanças substanciais na estrutura do Estado nacional. Diante do exposto, tem-se a política de ajuste fiscal, materializada com um plano de estabilização da moeda e a continuidade da política de privatização.

Nesses termos, a contra-reforma do Estado, delineada por FHC, se apresentou em total sintonia com a tendência do capital mundial de promover um verdadeiro enxugamento das suas ações no campo social e de valorizar o privado como referência na execução de serviços que, na última carta constitucional, se constituem em direitos. Essa direção se manifestou, de maneira nítida, na educação e em especial, no ensino superior. Pois, em sintonia com as recomendações das agências multilaterais, a universidade pública oferece

ensino de melhor qualidade que as universidades privadas. Todavia, estas, regidas por critérios empresariais, são tidas como a referência organizacional. Consideradas mais ágeis, eficientes, financeiramente equilibradas, apresentam maior diferenciação institucional e menor índices de conflitos e tensões políticas (IAMAMOTO, 2004, p.40).

Considerando as análises de Siqueira (2004), o Banco Mundial(BM) passou a intervir na área educacional, na década de 1960, tendo como alvo preferencial as modalidades de ensino técnico-vocacional e superior, visto que, naquele período, esses níveis eram concebidos como prioritários para o desenvolvimento das forças produtivas.

Nos anos 1980, o BM financiou diversas pesquisas, sobretudo em países do continente africano, com o intuito de intensificar sua interferência na educação, em escala mundial. Os estudos realizados pelo órgão enfatizavam o ensino superior como oneroso para a administração pública, além de argumentar que ele privilegiava as camadas mais favorecidas, assim, as recomendações eram no sentido de priorizar os investimentos públicos, majoritariamente, no ensino fundamental.

Ainda, seguindo as contribuições de Siqueira, com a derrubada do muro de Berlim, associado à fragilidade do Estado de bem estar social ou provedor, como é por ela denominado, o BM passou a intervir de maneira mais incisiva no ensino superior, apresentando como objetivo instituir um modelo de gestão caracterizado pela eficiência e procurando abrir tal espaço para a iniciativa privada. Logo no começo do novo século, entendido como a “sociedade do conhecimento”, a educação superior é compreendida pelo BM, como uma “área de negócios”, a qual deve ser dirigida “pelo setor privado internacional e grandes firmas nacionais a ele associados, que estariam prontos para vender seus pacotes educacionais, consultorias, equipamentos, etc.” (SIQUEIRA, 2004, p.50).

Essa intervenção, no campo educacional, revela o processo de expansão da exploração e domínio do capital em setores diversificados, na busca ilimitada por lucros. A educação como mercadoria e sua adequação vislumbrando somente a formação de mão-de-obra “qualificada” para o mercado, significa mais do que a perda de direitos, pois minimiza processos formativos críticos, o que, por sua vez, corrobora com a formação de profissionais identificados(as) com a preservação do status quo.

Orientados por tais argumentos, os rebatimentos da política neoliberal no ensino superior, na vigência de FHC no comando do executivo nacional, podem ser constatados a partir das problemáticas levantadas na passagem seguinte:

As universidades federais passaram a viver uma situação de indigência, com cortes de energia elétrica, telefone, água, despensa das empresas terceirizadas responsáveis pela limpeza, sem falar nos aspectos didáticos-científicos, prejudicados pela deficiência de bibliotecas, laboratórios, salas de aula e falta de computadores e outros equipamentos necessários para esse fim (MAUÉS, 2004, p.22).

Foi durante a gestão de FHC que em 1996, tivemos a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases (LDB) para educação, que, segundo Netto (2004), em sintonia com as demandas do mercado, consistiu em amparo legal para expansão do setor privado e desqualificação da universidade pública, sobretudo, a partir da apreensão da autonomia universitária limitada a dimensão gerencial e financeira. Além disso, lamamoto (2004), sinaliza mecanismos da referida lei que privilegiou a criação de cursos de curta duração em nível superior, secundarizando a qualidade entre os quais, se encontram os seqüenciais³⁶ e os mestrados profissionalizantes³⁷. Para o Sindicato da Associação Nacional dos Docentes de Ensino Superior (ANDES), a situação da universidade pública, na década de 1990, apresentava a progressiva tendência de desresponsabilização do Estado com sua manutenção. Descaso que se verificou na submissão da:

Universidade á lógica imediatista empresarial seja pela gestão direta de uma rede de ensino responsável hoje por um percentual irrisório de aproximadamente, 22%, das matriculas dos cursos de graduação, seja pelo controle e direcionamento de boa parte da pesquisa científica e tecnológica produzida no país, a política governamental brasileira vem descaracterizando a universidade enquanto instituição de caráter público e despojando-a, portanto, de sua condição de instituição a serviço da população brasileira (ANDES, 1996, p.20).

O quadro abordado é preocupante, pois, ao mesmo tempo em que incentiva a abertura indiscriminada de instituições privadas, muitas das quais se restringindo a autênticas fábricas de diplomas, desqualifica as universidades públicas, tão necessárias para o desenvolvimento do país, a partir de sua democratização e da valorização deste espaço como referencial na produção e socialização do conhecimento. Assim, os rebatimentos da destruição e/ou readequação da

³⁶ lamamoto 2004 classifica tais cursos como um processo de “aligeiramento da formação- para responder de maneira mais imediata às demandas emergentes decorrentes das rápidas transformações que vêm se operando nesse mercado” (2004, p.54).

³⁷ Para lamamoto (2004) são mestrados mais baratos e autofinanciados “com retorno rápido uma vez que pode ser concluído em apenas um ano. Favorece a integração universidade e mercado, reforçando o papel que vem sendo atribuído a essa instituição enquanto formadora de mão-de-obra para atender às mutantes necessidades da produção no seu mais amplo espectro” (p.59)

universidade pública aos interesses mercantis, atinge não somente o espaço restrito da academia, mas a população de forma abrangente, pois esta instituição se caracteriza pela produção cultural, realizações de investigações científicas, que contribuem para o desenvolvimento tecnológico, econômico, político, cultural e social da nação, além de formar profissionais que atuam em diversificados ramos de atividades requisitados nesta sociabilidade.

Tal realidade não é diferente no decorrer das duas gestões de Luis Inácio Lula da Silva, com início em 2003 e vigente até os dias atuais, que se pautam numa perspectiva de aceitação das orientações do capital internacional, na versão neoliberal.

Salles (2006) salienta que o PT foi fundado em 1980, com o intuito de se constituir no representante partidário dos(as) trabalhadores(as) brasileiros(as), configurando-se, dessa maneira, em um partido caracterizado política e ideologicamente pela negação do sistema vigente, portanto, pela recusa das relações de exploração, dominação, autoritarismo e privilégios que marcam a trajetória histórica do país. Entretanto, segundo o seu pensamento, o PT com o propósito de chegar à presidência da república elaborou um projeto que foi negociado com políticos de diversos matizes, inclusive de centro esquerda e direita. Assim, um dos desdobramentos dessa aliança é que o “governo Lula [...] optou por fazer as reformas diante das quais o governo anterior recuou ou não teve a legitimidade suficiente para fazê-las” (SALLES, 2006, p.32).

Em consonância com esse direcionamento de análise, Lima (2004) ratifica o processo de aliança do PT com representantes do capital financeiro e sinaliza essa expressão em quatro dimensões: a extinção das referências do socialismo como princípios do partido; a burocratização, em decorrência da ampliação de funcionários em substituição aos militantes de base; minimização das lutas dos trabalhadores(as) com vistas à obtenção de cargos, conseguida mediante construção de acordos com a burguesia e, ainda, se manifesta pelo aprofundamento da concretização das concepções neoliberais no país, evidenciadas no favorecimento dos interesses dos organismos do capital globalizado, durante os anos do governo Lula.

Dias(2006) assinala que o governo de Lula da Silva se caracteriza pela materialização de uma política de continuidade do governo anterior. Atua desse modo, em conformidade com as orientações neoliberais aderidas por FHC. Outro importante aspecto consiste na sua prática política de desqualificar as organizações dos segmentos do trabalho. Nesse contexto de desqualificação, é que se potencializa também, a fragilidade das ações desses sujeitos coletivos, passando a atuar, muito mais numa perspectiva de colaborar com a institucionalidade, em vez de assumir,

posturas de combatividade e reivindicações. Ao passo que, contraditoriamente, se verifica a ampla valorização do governo Lula, em relação à atuação das ONG, que, embora, denominadas de não governamentais, sobrevivem com recursos oriundos das diversas esferas do Estado, além dos montantes recebidos de instituições que, explicitamente, representam os interesses do capital. A explanação seguinte demonstra a contradição vivenciada na política brasileira de hoje, já que o ex-operário que ocupa a presidência: “desempenha o papel articulador, nos marcos do território brasileiro, do bloco de poder comandado pela burguesia financeira internacional” (DIAS, 2006, p. 2000).

Nesse sentido, constata-se que o governo petista, do ex-operário Lula, se caracteriza pela recusa do projeto de transformação societal, e tenta criar um cenário que mostre que a continuidade econômica e política das diretivas do capitalismo neoliberal, mais do que necessárias, são naturais. É uma tendência de mascarar, de diversas formas, a existência de conflitos e interesses antagônicos. Prática política que descaracteriza o protagonismo de sindicatos, MS, afinal, senão existem interesses contraditórios, qual a funcionalidades desses sujeitos coletivos? Corroborar com bom desenvolvimento desta sociabilidade? Tudo indica que é esse o caminho até o presente momento, que vem sendo seguindo por alguns MS e suas entidades organizativas.

Essa direção política se apresenta, por exemplo, no uso indiscriminado de medidas provisórias, que dado o caráter de urgência das matérias votadas no legislativo, minimiza a possibilidade de debates e desenvolvimento de ações de segmentos da sociedade que rejeitem e se contraponham às medidas encaminhadas pelo governo, sucumbindo, dessa maneira, a construção da democracia e o protagonismo dos sujeitos coletivos.

Sem dúvida, a chegada de Lula à presidência representou o descontentamento da grande maioria da população brasileira com a situação de pauperização e perdas de direitos, reinante na era FHC, contudo, as suas gestões são marcadas pela continuação da implementação das diretrizes neoliberais, pautadas na destruição das conquistas dos segmentos do trabalho. Como aborda Carvalho, entre os condutores da reordenação do Brasil ao capital internacional na sua versão neoliberal estão:

O sociólogo considerado referência na construção de um pensamento progressista, quiçá, de esquerda, nas análises da sociologia política [...] e um líder político de esquerda, urdido nas lutas sindicais que ascende ao poder por proclamação popular, encarnando a esperança de ruptura com os rumos neoliberais. (CARVALHO, 2006, p.124).

Ainda nos baseando nas elaborações de Carvalho (2006), entende-se que o ideário neoliberal começa a materializar-se no Brasil, no momento de construção do Estado democrático, dessa maneira, observamos um processo contraditório de instituição de um Estado ajustador e reducionista na área social, no cenário da democratização política. Portanto, mais uma vez, constata-se que a emancipação política é importante, todavia, somente, a emancipação humana é capaz de libertar os homens e mulheres de sua condição de explorados(as) e dominado(as) pelo capital.

É nessa relação contraditória que se encontra a agudização da educação superior pública no Brasil que é respaldada na Carta Constitucional de 1988, como direito de cidadania e dever estatal, na atual conjuntura, atravessa um forte processo de privatização e desqualificação. Tendência que se coloca para atender as demandas da produção reestruturada e de obtenção de lucros, mediante sua mercantilização para o grande capital financeiro. Expressão dessa assertiva constitui-se a atual contra-reforma do ensino superior do governo Lula.

4-2 CONTRA-REFORMA DO ENSINO SUPERIOR DO GOVERNO LULA: exaltação do privado e desqualificação do público?

Na educação, a continuidade da política neoliberal se materializa com a contra-reforma do ensino superior, que vem sendo concretizada de maneira fragmentada, visando a desresponsabilização do Estado com este nível da educação. A contra-reforma está em consonância com as orientações deliberadas pelos organismos representantes do grande capital, como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e a OMC, pois conforme a perspectiva de tais agentes o ensino superior é compreendido:

Como uma mercadoria que deve ser suprida por entidades privadas que disputarão, entre si, o maior número de consumidores possível, o foco central, e talvez único da formação do aluno universitário passa a ser a preparação para o mercado de trabalho, desprezando-se a teoria e o “aprender a aprender” e enfatizando o domínio de técnicas, transformando a universidade em um ensino de 3º grau [...] situada dentro da proposta do neoliberalismo, supõe que o governo não deve ser o articulador da política educacional, mas que deve deixá-la a mercê da regulação, da competição entre os investidores privados(OLIVEIRA, COSTA, MALAFAIA, 2004, p.55).

Afinal de contas, ainda em fevereiro de 2003, no início do governo Lula, o então ministro da Fazenda e o presidente do Banco Central, respectivamente, Palocci Filho e Henrique Meirelles, enviaram, conjuntamente, documentos ao FMI, agente do grande capital internacional, confirmando a realização de esforços com o objetivo de manutenção do ajuste fiscal e da materialização de reformas estruturais propostas por tal organismo.

Também em 2003, o primeiro ministro da educação do governo Lula, o senador Cristóvão Buarque, assinalou no texto: “a universidade numa encruzilhada”, a necessidade de mudanças substanciais para a universidade pública no país. A encruzilhada representa, para ele, a opção dessa instituição, continuar se fundamentando na modernidade técnica ou direcionar sua funcionalidade para a modernidade ética, na qual o conhecimento seja submetido a valores éticos identificados, com a defesa de semelhança entre os indivíduos e com a efetiva perspectiva de proporcionar, ao conjunto da sociedade os resultados do progresso científico e tecnológico. É possível garantir essa socialização, num contexto societário caracterizado pela apropriação privada, inclusive do conhecimento produzido pela humanidade?

Concordamos com Buarque que a universidade vivencia uma situação de crise. Essa realidade se verifica, não somente, no campo restrito do ensino superior, mas perpassa todo o universo da educação. Entretanto, entendemos que o real dilema da educação consiste no que evidencia Tonet(2007): contribuir para a reprodução da sociabilidade capitalista, marcada, cada vez mais, pela barbárie ou contribuir com a construção de uma sociedade alternativa.

Algumas reflexões surgem nesse âmbito, como podemos pensar que mudanças endógenas, ocorridas no espaço universitário garantirão o futuro de seus estudantes? Como refletir sobre a derrocada da desigualdade social sem considerar o fim do modelo societário capitalista que subjaz processos de desigualdades? Afinal, como o próprio Buarque ratifica: “o produto dos avanços científicos e tecnológicos das universidades foi posto a serviço de minorias privilegiadas também em outras áreas. O uso e consumo desses conhecimentos também ficaram restritos às elites minoritárias” (2003, p. 13). Esse esclarecimento não expressa uma dimensão das diferenças e antagonismos de classes inerentes ao capitalismo?

Para o então ministro da educação, a universidade deveria ser refundada como meio de atingir seus verdadeiros propósitos e deixar de se constituir em uma instituição a serviço de uma parcela reduzida da população. Entre as iniciativas, indicadas pelo governo Lula para o sistema universitário brasileiro, se encontravam: regulação de transferência, que permita ao estudante trocar de instituição com

agilidade; ampliação de vagas com a utilização do ensino a distância; criação de cotas para grupos étnicos; flexibilização dos cursos; necessidade de outras fontes de financiamentos seja de ordem pública e/ou privada; estabelecimento de avaliação para todas as instituições, voltada para identificação de suas qualidades e fragilidades, com vistas a melhorar o desempenho na sociedade brasileira.

Embora, apresentando importantes análises sobre a universidade pública, entendemos que parte significativa das indicações observadas por Buarque, constituiu a base de fundamentação para a contra-reforma, que refunda e/ou reestrutura a universidade em conformidade com as requisições das agências que representam os interesses do capital.

Assim, para melhor problematizarmos a atuação do ME e, em especial, do MESS no atual cenário de desmoronamento da educação superior pública, faz-se necessário, algumas considerações sobre a atuação do governo, a partir de reflexões sobre as medidas situadas no campo da contra-reforma do ensino superior, com a perspectiva de apreendermos, os rebatimentos das medidas materializadas para a formação profissional dos(as) assistentes sociais brasileiros(as), bem como dos desafios colocados para o segmento estudantil em tal cenário.

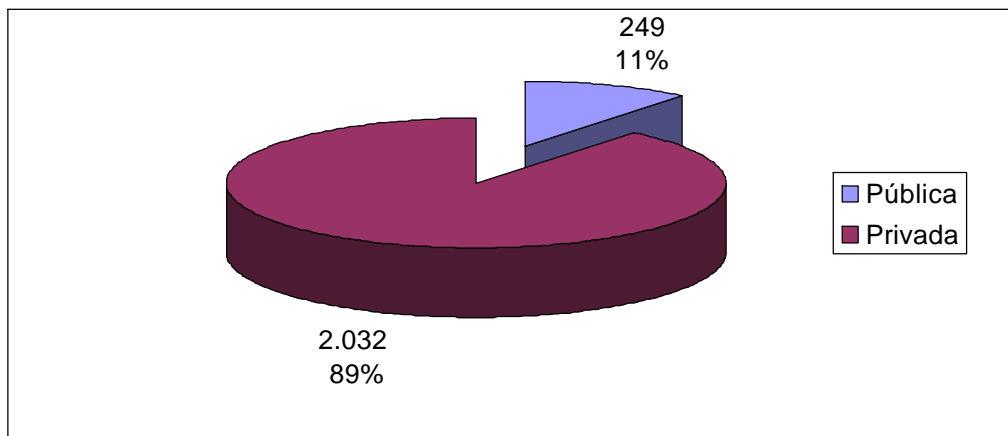
Entre as iniciativas adotadas, no contexto da contra-reforma, destacamos inicialmente o Programa Universidade para Todos (PROUNI) que estabelece a destinação de vagas para estudantes considerados de baixa renda, em instituições particulares, mediante troca por isenção fiscal. Os dados do MEC destacam que, de 2005 a 2009³⁸, foram distribuídas 887.445 bolsas do PROUNI. Desse total, 520.855 de caráter integral e 366.590 parcial. O dinheiro que deixou de ser arrecadado pela isenção de fiscal, em troca dessas vagas, poderia ser investido nas instituições públicas, proporcionando, desse modo, melhorias nas condições de trabalho de docentes e técnicos-administrativos e de aprendizado para os(as) discentes, além de contribuir para a expansão de vagas nos espaços de formação e qualificação pública, ou seja, o PROUNI constitui-se num excelente mecanismo de desvio de recursos de origem pública para o setor privado, fortalecendo, ainda mais, a dimensão de mercantilização do ensino.

Essa tendência gradual de mercantilização se torna explícita quando analisamos alguns dados do censo de 2007 do ensino superior. Eles mostram como a educação tem se constituído em área de investimento e rentabilidade para o capital.

³⁸ Dados disponíveis no site: http://siteprouni.mec.gov.br/images/arquivos/pdf/Representacoes_graficas/bolsas_ofertadas_an_o.pdf

Das 2.281 instituições que oferecem essa modalidade de ensino, 2.032, são privadas, ou seja, se tem nesse universo o pífio número de 249 instituições públicas.

Gráfico 1
Natureza das Instituições de Ensino Superior no Brasil

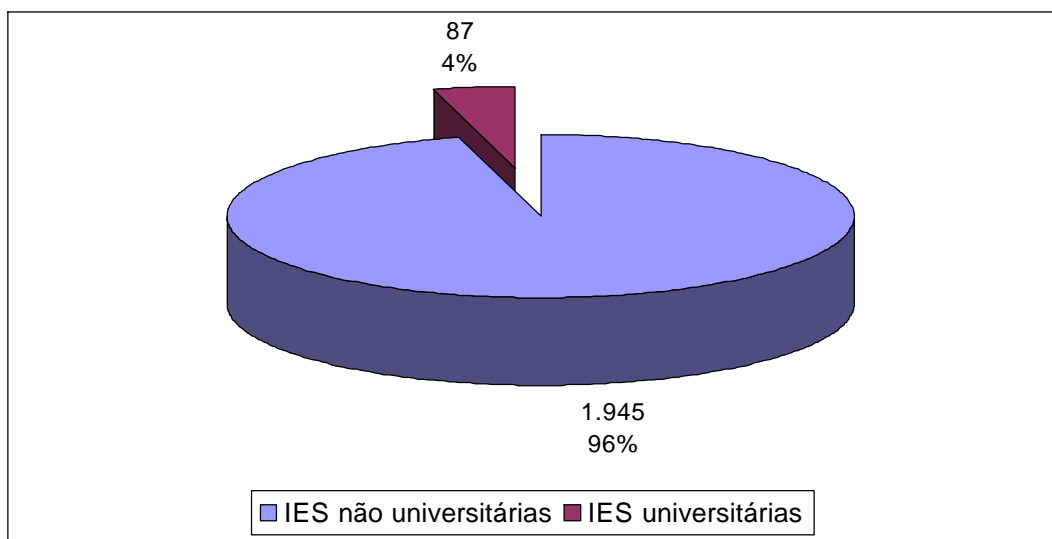


Fonte: INEP, 2009

Os números socializados no gráfico 1, não deixam dúvidas sobre a acelerada busca de rentabilidade na educação superior, pois se tem a confirmação que aproximadamente 90% das instituições nesse nível de ensino, se concentram na área privada. Portanto, não é possível, deslocar essa expressiva quantidade da dimensão de qualidade, são esferas distintas, mais integrantes desse mesmo processo. Assim sendo, sinalizamos preocupações com o ensino disponibilizado em termos de qualidade, e, ainda por, preponderantemente, estarem sob domínio direto da administração que visa o lucro imediato, a propensão de assimilação política e ideológica dos valores dominantes na sociabilidade capitalista se constitui uma tendência real. Retomando as contribuições de Tonet(2004), a educação sob a ótica do capital, tem a perspectiva de garantir condições para sua preservação e não contribuir para o desenvolvimento pleno de todos os indivíduos.

Segundo o censo de 2007, das 2.032 instituições privadas, somente 87 consistem em universidades, caracterizadas, pela indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, os demais espaços, constituem-se em centros universitários; faculdades integradas; faculdades, escolas e institutos. Entretanto, desse reduzido número de 249 instituições públicas, 96 são universidades.

Gráfico 2
Tipo de Instituição de Ensino Superior Privadas

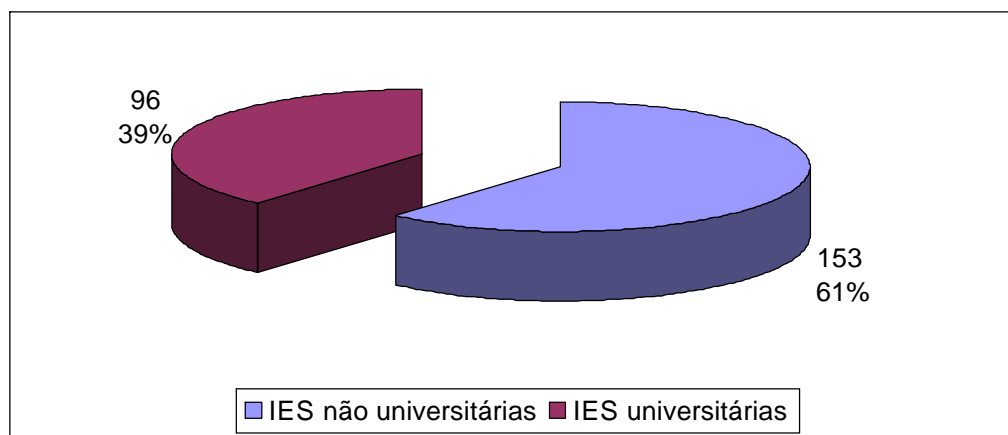


Fonte: INEP, 2009

A partir dos dados do gráfico de nº.2, assinalamos que a exploração do capital na educação visa, sobretudo, o lucro imediato, visto que de 96% das instituições privadas não são universidades, que requer investimentos em pesquisa e extensão. Daí, poderíamos afirmar que o ensino se constitui o alvo prioritário das investidas do capital na área da educação. Contudo, cada vez mais, é recorrente o desenvolvimento de pesquisas nas universidades públicas, sendo os seus resultados utilizados diretamente pelos setores dominantes, com objetivos de aumentar a competitividade e rentabilidade de suas empresas, demonstrando que os benefícios adquiridos pelo avanço da ciência são socializados e usufruídos de forma desigual pelos sujeitos nesta forma de sociabilidade caracterizada pela divisão de classes. Para Castro(2008, p.247):

A tendência mundial de crescente privatização da educação começa, gradualmente, no Brasil, a minar o caráter público das universidades federais e estaduais na medida em que os governos cortam/ou reduzem o repasse de verbas, forçando-as a adotarem formas alternativas de captação de recursos, em parte articulada ao setor privado.

Gráfico 3
Instituições de Ensino Superior Públicas



Fonte: INEP, (2009)

Constatamos uma grande diferença entre a quantidade de instituições privadas e públicas, como ficou evidenciado no gráfico de nº 1. Entretanto, analisando conjuntamente os dados dos gráficos 2 e 3, temos a conclusão que apesar do grande número de instituições privadas, as universidades estão, majoritariamente, na área pública, levando-nos a ratificar a sua relevância para o desenvolvimento do país mediante a oferta de um ensino mais qualificado associando as esferas de pesquisa e extensão. Desse modo, a luta em favor da universidade pública no Brasil, historicamente protagonizada por estudantes, se configura como uma defesa que ultrapassa os próprios limites e interesses institucionais.

Menezes(2000) analisa que existe uma verdadeira intenção de se negar as diferenças entre as diversificadas instituições, colocando-as todas no mesmo patamar. Essa falsa identidade conceitual potencializa a ação daqueles que, por motivações econômicas e/ou políticas, insistem na derrocada da universidade pública, visto que:

A equivocada identificação entre universidade e ensino superior [...] dificulta entre nós a compreensão da dimensão da questão da universidade pública e de sua destruição. Para alguns, a destruição se restringe ao fim de determinados regimes funcionais, para outros, a preocupação é a eliminação da gratuidade do ensino superior, por sua vez defendida por outros, ainda, para a completa liberação de um mercado educacional bilionário (MENEZES, 2000, p. 10).

Nesses termos, se verifica um pequeno número de universidades em meio à expressiva quantidade de outras instituições, sobretudo, no âmbito privado, evidenciando que, de modo abrangente, as preocupações desse setor se voltam para

os lucros adquiridos com a venda do ensino, pois, de forma majoritária não investem no desenvolvimento de pesquisa e tampouco, na materialização de projetos de extensão. Logo, a confusão, intencionalmente promovida como foi destacado por Menezes, acaba por apresentar tais espaços, para a maioria da população com o mesmo status e importância das universidades, quando, na realidade, desempenham atividades e funcionalidades diferentes.

São importantes as contribuições de Saviani (2005) relacionadas à discussão sobre o público e privado como categorias de análise na história da educação brasileira. O autor salienta alguns equívocos que perpassam esse debate, como a defesa de manutenção da tutela educacional por parte do Estado, pois, segundo ele é necessário libertá-la.

Libertar a educação da tutela estatal significa ratificar a concepção de direcionamento de classe presente na atuação do Estado, cuja serventia contribui pra preservação do *status quo*, entretanto, como ressalta Saviani, a retirada da tutela não:

Devia ser confundida com a liberação do Estado dos encargos educacionais, sobreonerando a população. [...] trata-se, pois, de inverter esta tendência, exigindo que o Estado assuma plenamente os encargos que garantam as melhores condições de funcionamentos da rede de escolas públicas. E isto será viável na medida em que as organizações populares exerçam severo controle sobre a educação em geral e principalmente nas escolas mantidas pelo Estado (2005, p.174).

A preocupação do autor é significativa na perspectiva de que, cada vez mais, o Estado controla a educação, no intuito de atender as necessidades do mercado, em detrimento dos interesses sociais da maioria da população explorada e oprimida. Vejamos: a adoção do PROUNI representa a tendência de reduzir investimentos na esfera pública e o conseqüente fortalecimento da iniciativa privada. Mais do que isso, garante a inserção de estudantes em instituições particulares, preocupadas majoritariamente com a obtenção de lucros e não com a formação propriamente dita. Reflitamos: quantos estudantes deixam de freqüentar as aulas nas escolas privadas por falta de pagamentos? A expansão do setor privado na educação se processa por preocupações com o desenvolvimento espiritual da humanidade ou majoritariamente por interesses rentáveis?

Nesse sentido, é importante explicitar o pensamento de Sanfelice, quando o mesmo esclarece que:

A escola estatal não é necessariamente pública quando tomamos o adjetivo público na forma de qualificação daquilo que pertence a um povo a uma coletividade que é comum, aberto a quaisquer pessoas que, não tem caráter secreto, é manifesto e transparente (2005, p.179).

Nas condições, ressaltadas pelo autor, fica evidenciada, mais uma vez, a impossibilidade de construção de uma rede educacional formal verdadeiramente pública, nos marcos da sociedade capitalista, pois, a mesma apresenta como um dos seus fundamentos, a perpetuação das desigualdades e de interesses individuais e do capital, em detrimento das necessidades reais da população. Porém, a escola pública contribui para atender, em maior escala, os anseios da coletividade, nessa forma de sociabilidade, se levamos em consideração, entre outras dimensões, que a educação dominada pelo setor privado visa, especialmente, à formação de força de trabalho para o mercado, secundarizando as verdadeiras necessidades humanas, além disso, transforma um direito em serviço na procura excessiva por lucros. Destarte, podemos perceber que a relação público-privado, na esfera da educação, é perpassada por intensas contradições, que são vinculadas às relações antagônicas que particularizam o modelo societário capitalista.

Buffá (2005), discorrendo sobre a relação público e privado na educação, afirma ser tal relação crivada por conflitos e dualidade. A autora enfatiza, ainda, que a esfera privada, até a primeira metade do século passado, se concentrou, especialmente, no ensino médio, sendo defendido, majoritariamente, por representantes da Igreja católica, já a partir dos anos 1980, verifica-se uma alteração na relação, dado que o protagonismo passa a ser assumido pelos denominados “tubarões do ensino”, com prioridade para a educação superior. Certamente, essa mudança não se efetiva por acaso, pois esse redimensionamento está inserido nas profundas modificações vivenciadas pelo capital, as quais atingem os diversos complexos sociais.

No âmbito de efetivação de medidas para o ensino superior, durante a primeira gestão de Lula, tivemos, ainda, em 2003, a institucionalização do sistema de cotas nas universidades públicas, destinada a estudantes oriundos de escolas públicas, particularmente, negros, pardos e índios. Segundo estudo de Castro(2008), atualmente, este sistema é implantado em 18 universidades brasileiras, sendo alvo de significativas discussões, em que posicionamentos contrários se apóiam, principalmente, na concepção de mérito, além de acreditarem, que as reservas de vagas pode corroborar com discriminação ao incentivar um “racismo às avessas”, já os defensores das cotas, compreendem que elas são ações afirmativas que visam o

tratamento diferenciado para sujeitos historicamente alvo de preconceitos e que se encontram em posição desigual inclusive, no que se refere à educação, em especial no nível universitário. Levando-se em consideração, informações do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), as desigualdades entre brancos, pretos e pardos se manteve em 2004. Segundo dados divulgados pela Instituição em 2006, no que se refere ao analfabetismo funcional no país, 18% dos(as) brancos(as) tinham menos de quatro anos completos de estudos, enquanto que na população de cor preta e parda esse percentual ultrapassou os 30%³⁹. Outros dados revelam essa desigualdade:

em relação a adequação série-idade, considerando os jovens de 18 a 24 anos, verificou-se que 11% dos de cor branca e 27% dos de cor preta e parda ainda freqüentavam o ensino fundamental, enquanto 35% dos brancos e 51% dos pretos e pardos estavam no ensino médio. Nessa mesma faixa etária, 47% dos estudantes de cor branca estavam no ensino superior, um proporção quase três vezes superior à dos estudantes de cor preta e parda. (IBGE, p.10, 2006.).

Os números socializados pelo IBGE ratificam a necessidade de políticas afirmativas para a população afro do Brasil, tais como: o próprio sistema de cotas já implementado em 18 instituições de ensino superior, mecanismo que contribui para o arrefecimento dessas desigualdades, tão visíveis e gritantes na realidade brasileira. Importante registrar que a ENESSO, tem uma postura política favorável ao sistema de cotas, tal como consta, nas deliberações aprovadas no decorrer do período aqui investigado, as quais serão analisadas no próximo capítulo.

Outra medida, situada no campo de mudanças do ensino superior, consiste a aprovação, por parte do MEC, da abertura sem controle de cursos de graduação à distância, com o objetivo primordial de elevar o número de estudantes no ensino superior, todavia, secundarizando a qualidade e o direito a educação.

O aceleração da política privatista, mediante utilização do ensino a distância, é garantido legalmente no artigo 80 da LDB, o qual estabelece que esse meio seja incentivado pelo poder público, em todos os níveis educacionais. Posteriormente, foi regulamentado pelo Decreto nº. 2.494 de 10 de fevereiro de 1998 e pela portaria nº. 301 de 07 de abril do mesmo ano. Entretanto, foi com o Decreto nº. 5.622 de 19 de dezembro de 2005, que a modalidade à distância, se expandiu de modo exacerbado por todo o país.

³⁹ Esses dados foram socializados na Síntese dos Indicadores Sociais elaborado pelo IBGE em 2005 e, disponibilizados no site da instituição: www.ibge.gov.br.

A expansão de cursos à distância no governo Lula, estava prevista nas propostas do grupo de trabalho interministerial, ainda no ano de 2003, na qual a equipe de trabalho discorre sobre a crise das universidades federais e a necessidade de elevar o número de estudantes na educação superior. Siqueira esclarece que a elevação se daria a partir “do aumento da carga horária dos professores em sala de aula, o aumento da relação aluno-professor e o uso da educação à distância” (2004, p.63). Para Lima é importante destacar:

Desde o governo neoliberal de Fernando Henrique Cardoso a educação a distância tem sido utilizada com mais uma estratégia de privatização das universidades públicas “maquiadas” com o discurso da democratização do acesso a esse nível de ensino (LIMA, 2004, p.41).

Além disso, é interessante frisar que o ensino à distância em sintonia com as mudanças no mundo do trabalho, principalmente com o desenvolvimento da esfera tecnológica informacional, potencializa o processo de substituição de trabalho vivo por morto, visto que o método virtual secundariza e/ou até mesmo dispensa o(a) professor(a) na sala de aula, ou seja, contraditoriamente, ao mesmo tempo em que, coloca mais profissionais no cenário competitivo entre os quais professores(as); contribui para a elevação de desemprego, pois a prioridade não é com o ensino, mas com a rentabilidade adquirida pela utilização da modalidade à distância.

Nesse sentido, temos o discernimento e convicção teórico-política que, a expansão sem nenhum controle, de cursos de graduação à distância, constitui mais uma medida governamental que possibilita, em larga medida, o aprofundamento, sem precedentes na história do Brasil da mercantilização da educação, em especial do nível superior. Esse processo se materializa a partir da venda direta do ensino nas instituições privadas ou mediante a utilização da modalidade nas instituições públicas, com o objetivo central de atender as requisições mercantis.

Conforme dados socializados pelo secretário de Educação a Distância, Carlos Bielschowsky, em abril de 2009, existia no Brasil, 109 instituições que ofertam cursos de graduação à distância, sendo que oito⁴⁰ delas são responsáveis pelo total de 416.320 alunos, o correspondente a um percentual de 54,7% dos(as) estudantes matriculados(as) nessa modalidade.

⁴⁰ As instituições são: Universidade do Norte do Paraná (Unopar), a Universidade Estadual do Tocantins (Unitins), o Centro Universitário Leonardo da Vinci (Uniasselvi), de Santa Catarina, e a Faculdade Educacional da Lapa (Fael), do Paraná, Universidade Luterana do Brasil (Ulbra), do Rio Grande do Sul; a Faculdade de Tecnologia e Ciências (FTC), da Bahia; a Universidade Castelo Branco (UCB), do Rio de Janeiro, e a Universidade Cidade de São Paulo (Unicid).

Ainda, segundo informações publicizados no site do MEC, desde o início de 2009, se processa uma supervisão nessas instituições, com o objetivo de garantir a qualidade e os direitos dos(as) estudantes. Os resultados parciais da fiscalização, apontam irregularidades nos espaços de atendimento presencial aos discentes, que se expressam na ausência de coordenadores(as), na falta de laboratórios de informática e de bibliotecas, requisitos básicos para oferta do ensino. As constatações das irregularidades resultará de início na desativação de 1.337 pólos vinculados A Unitins e a Fael, que associadas ao Sistema Eadcon, detém 1.494 pólos de oferta de ensino a distância, dos quais, 1.278 serão desativados, conforme informação do MEC, visto que a Eadcon não está credenciada pelo Ministério a oferecer cursos de graduação nessa modalidade, estando autorizada a atuar, somente, na oferta de especialização. Além disso, A Uniasselvi, também terá 60 de seus 93 pólos desativados, entretanto, ela “promove reestruturação em comum acordo com o MEC e vai reformular o processo de avaliação, além de aprimorar a infra-estrutura dos pólos remanescentes”(MEC, 2009).

Diante dessa realidade, observamos que a preocupação do MEC com a qualidade do ensino oferecido pela modalidade à distância, se verifica depois da abertura desenfreada de cursos de graduação em todo o país, processo que teve incentivo e aval do próprio ministério.

Outra medida pertencente a “contra-reforma” é o Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior(SINAES), o qual é constituído de três eixos: avaliação dos cursos, das instituições e o Exame Nacional de Desempenho dos estudantes (ENADE). Apesar de incorporar elementos importantes no processo avaliativo, desde a sua implantação, o mesmo tem privilegiado, especialmente, o resultado do ENADE. Este é pautado numa perspectiva punitiva e de ranqueamento, assim, os(as) estudantes selecionados(as) para realizar a prova e que, porventura, não comparecerem, na data estabelecida, são impedidos(as) de receber o diploma, além disso, a divulgação de notas, obtidas pelos cursos levando-se em consideração somente o ENADE, acaba culpabilizando o segmento estudantil pela realidade da universidade pública, na atualidade, sem uma devida análise econômica, social, histórica, política e cultural. O ranqueamento, construído a partir da avaliação, gera uma classificação entre as instituições boa e de má qualidade, que incide, diretamente, na distribuição de verbas, o curioso é o fato daquelas cujos resultados não são satisfatórios, para os analistas, serem penalizadas, mediante redução de investimentos, podendo, até mesmo, ser descredenciadas.

Para Mello(2007), a avaliação pode ser consubstanciada em três perspectivas diferentes, porém não excludentes, são elas: avaliação como instrumento

de prática gerencial, em que são considerados, prioritariamente, metas a serem alcançadas; avaliação como controle social, cuja preocupação se remete a elaboração de objetivos, preservando-se a autonomia institucional e, finalmente, a avaliação como possibilidade de regeneração de autonomia política e acadêmica, na qual, a auto-avaliação possa proporcionar a incorporação de inovações de naturezas diversas, como: projetos para instituição, estratégias de produção e disseminação de conhecimentos. Entretanto, segundo apreensão do autor, é fundamentado na primeira abordagem que as avaliações vêm se concretizando nos espaços acadêmicos, pois:

[...] as decisões de cunho eminentemente político aparecem como uma questão meramente gerencial que exige uma resposta imediata e inadiável do órgão gestor. Os problemas relativos ao ensino superior, tanto com relação à administração quanto com relação às questões de produção e veiculação de conhecimento não são reconhecidos como determinações das formações sociais, mas são interpretados como decisões que têm que ser tomadas para resolver problemas e garantir a aplicação dos recursos (MELLO, 2007, p.16).

A tendência punitiva do ENADE se verifica na Lei nº. 10.861 de 24 de abril de 2004, que, no seu inciso 5º do artigo 5º, estabelece o exame como componente curricular obrigatório para os cursos de graduação. O inciso 10º do mesmo artigo, explicita o reducionismo dessa avaliação, pois destaca a concessão de bolsas e outras formas de estímulos a estudantes que obtiverem melhores desempenhos. Como analisar o rendimento acadêmico de um(a) estudante considerando somente o resultado da prova?

O ANDES(1996) defende a realização de processos avaliativos que englobem elementos internos e externos. No primeiro caso, requisita-se, a participação democrática de todos os segmentos acadêmicos: estudantes, docentes e técnico-administrativos; no segundo, exige-se o envolvimento da comunidade na qual a instituição está inserida, com o intuito de a sociedade analisar e contribuir com o desenvolvimento da função social da instituição.

Além das ações já assinaladas, faz-se necessário evidenciarmos uma das mais atuais, que é o REUNI, este vislumbra melhorar o rendimento dos atuais recursos físicos e humanos das universidades federais, sendo as principais metas: elevar a taxa de diplomação dos cursos para 90% e aumentar para dezoito a relação aluno-professor.

O preocupante nesta proposta como abordam Martinez e Tonegutti (2007), é a não contextualização das metas citadas com a dinâmica vivenciada nas instituições de ensino superior federais. Nesses termos, algumas das problemáticas

salientadas pelos autores são: como elevar o nível de diplomação sem considerar a situação econômica e social dos(as) estudantes brasileiros(as); como atingir a meta estabelecida, no tocante a relação professor-aluno, em uma conjuntura de sobrecarga vivida no cotidiano pela grande maioria dos(as) docentes. Outras questões significativas para serem refletidas são referentes à própria flexibilidade⁴¹ dos cursos, e, além disso, por se tratar de um plano de governo, como garantir a liberação de verbas, no decorrer da futura gestão presidencial, pois, as linhas, traçadas pelo REUNI, apresentam como horizonte o ano de 2012. Como observamos, muitos são os limites para a universidade pública, trazidas por mais uma ação integrante da contra-reforma do ensino superior brasileiro.

Para Boschetti(2008), o REUNI foi instituído nas universidades visando atender as requisições do FMI, que estabeleceu a meta de inserir 30% da população brasileira na faixa etária de 18-24 anos nesse nível da educação. Diante do exposto, fica evidenciado o direcionamento do Governo Lula, em operacionalizar as recomendações daqueles que defendem os interesses do capital e desconsideram a qualidade na formação profissional, em prol da lucratividade.

A análise do ANDES sobre o REUNI ratifica o posicionamento de situar essa ação como mais uma medida que expressa a perspectiva, do atual governo, de ampliar o acesso na educação superior, sem a devida elevação de recursos para manutenção dessa expansão⁴². Desse modo, as repercussões são no sentido de “precarização do trabalho docente e a transformação paulatina de universidade em instituições com um ensino cada vez mais superficial” (ANDES, 2007, p.08).

Diante dos primeiros passos no processo de institucionalização do REUNI nas Universidades Federais, é notória a aberturas de concursos, sobretudo, para docentes e, dessa maneira, não podemos desconsiderar a importância dessa ação num contexto de intensa sobrecarga vivenciada por professores(as) nas instituições públicas, sendo, pois, resultante de lutas do movimento da educação no Brasil e, especificamente, no nível superior dos segmentos universitários organizados. Entretanto, somente a abertura de concursos não é suficiente para termos uma análise mais consistente do programa, pois não nos permite apreendermos se os cursos abertos nos âmbito do REUNI garantem uma formação profissional com qualidade, e

⁴¹ Flexibilidade no sentido que o plano se fundamenta nos processos flexibilizados de redefinição do ensino superior, implantado nos EUA e, também, influenciado pelo modelo de bacharelado de Bolonha “este em virtude das necessidades decorrentes da comunidade européia o que se objetiva é compatibilizar a formação profissional entre os vários países pela adequação do desenho curricular, que varia bastante de país para país.” Cf.: Martínez e Tonegutti (2007).

⁴²O Plano Nacional de Educação estabelece a destinação de 10% do PIB para educação, contudo, o total empregado corresponde ao percentual de apenas 3,5%. Cf. (ANDES, 2007).

no caso do Serviço Social, tendo como pressuposto as Diretrizes Curriculares elaboradas pelo ABEPSS.

Durante a provação do REUNI, pelos Conselhos Universitários das universidades federais no final de 2007, tivemos, segundo dados da CONLUTE pelo menos quinze reitorias ocupadas pelo ME, porém as ocupações e reivindicações não foram suficientes, pois o Plano de Reestruturação foi aprovado em plenitude pelas IFES. Embora, não tendo sucesso quanto ao objetivo de impedir a implementação de tal proposta, podemos afirmar que as atividades executadas pelo segmento estudantil evidenciam o fortalecimento das mobilizações do ME em nível nacional.

Em abril de 2009, é socializada mais uma proposta do MEC para o ensino superior, que prevê a adoção do Exame Nacional do Ensino Médio(ENEM), como principal mecanismo de acesso as instituições federais. Documento elaborado e disponibilizado pelo MEC esclarece que os resultados do ENEM serão utilizados de duas maneiras:

A primeira, mediante simples informação, pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira-Inep, à IES, dos boletins de resultados dos candidatos que tiverem realizado o novo ENEM, adotado como prova de seleção com base em Edital próprio publicado pela IES, facultando-se sua utilização como fase única ou primeira fase do processo seletivo. A segunda forma de utilização do novo ENEM consiste na adesão ao Sistema de Seleção Unificada, sistema informatizado do Ministério da Educação apto a processar o registro das vagas especificamente oferecidas pelas IES (“vagas ENEM”), em confronto com as listas ordenadas de candidatos, em ordem decrescente, por curso, segundo a pontuação no Exame. O pressuposto da adesão ao Sistema de Seleção Unificado é a utilização do novo ENEM como fase única, sem prejuízo de eventual realização de exame de aptidão para áreas específicas (desde que esse se dê em tempo compatível com da primeira e segunda chamadas do Sistema de Seleção Unificado). (MEC, 2009)

O fim do vestibular sempre esteve presente como bandeira de luta do movimento por educação pública no Brasil, incluindo aqui o segmento estudantil organizado. O propósito de utilização do ENEM como mecanismo de entrada nas universidades, não garante a efetiva democratização do ensino superior, visto que o acesso continuará sendo determinado por outro processo seletivo, que não mais o vestibular. Por se tratar de uma medida ainda incipiente, não nos permite a realização de uma análise mais consistente desse processo, entretanto, analisando esta medida no campo da contradição, temos a concepção que ela não resultará em ganhos expressivos para os segmentos pauperizados se não for acompanhada de uma efetiva

ampliação de vagas nas universidades federais e de melhorias consideráveis nos níveis fundamental e médio de ensino.

4-3 REMANDO CONTRA MARÉ: a formação profissional do(a) assistente social no âmbito da contra-reforma do ensino superior

A contra-reforma do ensino superior, orientada pelas concepções neoliberais efetivada na era FHC e com continuidade nas gestões de Lula, traz implicações substanciais para materialização do projeto de formação profissional dos(as) assistentes sociais. Projeto, resultante da reformulação curricular, no início da década de 1990, em que a qualidade da formação profissional, consistia ao mesmo tempo, em objetivo e desafio para categoria.

Assim sendo, de 1994 a 1996, a então, Associação Brasileira de Ensino de Serviço Social(ABESS) promoveu conjuntamente, com o Centro de Documentação e Pesquisa em Políticas Sociais e Serviço Social(CEDEPSS) e, com expressivo apoio do CFESS e da ENESSO, em torno de duzentas oficinas locais em unidade filiadas a ABESS, além de vinte e cinco oficinas regionais e duas nacionais.

Essa ampla discussão foi imprescindível, para construção da Proposta Nacional de Diretrizes Curriculares para o curso de Serviço Social, cuja aprovação ocorreu, em assembléia geral, durante a II Oficina Nacional de Formação Profissional, nos dias 07 e 08 de novembro de 1996, na cidade do Rio de Janeiro.

Os pressupostos que nortearam a perspectiva de formação profissional presentes na referida proposta, se expressam no entendimento, de que o Serviço Social, consiste em uma profissão que se particulariza, no âmbito de intervenção da questão social; esta, portanto, se configura como fundamento basilar de sua existência na sociabilidade regida pelo capital; e que na década de 1990, a relação capital-trabalho, apresenta uma tendência de agravamento no contexto brasileiro, diante das particularidades da reestruturação produtiva no contexto nacional, fato que atinge a profissão, nos âmbitos da formação e da intervenção, dessa maneira, tem-se a apreensão de que o Serviço Social como parte integrante de um processo trabalho, é determinado estrutural e conjunturalmente pelas configurações da questão social e das conseqüentes formas de seu enfiamento.

Portanto, a institucionalização do Serviço Social como profissão constitui um desdobramento da intensificação das contradições, inerentes ao modelo societário capitalista de produção e reprodução das relações sociais.

Nesses termos, as Diretrizes Curriculares enfatizam que os(as) assistentes sociais têm, nas diversas expressões da questão social, a matéria essencial que proporciona a inserção de tais profissionais em processos de trabalho.

Temos a compreensão de ser a questão social fruto das desigualdades geradas pelo antagonismo entre capital x trabalho. Nessa sociabilidade auto-rotulada de livre, os capitalistas se apresentam, no mercado competitivo, como proprietários dos meios-de-produção e os trabalhadores donos, somente, da sua força de trabalho. Portanto, relações opostas e desiguais com repercussões nefastas para a humanidade e que se expressam na opressão e domínio de classes. Consubstanciado no pensamento marxiano, Tonet ratifica:

O capital, cujas personas são os burgueses, é uma relação essencialmente contraditória. A apropriação da riqueza socialmente produzida por um número de pessoas que, deste modo, hegemonomizam em seu benefício todo o processo social, é inseparável de sua existência (TONET, 2004, p. 14).

É no seio desse profundo antagonismo que o (a) assistente social é requisitado a trabalhar e, nesse sentido, os projetos de formação profissional consistem em instrumentos importantes na constituição de um perfil profissional que pode vislumbrar uma atuação para manutenção dos privilégios sustentadores do capital, como, antagonicamente, podem ser construídos ratificando um processo formativo crítico, no intuito de formar profissionais identificados com o desenvolvimento de ações direcionadas para negação e contestação da ordem estabelecida, sendo esta última, a perspectiva ratificada nas Diretrizes Curriculares para o curso de Serviço Social em vigência desde 1996. Como retrata Iamamoto (2006), o traço político do trabalho do(a) assistente social reside no fato de que ele se materializa numa sociabilidade na qual se encontram:

Presentes interesses sociais distintos e antagônicos, que se refratam no terreno institucional, definindo forças sociopolíticas em luta para construir hegemomias, definir consensos de classe e estabelecer formas de controle social a elas vinculadas (IAMAMOTO, 2006, p. 98).

Certamente o projeto de formação profissional, forjado pela categoria nas últimas décadas, hegemonomizado em torno da intenção de ruptura e que se expressa,

por exemplo, no Código de Ética de 1993, na Lei 8662/1993 que trata da Regulamentação da profissão e as Diretrizes Curriculares de 1996, encontra-se em sintonia com um processo formativo de qualidade e comprometido com a luta por direitos, bem como com a compreensão de serem os usuários dos serviços sociais sujeitos construtores da história. Portanto, uma perspectiva de formação profissional crítica e que requisita uma apreensão da realidade com suas multifacetadas contradições, no intuito de materializar ações nos marcos do projeto ético-político profissional, hoje hegemônico no âmbito do serviço Social brasileiro.

Nesse sentido, a preocupação com a qualidade na formação profissional se manifesta integralmente, em toda proposta e de forma, preponderante, nos princípios que regem as Diretrizes Curriculares, que são: a flexibilidade de organização dos currículos plenos, o que por sua vez, favorece a apreensão de problemáticas locais, mediante a oferta de oficinas, seminários temáticos e atividades complementares; a tendência de assegurar rigoroso trata teórico, histórico e metodológico da realidade, bem como do Serviço Social inserido nela, potencializando, dessa forma, uma intervenção qualificada dos(as) profissionais nos processos de trabalho; adoção de uma teoria social crítica, com o intuito, de proporcionar a apreensão dos fenômenos em sua totalidade histórica; a busca de superação da fragmentação de conteúdos na organização e distribuição curricular; o estabelecimento das dimensões investigativa e interventiva, o que corrobora para o fortalecimento da relação teoria e realidade; defesa de qualidade para cursos diurnos e noturnos; tendência de proporcionar interdisciplinaridade nas diversos âmbito que compõem a formação profissional; indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão; o exercício do pluralismo que consiste em dimensão inerente ao âmbito acadêmico; estabelecimento da ética como princípio fundamental e que perpassa toda a formação profissional; a necessária indissociabilidade entre supervisão de campo e acadêmica durante a realização do estágio, como forma de contribuir com a qualidade no processo de aprendizagem dos sujeitos em formação.

Discorrendo sobre a formação dos(as) assistentes sociais, lamamoto (2006) enfatiza a necessidade, na contemporaneidade, de fortalecimento articulado das esferas teórico-metodológico, ético-político e técnico-operativo, como indispensáveis para uma formação e atuação profissional crítica e capaz de apreender o movimento contraditório da realidade capitalista, compreendendo os limites e possibilidades nela existentes, no intento, de que os(as) profissionais atuem em conformidade com a legislação profissional vigente, o que significa o cumprimento e fortalecimento do estabelecido na lei 8662/1993 e no Código de Ética também, de 1993. A ressalva, realizada pela autora, ratifica o perfil de assistentes sociais projetado

no decorrer da elaboração, aprovação e implantação das Diretrizes Curriculares, cuja dimensão destaca a necessidade de:

Um profissional que atua nas expressões da questão social, formulando e implementando propostas para o seu enfrentamento por meios de políticas sociais públicas, empresariais, de organizações da sociedade civil e movimentos sociais. Profissional dotado de uma formação intelectual e cultural generalista crítica, competente em sua área de desempenho, com capacidade de inserção criativa e propositiva no conjunto das relações e no mercado de trabalho. Profissional comprometido com os valores norteadores do Código de Ética do Assistente Social. (COMISSÃO DE ESPECIALISTAS EM ENSINO EM SERVIÇO SOCIAL, 1999).

Fundado nessa proposição, a lógica curricular aprovada pela categoria em 1996, apresenta três núcleos de fundamentação, que se sustentam na perspectiva de articulação de conhecimentos, que possibilite a construção de um projeto assentado na complexidade e dinamicidade do real, e comprometido com a qualidade na formação dos(as) assistente sociais. No núcleo de fundamentos teórico-metodológicos da vida social, a principal preocupação é direcionada para a compreensão do ser no âmbito da sociabilidade capitalista, sendo o trabalho aprendido como o ato fundante no processo de produção e reprodução social. Já o núcleo de fundamentos da formação sócio-histórica da sociedade brasileira, tem o objetivo essencial de aprofundar os conhecimentos relacionados à formação brasileira, considerando suas determinações econômicas, sociais, políticas e culturais, o que implica a necessidade de análise da relação: “estado/sociedade, os projetos políticos em debate, as políticas sociais, as classes sociais e suas representações culturais, os movimentos organizados da sociedade civil, entre outros aspectos” (IAMAMOTO, 2006, p. 72). O núcleo de fundamentos do trabalho profissional tem, a proposição de discutir os fundamentos do Serviço Social, em que este é entendido como uma profissão constituída no âmago da divisão social e técnica do trabalho. Importante registrar, que os três núcleos não foram elaborados de maneira hierárquica, mas partindo da concepção, que se trata de conhecimentos articulados e necessários a construção de um perfil profissional crítico de postura interventiva e investigativa.⁴³

⁴³Nesses termos, as matérias consideradas básicas para o curso de Serviço Social, fundamentadas nos núcleos da vida social, da formação da sociedade brasileira e do trabalho profissional, tendo o discernimento, que essas matérias, requisitam a abordagem de conteúdos que proporcionem uma devida, capacitação teórico-metodológica e ético-política objetivando à apreensão e intervenção crítica na realidade, são: Sociologia, Ciência política, Economia Política, Psicologia, Antropologia Formação sócio-histórico do Brasil, Direito, Política Social, Acumulação Capitalista e Desigualdades Sociais, Fundamentos Históricos e Teórico-metodológicos do Serviço Social, Processo de Trabalho do Serviço Social, Administração e Planejamento em Serviço Social, Pesquisa em Serviço Social e Ética Profissional. Além das atividades consideradas indispensáveis: Estágio Supervisionado e o Trabalho de Conclusão de

Em 2006, Após dez anos de aprovação, a ABEPSS realizou pesquisa de cunho avaliativo, sobre a materialização das Diretrizes Curriculares, esta contou com a participação de estudantes de Serviço Social de todo país, e de diferentes unidades de ensino, a análise processada pela entidade, evidencia o acelerado processo de privatização da educação e que, por conseguinte, atinge os espaços de formação profissional do(a) assistente social.

Nesse sentido, o debate sobre a contra-reforma do ensino superior é relevante para o Serviço Social, por se tratar do lócus privilegiado da formação profissional e que vem sendo duramente atacado pela versão neoliberal do capital. Nesse sentido, segundo as contribuições de PINTO (2007, p.16).

A formação decorrente da contra-reforma da educação não nos serve por ser uma formação que nos faz questionar a capacidade do aluno adquirir as habilidades necessárias para atender, na ponta, os usuários de uma instituição. Os componentes éticos necessários diante da agudização da questão social e o desenvolvimento de habilidades para investigar a realidade social e conhecer a população atendida para melhor traçar as linhas e projetos de intervenção; além da capacidade de reconhecer o trabalho do assistente social como parte da engrenagem da sociedade capitalista e não como uma prática que ganha sentido por si mesma na imediatividade de sua ação, serão forte e profundamente inviabilizados pela contra-reforma da educação de interesse do capital.

As preocupações, levantadas pela autora, são significativas e se consubstanciam na defesa de um perfil de formação profissional baseado nos princípios defendidos pela ABEPSS e já ressaltados anteriormente, só para exemplificar destacamos: o “estabelecimento das dimensões investigativa e interpretativa como princípios formativos e condição central da formação profissional e da relação teoria e realidade; indissociabilidade das dimensões de ensino, pesquisa e extensão” (COMISSÃO DE ESPECIALISTAS EM ENSINO EM SERVIÇO SOCIAL, 1999).

Destarte, a concretização de tais princípios em instituições de ensino presenciais já se constitui uma realidade problemática, decorrente das condições de trabalho e aprendizagem que são disponibilizadas, e, em se tratando de graduação à distância, se tornam ainda mais problemáticas, pela própria lógica de funcionalidade e padrões organizativos de tal modalidade, o que coloca em xeque o projeto de

Curso. Entretanto, todos os tópicos referentes a todas as matérias elencadas anteriormente, foram simplesmente suprimidos pela Comissão Nacional de Educação(CNE).

formação, construído nas últimas décadas pelos (as) assistentes sociais brasileiros(as).

Desse modo, a proliferação de cursos de graduação em Serviço Social à distância já é uma realidade em todo o país. Nessas circunstâncias, as entidades representativas da profissão (ABEPSS, CFESS E ENESSO), de maneira articulada, têm elaborado e executado estratégias diante dessa situação, no intuito, de defender o atual projeto de formação profissional, construído, no decorrer das últimas décadas, de forma coletiva pela categoria, e que se baseia numa perspectiva crítica de análise e atuação social. Para Braz(2007), essa massificação no acesso ao ensino superior da forma como tem se materializado, repercute em termos quantitativo e qualitativo na formação dos(as) assistentes sociais brasileiros(as), visto que em, aproximadamente dez anos, o número de profissionais ativos dobrará⁴⁴, além da duvidosa qualidade na formação a distância, dessa maneira, rebatimentos negativos pode se verificar:

No âmbito do exercício profissional, que quando desqualificado, vulnerabiliza a imagem da profissão no sentido de sua desvalorização na sociedade, além de pressionar para baixo as já desfavoráveis condições de trabalho [ainda] uma formação profissional pouco qualificada, tende a dificultar a formação de novos quadros teóricos e políticos para o projeto profissional(BRAZ, 2007, 09).

Preocupações sobre as implicações, da difusão de graduação à distância para o projeto profissional do Serviço Social, tem se tornando imprescindível e recorrente nos espaços de discussão da categoria, que se expressa tanto no âmbito dos fóruns profissionais e estudantis como no campo da produção teórica.

Essa tendência se verifica, em larga medida, pelo fato, de que a política educacional na recente conjuntura nacional, tem amplamente se adequado, ao projeto neoliberal privatizante, como se manifesta na proliferação da graduação à distância. Esta coloca em risco, a formação profissional orientada pelo projeto ético-político do Serviço Social, que conforme, elucidativa explanação de Boschetti não oferece uma formação caracterizada pela

Indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão; processo formativo básico com perspectiva de totalidade e apreensão crítica da realidade; ensino do trabalho [...] em vários momentos do processo formativo, em várias disciplinas; realização de estágio presencial, com articulação estreita entre o acompanhamento do supervisor acadêmico e de campo; realização de pesquisa e investigação como princípio formativo que deve perpassa todo o currículo, acesso á bibliografia de qualidade, não apenas a textos

⁴⁴ Baseado em dados do CFESS, o autor afirma que existem atualmente no Brasil um total de 74.500 profissionais ativos.

básicos de sala de aula, mas ao universo de possibilidades de leitura e conhecimento que se descortina no acesso as bibliotecas((2008, p.09).

O entendimento das preocupações de Braz e Boschetti se torna transparente quando se apreende as contradições de classe, que fundam e perpassam a atuação do Serviço Social na sociabilidade capitalista.

Boschetti (2007, 2008), como assinalado anteriormente, ao formular reflexões sobre os rebatimentos da contra-reforma para a formação e exercício profissionais, sinaliza preocupações relacionadas ao ensino à distância, tais como: ausência de uma política de estágio sintonizada com as Diretrizes Curriculares, problemas de infra-estrutura, falta de encontros presenciais, entre outros elementos levantados pela autora e que são fundamentais para uma formação de qualidade.

A recente pesquisa da ABEPSS indica que as principais dificuldades na implementação das Diretrizes, por parte das unidades de ensino são as de ordem teórico-metodológico que se remetem a transversalidade dos conteúdos, o domínio do conteúdo do ementário e entendimento da nova lógica curricular. A partir dos dados obtidos, a entidade indica desafios enfrentados na materialização das diretrizes, quais sejam:

garantia do tratamento transversal da questão social nas disciplinas de FHTMSS; garantia de unidade entre história, teoria e método na grade curricular; domínio de categorias fundamentais das diferentes matrizes teóricas que subsidiam a prática profissional; apreensão de categorias pertencentes ao quadro referencial de Marx e tradição marxista; aprofundamento do conhecimento histórico do contexto social, econômico e político brasileiro por parte de docentes e discentes; garantia da transversalidade de processos investigativos e interventivos na formação profissional articulados aos componentes curriculares; compreensão histórica da profissão respaldada em uma concepção crítico-dialética (ABEPSS, 2008, 188).

Outra dado que nos chama a atenção, é o fato da sobrecarga vivenciada pelos docentes de instituições públicas e privadas, ter sido apontada como uma real dificuldade na implantação das Diretrizes Curriculares, situação que revela a tendência de precarização das condições de trabalho no âmbito universitário. A insuficiência de recursos, também é indicada como uma barreira enfrentada no cotidiano das instituições.

Portanto, é relevante (re)afirmar que a contra-reforma, nos moldes como vem sendo materializado no país, contribui, incisivamente, para enfraquecer a proposta de processo formativo comprometido com a construção de um perfil

profissional interpretativo, crítico e investigativo, perspectiva defendida e expressa nas Diretrizes Curriculares de 1996.

É importante esclarecer que, em 2002, ainda, no governo FHC, modificações legais foram aprovadas nas Diretrizes Curriculares para o curso de Serviço Social, que retiram ganhos da proposta original elaborada pela ABEPSS. Foi instituída como uma das competências e habilidades gerais para o(a) assistente social, a utilização de recursos da informática, não que a utilização de recursos tecnológicos não seja importante para o exercício profissional, mas a tendência verificada com esta medida é de direcionar a formação para o viés tecnicista, em detrimento da capacitação teórico-metodológica e ético-política, visto que se processou o não estabelecimento do texto legitimado pela categoria, uma vez que, o conteúdo original, não estabelecia a necessidade da utilização de recursos da informática, preconizava o compromisso do(a) assistente social com os valores e princípios norteadores do código de Ética, outras regressões, são abordadas por lamamoto(2002, p.22):

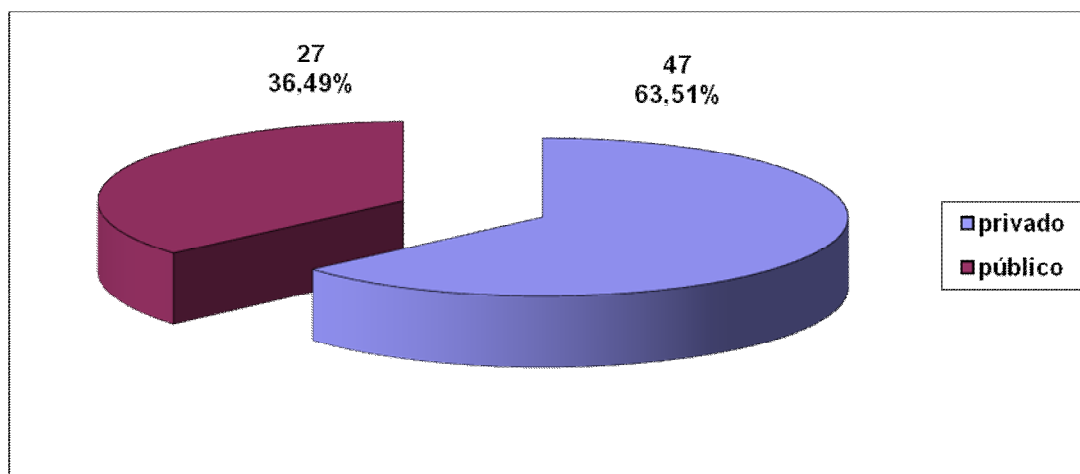
Assim, no projeto original encaminhado ao CNE que a formação profissional deve viabilizar uma capacitação teórico-metodológico e ético-política, como requisito fundamental para o exercício de atividades técnico-operativas com vistas à: apreensão crítica dos processos sociais na sua totalidade, análise do movimento histórico da realidade brasileira apreendendo as particularidades do desenvolvimento do capitalismo no país. Tais objetivos supra destacados foram eliminados do texto legal. E os tópicos de estudos foram totalmente banidos do texto oficial para todas as especialidades. Eles consubstanciavam o detalhamento dos conteúdos curriculares anunciados nos três núcleos de fundamentação[...] esse corte significa, na prática, a impossibilidade de se garantir um conteúdo básico comum à formação profissional no país, mais além dos três núcleos organizadores da estrutura curricular. O conteúdo da formação passa a ser submetido à livre iniciativa das unidades de ensino públicas e privadas, desde que preservados os referidos núcleos.

Para a ABEPSS(2008), as modificações realizadas pelo CNE “tendem a reducionismos teórico-metodológicos e desvios ético-políticos da formação Profissional”(p.05). O que por sua vez, pode implicar na construção de cursos destoantes da direção social defendida pelas diretrizes de 1996.

Pereira(2007), ao discorrer sobre a mercantilização do ensino superior na era FHC, evidencia dados importantes que expressam a crescente ofensiva do capital nesse setor. Especificamente, em relação ao Serviço Social, a autora destaca que de 1930 a 1994 existiam 74 cursos, sendo 47 privados e 27 públicos, evidenciado que mesmo numa conjuntura não neoliberal, a formação de assistentes sociais se dava

predominantemente em instituições privadas, setor que abrangia aproximadamente 64% dos cursos no Brasil, relação expressa no gráfico 4.

Gráfico 4
Cursos de Serviço Social no Brasil (1930-1994)

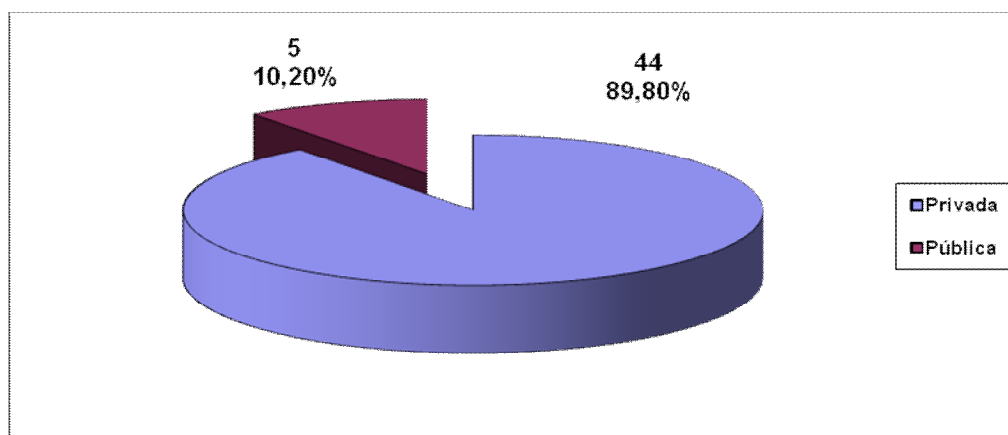


Fonte: Pereira (2007)

Durante as duas gestões de FHC(1995- 2002) foram criados 49 novos cursos de Serviço Social, destes, somente, cinco em instituições de ensino superior públicas, o que demonstra o compromisso desse governo com o setor privado, conforme demonstração abaixo:

O relatório final da pesquisa da ABEPSS sugere que no período de 1980 e 1994, houve uma redução na criação de cursos de Serviço Social no país, realidade alterada na segunda metade da década de 1990, na qual se verificou uma expansão significativa de cursos, inseridos, sobretudo, na iniciativa privada.

Gráfico 5
Cursos de Serviço Social no Brasil (1995-2002)



Fonte: Pereira(2007)

Os dados do gráfico 5 indicam uma forte tendência de crescimento de cursos de Serviço Social no período de 1995-2002, uma expansão, sobretudo, da esfera privada, responsável por praticamente 90% dos cursos criados. Diante do exposto, se sustenta a concepção que FHC disponibilizou, amplamente, o ensino superior para rentabilidade do capital. No quadro1, temos um demonstrativo da distribuição dos cursos em relação à natureza das instituições, antes e durante a era FHC na presidência da república.

A reduzida quantidade de cursos em instituições públicas é preocupante tanto pelo nítido processo de privatização da educação brasileira, como pela questionada qualidade do ensino ofertado na maioria das instituições privadas. Como abordado anteriormente, a concepção de formação formatada pela categoria, subjaz um processo qualificado com vistas, ao exercício profissional sintonizado com o desafiante projeto profissional, que nos remete ao desvendamento das contradições dessa sociabilidade, o que por sua vez, potencializa a apreensão dos limites e possibilidade existente no cotidiano de atuação dos(as) assistentes sociais.

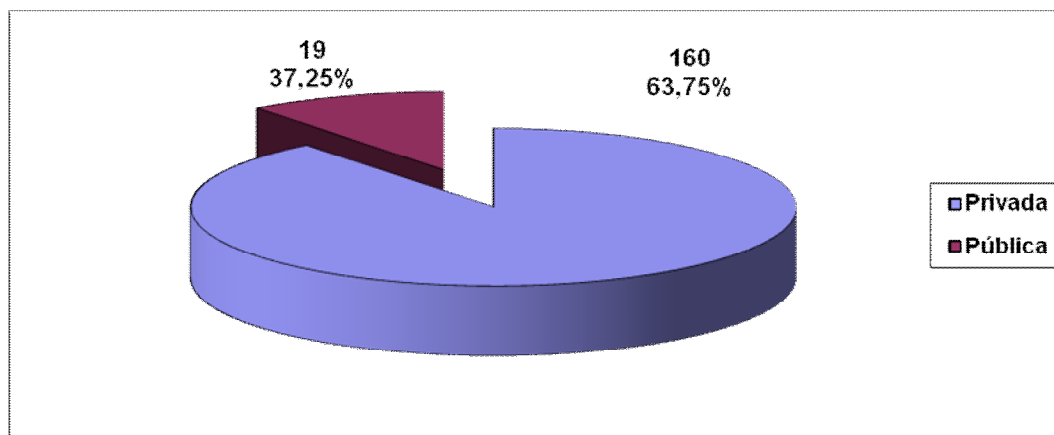
Quadro 1
Cursos de Serviço Social no Brasil: (1930-2002)

Período	Privado	%	Público	%	Total
1930-1994	47	63,51	27	36,49	74
1995-2002	44	89,80	05	10,2	49
Total	91	74	32	26	123

Fonte: Pereira (2007)

Partindo de dados apresentados por Pereira(2007), temos a conclusão de que, até o início do governo Lula, existiam no país 123 cursos de Serviço Social, num total de 91 em instituições privadas e 32 cursos públicos. Pois bem, conforme os dados do INEP, em agosto de 2008, existem no Brasil 302 cursos de Serviço Social. Daí, conclui-se que só em parte desse período de Lula na presidência da república, foram criados 179 novos cursos, e desses, temos o alarmante número de 169 na iniciativa privada e, a reduzida quantidade de 19 cursos na esfera pública. Demonstramos essa relação nos gráficos 6.

Gráfico 6
Criação de Cursos de Serviço Social (2003 - agosto de 2008)



Fonte: INEP(2008)

Daí, temos o percentual de 63,75% de cursos privados e de 37,25% públicos, embora, seja um percentual menor que o observado na era FHC, o gráfico 6, propõe, que é real a tendência de continuidade da política educacional do governo Lula, em relação ao seu antecessor. Isso significa a permanência majoritária de cursos de Serviço Social na esfera privada. No gráfico 2, disponibilizado no item anterior desse trabalho, destacamos que a maioria das instituições privadas não são universidades, o que nos remete a reflexão que parte significativa da formação de assistentes sociais, não se processa em universidade, portanto, em ambientes caracterizados pela dissociação entre ensino, pesquisa e extensão, contrariando o projeto de formação pautado pela ABEPSS e defendido pelo CFESS e a ENESSO.

Quadro 2
Cursos de Serviço Social (1930-2008)

Período	Privado	%	Público	%	Total
1930-1994	47	63,51	27	36,49	74
1995-2002	44	89,80	05	10,2	49
2003-8/2008	160	63,75	19	37,25	179
Total	251	83,94	51	16,06	302

FONTE: Pereira (2007), INEP(2008).

O quadro 2 apresenta uma síntese dos dados trabalhados até o momento, e a partir dele, constatamos que nos três períodos destacados, é predominante a existência de cursos de Serviço Social na esfera privada. Levando-nos a refletir que mesmo diante dessa realidade, a categoria com ampla influência dos profissionais que atuam na academia, foi protagonista na formulação de um projeto profissional, indubitavelmente, defensor de direitos, estes que só podem ser materializados na esfera pública, caso contrário, perdem esse caráter.

Os dados expressam, certamente, o aumento considerável do ensino superior no país, entretanto, não se trata de democratização desse nível educacional, antes, se constitui um processo de massificação, voltado ao atendimento das exigências dos organismos que representam os interesses do capital. Portanto, a preocupação não é com a qualidade nem tampouco com a democratização do conhecimento produzido, como é possível de se observar a partir do crescimento considerável da iniciativa privada. Outra faceta, revelada pelos dados, é a tendência de continuidade por parte do governo Lula da política educacional efetivada durante as gestões de FHC, de incentivos a sua mercantilização, transfigurando direito em mercadoria rentável. Expressa sem dúvidas, o acelerado processo de criação de cursos de Serviço Social no Brasil, nos últimos anos e, especialmente, na esfera privada, o que, certamente, constitui implicações dos incentivos de graduação à distância, visto que parte significativa desta modalidade é ofertada no âmbito privado.

Do nosso ponto de vista, reflexões que tenham como horizonte a atuação do ME e, em particular, o MESS, devem considerar, as profundas modificações em processo de materialização nos espaços de formação profissional, entretanto, não de maneira endógena, pois o entendimento dessas alterações só pode ser apreendido situando-as no movimento mais abrangente da sociabilidade capitalista.

"A revolução acontece através do homem, mas o homem tem de forjar, dia a dia, o seu espírito revolucionário." (Che Guevara)

"Algo só é impossível até que alguém duvide e acabe provando ao contrário." (Albert Einstein)

"A argila fundamental de nossa obra é a juventude. Nela depositamos todas as nossas esperanças e a preparamos para receber idéias para moldar nosso futuro." (Che Guevara)

V UNIVERSIDADE E FORMAÇÃO PROFISSIONAL: INTERFACES E DESAFIOS NA ATUAÇÃO DO MOVIMENTO ESTUDANTIL DE SERVIÇO SOCIAL

5-1 “PENSEI, GRITEI, NÃO CALEI”: perfil dos(as) dirigentes da ENESSO

Analisamos o perfil dos(as) militantes que estiveram na direção nacional da ENESSO, no período de 2003-2008, com o objetivo de construímos mediações relacionadas à dimensão geracional, o que implica considerações relativas a aspectos sociais, políticos, econômicos e culturais desses(as) sujeitos⁴⁵. Para elaboração do perfil, utilizamos informações concedidas por 22 coordenadores(as) nacionais que responderam o questionário durante a produção de dados para esta pesquisa.

Conforme o quadro 3 é expressivo, a presença de pessoas na faixa de 26 a 30 anos na direção da entidade, com o percentual de 41%, contudo, os dados sugerem que, majoritariamente, os(as) dirigentes da ENESSO, se situam na faixa etária de 21 a 25 anos, correspondendo a 50%. Os números ratificam que o MESS consiste, num movimento social composto, sobretudo, pela juventude brasileira que enfrenta um contexto radicalizado por crises e instabilidades, que geram incertezas no presente e futuro. Um cenário no qual a conclusão do curso universitário, não consiste em garantia de entrada dos(as) jovens no mercado de trabalho com condições, dignas para desempenhar as atividades profissionais. Vivenciamos um período de radicalização da crise do capital, em que o desemprego se configura como uma de suas manifestações mais drástica e perversa para aqueles(as) que necessitam vender sua força de trabalho para sobreviver. Assim, é deixado a margem do mercado formal milhões de trabalhadores(as) antes empregados(as), o que por sua vez, ocasiona incertezas e desespero nas pessoas em processo de formação profissional e que objetivam a sua inserção na esfera formal do mercado de trabalho. Segundo dados socializados por Iamamoto, no Brasil:

O índice dos empregados sem carteira assinada passa de 21,1% em 1995 para 24,2% do total de ocupados em 2003. somando os empregados sem carteira assinada e os trabalhadores por conta própria, a participação desses segmentos no total da ocupação eleva-se para 45,5%, no mesmo ano, perfazendo o contingente da população economicamente ativa que se encontra na informalidade(2008, p37).

⁴⁵ Como já ressaltado na introdução desse trabalho, os dados concernentes ao perfil dos(as) dirigentes foram obtidos mediante o envio de questionário para os sujeitos inseridos(as) no universo da pesquisa.

QUADRO 3
Faixa etária dos(as) dirigentes da ENESSO do período de 2003-2008

Faixa etária	Quantidade de dirigentes que assinalaram a opção	Valor em %
15 a 20	1	4,5%
21 a 25	11	50%
26 a 30	9	41%
Acima de 30	1	4,5%
	Total: 22	Total: 100%

Fonte: Pesquisa empírica realizada pela autora.

Ramos(1996) na pesquisa efetivada sobre o MESS construiu o perfil dos(as) dirigentes da SESSUNE/ENESSO, nos anos de 1988 a 1995. Naquele período, os(as) jovens na faixa etária de 21 a 25 anos, também, predominavam na direção da entidade, com o percentual de 66,6%. Essa autora analisa que o protagonismo de jovens nessa entidade estudantil evidencia preocupações, desse segmento, com as problemáticas sociais e políticas do Brasil.

No tocante a dimensão de gênero, a maioria dos(as) coordenadores(as) que ocuparam a direção nacional da ENESSO, são do sexo feminino. Baseando-nos na quantidade de questionários respondidos, 15 informaram ser do sexo feminino e 7 do masculino, de tal forma que temos o percentual de 68% de mulheres e 32% de homens.

Esse percentual reflete o fato do Serviço Social ser uma profissão constituída, predominantemente, por mulheres, o que repercute certamente na ocupação das entidades que a representa. Para Iamamoto:

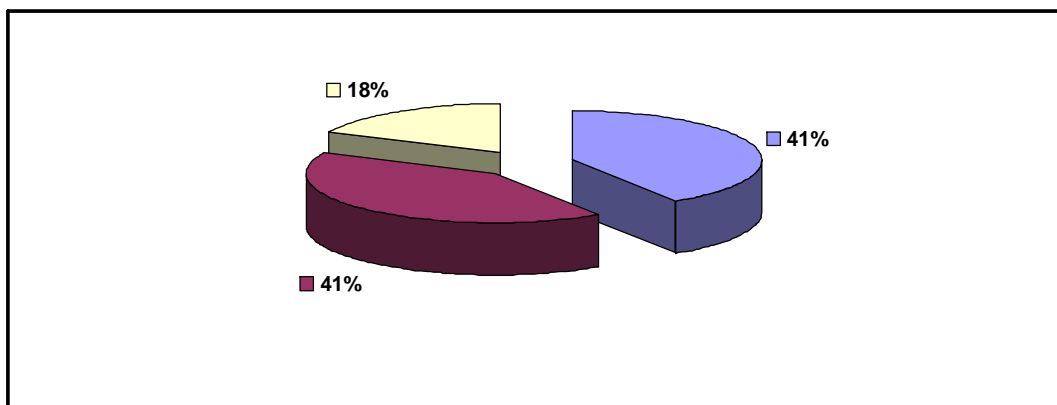
Uma categoria profissional predominantemente feminina, uma profissão tradicionalmente de mulheres e para mulheres. A condição feminina é um dos selos da identidade desse profissional, o que não implica desconhecer o contingente masculino de assistentes sociais, com representação nitidamente majoritária no conjunto da categoria profissional no país. Com tal perfil, o assistente social absorve tanto a imagem social da mulher, quanto as discriminações a ela imposta no mercado de trabalho. (p.104, 2006).

Essas discriminações são apreendidas também no âmbito da política? Da atuação nos MS, e aqui, em particular, no MESS? Como é possível verificarmos essa condição de discriminação? A nossa pesquisa não tem o propósito de responder a tais questionamentos, mas certamente essas são inquietações, que surgem com a produção e sistematização dos dados.

A partir de documentos produzidos pela coordenação nacional da entidade, nos quais constam a relação de seus(suas) dirigentes, foi possível chegar à totalidade dessa relação. Conforme esse levantamento, dos(as) 35 Coordenadores(as) que abrange o recorte temporal da pesquisa, temos, um total de 24(vinte e quatro) mulheres e 11(onze) homens, o equivalente a 69% e 31%, respectivamente.

No tocante a questão étnico-racial do total de dirigentes que responderam o questionário, 9 afirmaram ser afro-brasileiros(as), 4 pardos(as) e 9 brancos(as), dados demonstrados no gráfico 7.

Gráfico 7
Dimensão étnico-racial dos(as) dirigentes da ENESSO do período de 2003-2008



Fonte: Pesquisa empírica realizada pela autora.

De tal modo, somando-se, a quantidade de afro-brasileiros(as) e pardos(as) temos uma sobreposição em relação aos(as) militantes brancos(as). Analisando as opções de resposta em separado, verificamos que o percentual sugere que a quantidade de estudantes afros e brancos(as) é igualitária na direção da ENESSO . Aparentemente, pode se pensar que os números disponibilizados no gráfico 7 contrariam a realidade de opressão e discriminação, pela qual passa a população afro-brasileira no país e, que certamente dificultam a sua entrada no ensino superior. Conforme Castro, (2008, p.248)

A partir das lutas dos movimentos étnicos afro-brasileiros, a discriminação racial, no Brasil, camuflada sob o manto da dita "democracia racial" começa a ser reconhecida. Os debates em torno da desigualdade racial vêm contribuindo para alertar a sociedade

sobre a necessidade das políticas afirmativas, cujo objetivo é igualar a oportunidade através de mecanismos reparadores de discriminação e desigualdade social, de raça, de gênero, de idade e de origem.

Diante do exposto, analisamos que os dados provenientes do questionário, podem representar o direcionamento de que os(as) estudantes de Serviço Social, pertencem, cada vez mais, a segmentos oprimidos nesta sociabilidade, o que requer reflexões, sobre a condição de permanência dos(as) estudantes no ensino superior e o aprofundamento das complexas relações entre inserção de classe social, educação e questão étnico-racial.

O quadro 4, trata da religião dos(as) dirigentes da ENESSO. Aqui é necessário fazermos uma observação, quanto às opções colocadas no questionário. Inicialmente, após recebimento dos dados, consideramos um equívoco a não colocação da opção nenhuma religião, no intuito de corrigimos o erro citado, reenviamos outro email para as pessoas que não responderam a esta questão e para os(as) que indicaram a opção outra religião, ainda assim, apreendemos que o percentual de 32% correspondente a escolha de outra religião, possa refletir esse equívoco, visto que nem todos(as) responderam ao segundo email que indagava somente sobre a problemática da religião. Mesmo diante dessa dificuldade, a obtenção dos dados nos possibilita sinalizar, que no tocante a religião, os(as) ex-militantes da ENESSO tem uma postura de negação das religiões dominantes, como o catolicismo e o protestantismo, tendência que se vislumbra nos percentuais de 14% e 4%, respectivamente. A questão da religião é importante, dada a apreensão que direcionamentos, sobretudo, da igreja católica e de igrejas situadas no campo do protestantismo, se contrapõem aos princípios norteadores da profissão.

QUADRO 4
Religião dos(as) dirigentes da ENESSO do período de 2003-2008

Religião	Quantidade de dirigentes que assinalaram a opção	Valor em %
Católica	4	18%
Espírita	2	9%
Nenhuma	5	23%
Não respondeu	3	14%
Outra	7	32%
Protestante	1	4%
Umbanda	0	0%

	Total: 22	Total: 100%
--	-----------	-------------

Fonte: Pesquisa empírica realizada pela autora.

A sexta questão do questionário, indagava em que tipo de instituição os ex-militantes da ENESSO realizaram o ensino médio, se predominantemente, em escola pública ou privada. Mediante os dados obtidos, 15 afirmaram ter estudado em escolas públicas que se concretiza no percentual de 68% e em escolas particulares, representando um total de 32%.

Esses dados, diferem um pouco, dos números obtidos por Ramos(1996), quando os mesmos sinalizaram, que existia equilíbrio na natureza das instituições de ensino, nas quais foram realizado o ensino médio dos(as) dirigentes da ENESSO do período de 1988-1995. Essa mudança pode refletir, mais uma vez, a tendência de origem subalternizada de estudantes de Serviço Social no país, em que eles(as) não detém condições de financiar seus estudos em escolas privadas, nem tê-las mantidas por seus familiares.

Em contrapartida, os dados sugerem o esforço desses(as) estudantes em ingressar no ensino superior, apresentando uma trajetória de estudos na esfera pública, esta que enfrenta dificuldades na cena contemporânea, de ordem objetiva e subjetiva, como por exemplo, a sobrecarga dos(as) professores(as), a necessidades de maiores investimentos, incentivos a capacitação dos(as) profissionais, entre outras.

Essa relação de sobreposição do público em relação ao privado, se confirma, também, quando perguntamos sobre a instituição na qual foi realizada a graduação, de acordo com a obtenção de dados, dos(as) 22 coordenadores(as) nacionais que responderam o questionário, 14 são oriundos(as) de cursos de universidades públicas, o que implica um percentual, de 64% e, 8 da esfera privada, o equivalente a 36%.

Diante dessas constatações, fazemos o seguinte questionamento: Embora, com a sobreposição de cursos privados de Serviço Social e, por conseguinte, de estudantes nesse setor, por que na executiva, temos uma ocupação maior de militantes originários(as) de universidades públicas? Essa perspectiva foi salientada por um(a) entrevistado(a) como uma das dificuldades enfrentadas durante a sua gestão na ENESSO:

A gente inicia os anos 90, com a grande privatização do ensino superior e isso eu acho que é uma dificuldade do Movimento Estudantil, [...] Que é chegar até as instituições privadas né? fazer com que o movimento estudantil exista nesses espaços, seja pela repressão que tem, seja porque né? Nós temos dificuldades enquanto militantes de está presente em todos os espaços(Urano).

Essa dificuldade de atuação do MESS, em particular da Executiva, também, foi por salientada por Neturno, na passagem em que explicita o desenvolvimento de atividades voltadas para o enfrentamento dessa problemática.

Então a gente relança um documento que já tinha lançado anteriormente é que é uma cartilha construa Ca e Da principalmente, para priorizar a construção de centro acadêmico, de diretório acadêmico dentro das universidades particulares, porque é um local onde tem uma restrição maior de acesso aos movimentos sociais, a entrada da executiva em algumas universidades é questionada, é barrada, há empecilho para construção de mobilização interna dentro das universidades particulares(NETURNO).

Consideramos que os dados publicizados e a fala dos(as) entrevistados(as) refletem a existência de maior autonomia e liberdade de organização dos(as) estudantes nas universidades públicas, mesmo tendo a apreensão que existem tentativas dos setores dominantes em criminalizar os MS, nos mais diversificados espaços, e incluindo aqui o ME, temos o entendimento, que essas iniciativas são mais freqüentes e fortes no âmbito de organizações na esfera privada, o que por sua vez, proporciona uma fragilização da atuação estudantil nesse setor. Outro fato que chama atenção, é que mesmo diante da expansão de cursos de Serviço Social em diferentes tipos de Instituições de Ensino, como Faculdades Isoladas, Centros, entre outras, de 2003-2008 podemos afirmar que os(as) militantes que assumiram a coordenação nacional da ENESSO estudavam, majoritariamente, em universidades públicas ou privadas, do total de 35 coordenadores(as), somente dois(duas) estavam inseridos(as) em centros universitários, correspondendo a um percentual de 94% e 6%, respectivamente. O que reafirma a valorização do espaço universitário no sentido político e pedagógico presencial da formação profissional, caracterizado pelo confronto de idéias, da troca de conhecimento, da existência de ensino, mas também de pesquisa e extensão para possibilidade da formação crítica dos(as) estudantes.

Analisando a totalidade de dados, mediante apreensão em documentos, desses(as)35 coordenadores(as), que significa o total de estudantes que ocuparam os cargos nacionais da entidade no período delimitado pela pesquisa, temos o resultado, de 19 dirigentes de universidades públicas, o que representa um percentual de 54% e, 16 advindos(as) de instituições privadas, ou seja 46%. Dessa forma, podemos admitir que os números obtidos a partir do questionário, apontam o real, pois a afirma, a tendência de uma porcentagem maior de graduandos(as) de universidades públicas.

Entretanto, levando-se em consideração, o numero total de militantes e não só aqueles(as) que responderam o questionário, a diferença entre os(as) estudantes de instituições públicas e privadas decresce. Essa perspectiva se diferencia dos dados sinalizados na pesquisa de Ramos, quando ela apontou uma expressiva dominância de militantes de universidades públicas na direção nacional da entidade, nos anos de 1988 a 1995.

É interessante enfatizar, ainda, que apesar de parte significativa dos(as) militantes serem provenientes de instituições públicas, a ação da Executiva deve considerar os diferentes espaços em que se encontram os(as) estudantes de Serviço Social, visto que como salientado no capítulo 4 desse trabalho, existe uma forte predominância de cursos na área privada, o que pode explicar, inclusive a gradativa participação de estudantes de instituições privadas nas coordenações nacionais da ENESSO.

Outro aspecto, considerado nessa investigação se remete a inserção desses sujeitos no mercado de trabalho. Nesse sentido, os dados sinalizam que 17 dirigentes ou 77% dos(as) entrevistados(as), desenvolviam alguma atividade remunerada. De tal forma, reafirmamos que cada vez mais os(as) estudantes brasileiros(as) são trabalhadores(as), e sujeitos preocupados(as) com a garantia de suas condições objetivas durante a graduação, o que representa uma redução de tempo para o desempenho das atividades e vivências acadêmicas. Essa dimensão pode, também, ser apreendida em uma das falas de nossos(a) entrevistados(a), quando comentava sobre as dificuldades enfrentadas durante a gestão em que participou da ENESSO:

a questão financeira pesa muito, a maioria dos estudantes de serviço social são oriundos da classe trabalhadora e temos, dificuldades de participar dos espaços, de ir para congresso, ir para encontros de estudantes [...]eu acho que existe hoje uma grande numero de encontros no serviço social, tanto do ME quanto da categoria, então os estudantes acabam priorizando algum encontro que ele vai participar(Terra).

Quanto às formas de inserção no mercado de trabalho, temos a indicação de que os(as) 17 militantes que responderam positivamente, todos(as) realizavam estágio remunerado, nos mais diversificados espaços e na atuação das políticas

sociais, sendo que três, além do estágio trabalhavam em outras instituições⁴⁶, e um(a) militante informou que desenvolvia atividades autônomas.

Quanto a renda mensal da família, as opções mais indicadas pelos ex-militantes, foi entre 3 e 4 salários-mínimos, o que equivale a aproximadamente, mil e setecentos reais⁴⁷, seguida da opção entre 5 e 6 salários, o que corresponde a pouco mais de dois mil e quinhentos reais. As três primeiras opções, que vai de 1 a 6 salários, englobou, portanto, 73% dos sujeitos. Dessa maneira, acreditamos que os dados do Quadro 5 demonstram, que majoritariamente os(as) dirigentes da ENESSO, são provenientes dos segmentos do trabalho.

A partir do cruzamento dos dados obtidos, sinalizamos que os(as) dois (duas) sujeitos que informaram ter um renda mensal entre 1 e 2 salários-mínimos, o que remete a menos de mil reais mensal, correspondem a dirigentes que além do estágio, desempenhavam outras atividades remuneradas. O que reforça cada vez mais, a tendência dos(as) estudantes, principalmente, os(as) oriundos da classe trabalhadora mais pauperizada, de ao chegar no ensino superior, assumirem a responsabilidade pela sua manutenção acadêmica. Por outro lado, dos(as) cinco militantes estudantis que não tiveram nenhuma forma de inserção no mercado de trabalho, dois(duas) deles(as) tem uma renda mensal acima de 10 salários-mínimos, expressando a condição financeira de seus familiares, na manutenção de sua vida acadêmica. Entretanto, é importante frisar, que esses mesmos sujeitos, estudaram o ensino médio em instituição privada e o ensino superior em universidades públicas.

QUADRO 5:
Renda mensal da família dos dirigentes da ENESSO do período de 2003-2008

Renda mensal	Quantidade de dirigentes que assinalaram a opção	Valor em %
Entre 1 e 2 salários-mínimos	2	9%
Entre 3 e 4 salários-mínimos	8	36%
Entre 5 e 6 salários-mínimos	6	27%
Entre 7 e 8 salários-mínimos	2	9%
Entre 9 e 10 salários-mínimos	1	5%

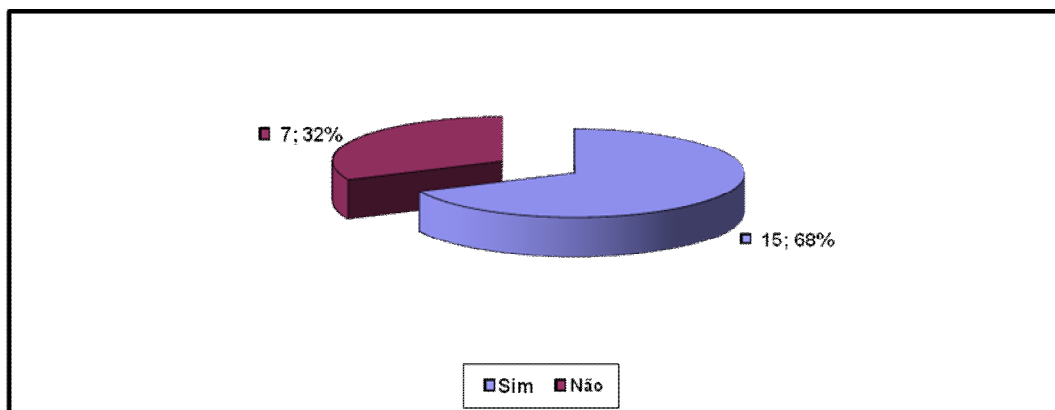
⁴⁶ Alguns dos espaços de realização dos estágios foram: Empresa de saneamento básico; SESC; instituição de defesa dos direitos da criança e do adolescente; prefeituras, Ministério Público; secretarias de habitação; Central Permanente de Acolhimento; entre outros. As pessoas que trabalharam em outras atividades, além do estágio foram ministrando aulas.

⁴⁷ Valores considerando o salário de R\$ 415, 00 que esteve vigente no Brasil, até fevereiro de 2008.

Acima de 10 salários-mínimos	3	14%
	Total: 22	Total: 100%

Outra questão respondida pelos dirigentes da ENESSO correspondeu a sua inserção ou não, em organização coletiva, antes de ser militante do MESS. Conforme demonstração no gráfico 8, dos(as) 22 dirigentes que contribuíram nessa pesquisa, 15 deles(as) asseveraram ter experiência no âmbito da organização coletiva, anterior a militância no ME universitário, o que por sua vez, representa um percentual de 68%, destacando que seis dirigentes que responderam positivamente, elencaram participação em mais de um espaço de atuação.

GRÁFICO 8
Participação em organização coletiva dos(as) dirigentes da ENESSO antes da inserção no MESS



Fonte: Pesquisa empírica realizada pela autora.

No quadro abaixo, expressamos todos os espaços citados pelos sujeitos, com a perspectiva de sinalizar as vivências de organização dos(as) dirigentes da ENESSO, antes de sua ação no MESS. Assim, temos indicações em que espaços ocorreram essa atuação.

QUADRO 6
Espaços de atuação política citadas pelos dirigentes da ENESSO antes de sua inserção no MESS.

Organização citada pelos dirigentes	Número de dirigentes que citaram a organização
Movimento Estudantil Secundarista	9
Partido Político	3
Movimento de Mulheres	1
Movimento da Economia Solidária	1
Grupo de Jovens da Igreja Católica (juventude Católica)	2
Grupo Hora da Verdade	1
Movimento Comunitário	2
Grupo de Adolescentes do Centro de Voluntariado (vinculado ao Movimento de Adolescentes Brasileiros)	1
Terceiro Setor	1
Grupos	1

Fonte: Pesquisa empírica realizada pela autora.

Dos dados citados no Quadro 6, apreendemos que a vivência no Movimento Estudantil Secundarista, constitui um espaço relevante na formação política dos(as) dirigentes da ENESSO, visto ter sido a experiência mais destacada por eles(as), antes de sua inserção na universidade e, por conseguinte, no MESS. Dos nove estudantes que indicaram a participação no Movimento Secundarista, seis provenientes de escolas públicas, e três oriundos(as) de escolas privadas. Nesse sentido, os dados podem indicar que o Movimento Estudantil Secundarista apresenta-se mais atuante, nas escolas públicas.

Conforme a investigação de Ramos(1996), independente da natureza da instituição na qual os(as) dirigentes estudaram no ensino médio, eles(as) tiveram vivências no ME secundarista, bem como em outros espaços de organização coletiva, o que “ possibilita a busca de formas políticas de participação na universidade” (p.90).

É interessante considerarmos a diversidade e natureza de espaços ocupados(as) pelos dirigentes, entretanto, diante da simples citação desses, não temos, condições de analisar a direção social das entidades e movimentos sociais em que iniciaram sua participação.

Antes de chegar, a Coordenação Nacional da ENESSO, todos(as) ex-dirigentes, ou seja, o equivalente a 100% dos(as) que responderam o questionário, passaram por experiência em espaços e entidades do ME universitário.

O quadro 7 tem o objetivo de socializar, em que entidades os(as) estudantes atuaram, antes da ENESSO.

Quadro 7
Lista das entidades estudantis em que atuaram os(as) militantes antes de assumirem a Coordenação Nacional da ENESSO

Entidades estudantis	Quantidades de estudantes que indicaram a entidade
Conselho de Representantes de Turma (CORETUR)	5
Centro ou Diretório Acadêmico (C.A ou D.A)	20
Diretório Central dos Estudantes (DCE)	4
Coordenação Regional da ENESSO	3
Outras	1

Fonte: Pesquisa empírica realizada pela autora.

Importante explicar que dos(as) 22⁴⁸ ex-dirigentes da ENESSO que enviaram as suas contribuições, 13 tiveram vivência em um único espaço; predominantemente em C.A ou D.A, 7 em duas entidades⁴⁹, 2⁵⁰ militante com vivência em três espaços.

Diante dos dados estabelecidos anteriormente, temos a indicação que a passagem do(a) estudante pelo C.A ou D.A, constitui-se uma tendência majoritária, pois, somente, dois sujeitos não atuaram nessa entidade, antes da experiência na Coordenação Nacional da ENESSO. Acreditamos que essa dimensão, representa uma trajetória de acúmulo e vivências, que possibilitam uma atuação mais qualificada dos(as) estudantes ao assumirem a direção nacional da executiva. Para Ramos(1996, p.94)

⁴⁸ Desses 11 em C.A ou D.A, 1 como CORETUR e outro(a) como membro do DCE.

⁴⁹ As entidades foram: 2 de C.A ou D.A e do DCE, 2 atuou no CORETUR e no C.A ou D.A, 2 estudante ocupou cargo no C.A ou D.A e na Coordenação Regional da ENESSO e finalmente, 1 estudante ocupou cargo no C.A e em outra entidade citada por ele(a).

⁵⁰ Os espaços foram: CORETUR, C.A OU D.A e Coordenação Regional da ENESSO, e outro(a) no CORETUR, C.A OU D.A e no DCE.

A experiência de participação anterior em outras instâncias deliberativas e estudantis de base, possibilita maior maturidade política ao(a) dirigente da entidade nacional, pois este(a) já traz um acúmulo de vivências coletivas, que vão se afirmando, cada vez mais, no processo de militância.

Outro dado relevante, é que dos(as) 20 estudantes que evidenciaram ter atuado em C.A ou D.A, 12 desempenharam essa ação em universidades públicas, o equivalente a 60% e, 8, em instituições privadas, destarte 40%.

Outro questionamento se referiu à filiação partidária dos(as) dirigentes da ENESSO no período de 2003-2008. Conforme os dados, a predominância é de sujeitos não filiados(as) a partidos políticos, um total de 14 dirigentes o correspondente ao percentual de 64%. Esse expressivo percentual de não filiados(as), pode corroborar para um processo de fragilização na formação política dos(as) militantes do MESS e, conseqüentemente, dos(as) dirigentes da ENESSO? Ou reflete autonomia do Movimento em relação a partidos políticos? Temos o entendimento que seja importante a articulação entre esses sujeitos coletivos, e que o partido político se configura como relevante espaço de formação, contudo, é destruidora a transfiguração de Movimentos em correia de transmissão deles, seja de partidos situados no campo da direita ou esquerda. Um(a) dos(as) entrevistados(as), considera que:

essa relação movimento estudantil e partido político, que não só tem no movimento estudantil[...]é importante essa relação[...] o MS ele tem por natureza apenas uma pauta, ele surge pra defender uma pauta política, no caso do MESS pra defender a formação em serviço social com qualidade, e aí entra o debate de defender a universidade e defender a educação publica gratuita de qualidade, então, só essa dimensão partidária, essa dimensão com esses grupos políticos faz com que a gente perceba que a nossa pauta tem que ta vinculada há uma pauta maior, geral de disputa e de um projeto de sociedade, então, acho que é importante a contribuição, agora, fica a gente a compreender que não são momentos tão distintos, mais que cada um desses movimentos tem suas peculiaridades. Movimento Estudantil, Movimento Sociais tem uma peculiaridade, assim como o partido, cada um tem que conseguir compreender a dinâmica e da mesma forma que o partido influencia o Movimento Estudantil, o Movimento Estudantil influencia o partido(Urano).

Mediante o cruzamento de dados, temos a indicação que, apenas, dois ex-militantes socializaram ter experiência, nesse tipo de organização, antes de sua entrada no MESS e, desse modo, anterior a sua gestão na executiva. Portanto, mediante os a produção de dados, temos que dos(as) 8 que indicaram filiação partidária, o equivalente a 36%, seis delas ocorreram durante a vivência universitária,

o que sinaliza uma trajetória de articulação entre essas duas formas de organização coletiva. O que explica essa tendência? A preocupação dos(as) militantes com a formação e atuação política? A procura de outros espaços de militância, depois da vivência acadêmica, dada a característica de transitoriedade do ME? Essas são questões que só poderão ser aprofundadas e entendidas, com a realização de outras pesquisas e investigações.

Um dirigente que manifestou participação em partido político, antes de sua militância no MESS, declarou ter se desfilado, anterior a vivência universitária.

Ainda é importante destacar a seguinte apreensão: dos(as) 8 que responderam positivamente, durante a ocupação de cargo na executiva, todos(as) foram filiados(as) ao PT, não sendo nenhum outro partido, elencado pelos(as) dirigentes. Essa tendência provoca curiosidades e inquietações, sobretudo, no sentido de entendermos o porquê de mesmo durante forte investidas de um governo na perspectiva, de minimização da educação pública e de fortalecimento da iniciativa privada, termos esse direcionamento, de filiação ao partido que representa os interesses governamentais por militantes do MESS e coordenadores nacionais da ENESSO, que historicamente luta em favor da defesa da universidade pública, gratuita, laica e de qualidade no Brasil. Ainda, é significativo, salientar o fato de um dirigente ter afirmado que atualmente se desfilou do PT e passou a atuar no PSTU.

Essa hegemonia de filiação dos(as) dirigentes da ENESSO ao PT, repercutiu na atuação da entidade, nos âmbitos de defesa da universidade pública, gratuita, presencial, laica e de qualidade e da formação profissional fundada nas diretrizes curriculares de 1996, neste contexto de efetivação da contra-reforma do ensino superior no governo do petista Lula? A pesquisa documental e o aprofundamento de análises das entrevistas com ex-dirigentes da ENESSO, materializado no próximo item, contribuirá com o entendimento dessas problematizações.

5-2 UNIVERSIDADE E FORMAÇÃO PROFISSIONAL: o protagonismo da ENESSO

A ENESSO desenvolve suas ações, considerando as deliberações⁵¹ aprovadas no encontro nacional, no qual é manifestado o posicionamento a ser desenvolvido pela executiva relativa a cinco eixos prioritários de atuação: Conjuntura, Cultura e Valores, Formação Profissional, Movimento Estudantil e Universidade. Importante destacar que essas esferas são divididas em termos didáticos, com vista a

⁵¹ Atualmente, as deliberações são cumulativas e são modificadas quando da necessidade do segmento estudantil.

facilitar as discussões e aprovações das deliberações durante o encontro, contudo, são dimensões imbricadas entre si.

Nessa dimensão, trataremos de evidenciar a partir das decisões ratificadas nos ENESS que engloba o período de 2003-2008, bem como nos documentos produzidos pela ENESSO e na fala dos(as) dirigentes entrevistados(as) o direcionamento da executiva, especialmente, nos âmbitos da universidade, formação profissional e ME.

Dessa maneira, o XXV ENESS que ocorreu, entre 03 e 08 de agosto de 2003, na cidade de Salvador-BA⁵², marcou a existência de 15 anos da ENESSO. As aprovações da plenária expressaram o posicionamento contrário dos(as) estudantes de Serviço Social, diante das primeiras medidas, pertencentes a contra-reforma do ensino superior, efetivada na gestão do governo petista. Nessa perspectiva, conforme o deliberado, a ENESSO, deveria explicitar o compromisso com uma tendência de avaliação contraposta ao SINAES, bem como apresentar uma postura crítica e de negação ao PROUNI, o qual estava em processo de discussão e aprovação por parte do governo. A preocupação do segmento estudantil com um processo avaliativo qualificado se manifesta ao defender a necessidade de:

Uma ampla avaliação institucional que se realize antes da avaliação dirigida ao corpo discente considerando as especificidades regionais de cada escola, bem como a implementação e aplicação das diretrizes curriculares da ABEPSS. Que avalie também as condições de acesso e permanência dos estudantes nas universidades e as condições didáticas, pedagógicas e estruturais(ENESSO, 2003, p.03).

As deliberações referentes ao eixo da formação profissional expressam o compromisso da ENESSO com a defesa das Diretrizes Curriculares, como forma de potencializar uma formação qualificada e o fortalecimento do projeto ético-político do Serviço Social. Para tal, a plenária presente no XXV ENESS destacou a necessidade de articulação com as demais entidades de representação e organização da profissão: a ABEPSS e o CFESS.

No eixo que trata especificamente do ME, se registra a aprovação de que a UNE, no tocante a contra-reforma do ensino superior não representa os(as) estudantes de Serviço Social, entretanto, estatutariamente, a ENESSO continua reconhecendo-a como a entidade máxima de articulação e organização do segmento no Brasil.

⁵² O tema do ENESS foi “o Serviço Social em busca de uma construção coletiva na atual conjuntura brasileira”.

Nitidamente, essa contradição política em relação a UNE se tornou recorrente, sobretudo, nos anos de gestão de Lula na presidência da república, uma vez que, a tendência UJS, majoritária na entidade e articulada ao PC do B, tem uma posição de aceitação da contra-reforma do ensino superior, levando ao descontentamento para a base do movimento e provocando até mesmo, severos divisionismos no âmbito da organização estudantil nacional, realidade expressa, por exemplo, na criação da CONLUTE em 2004.

Desse modo, a gestão 2003/2004: “ENESSO na luta para fazer a sua própria história”, estava diante de um significativo desafio: desenvolver lutas que contemplasse as deliberações contrárias dos(as) estudantes em relação às medidas adotadas para educação pela gestão Lula, um governo forjado no campo dos MS e que chegou a presidência, amplamente apoiado pelo ME, incluindo, o MESS. Além disso, como mostraram os dados relacionados ao perfil dos(as) dirigentes da ENESSO, é substancial a existência de coordenadores(as) da entidade filiado(a) ao PT, sendo que em todas as gestões que engloba o período aqui estudado, se confirma a presença de pelo menos um(a) militante com essa filiação partidária.

Na carta de apresentação da nova gestão é confirmado o compromisso com a efetivação das deliberações estabelecidas pelo coletivo de estudantes presentes no ENESS de Salvador a partir do desenvolvimento de ações que possibilitem o fortalecimento das três entidades da profissão, e a posição de atuar articuladamente com MS e organizações sindicais, que expressam os interesses da classe trabalhadora.

A ENESSO no período 2003-2004 desenvolveu a campanha “Abaixo a mercantilização do ensino”. Esta se desenvolveu a partir da produção de cartazes, textos divulgados em boletins e jornais elaborados pela própria entidade. Nesses documentos verificamos a argumentação de que a tendência de transfigurar a educação em mercadoria consiste num desrespeito ao reconhecimento da educação como direito e da responsabilidade do Estado na sua promoção, tal qual é estabelecido nos artigos 206 e 207 da Carta Constitucional de 1988.

É importante evidenciar que a segunda edição do jornal produzido na gestão: “ENESSO na luta pra fazer a sua própria história”, aborda criticamente os principais pontos da proposta da reforma universitária, que seria viabilizada pelo recente governo federal. Nessa dimensão, a análise apreende o PROUNI como um caminho, que potencializa a retirada de responsabilidade do Estado na manutenção do ensino superior e fortalece a iniciativa privada, como é ressaltado no seguinte entendimento:

Se o governo quer criar mais vagas no ensino privado(que somos contra) é inaceitável a renúncia fiscal, pois é dinheiro público não arrecadado financiando os tubarões do ensino, além disso com ensino de má qualidade, sem pesquisa e extensão, porque o governo não cria um fundo financiado pelas instituições privadas para financiar a demanda de vagas? (ENESSO, p.01, 2004).

Outra manifestação contrária da entidade às medidas propostas pelo governo federal para serem implementadas na educação superior, consistiu na negação da utilização do ensino a distância. Nessa abordagem a ENESSO, considerou que segundo dados do IBGE apenas 4% da população brasileira teriam acesso ao serviço de internet, o jornal ainda chama atenção para o fato dessa modalidade está vinculada a corporações financeiras, o que expressa, a preocupação com a rentabilidade e não com uma educação de qualidade e comprometida com a melhoria de vida dos sujeitos históricos. A entidade finaliza a análise das proposições do governo para educação superior afirmando que elas:

não atendem aos interesses dos setores que defendem o ensino público, gratuito e de qualidade. Sendo assim apoiando-se em nossas deliberações que tem como princípio a defesa intransigente do caráter público e gratuito da universidade, não podemos aceitar os elementos que vem configurando a chamada reforma universitária que representa o aprofundamento da mercantilização do ensino(ENESSO, p.2, 2004).

No terceiro e último boletim elaborado na gestão 2003-2004, os seus dirigentes chamam atenção para as dificuldades enfrentadas pela entidade, as ressalvas são direcionadas, sobretudo, para falta de recursos financeiros que fragiliza as ações da ENESSO, ao limitar a ida dos(as) coordenadores ao encontros e fóruns estudantis, impossibilita, ainda, a maior produção dos materiais utilizados no desenvolvimento das atividades e execução das campanhas lançadas, o que por sua vez, significa a não apropriação de estudantes das discussões e das ações efetivadas pela entidade que os representam nos mais variados espaços.

Apesar das dificuldades os(as) dirigentes da ENESSO da gestão 2003-2004, atribuem ao ME, um espaço de aprendizado e que contribui para construção de sujeitos históricos e militantes mais qualificados com apreensão crítica da realidade social.

De 25 a 30 de julho de 2004⁵³ aconteceu em Vitória-ES o XXVI ENESS⁵⁴, em que as pautas aprovadas pelo coletivo de estudantes, ratificaram o mesmo

⁵³ A chapa Viver na Luta foi a única concorrente a direção nacional da ENESSO.

⁵⁴ Encontro teve como tema: “Participar é construir a história/ Atuar é tornar sonho ação/ ousar é revolucionar o mundo”.

posicionamento do encontro passado, uma postura majoritária dos(as) estudantes de Serviço Social de recusar a contra-reforma do ensino superior em curso no Brasil. As deliberações sinalizam que a nova gestão da ENESSO deverá se contrapor ao SINAES e, por conseguinte, ao exame direcionado ao segmento estudantil previsto por esse processo avaliativo, no caso o ENADE. E nesse sentido, tem-se a posição de que a executiva seja contrária a participação da ABEPSS na comissão de avaliação preconizada pelo MEC, inicialmente, essa decisão gera uma relação conflituosa das entidades quando se aborda a problemática do SINAES.

O compromisso majoritário do MESS com a universidade pública se verificou também na realização do ato público durante o ENESS. O ato teve o seguinte tema: “Ensino público, gratuito, laico e de qualidade para todos. Educação Não é mercadoria: contra essa proposta de reforma universitária”.

Diante das observações sobre as deliberações decorrentes do XXVI ENESS, constatamos que a atuação da ENESSO no período de 2004/2005, apresentará uma continuidade em relação às lutas e atividades travadas anteriormente, especialmente, nos âmbitos da universidade e da formação profissional. Nesses termos, ainda em 2004, a ENESSO age com o objetivo de promover o boicote ao ENADE, tarefa a ser cumprida pela entidade e que ficou estabelecida no próprio encontro nacional, assim, a gestão “Viver na Luta”, realizou uma campanha nacional, destacando a posição da entidade e a necessária postura política de convocar os(as) estudantes de Serviço Social a apoiar o boicote ao exame.

Segundo dados da própria ENESSO, a campanha obteve êxito e o boicote, no dia 07 de novembro de 2004, foi efetivado com sucesso em diversos cursos, chegando à adesão de até 90% em algumas instituições de ensino superior, no geral, o número correspondeu a 60% dos(as) estudantes de Serviço Social selecionados(as) para fazer a avaliação. O jornal da entidade divulgado em janeiro de 2005, afirma que o movimento sofreu perseguições em diversas escolas por todo país. Essa postura evidencia a freqüente tendência de criminalização dos MS e que entre outros rebatimentos, gera uma imagem distorcida desses sujeitos coletivos frente à maioria da população brasileira, tendo a mídia, um participação considerável nesse mascaramento da contraditória e desigual realidade na sociabilidade capitalista e no Brasil. No âmbito específico do Serviço Social, Urano da gestão 2004/2005, indica tensionamentos com a ABEPSS, no processo de boicote ao ENADE, o(a) dirigente ressalva:

mas a diretoria da abepss seguia isso a risca: que era eles tinha um assento na comissão de avaliação e nós éramos contrários a essa participação, que a abepss, defendia, naquele momento que os

estudantes deveriam fazer o enade, então, nós travamos essa discussão dentro da abepss, assim como no cress de levar essa discussão da reforma universitária para dentro dessas outras entidades, é trazendo elas para luta é para parceria e colocando o que de fato é a reforma universitária trazia de implicações para vida profissional né? Para formação profissional, então, a gente conseguiu fazer né? não foi muito fácil, fazer essa articulação porque a abepss tinha um posicionamento contrário e aí de 2004 em diante ficou mais fácil porque foi a gestão do nordeste, a gestão da UFPE, e um dos compromissos da gestão da UFPE no enepss de 2004, que aconteceu no Rio Grande do Sul era sair da comissão de avaliação do enade e ter um posicionamento crítico em relação ao enade.

Diante desses resultados, fazemos as seguintes reflexões: a campanha desenvolvida expressou o potencial organizativo que a entidade apresenta nesse cenário de refluxo dos movimentos sociais? A ação foi materializada articuladamente com outras entidades estudantis? E, no âmbito específico do Serviço Social, teve o apoio da categoria e de suas entidades representativas? A avaliação feita pela própria entidade favorece a concretização de algumas reflexões. Temos o entendimento que o ME, assim como outros MS, atravessa um momento de inflexão, e dessa maneira, o boicote ao ENADE, também, sofreu as implicações dessa conjuntura, isso se manifesta, por exemplo, no total de 40% de estudantes que não atenderam a postura política de assumir o boicote. Isso aconteceu por quê? Pelo forte individualismo que vigora na sociabilidade capitalista? Também, além disso, no âmbito do próprio Serviço Social, a ABEPSS esteve presente na comissão de elaboração da prova, o que de certa maneira, por parte do segmento estudantil, contribuiu para uma apreensão de legitimidade daquela entidade em relação ao ENADE; outro aspecto a ser considerado, consistiu nas dificuldades de ordem objetiva, que limitou o potencial da campanha; ainda, destacamos o fato, de que na época, mais de 70% das escolas de Serviço Social se encontravam na esfera privada, que majoritariamente utiliza os resultados obtidos, para divulgação de propagandas no competitivo mercado da educação, o que por sua vez, dificultou a organização e mobilização do segmento inserido nessas instituições de ensino superior; também, é relevante ressaltar, que essa atividade não foi desenvolvida majoritariamente com outras entidades estudantis e MS, portanto, executada de modo fragmentado no próprio âmbito de organização do ME.

Os dados sugerem que a gestão “viver na Luta” 2004/2005, atuou tendo como foco central de suas ações, a discussão sobre as Diretrizes Curriculares. A principal campanha da gestão: “contra essa reforma do ensino superior do governo Lula, em defesa das nossas diretrizes curriculares- a ENESSO somos todos nós”. No mesmo jornal que analisa os resultados do ENADE, a gestão publiciza de maneira

sucinta o processo que culminou na elaboração das referidas diretrizes. Ainda, tratou de destacar os rebatimentos da lógica mercadológica para a fragilização da formação profissional do(a) assistente social.

Em abril de 2005, a entidade produziu um boletim sobre a reforma universitária e a formação profissional, no qual argumentava que as medidas de destruição da universidade pública no Brasil, já estavam em curso desde a década de 1990. Nessa dimensão, a ENESSO, problematiza a não aprovação por parte do MEC, da proposta de currículo elaboradas pela ABEPSS e aprovada pela categoria em novembro de 1996. Diante do exposto, tem-se a conclusão que ações do governo Lula, como o PROUNI e o SINAES/ENADE, consistem em um processo de conclusão da política privatista, iniciada nos governos anteriores e, sobretudo, na era FHC.

O texto, ainda faz referência crítica ao posicionamento de aceitação da contra-reforma do ensino superior, por parte da UNE. Contudo, a postura de rejeição da ENESSO não significa a negação da importância dessa entidade estudantil na trajetória brasileira. Utilizando tal argumentação à gestão “viver na Luta” evidencia preocupações com a criação da CONLUTE, outra organização de caráter nacional, e com uma ação política antagônica a desenvolvida pela UNE, especialmente no que se refere, à atuação de Lula na presidência da república.

Em maio de 2005, a ENESSO, mais uma vez, socializa no seu jornal, a importância da campanha em favor da formação pautada nas Diretrizes de 1996. A entidade chama atenção, para a política privatizante que predominou na educação, durante a vigência do governo FHC e, que teve continuidade na gestão de Lula. Ainda, preocupada com a formação profissional, o jornal retrata a relevância do estágio, como importante instrumento no fortalecimento da relação teoria-realidade, entretanto, a entidade considera que dificuldades limitam o desempenho dessa atividade de forma mais qualificada, assim sendo, são ressaltadas a tendência de reduzi-lo a mão-de-obra barata, a necessidade de um acompanhamento por parte dos profissionais e das instituições de ensino mais efetivo, com vistas a potencializar essa vivência e contribuir para o futuro exercício profissional dos(as) estudantes. Essa perspectiva de travar o debate da contra-reforma do ensino superior a partir da discussão das Diretrizes Curriculares constituiu uma estratégia política dos(as) dirigentes da executiva.

Nos documentos produzidos pela entidade no período de 2004-2005, embora, o foco prioritário seja o debate e a conseqüente defesa das Diretrizes Curriculares, é importante evidenciar, que as análises constantes nessas produções, são realizadas numa perspectiva de totalidade, visto que observamos uma reflexão

remetida ao contexto sócio-histórico vigente. Essa dimensão se explicita na seguinte constatação:

Não podemos entender a atual proposta de reforma do ensino superior como algo isolado, mas como um processo que teve início em 1996 com a LDB, com a reforma do ensino superior de 1998, que esta faz parte da reforma do Estado do governo federal implementada na década de 1990 e que o atual governo dá continuidade. Tais medidas são orientadas por uma perspectiva neoliberal de redução da esfera estatal e de fortalecimento das iniciativas privada no financiamento, formulação e execução das políticas públicas[...]e a educação como um espaço específico, porém não exclusivo da formação ao se configurar como política pública e direito do cidadão, sofre igualmente das orientações privatistas que vivenciam as outras políticas públicas(ENESSO, P. 04, 2005).

Concordamos, com a concepção que a política para educação adotada durante as duas gestões de Lula, configura, ao mesmo tempo, continuidade e aprofundamento da lógica predominante nos anos de 1990, entretanto, não podemos apreender essa tendência como um fenômeno natural, ou seja, seguir as orientações neoliberais consistiria no único caminho possível a ser trilhado pelo governo do petista Lula.

Essa propensão presente nas elaborações e posicionamento da entidade pode ser reflexo da ligação de alguns de seus dirigentes com o PT, que embora, desenvolva uma atuação crítica em relação à contra-reforma do ensino superior, procura justificar a postura adotada pelo governo Lula.

Entre os dias 24 e 29 de julho de 2005, aconteceu o XXVII ENESS⁵⁵, na cidade de Recife-PE, nesse encontro duas candidaturas concorreram a direção da ENESSO: “A luta não pode Parar”, constituída por militantes do agrupamento Viver na Luta e “chega de inércia: a Saída é pela Esquerda” por militantes do grupo de mesmo nome, a primeira ganhou a disputa eleitoral.

As resoluções aprovadas no último dia do encontro direcionaram a ENESSO, a dar prosseguimento à trajetória crítica, nos âmbitos da universidade e da formação profissional. Nesses termos, a direção contrária a contra-reforma se afirma, na negação das medidas já implantadas no campo da educação superior, como o PROUNI e o ENADE.

No eixo da formação profissional, é salientada a importância da articulação das três entidades representativas da profissão, como estratégia política de defesa de

⁵⁵ Este encontro apresentou como tema: “muitos para poucos, poucos para muitos, nada para outros: o desafio para o Serviço Social na luta pela consolidação de direitos”

uma formação referendada nas Diretrizes Curriculares de 1996. Essa dimensão se expressa no desenvolvimento conjunto de lutas e atividades. Assim sendo, em dezembro de 2005 a ABEPSS, a ENESSO, e o CFESS lançaram manifesto, no qual publicizava a preocupação das entidades com abertura de cursos de Serviço Social a distância, entendendo que essa modalidade de ensino evidencia o crescente processo de aligeiramento da formação profissional, o que por sua vez, fortalece a entrada de profissionais na sociedade e no mercado, sem a devida preparação para o exercício da profissão. Segundo Terra da gestão 2005/2006 da direção nacional da ENESSO:

na verdade é esse tema reforma universitária que era o que nos angustiávamos né? E o que nós pautávamos na época, um ano de gestão foi à questão da reforma universitária, agora o posicionamento da entidade ele tá bastante claro construído dentro das deliberações que foram construídas coletivamente com os estudantes a partir dos posicionamentos que tem das tendências políticas que impulsionam, elas formulam , discutem com os estudantes, constroem as deliberações e a entidade encampa esse processo.

A nova diretoria da ENESSO: “A Luta Não Pode Parar”, na carta de apresentação definiu como foco central de sua atuação para o período de 2005/2006, o fortalecimento do ME. Assim, a sua principal bandeira foi: “ENESSO: defesa da articulação e fortalecimento do Movimento Estudantil”, essa temática esteve presente nos principais documentos produzido pela entidade, no decorrer da referida gestão.

O jornal de março de 2006 teve amplo espaço destinado à reflexão do protagonismo da juventude brasileira nos rumos do país, nessa oportunidade, é enfatizada a campanha “o petróleo é nosso”, desencadeada pela UNE, nos anos de 1950, e da combativa atuação do segmento estudantil, durante os anos de vigência da ditadura militar, iniciada com o golpe de 1964. Na produção se sobressai à análise que a conjuntura recente é desfavorável, para organização dos MS, em particular no MESS, este contexto se fortalece com:

o desmonte da educação pública, gratuita e de qualidade. Consoante com isso tem crescido o número de escolas privadas e curso a distância que dificultam a participação dos estudantes no movimento, devido o perfil dos estudantes que são da classe trabalhadora (precisam trabalhar para manter os estudos), da falta de democracia nestas instituições(ENESSO, p 01, 2006).

Certamente a diversidade de instituições: públicas e privadas, mais recentemente a proliferação da modalidade à distância, requer o desenvolvimento de atividades e estratégias diferenciadas nesses espaços e que possa contribuir para o

processo de articulação e organização do MESS, e de sua atuação consubstanciada na defesa da educação pública⁵⁶ e de uma formação qualificada.

Essa produção, ainda, traz uma abordagem sobre a formação profissional, em que o centro da discussão constituiu o processo de avaliação a ser desenvolvido pela ABEPSS sobre os 10 anos de aprovação e implementação das Diretrizes Curriculares nas unidades de formação acadêmica, investigação destacada no quatro três dessa dissertação. O texto realiza uma breve trajetória do Serviço Social, no qual é privilegiado o processo que culminou na constituição das diretrizes em 1996. Após esse resgate histórico, a coordenação nacional da ENESSO, juntamente com a representação discente em ABEPSS orientam os C.A a promoverem pelo menos um seminário sobre a referida pesquisa, no intuito de pensar em estratégias que possibilitem a participação de todos(as) nas discussões que resultará no preenchimento do instrumental da pesquisa; ratifica a importância de uma representação estudantil de cada unidade acadêmica nas oficinas promovidas pela abepss para discutir a investigação e ainda, incentiva a ida de discentes ao ENEPSS de dezembro de 2006, para participarem e se apropriarem dos debates relacionados a esse processo avaliativo. O incentivo da ENESSO demonstra o seu compromisso, com os rumos do Serviço Social e com as questões debatidas pelas outra entidade da profissão.

Entretanto, é importante problematizarmos que embora a gestão 2005/2006 tenha apresentado com eixo estruturante de sua atuação o fortalecimento do ME, não tivemos a realização de medidas mais consistente pra esse fim, com exemplo a realização de cursos de formação política, que potencializaria uma qualificação para os(s) militantes do MESS e dirigentes da ENESSO.

De 24 a 29 de julho de 2006, aconteceu o XXVIII ENESS, na cidade de Palmas-To.⁵⁷ Mais uma vez duas candidaturas disputam a direção da executiva. Uma chapa com membros e apoiada pelo grupo Viver na Luta e outra com apoio de militantes de agrupamentos de oposição como PDP, A saída é pela Esquerda e um grupo em processo de criação o “Cara e Corações Novos”. A primeira saiu vencedora no pleito.

⁵⁶ Inserida na luta em favor da Universidade pública no Brasil, a ENESSO divulga em outubro de 2005, nota de apoios aos (as) estudantes da Universidade Federal de Alagoas, que desencadearam um movimento de greve reivindicando pautas do ME e se colocando contrários(as) a contra-reforma educacional de Lula.

⁵⁷ O ENESS de Palma teve como tema: Um outro mundo é possível: “para ver meu sonho teimoso se realizar”.

Nesse encontro as deliberações sancionadas manifestam a postura de recusa dos(as) estudantes de Serviço Social com o nítido processo de mercantilização da educação, presente na política educacional de Lula.

Diante disso, observa-se a necessidade de se travar o debate da contra-reforma, articuladamente, com a discussão sobre formação profissional, tendência já apreendidas nas gestões passadas. Essa estratégia é preconizada como meio de facilitar, a compreensão por parte dos(as) estudantes, dos negativos rebatimentos das medidas efetivadas para seu cotidiano nas instituições de ensino e, endogenamente, para profissão. Outra deliberação referente ao ensino superior que explicita a direção política a ser seguida pela entidade trata-se da afirmação que:

a ENESSO não dispute o anteprojeto no congresso se posicionando contrariamente à reforma universitária que expressa a mercantilização do ensino. Combatendo por meio da formação política e do fortalecimento dos C.AS e D.AS e DCE`S e incentivando alianças com C.AS de outros cursos, nas universidades, nos municípios e etc. E com as entidades combativas que também se colocam afetivamente contra a reforma neoliberal do ensino superior (ENESSO, p. 03, 2006).

Como destacado anteriormente, as deliberações por englobarem o consenso do coletivo de estudantes presentes no Encontro Nacional, reflete de modo mais amplo, as contradições e disputas políticas no interior do MESS, assim sendo, posturas nitidamente mais críticas em relação à gestão e as ações de Lula, podem ser expressão da força de agrupamentos que fazem oposição a direção nacional da ENESSO.

A partir da análise documental e, aqui, especialmente, das deliberações aprovadas no período de 2003-2008, merece destaque o fato de ser constatada pelo segmento estudantil, a necessidade de construção de alianças com outros sujeitos históricos, no desenvolvimento de lutas e atividades, seja no espaço restrito da universidade ou fora dele. De tal forma, salientamos a perspectiva de articulação com entidades como ABEPSS, o Conjunto CFESS-CRESS, o ANDES, e outros movimentos como O MST, a defesa de participação da ENESSO no grito dos Excluídos, na luta em favor do território indígena, quilombola, dos direitos dos trabalhadores rurais e urbanos.

No ENESS de 2006, tanto no eixo de universidade como de formação profissional, se confirma a posição contrária do MESS em relação ao exame de

proficiência⁵⁸. Esse é apreendido como um mecanismo punitivo para os(as) estudantes e, que não contribui para melhorias de ensino e aprendizagem nas instituições.

No eixo de formação profissional é reforçada a relevância da participação dos(as) discentes e da própria ENESSO na pesquisa promovida pela ABEPSS, cujo objetivo precípua é a análise do processo de implementação das Diretrizes Curriculares no decorrer de seus 10 anos, bem como se preocupa com o combate conjuntamente, com as outras entidades do Serviço Social, a abertura de cursos que não sejam fundados nas diretrizes.

Essa tendência coloca a ENESSO definitivamente contra a política de abertura de cursos de graduação à distância, que como já ressaltado no capítulo anterior, se proliferam por todo o país e não segue o preconizado pelas legislações da profissão.

A posição da ENESSO gera no âmbito da organização do MESS situações contraditórias e conflituosas. Os(as) estudantes dessa modalidade se sentem representados pela ENESSO? Segundo dirigente da ENESSO no período de 2006/2007:

eu acho que cria uma crise ainda maior, que vai pra além disso, a necessidade do estudante do ensino a distância passa a sentir de criar uma própria entidade que lhes represente, porque se a gente for avaliar, que o estudante ele acaba se sentindo retaliado em todo espaço do movimento estudantil que vai(NETURNO)

Assim, a gestão 2006/2007 da ENESSO: “todos(as) na luta”, além das dificuldades de organização provocadas por exemplo, pelo contexto de refluxo dos MS, fragilidades na formação política dos(as)estudantes, as condições objetivas do segmento estudantil e da própria ENESSO, ainda enfrentou sérios obstáculos, decorrentes do aumento exagerado de estudantes provenientes de cursos à distancia que não concordam com a posição de negação da executiva referente a essa modalidade.

Para Neturno a principal estratégia para amenizar essa situação conflitante foi o diálogo com os(as) estudantes inseridos(as) na graduação a distância. A principal argumentação utilizada pela ENESSO nas reuniões acontecidas durante os encontros regionais, foi de pautar o debate da política educacional na contemporaneidade, nela incluindo a graduação a distancia e seus rebatimentos para formação do(a) assistente social. Essa dimensão é elucidada na fala do(a) entrevistado:

⁵⁸ No dia 28 de setembro de 2008, por ocasião do 37º Encontro Nacional CFESS/CRESS, a categoria aprova a não adoção do exame de proficiência para o Serviço Social.

principalmente não ter uma regulamentação para o estágio, como é que vai se dá a questão do aprendizado, da prática profissional, como é que o estudante vai ter contato com a prática profissional, como vai ser essa orientação? Vai ser a distância também? Pra um professor que não conhece a realidade do local onde o estudante tá executando a sua intervenção, [...] Como é que a gente orienta intervenção num local que a gente não conhece? Esses foram os aspectos que facilitaram muito o diálogo: mostrar os pontos de fragilidades dessa metodologia e aí a gente conseguiu fazer com que eles se sentissem representados pela entidade durante aquele período. (NETURNO)

A preocupação com a criação de novas entidades esteve presente durante a aprovação das deliberações no eixo do ME, durante o ENESS de Palmas. Dessa maneira, naquele encontro, asseverou-se que os estudantes ali presentes, eram contra o divisionismo do ME e, dos espaços que se constituem em criações de entidades paralelas as já existentes, as quais não fortalecem, ao contrário, enfraquecem o movimento.

Essa proposição representa inquietações diante da modalidade a distância e ou/ também representa uma crítica relativa à criação da CONLUTE no ano de 2004? Já que esta tem atuando em paralelo a UNE? Esses questionamentos contribuem para o processo de apreensão das fragilidades que perpassa o ME na atualidade e que repercutem na sua atuação política.

Um fato significativo a ser registrado é que a 14ª deliberação do eixo conjuntura, previa para o final do encontro, uma análise da gestão de Lula, no qual resultaria em um documento com avaliação e perspectivas do segmento diante desse governo. Entretanto, as escolas⁵⁹ que ficaram até o final do encontro, utilizaram o argumento de esvaziamento da plenária para não elaborar o documento. A não materialização dessa deliberação representa uma contradição política da executiva diante do governo Lula? De negação da política educacional, mas de afirmação e defesa de seu governo? Mesmo com o total de 10 escolas presentes até o final do encontro, o esvaziamento da plenária se constitui um argumento consistente?

O jornal da executiva divulgado em abril de 2007, traz, reflexões referentes à formação profissional, Movimento Estudantil e Universidade. A discussão no campo da formação tem como cerne o posicionamento contrário da entidade ao exame de proficiência. No documento é exposto, que a expansão da esfera privada, com a utilização do ensino a distância, consistiu na principal determinação para que assistentes sociais assumissem a defesa de adoção desse mecanismo, para a

⁵⁹ As escolas foram: PUC-RS, UEPB, UFPE, UFPB, UFAL, ULBRA, UFS, UCSAL, USF, E PUC-BH.

profissão. Conforme análise da ENESSO, a aprovação do exame, não remete necessariamente, a qualificação profissional, de modo que:

se quisermos realmente melhorar a nossa formação profissional e nos posicionarmos contrários a tudo que venha de encontro às diretrizes curriculares da categoria, teremos mais força se pautarmos nossa bandeira histórica da implementação na integra das diretrizes curriculares, teríamos assim um aproveitamento melhor do rendimento dos estudantes, e possivelmente uma melhor qualificação profissional(ENESSO, p.02, 2007).

De 2003 a meados de 2008, recorte temporal da pesquisa, constatamos que a produção da ENESSO, no que se refere ao debate da formação profissional, apresenta, na sua totalidade, uma nítida direção de defesa incontestada das Diretrizes Curriculares, contribuindo, dessa maneira, para o reconhecimento da importância dessa entidade perante a categoria, nos diversos debates e espaços que perpassam o Serviço Social brasileiro.

No âmbito do ME, a edição do jornal de abril de 2007, trouxe o debate em torno da UNE, como ponto prioritário de sua reflexão. A ENESSO analisa que ao se colocar favorável a política educacional do governo Lula, a UNE provocou, uma fragmentação no ME. Para a executiva é necessário unificar o Movimento e essa se dará mediante a defesa de medidas como “democracia nas instituições de Ensino, regulamentação do ensino privado, mais verbas para IFES para garantir expansão do ensino público, e acesso e permanência, rubrica específica para assistência estudantil” (ENESSO, P.02-03, 2007).

Um processo de revitalização no ME, requer o fortalecimento de entidades estudantis e o desenvolvimento de ações que possam contribuir, verdadeiramente, para unificação de pautas de estudantes, que hoje se encontram em diversificadas instituições: privadas e públicas presenciais e não presenciais. Mais, além disso, significa processualidades complexas e contraditórias, vejamos: a UNE, atua em defesa da contra-reforma do ensino, mas age, segundo as suas análises, em nome da defesa da expansão da educação superior no país. Portanto, vivenciamos uma conjuntura difícil, na qual, entidades e movimentos, antes, considerados majoritariamente, como espaços de contestação do status quo, hoje atuam em consonância com a ordem vigente, embora, se reclamando, como defensores de melhorias e preocupados com a transformação social.

No ultimo eixo de discussão, o jornal da executiva, apresentou o texto intitulado “por uma Universidade Democrática e Popular”, e que no seu princípio destacava:

Em 2002, com a eleição do Governo Lula criou um clima de muitas expectativas para o movimento da educação que viu em Lula a possibilidade de reverter os oito anos de sucateamento do Ensino Superior Público e de expansão do mesmo. No entanto, tais expectativas não foram correspondidas na íntegra, o Governo iniciou seu governo apresentando uma proposta de Reforma Universitária que não era suficiente para resolver os principais gargalhos do ensino superior, como financiamento para IFES e a regulamentação do setor privado (ENESSO, P 03, 2007).

Analisamos que mais que insuficiente, a proposta do governo Lula se colocou, numa linha de continuidade a política adotada na era FHC, que se manifestou, por exemplo, com o PROUNI, e a Lei de Inovação Tecnológica que ratificaram firmemente, o compromisso com a iniciativa privada, deixando pra segundo plano a educação pública, pois mesmo com a defesa de instituição de cotas sociais e raciais e posteriormente, a concretização de alguns concursos públicos para docentes nas Universidades Federais, fruto das reivindicações dos segmentos dos trabalhadores(as) em educação, o setor privado, continuou intocável, portanto, fazemos a análise que na verdade não foi na íntegra que as expectativas não foram correspondidas, elas foram substancialmente abaladas e negadas por este governo.

O XXIX ENESS ocorreu de 14 a 19 de julho de 2007, na cidade de Contagem-MG. Nesse encontro, duas chapas da região V disputaram a coordenação nacional da entidade. Uma composta por militantes do Rio de Janeiro, vinculados(as) aos agrupamentos A Saída é pela Esquerda e Cara e Corações Novos, outra constituída por estudantes do Espírito Santo e Minas Gerais, que publicizaram não pertencer a nenhum grupo organizado do MESS, mas receberam o apoio de militantes que se organizavam no Viver na Luta, este que declarou no mesmo encontro, o término de suas contribuições no MESS, a segunda candidatura venceu a disputa. Marte, dirigente da gestão 2007/2008, se referido aos agrupamentos que concorreram a direção da ENESSO, evidencia que:

Nós dialogamos com todas as teses e estudantes, sem perder a direção que queríamos imprimir ao movimento. No entanto, não conseguimos adesão de algumas escolas do Rio pela forte influencia dessas duas correntes, é importante destacar que essas duas correntes têm sua força nesse estado e pouca influencia no restante do país.

A partir das resoluções desse encontro, assinalamos que, majoritariamente, o MESS constitui um segmento comprometido com a luta em favor da universidade pública no Brasil e um sujeito que atua em defesa da formação subsidiada pelas Diretrizes Curriculares de 1996.

Logo, no eixo de conjuntura, observamos a aprovação de deliberações mais críticas em relação ao governo Lula, uma tendência de negação de modo mais abrangente e não limitadas as suas ações para o campo educacional.

As deliberações consistem expressão das diversas forças políticas que militam no MESS, e de certa maneira, manifestam os posicionamentos diversificados dessas forças, inclusive, sobre o governo Lula. Dessa maneira, a aprovação de deliberações que direcionam a ENESSO a desenvolver uma ação mais incisiva contra as ações efetivadas durante as gestões Lula, pode certamente, expressar o fortalecimento de grupos políticos identificados como opositores a esse governo.

No eixo de formação profissional, o posicionamento contrário ao exame de proficiência se manteve a perspectiva de fortalecer a articulação com a ABEPSS e o conjunto CFESS-CRESS, no desenvolvimento de lutas e atividades voltadas para defesa do projeto ético-político do Serviço Social, o que por sua vez, significa a reafirmação e consolidação das Diretrizes Curriculares, nesse contexto desfavorável para sua implementação.

Especialmente, no eixo universidade destacamos essa deliberação:

Por uma política de universalização do acesso à universidade pública que vise o fim do vestibular. Expansão e ampliação das vagas nas universidades públicas, fim das taxas, campanhas em defesa do ensino público, gratuito, laico, de qualidade, presencial, para todas e todos em todos os níveis, refutando a proposta do REUNI e o atual processo de interiorização das ifes, por acreditamos que esse não atendem a essas reivindicações (ENESSO, 2007).

Logo, a gestão 2007/2008 da ENESSO: “ousar e unir: todos(as) juntos para construir” teve pela frente a necessidade de desenvolver atividades contrárias a mais uma das ações aprovadas no campo da contra-reforma do ensino superior, o REUNI. A contra-reforma vem sendo efetivada de modo parcelado, de início foram adotadas ações como o PROUNI, a substituição do Provão pela ENADE, depois tivemos a proliferação dos cursos à distância, entre outras medidas, e mais recentemente o REUNI. Essa fragmentação reclama atuações diferentes da ENESSO, assim, por exemplo, a estratégia de boicotar o ENADE, obteve êxito no âmbito do Serviço Social em 2004, entretanto, atividades contra o PROUNI e/ou REUNI requer outras estratégias cada vez mais articuladas com outros segmentos, dentro e fora do espaço universitário. Portanto, no período estudado nessa pesquisa, as gestões da ENESSO nele incluído, tiveram que dar prosseguimento as ações voltadas para as medidas já efetivadas, bem como canalizar energias para as novas medidas direcionadas para o ensino superior.

O planejamento estratégico da nova gestão ocorreu nos dias 08 e 09 de setembro de 2007, alguns dos planos forjados, foram: a necessidade de criação do site da executiva, o qual foi criado, contudo, são reduzidas as informações, proveniente das limitadas atualizações; o desenvolvimento de seminários regionais juntamente com os CRESS sobre o exame de proficiência; na ida dos coordenadores da ENESSO as escolas ficou previsto a distribuição de materiais produzidos pelas outras entidades da profissão, como forma de potencializar a articulação das mesmas; realizar debates sobre a contra-reforma do ensino superior, entre outras. Outra importante meta traçada por ocasião do planejamento estratégico se referiu à promoção de um curso de formação política para os(as) militantes do MESS. O estudo de Santos(2007), afirma que essa gestão, atuou apresentado como foco central de suas ações, o eixo da formação profissional, com a reafirmação da direção social consubstanciada no projeto profissional fundado na perspectiva crítica da intenção de ruptura.

A ENESSO em 22 de outubro de 2007 elaborou moção de apoio⁶⁰ “às universidades em luta para Barrar o REUNI”, na qual publiciza preocupações com a possibilidade de flexibilização curricular prevista pelo programa. É registrada, também a indignação da executiva com qualquer tipo de repressão direcionada, aqueles(as) que se manifestam politicamente contra essa medida do governo.

Em 15 de maio de 2008, por ocasião das comemorações do dia do(a) assistente social, a ENESSO, conjuntamente com o Conjunto CFESS/CRESS e a ABEPSS, socializaram manifesto contra cursos de graduação à distância em Serviço Social, por entenderem que essa modalidade, se confronta radicalmente com a formação preconizada pelas Diretrizes Curriculares de 1996, no documento é reafirmada a posição das entidades de continuarem lutando contra a abertura de curso inseridos nessa modalidade, o que por sua vez, representa o compromisso com a formação e exercício profissional com qualidade.

A gestão “ousar e Unir: todos(as) juntos para construir”, produziu uma cartilha intitulada “20 anos ENESSO”, em que apresentava didaticamente, os

⁶⁰ A gestão 2007-2008 ainda lançou em 09 de abril de 2008, moção de apoio “Aos estudantes da UNB, para Barrar as Fundações Privadas nas IFES”. A moção fazia referência à ocupação da reitoria da UNB por estudantes que reivindicam a retirada do reitor e a transparência na administração da instituição. Em 08 de fevereiro de 2008, a executiva produziu moção de repúdio contra a atitude do governo federal em não disponibilizar vagas para assistente social para concurso no Instituto Nacional de Seguro Social(INSS). Em 05 de março de 2008, outra moção de apoio é lançada em favor da luta das mulheres da via Campesina que ocuparam a Fazenda Tarumã, no RS em protesto contra a compra de terras ilegais pela empresa Stora Enso, sendo a ação duramente reprimida pelo aparato policial, conforme a moção: a ocupação das mulheres camponesas é legítima, pois luta pela soberania alimentar e contra o Deserto Verde que destrói a cada dia a biodiversidade das terras brasileiras, forçando milhares de camponesas a migrarem do campo para as periferias das cidades” (ENESSO, 2008).

diferentes espaços e entidades estudantis, tais como: CORETUR, C.A, DCE, ENESSO, e suas respectivas funcionalidades. A cartilha foi elaborada com o objetivo principal, de fomentar a discussão sobre a organização dos(as) estudantes, com vistas a criação de C.A e D.A vislumbrando, dessa modo, o fortalecimento do movimento.

A cartilha, ainda trouxe reflexões, sobre a articulação da ENESSO com as entidades internacionais: a Federação Argentina de Estudantes de Trabalho Social(FAETS) e a Associação Latino-americana de Ensino e Investigação em Trabalho Social(ALEITS)⁶¹. Para executiva, essa articulação representa esforços voltados para o fortalecimento e ampliação das “plataformas de lutas, unificando estudantes e trabalhadores contra a expansão de dominação do grande capital e em defesa de um projeto societário socialista”(ENESSO, p 18, 2007). Embora, não seja o objetivo precípua dessa pesquisa o estudo das alianças da ENESSO com outras entidades e movimentos, torna-se necessário, destacar que a mesma procura construir articulações com sujeitos coletivos historicamente sintonizados com a luta por direitos sociais, bem como organizações que vislumbra uma transformação societal.

Em junho de 2008, a ENESSO participou do Seminário Nacional “Precarização da Formação e Implicações no Exercício Profissional. Em debate: Metodologia do Depoimento Sem Danos e Exame de Proficiência”, promovido pelo CFESS.⁶² Nesta oportunidade, as três entidades da categoria, se posicionaram contrária a realização do exame de proficiência no Serviço Social.

Em julho de 2008, a gestão “ousar e Unir: todos(as) juntos para construir”, divulga jornal, no qual sintetiza as principais ações desenvolvidas pela direção, entre elas destacamos, a materialização do curso de formação política previsto durante o planejamento estratégico da Coordenação Nacional, ainda, em 2007. O Curso de Formação Política do Movimento Estudantil em Serviço Social(CFPMESS), ocorreu, de 22 a 25 de maio de 2008, durante o XXX CONESS, no estado de Sergipe, promovido pela ENESSO, Centro Acadêmico de Serviço Social da Universidade Federal do Sergipe (UFS) e da representação discente em ABEPSS e com apoio do conjunto CFESS/CRESS e do MST, visto que o evento se processou em um de seus Assentamentos, no caso particular, o Quissamã. Consideramos a efetivação desse curso necessário e importante para o MESS, dada a conjuntura de fragmentação do ME e arrefecimento das lutas sociais, além disso, por ter acontecido durante o CONESS, possibilitou a participação de representante de C.A e D.A de Serviço Social

⁶¹ Essa entidade foi fundada em agosto de 2006, e o estatuto aprovado no XII Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais(CBAS), ocorrido em 2007, na cidade de Foz do Iguaçu – PR. Nela os(as) estudantes tem direito a voz.

⁶² Este ocorreu nos dias 12 e 13 de junho de 2008, em Brasília-DF.

de diferentes universidades, potencializando a articulação dessas entidades, e ainda, a sua realização em um dos espaços do MST, evidencia a perspectiva de construção de alianças do MESS com segmentos do trabalho identificados com a transformação social.

O jornal publicizado em julho de 2008, traz um texto intitulado “pela Revogação Imediata do REUNI”. Em que é ratificada a direção assumida nas deliberações do XXIX ENESS, pelo MESS. O texto assevera que o Programa:

possibilita uma flexibilização curricular que desqualifica nossos diplomas e prejudica nossa formação profissional, ou seja, é a total destruição dos diplomados profissionais em cursos básicos genéricos formando diplomados em nada. Mas o resultado será depois no mercado de trabalho, com sub-remuneração destes diplomados em nada com salários miseráveis e a redução do custo do trabalho em benefício capitalista. Essa política de destruição da educação ataca brutalmente as conquistas na área da educação, como no caso do ensino superior, o seu tripé de ensino-pesquisa-extensão que colocam a produção de conhecimentos para os interesses da nação e sua soberania ameaçadas(ENESSO, 2008, p.06).

Podemos observar que análise da ENESSO, assume um caráter generalista em relação às ações do REUNI, sem sinalizar possibilidade de formação com qualidade no âmbito desse programa. Diante da realidade de total aprovação dos programas pelas universidades federais, acreditamos que a correlação de forças, no interior das instituições seja importante, para que mesmo com recursos disponibilizados por esse programa, possam ser implementadas melhorias para a comunidade acadêmica, bem como potencializar a construção de cursos fundamentados nos projetos pedagógicos de suas profissões, essa ressalva se torna relevante, sobretudo, entretanto, voltamos a afirmar que a abertura de concursos, não significa no Serviço Social, em particular a garantia dos princípios formativos defendidos pela profissão.

De 13 a 17 de julho de 2008, ocorreu o XXX ENESS na Universidade Estadual de Londrina (UEL), com o título “o sonho não envelhece: 30 anos de reorganização do MESS”, em referência a realização do ENESS de 1978, considerado marco na reorganização do MESS, o qual foi realizado, na mesma universidade. A escolha da UEL para sediar o XXX ENESS, ao se configurar com um ato de homenagem, para, além disso, consistiu em resgate histórico da trajetória de organização e atuação desse movimento no Brasil.

Neste encontro, inicialmente três chapas se propuseram a disputar a direção da ENESSO, visto que uma das chapas, antes de começar o processo de votação, fomentou o debate em torno do anarquismo e solicitou aos(as) estudantes

simpatizantes da chapa, que se abstivessem da eleição, de tal modo, que somente duas candidaturas, concorreram de fato a direção da executiva.

A chapa “Maria Bonita”, constituída de estudantes de São Paulo e contava com o apoio de militantes que se organizavam no recente extinto grupo Viver na Luta que esteve à frente da coordenação nacional da entidade, nas gestões anteriores.

A outra candidatura consistia a “Frente de Esquerda no MESS” composta por estudantes da região V e majoritariamente da Universidade Federal do Rio de Janeiro e vinculados aos agrupamentos “A Saída é Pela Esquerda” e pelo coletivo em processo de formação “Rompendo Amarras”.

Segundo militante de oposição que nos concedeu informações durante a produção de dados para essa pesquisa, logo após as escolas terem votado, dois estudantes de diferentes instituições, argumentaram que suas escolas não foram chamadas para votação⁶³, contudo, não tinha o registro de participação dessas escolas, que estavam representadas somente por um estudante, nos outros momentos de discussão e deliberação do encontro, o que remete ao entendimento, que tais sujeitos estavam preocupados, somente, com a disputa dos cargos da ENESSO. Ainda com base nas argumentações de Luz⁶⁴, esses dois estudantes votaram⁶⁵ na chapa “Maria Bonita” e que segundo o resultado da votação, tal chapa venceu a disputa com a diferença de três votos, portanto, a quantidade de votos que uma escola tem direito.

Entretanto, depois de anunciado o resultado, propagou-se a denuncia que um dos estudantes que havia reclamado de última hora a participação no processo de votação, não era estudante de Serviço Social, o que gerou impasse diante dessa atitude fraudulenta e antidemocrática, pois ao se retirar os três votos que o mesmo creditou na chapa “Maria Bonita”, o pleito ficou empatado.

⁶³ Nesse encontro o voto foi por escola, conforme o qual cada escola tem direitos a três votos, independentes da quantidade de estudantes presentes, o que garante a paridade entre as instituições, contudo, é importante destacar que esse sistema de votação é alvo de discordância e de consistentes conflitos nos fóruns do MESS.

⁶⁴ Militante de oposição que contribuiu nessa investigação, mediante a resposta de questionamentos relacionados à atuação das tendências e da ENESSO nessa conjuntura de concretização da contra-reforma do ensino superior, dimensões aprofundadas no item 4 desse capítulo.

⁶⁵ É possível ter conhecimento em que chapa se votou, pois a votação se processa de modo aberto para plenária, a comissão chama nominalmente as escolas e as mesmas declaram seus votos, que sendo por escola, a depender de divergências interna dos alunos(os), essa diferença se manifesta, e assim uma mesma escola pode votar em diferentes chapas, assim, por exemplo os três votos a que uma escola tem direito, pode se destinar um pra uma determinada chapa e dois para outra, o que não acontece quando um escola está representada poder um(a) estudante, visto que ele(a) direciona os três votos sem a existência de posicionamento interno contrário no ato da votação.

Portanto, o processo foi anulado diante dessas práticas antidemocráticas que corroboram para o não fortalecimento do MESS e de suas entidades. Dimensão explicitada, também, pelo(o) dirigente da ENESSO da gestão 2007/2008, que esteve na constituição da comissão eleitoral, que confirmou o fato de que um estudante do curso de história, votou como se fosse estudante de Serviço Social, o que justificaria a ato de anulação. Conforme explicitado a seguir:

Verifiquei com o estudante a denúncia e relatou que realmente não era estudante de Serviço Social e, sim de história e que tinha sido convidado por um amigo estudante de Serviço Social membro do PT e que havia solicitado para que votasse. Diante dos fatos, declaramos o processo anulado, conforme rege o estatuto e observamos as condições para a realização de novo pleito. O que foi impossível por algumas escolas terem viajado de volta para seus estados após a votação e outras estarem de saída. Tentamos um acordo entre as chapas para que existisse uma gestão compartilhada entre elas, mas não obteve êxito. A chapa de São Paulo propôs que a nossa gestão continuasse até encontrar outra data para uma nova eleição, apesar de não querermos, achamos melhor do que deixar sem Coordenação Nacional. Num primeiro momento de discussão a idéia teve boa aceitação, mas a chapa do Rio de Janeiro rebateu a proposta e por fim, os estudantes se retiraram pouco a pouco, inviabilizando qualquer tipo de eleição por não ser legítimo um processo sem todas as escolas.

O preocupante é que o estudante de história enganou parte significativa da plenária, entretanto, como demonstrado na fala anterior, militantes do MESS tinham conhecimento da situação fraudulenta que se processava na disputa pela coordenação nacional da ENESSO e mesmo assim, foram incapazes de denunciar essa fraude, o que revela a real existência de militantes nesse movimento, que se utilizam de qualquer artifício sem considerar princípios como a socialização de informação, a recusa de prática autoritárias e enganosas que desrespeitam o posicionamento diferenciado de seus colegas e os interesses da maioria.

Embora sem coordenação nacional, as deliberações aprovadas nesse encontro para a gestão 2008/2009 da executiva posicionam essa entidade a encampar lutas que ratifiquem a direção contrária da entidade em relação às medidas para educação superior do governo Lula. Em especial no eixo de universidade,⁶⁶ foram mantidas as mesmas deliberações ratificadas no ENESS passado. Dessa maneira, se mantêm a posição de negação ao SINAES, PROUNI, REUNI, educação a distância, entre outras.

⁶⁶ Esta decisão foi tomada devido ao atraso na programação do evento que minimizou o tempo destinado a revisão das deliberações.

No campo específico da formação profissional, se vislumbra a preocupação do segmento estudantil na apropriação dos dados obtidos com a pesquisa avaliativa das Diretrizes Curriculares realizada pela ABEPSS. Nesse sentido, tem-se o encaminhamento de que tanto no Seminário Regional como Nacional de Formação Profissional e Movimento Estudantil em Serviço Social se garanta espaços destinados para divulgação dos resultados da pesquisa. Além disso, tem a indicação de que:

A ENESSO e a representação discente em ABEPSS fortaleçam a luta contra o exame de proficiência nas escolas e no encontro do conjunto CFESS/CRESS garantindo a sua participação em todo momento no encontro. E fomentar o debate sobre uma nova avaliação que envolva os três segmentos da categoria (discente, docentes e profissionais) e que amplie a construção dessa ferramenta para que seja uma avaliação continuada. (ENESSO, 2008)

Nessa perspectiva, apreendemos a preocupação do segmento estudantil com a construção de processos avaliativos que corroborem no entendimento dos limites e potencialidades da formação profissional, portanto, a negação em relação ao ENADE, significa um posicionamento político de negação a um sistema de avaliação, majoritariamente, punitivo para os(as) estudantes, ou seja, não representa a rejeição a avaliação mas aos interesses que ela representa.

No eixo de ME, a complexa processualidade de afirmação/negação da UNE, se confirma mais uma vez. Tendência que se manifesta, também, em relação à CONLUTE “que a ENESSO fomente debate da CONLUTE e outras organizações de luta na medida em que esta se apresenta como espaço de luta contra a reforma universitária” (ENESSO, 2008). A promoção de articulação em relação à CONLUTE se pauta de modo restrito no campo de negação da contra-reforma do ensino superior, não sendo considerada a possibilidade de vinculação com esta organização no desenvolvimento de outras atividades e lutas.

Diante das deliberações analisadas, corroboramos com Santos, quando ele afirma que elas se estruturam em grandes blocos de discussão, decorrente, certamente, da própria organização em eixos, entretanto, essa tendência não significa que esse segmento “não atualize e aperfeiçoe suas bandeiras e instrumentos de luta, mas, pelo contrário, revela que os estudantes organizados no movimento imprimem uma práxis política que possibilita a continuidade de suas lutas e resistência, reafirmada a cada encontro” (p.124).

Entretanto, no ano de comemorações relativas aos 30 anos de reorganização do MESS e de 20 anos de criação da ENESSO, não tivemos para implementação das deliberações a ocupação dos cargos nacionais dessa entidade,

como explicitado acima. As práticas antidemocráticas, a acirrada disputa entre duas candidaturas e a não previsão estatutária diante do impasse estabelecido, aliada, a indisponibilidade política que possibilitassem a construção de um consenso, concorreram para o estabelecimento dessa lamentável ausência de coordenadores nacionais, ficando a incumbência de materialização das deliberações para as coordenações regionais. O fortalecimento das coordenações regionais é legítimo e necessária, contudo, o esvaziamento das coordenações nacionais da ENESSO dificulta a própria potencialização dessas instâncias, visto que se minimiza ou até mesmo fica impossibilitada o desenvolvimento de campanhas nacionais, seja nos âmbitos da universidade e/ou formação profissional, além disso, a responsabilidade na produção de material a serem socializadas com a base estudantil fica fortemente comprometida, a representação da entidade em eventos fica sem referência, entre outras.

Em setembro de 2008, ex-militantes do MESS e reunidos(as) em Brasília durante o 37º Encontro Nacional CFESS/CRESS, construíram e divulgaram carta intitulada “aos estudantes de Serviço Social, coordenadores regionais da enesso e diretorias de C.As e D.As do país”, sinalizando preocupações com o fato acontecido. Dela extraímos o seguinte fragmento:

A ENESSO é patrimônio político do Serviço Social brasileiro, e foi construída por muitas mãos e forças políticas desde 1979, tendo sido Executiva Nacional, SESSUNE e ENESSO. Em seu âmbito se formaram gerações de assistentes sociais no campo do projeto ético-político, muitos hoje militantes do Conjunto CFESS/CRESS, da ABEPSS, da ALAEITS e dos movimentos de resistência à barbárie capitalista. Nesse momento de contra-reforma do ensino superior é mais do que nunca fundamental que a ENESSO esteja forte, representativa e estruturada.

O trecho, apesar de suscito, evidencia com propriedades a importância da ENESSO na trajetória de construção e defesa do projeto profissional do Serviço Social e aborda, ainda, a relevância de se ter uma entidade comprometida com a defesa de uma educação e uma formação de qualidades, neste contexto de tentativa de esfacelamento desse ideal. Diante do exposto, que desafios apreendemos nessa conjuntura complexa para o ME, particularizada no âmbito do MESS, com as fragilidades que hoje enfrenta o MESS e a ENESSO?

5-3 REFLEXÕES SOBRE AS PARTICULARIDADES DA ENESSO

Com a análise do perfil dos(as) dirigentes da ENESSO e da pesquisa documental, associada às informações concedidas nas entrevistas pelos(as) ex-Coordenadores(as) da entidade, trataremos de aprofundar a investigação sobre sua ação, nessa conjuntura de materialização da contra-reforma do ensino superior, procurando abordar, também, as possibilidades e limites dessa atuação.

Dessa maneira, os dados sugerem que a vivência dos(as) estudantes, ainda nos primeiros períodos do curso de Serviço Social, nos fóruns estudantis, como ERESS, seminários estudantis de formação profissional e encontros locais, são fundamentais para instigar a participação desses(as) na construção da entidade, os(as) levando a disputa de sua direção.

São nesses espaços que se materializam discussões, se constroem deliberações, e se direciona a atuação da ENESSO, potencializando a articulação e aproximação dos(as) estudantes com o ME e suas entidades. Essa perspectiva, requer dos C.A e D.A o desenvolvimento de atividades sistemáticas dada a transitoriedade do movimento, voltadas para o incentivo de participação dos(as) estudantes, ainda nos primeiros períodos do curso, nos diferentes espaços de organização do segmento estudantil, nesse contexto de retração política comprometida com a transformação societal e de difíceis condições objetivas de militantes e das próprias entidades que os(as) representam.

Em pesquisa empírica, realizada com os(as) estudantes presentes no XXIX ENESS, na cidade de Contagem/BH, Santos (2007), diante dos dados produzidos, afirma que a maioria se encontravam no terceiro e quarto período do Curso de Serviço Social, com o percentual de 33% dos entrevistados(as)⁶⁷. A referida pesquisa, ainda, indicou que 65% dos(as) estudantes que participaram da investigação, estavam no encontro na condição de não ocupantes de cargos em entidade estudantil, como C.A ou D.A.

No âmbito do ME e, em particular, no MESS é expressivo a presença de estudantes organizados(as) em grupos, entretanto, nem todos elaboram teses, ou seja, documentos que manifestam o direcionamento do agrupamento sobre as questões discutidas pelo movimento, tais como: conjuntura, formação profissional, cultura e valores, ME e universidade. Na esfera do Serviço Social e no período delimitado pela pesquisa, o Projeto Democrático Popular(PDP), Viver na Luta, A saída

⁶⁷ Esses dados foram obtidos mediante a utilização de questionários respondidos por cinquenta e quatro estudantes de Serviço Social, que estiveram no ENESS realizado em julho de 2007, no qual esteve presente mais de quinhentos discentes de todo país.

é Pela Esquerda⁶⁸ e o Cara e Corações Novos, se constituíam os principais grupos políticos presentes na organização do MESS. Segundo Rodrigues:

Em junho de 2008, existem dois grupos organizados em teses no MESS, dentre os diversos grupos que organizam-se em “pré-teses” ou apenas como grupos políticos organizados. Os grupos organizados em teses são: Projeto Democrático e Popular – PDP; e A Saída é pela Esquerda. No XXIX ENESS, em 2007, o Viver na Luta - VNL apresentou para os estudantes o fim da tese, mesmo assim, alguns de seus militantes ainda se organizam em grupos políticos no MESS. (2008, p. 43).

O PDP⁶⁹ esteve na direção da ENESSO, por um período bastante expressivo, do início a segunda metade da década de 1990, quando perde a hegemonia para o grupo Eu Quero é Mais(EQM)⁷⁰, todavia, segundo Ramos(2005): “a mudança de direção não comprometeu o acúmulo de discussão no processo de construção da organização estudantil e da defesa do projeto ético-político profissional”(p.103).

No processo de produção de dados para esta pesquisa, dos(as) cinco entrevistados(as), um(a) de cada gestão que compreende o período de 2003-2008, quatro deles(as) eram membros do agrupamento político Viver na Luta. Sendo que dois desses(as) militantes, também, se organizavam na tendências partidária a Articulação de Esquerda(AE) e outro(a) dirigente construía o agrupamento partidário a Democracia Socialista(DS). Tanto a AE como a DS são vinculadas ao PT. Para esses(as) quatro dirigentes os grupos são importantes espaços de organização e de construção política, e que contribui para o desenvolvimento de ações mais qualificadas, o que por sua vez, corrobora com o fortalecimento do MESS e da ENESSO. Podemos apreender essa perspectiva na fala do(a) entrevistado(a):

O acúmulo das organizações dentro do Movimento Estudantil são extremamente importantes, principalmente quando essas organizações constroem teses que apresentam nos encontros nacionais, a concepção política que se tem do movimento é extremamente importante, não só para o militante que tá nesse processo de organização, mas como também, para os estudantes

⁶⁸ A saída é pela Esquerda surgiu no ENESS de 2004, realizado em vitória-ES. Cf. Rodrigues(2008). Para Silva esse grupo surgiu já no ENESS de 2003 realizado em Salvador-BA.

⁶⁹ O PDP surge nos anos de 1980, e se constituiu o primeiro agrupamento organizado em tese no âmbito do MESS sendo vigente até os dias atuais.

⁷⁰ O EQM encerrou suas contribuições no ano de 2003, com o término desse grupo, muitos de seus militantes acabaram por contribuir na constituição do agrupamento Viver na Luta no ano de 2004, este que predominou na direção da ENESSO, no período ora abordado nesta pesquisa.

que acabam percebendo quais são as vertentes políticas que norteiam cada organização em termos do mess (NETURNO).

De 2003 a 2007 é importante registrar a predominância na direção da ENESSO, de estudantes pertencentes ou simpatizantes ao grupo político Viver na Luta, que socializou no ENESS de 2007, o fim de sua atuação no MESS. Para Marte, da gestão 2005/2006, que afirma ter sido um dos(as) fundadores(as) do Viver na Luta, elenca como diferencial do agrupamento a preocupação com o eixo da formação profissional e a defesa do voto universal nos processo de votação nos ENESS.

Diante do exposto, apreendemos que é recorrente a construção e desconstrução de agrupamentos no MESS, e que algum deles, mesmo chegando à direção da entidade, não apresenta uma atuação duradoura na organização do movimento, exemplo dessa perspectiva: o próprio fim do EQM e posteriormente, do Viver na Luta, e por outro lado, embora, o PDP que impulsionou a política da ENESSO por um período considerável, e que continua em vigência na contemporaneidade, apresenta fragilidades e não consegue construir alianças para assumir a direção nacional da entidade, além disso, tivemos a criação do grupo A Saída é Pela Esquerda e, mais recentemente, por volta de 2006, o Cara e Corações Novos. Segundo concepção de Rodrigues:

As teses e grupos presentes no MESS divergem principalmente na leitura que fazem de conjuntura da sociedade brasileira, essencialmente, sobre análise governamental em relação ao governo Lula, como também, as estratégias, as ações e organização do MESS, o que por muitas vezes acabam por limitar o debate no interior do movimento estudantil, sectarizando o movimento e dificultando o fortalecimento das lutas.(45)

Diante do exposto, é possível apreendermos o quanto processual é a organização no MESS, e que os agrupamentos expressam as divergências, disputas e a heterogeneidade característica desse movimento. Analisamos, ainda que a construção e desconstrução de agrupamentos em curto espaço de tempo revelam instabilidades políticas pela qual perpassa o MESS na atualidade e que imbuída nessa conjuntura de instabilidade e retração política da classe trabalhadora se expressam em posicionamentos diferenciados em relação ao governo Lula, bem como no tocante, as entidades sindicais e estudantis criadas depois da ascensão do PT ao governo federal, como a CONLUTAS e a CONLUTE.

Direcionamento desfavorável a atuação dos grupos políticos foi sinalizada por um(a) das dirigentes entrevistados(a) pertencente a gestão 2007/2008, e que se declarou não pertencer a nenhum agrupamento existentes no MESS, segundo o qual:

As correntes dentro do MESS sempre tiveram como pano de fundo uma influência partidária velada. O que do meu ponto de vista engessa os debates, empobrece os espaços de participação dos estudantes, fragiliza e fragmenta o movimento estudantil. A atuação das tendências tem se limitado a disputa por cargos de direção da ENESSO e não percebo contribuições de nenhuma corrente para a abertura e consolidação de novos D.As, C.As, entre outros aspectos relevantes para o movimento. Sua participação se limita praticamente aos Encontros, utilizando de uma política panfletária para adesão de novos militantes. No entanto, isso não significa que não possuam influência na escolha dos dirigentes da ENESSO. Apesar das limitações apresentadas e das incoerências apontadas, conseguem articular no momento dos encontros as faculdades para a eleição dos novos representantes(Marte).

Como demonstrado na construção do perfil dos(as) dirigentes da ENESSO, a maioria é de militantes não filiados(as) a partidos políticos, entretanto, não podemos desconsiderar a vinculação existentes entre esses dois sujeitos coletivos, que se manifesta, também, na filiação partidária de estudantes organizados em agrupamentos no MESS. Dessa maneira, é significativa a presença na construção do MESS de sujeitos inseridos(as) no PSOL, PSTU e PT, este que teve militantes filiados(as) na direção nacional da ENESSO, em todas as gestões abordadas no período aqui analisado. No âmbito de discussão dessa problematização, Santos, assinala uma perspectiva polêmica que se processa nos debates do MESS:

É presente nos debates[...] a preocupação com as influências das correntes políticas partidárias no movimento. Esse debate polariza-se, fundamentalmente, sob as tentativas de aparelhamento do movimento estudantil pelos partidos políticos que buscam fazer da ENESSO uma correia de transmissão das lutas e das pautas partidárias – no caso dos últimos encontros (2004-2007) trata-se da prática política dos sujeitos ligados a: tendência interna do PT, Articulação de Esquerda AE/PT (chegou a hegemonizar o ex-Coletivo “Viver Na Luta” – findou sua contribuição no XXIX ENESS;2007); pelos militantes do [...] PSTU (mantém hegemonia sob o coletivo “A saída é pela Esquerda” e busca, dentre outras pautas, impor o rompimento político da ENESSO com a UNE, de forma sectária, e a construção da CONLUTE. Tal prática, muitas vezes, se afasta das discussões específicas do MESS, especialmente no eixo de formação profissional); pelos militantes ligados [...] PSOL (Mantém hegemonia no recente coletivo, criado em 2006, “Por um MESS de Caras e Corações Novos” e na Tese “Projeto Democrático e Popular- PDP”. Esse coletivo se inscreve como uma alternativa frente a crise instaurada no movimento a partir

das disputas pela direção da ENESSO, no entanto não conseguiu efetivamente fazer sua política e acabam por seguir as orientações políticas do coletivo "A saída é Pela Esquerda"⁷¹, 2007, p.122).

Temos a compreensão, que o aparelhamento, se expressa, por exemplo, na ausência de espaços democráticos, o que não ocorre no MESS, pois existe um variedade de fóruns estudantis, que possibilita a participação dos(as) estudantes nas tomadas de decisão, o que se confirma no processo de aprovação das deliberações, que norteiam a direção política a ser assumida pela ENESSO, entretanto, não podemos deixar de considerar, que o MESS passa, atualmente por momentos de instabilidades e que repercute na sua entidade máxima. Sem dúvidas, se processa um contexto de acirramento entre os grupos políticos atuantes no MESS, mas isso, reflete a conjuntura na qual estamos imbuídos(as), não remetendo necessariamente, a uma tendência de busca de aparelhamento da executiva, pois se assim fosse, no período aqui investigado, no qual tivemos a predominância de militantes do agrupamento viver na luta, hegemônico pela AE/PT, como é afirmado por Santos(2007), nos documentos produzidos pela entidade, não se apresentaria uma negação da contra-reforma do ensino superior do governo Lula, pois estaria se contrapondo as recomendações do Partido, e uma entidade aparelhada, desconsidera as demandas do movimento para atender as requisições partidárias, o que não se verificou nessa pesquisa, no que concerne a atuação da ENESSO, no âmbito da universidade.

Dessa maneira, temos a concepção que a existência de partidários(as) do PT na direção da ENESSO não significa, necessariamente e de modo mecanizado, a aceitação da contra-reforma do ensino superior implementada pelo governo do PT, tendência evidenciada nos documentos produzidos pelas gestões da entidade e analisados no item anterior. Essa perspectiva, também, é reforçada nas entrevistas concedidas pelos(as) militantes e sintetizada na fala de Vênus:

No ano em que era membro da Executiva, éramos contrários a reforma universitária pelo fato da reforma se constituir em uma estratégia superficial de enfrentamento da educação brasileira que legitima o processo de precarização, massificação e mercantilização do ensino, transformando os direitos sociais em mercadorias e serviços.

⁷¹ O autor, também, explicita que nos ENESS que compreendem o período de 2004-2007, as teses em sua totalidade, privilegiaram as discussões em torno do eixo de conjuntura, trabalhando de modo superficial as demais esferas: universidade, formação profissional, movimento estudantil e Cultura e Valores

O posicionamento contrário da ENESSO foi ressaltada por todos(as) os entrevistados(as), sendo que em cada gestão as discussões, produção de material, desenvolvimento de atividades como oficinas, divulgação de textos, entre outros, consideravam a complexidade e processualidade do real. Nesse sentido, podemos afirmar que nas gestões 2003/2004 e 2004/2005 a aproximação, entendimento e direcionamento contrários as medidas iniciais propostas e executadas pelo governo, como o SINAES e o PROUNI, consistiam no alvo prioritário dessas atividades. Conforme Urano, da gestão 2004/2005:

Nós desencadeamos uma campanha que foi contra a reforma universitária do governo lula em defesa das diretrizes curriculares. Houveram varias ações: primeira ação e aí saiu como deliberação no eness que nós divulgamos foi o boicote ao enade[...]e aí a gente já saiu do eness com essas deliberação de boicotar o enade. Aprovamos como seria a nossa tática no planejamento que foi em agosto e aí a partir daí nós elaboramos boletins, elaboramos planfetos com dez motivos para boicotar o enade, entramos em contato com as coordenações regionais, com os centros acadêmicos e fizemos toda a campanha, a primeira ação de boicote ao enade.Após o boicote nós fizemos que aí ta no jornal[...]avaliação desse boicote é além disso[...]que foi esse debate mais amplo sobre a reforma universitária[...]fizemos várias palestras, fizemos adesivos, fizemos oficinas passadas nas universidades. Nesse sentido, orientamos para que nos encontros tanto nos coress, nos erness houvessem discussões nesse sentido e aí, também, aconteceu que em todos esses encontros tinham esse debate, debater o mote da campanha e levando as especificidades de cada região[...]mas sempre presentes nos debates, nos encontros, nas oficinas, orientando as universidades a fazerem debates, palestras, seminários, para que fosse esclarecendo aos estudantes né? Do que se tratava a reforma universitária.

Nas gestões seguintes 2005/2006, 2006/2007 e 2007/2008, o posicionamento de negação a contra-reforma se manifesta também nas críticas direcionadas, a aberturas e proliferação dos cursos em Serviço Social à distância, nas discussões e negação do exame de proficiência na profissão, nas críticas feitas ao REUNI. Dimensão sintetizada na argumentação de Neturno, da gestão 2006/2007:

O REUNI[...] é um debate que vai contra a tudo que gente defende principalmente por que a nossa defesa do projeto pedagógico já imbrica na disputa de espaço com esse projeto do REUNI, então isso, é algo que já foi constituído no final no termino da nossa gestão, mas que ficou claro[...] não dava pra ser a favor daquilo que batia direto nas nossas diretrizes curriculares, batia em tudo que a gente havia deliberado ao longo do ano, no encontro nacional, em tudo que tinha sido construído, até do plano de ação da própria gestão.

Os(as) dirigentes da ENESSO, apreendem a contra-reforma como um processo desencadeado, principalmente, na era FHC e, dessa maneira, não deve ser entendido, sem essa análise histórica mais ampla. Corroboramos com a análise feita pelos(as) militantes entrevistados(as), contudo, temos a concepção que, por se tratar de um governo de um partido forjado no campo dos MS, as suas ações deveriam ser de resistência aos ditames do capital e não de entrega da educação a plena exploração capitalista, sem o esboço de nenhum confronto, conflito ou desobediência aos organismos internacionais.

No tocante a formação profissional, os dados destacam o compromisso do MESS e de sua entidade nacional, com a defesa do projeto pautado nas Diretrizes Curriculares, elaboradas pela ABEPSS em 1996, e que desde o processo de aprovação pelo CNE, sofre os rebatimentos da política privatizante, que atinge a educação superior brasileira. Conforme argumentação de Ramos(2005, p.102):

a formação profissional é um âmbito que vem tendo um investimento prioritário do MESS, a partir da compreensão de que o debate em torno do projeto de formação profissional é um campo de disputa ideológica e política para a defesa de uma outra direção para a universidade, bem como de uma outra hegemonia para a sociedade.

A direção social crítica da formação defendida pela ENESSO, e expressa tanto nos documentos produzidos, como na fala de seus(as) dirigentes, apresenta sintonia com a afirmação da autora.

A formação profissional consiste um dos eixos prioritários de debate no MESS. No ENESS são formados grupos de discussão voltados para o debate dessa temática, resultando nas deliberações aprovadas na plenária final e que constitui o norte para a ação da ENESSO, como tratado no item anterior.

A defesa do projeto de formação profissional se manifesta, também, na articulação da ENESSO com a ABEPSS e o CFESS, no desenvolvimento de encontros e atividades voltados para discussão da formação e do exercício profissional. Temos o entendimento que universidade, formação e o exercício profissional são dimensões distintas e interdependes entre si e, que constituem esferas privilegiadas de discussão no âmbito da organização estudantil. Essa tendência se verifica de modo majoritário pelos sujeitos entrevistados(as).

É o mess ele sempre teve pautado na defesa das diretrizes curriculares e a efetivação e consolidação do projeto ético político do serviço social, então assim, é não há uma dissociação, a militância, a construção política, a defesa de uma universidade pública, gratuita e de qualidade dentro dos princípios do projeto ético político profissional e das diretrizes curriculares(Terra).

A investigação realizada por Santos(2007), sugere que a esfera da formação profissional, se configurou como o eixo que provocou maior interesse dos(as) estudantes que estiveram presente no ENESS de 2007, com o percentual de 38% da amostragem produzida por ele⁷². Entretanto, as discussões sobre a formação profissional não podem ser entendidas sem contextualizá-las na atual dinâmica da sociabilidade capitalista e suas particularidades na realidade nacional.

Quanto às limitações, foram salientadas pelos dirigentes nacionais, questões financeiras que dificultam a materialização das atividades planejadas para objetivação das deliberações.

A dimensão geográfica do país, que mesmo com a existência das coordenações regionais, inviabiliza a atuação da executiva na totalidade das escolas de Serviço Social, realidade que se tornou mais complexa com a intensificação da privatização no ensino superior, que ampliou de modo expressivo, os cursos na iniciativa privada. Entretanto, é interessante destacar que pode existir profundos tensionamentos entre coordenação nacional e regional, pois a eleição para as regionais são realizadas nos ERESS e desvinculadas da eleição nacional, o que por sua vez, e permite ainda, a ocupação dessas instâncias por militantes com posicionamentos políticos divergentes da direção nacional. Essa perspectiva, foi salientada por dois(duas) dirigentes, que sinalizaram dificuldades da ENESSO, em desenvolver atividades em determinadas regiões.

A mercantilização, também, traz dificuldades para a atuação da ENESSO, pois a fala majoritária dos(as) entrevistados(as) indicam maior autonomia de organização na esfera pública.

A frágil formação política dos(as) estudantes, que corroboram para uma negação da organização estudantil, por parte do próprio segmento, que imbuídos na lógica dominante, nega as vivências coletivas. Essa tendência requisita dos(as) militantes, principalmente, daqueles(as) que assumem as entidades estudantis, como a ENESSO, uma formação política consistente e qualificada, com vista ao enfrentamento dessas barreiras no cotidiano de sua ação. É relevante frisar, que conforme definiu Fontes(2009), vivenciamos um contexto de fragilidade dos MS, em que a classe dominante se utiliza da coerção e do convencimento, para amenizar as ações de contestação dessa ordem. Ainda assim, a autora acredita que:

⁷² Conjuntura obteve o percentual de 29%, Cultura 6%, Universidade 12% e Movimento Estudantil 15%.

Essa juventude tem limites, para aturar goela abaixo a privatização do ensino superior, a fragmentação do ensino superior numa hierarquização alucinada, segundo a qual alguns vão ter cursos superiores de boa qualidade e uma grande massa será de tecnólogos de 2 anos, ou cursos à distância de péssima qualidade. Durante algum tempo isso pode funcionar, mas não por muito tempo. A nossa juventude não é idiota e a população também não é boba. Se a grande imprensa atua tratando essa população como bicho de zoológico no pior sentido, essa população reage.(FONTES⁷³, 2009, p10).

Foi citado, ainda que a “tensão com alguns grupos políticos dentro do MESS dificulta a organização de alguns encontros, campanhas, socialização de informações, estratégias de lutas nacionais”(Marte). Além dessas sinalizações, consideramos relevante, a apreensão realizada pelo(a) entrevistado(a) quanto ele(a) explicitava outros limites no decorrer da sua gestão:

tem o limite conjuntural que é né? Na época que participei, fazendo um recorte à gente já tá dentro do recuo dos MS né? Tem a dificuldade da organização coletiva isso é a principal limitação, né? De militância mesmo, não é que eu estou colocando a questão financeira, a questão outra, mas é a questão conjunturalmente, dificulta que é o limite maior da implementação da luta pela universidade pública, gratuita e de qualidade né? Para implementação do projeto ético político profissional. É a gente está numa conjuntura adversa onde os MS passam por um refluxo enorme, né? E onde o individualismo, a questão do individualismo, da falta de interesse coletivo é a principal barreira do militante dentro da executiva, então essa é a avaliação que eu faço do ponto de vista das limitações.

A fala do(a) militante, expressa os valores predominante nesta sociabilidade e que fragiliza as organizações coletivas, como MS, que majoritariamente, apresentam uma atuação de recusa da ordem societal estabelecida.

No tocante as potencialidades apreendidas pelos dirigentes no desenvolvimento das ações efetivadas pela ENESSO, são destaca o papel da entidade na apreensão das inquietações estudantis, a partir dos debates travados nos fóruns⁷⁴ do MESS, contribuindo para que a executiva seja um importante sujeito na defesa do projeto ético-político do Serviço Social, em articulação com a ABEPSS e o CFESS. A discussão da entidade com a base estudantil, que corrobora para uma atuação democrática, mediante a materialização de atividades discutidas,

⁷³ Em entrevista concedida pela autora, ao observatório Barlavento e disponibilizada no site: http://www.barlavento.org/a3/index.php?option=com_content&view=article&id=70:entrevistacom-virginia-fontes&catid=47:brasil&Itemid=65 acesso: 30 de abril de 2009.

⁷⁴ Santos destaca os dados de sua pesquisa, sugere que a principal motivação que levou os(as) estudantes a participar do ENESS de 2007, se remete ao interesse de acompanhar os debates contemporâneos que afetam e influenciam a profissão.

preponderantemente, com o coletivo de estudantes. O debate constante com as coordenações regionais, respeitando as especificidades de cada região. A autonomia do ME e em particular da ENESSO, frente à “ao movimento dos professores, da própria categoria de Serviço Social, sempre uma postura de autonomia, de independência”(URANO), também, foi salientada pelos(as) dirigentes.

As estratégias citadas pelos entrevistados(as) foram a descentralização política, na qual cada coordenador(a) nacional fica responsável pela cobertura das escolas de uma determinada região, quando se trata da realização de oficinas, seminários, visitas as escolas e, também, a participação e construção dos fóruns estudantis locais e regionais. O incentivo a construção de C.A e D.A, em escolas nas quais essas instâncias inexistiam, seja na iniciativa pública ou privada. Articulação com as representações discentes em ABEPSS, com o objetivo de fortalecer a luta em favor das Diretrizes Curriculares. O desenvolvimento de campanhas de quitação de débitos das escolas, visto que a ENESSO é mantida pelo pagamento de anuidades⁷⁵ por parte dos C.As e D.As dos cursos de Serviço Social, como forma de potencializar a autonomia da entidade.

Os(as) entrevistados(as) apontam como principais aliados do MESS e, por conseguinte, da ENESSO, as demais entidades representativa da profissão: a ABEPSS e o CFESS, e os CRESS que compartilham princípios, lutas e atividades nessa conjuntura desfavorável a organização e articulação política de segmentos negadores dessa ordem. Entretanto, Marte referindo aos CRESS evidencia que: “cabe ressaltar que em alguns estados o diálogo com essa instância é difícil”.

As entidades estudantis que tem uma postura de defesa da universidade e de um ensino superior com qualidade, também, foram ressaltadas direções de faculdades, especialmente, públicas, além do ANDES, que é tido como um importante aliado na defesa por uma educação qualificada e na própria luta contrária a atual contra-reforma do ensino superior. A direção minoritária da UNE também, foi citada por dois militantes, que salientam as contradições existentes naquela entidade. Já que a eleição da mesma é proporcional e isso possibilita a ocupação de alguns cargos por dirigentes não pertencentes à corrente majoritária, no caso a UJS, vinculada ao PC do B. foram salientados ainda o MST, e a CUT como importantes aliados da entidade.

Mediante as entidades e movimentos citados, apreendemos que a executiva procurar construir alianças com sujeitos que, predominantemente, no decorrer da história apresentou e/ou apresenta uma postura de defesa de direitos e situada no campo da esquerda nacional. Entretanto, isso não significa a inexistência

⁷⁵ A anuidade equivale ao valor do salário mínimo vigente no país. As escolas que sediaram encontros no decorrer do ano são isentas do pagamento.

de contradições, em que citamos a UNE e a CUT, como entidades que tem apresentando uma atuação acrítica na atual conjuntura nacional, tendência que culminou, inclusive, com a desfiliação do ANDES da referida entidade sindical.

Quanto aos opositores os(as) dirigentes da ENESSO, destacam as mantenedoras e coordenações de cursos de universidades privadas, que impediam o acesso dos(as) dirigentes aos(as) estudantes, como demonstrado na seguinte passagem: aqueles(as) “que fazem a defesa intransigente da instituição no campo de defesa do campo de trabalho, eu trabalho aqui, como é que eu vou bater e se perde dentro do campo contraditório da atuação profissional” (Neturno). Foi ressaltado, ainda, órgão de repressão do Estado, especialmente, a polícia que procura reprimir as mobilizações estudantis.

No ENESS 2007, alguns estudantes foram ameaçados pela polícia, outros foram atingidos por spray de pimenta. Na luta pelo passe-livre foi utilizado cavalaria contra os estudantes, tropa de choque, seguranças de universidades usando de força física excessiva para retirar estudantes de reitorias etc.(Marte).

Para Terra, o grande opositor é o próprio sistema vigente, uma conjuntura que dificulta a efetivação das lutas dos MS, e em particular do MESS e de sua entidade nacional. Certamente, estamos numa sociabilidade negadora de vivências coletivas, pois o que predomina é a imediatividade e a busca pelos anseios individuais, entretanto, não podemos negar que a burguesia tem entidades e organismos que defendem seus interesses em detrimentos das demandas dos segmentos subalternizados. Exemplo disso consiste a investida do capital na educação superior, e que atualmente, conta, expressivamente, com o aparelho do Estado, com a grande mídia, com corporações financeiras, entre outras.

No campo de dificuldades em termos da organização política do MESS, os(as) dirigentes evidenciaram a expansão da privatização do ensino superior, visto que segundo suas contribuições é recorrente a repressão nesses espaços. O reduzido registro histórico sobre o ME, reflexo da própria transitoriedade desse movimento. Dificuldades dos(as) estudantes, incluindo os(as) coordenadores(as) da ENESSO, em participar de todos os eventos, expressão das próprias condições objetivas dos(as) militantes e de seus compromissos cotidianos. Conseguir maior adesão dos(as) estudantes e fazer com que eles(as) se percebam nos fóruns estudantis,” fazer com que o estudante perceba que o seu problema cotidiano está ali sendo discutido” (Urano). Ainda foi citada, os tensionamentos de atuar em um espaço tão heterogêneo, com a existência de posicionamentos diversos e às vezes antagônicos. Marte traz uma reflexão polêmica sobre as dificuldades enfrentadas na gestão 2007/2008 e que se

remete aos agrupamentos políticos atuantes no movimento e que consistem numa expressão dessa diversidade característica do ME, e, especial do MESS. Para ele(a) as tendências:

O debate sobre a contribuição das “teses” é polêmico e meu posicionamento é contrário a qualquer forma de aparelhamento ou ingerência partidária no MESS. Não foram raras às vezes em que os encontros foram implodidos por tais correntes. As teses têm, em minha opinião, contribuído para a fragmentação, desarticulação e sectarização dos estudantes. Os Encontros têm sido permeados por embates entre as teses, perdendo o debate das mesas, desmotivando os estudantes e enfraquecendo o movimento. Esse talvez, nesse momento, possa ser um dos fatores de maior fragilização do MESS. Observadas com mais atenção, percebe-se um caráter denunciante e quase nulo em proposições para superação dos problemas do MESS. A contribuição política que segundo alguns defensores poderiam ser utilizados seriam os debates macro societários, mas que são apresentados como leitura de cartilha e não como um estudo de fato de uma situação. O que em minha opinião, empobrece a discussão e não traz benefícios para o pensamento crítico(Marte).

Afirmando/negando a argumentação acima, Terra da gestão 2005/2006 explicita que apesar da:

necessidade e da legitimação que eu faço dos agrupamentos políticos, mas na época que eu estava na executiva, já existiam um enfraquecimento desses agrupamentos políticos, é a organização ela já estava se tornando frágil, nós não tínhamos mais as grandes plenárias dos movimentos, o movimento político partidário ele começa a ficar mais latente e aí é as brigas internas do movimento elas se tornam mais visíveis, mas não do ponto de vista estratégico, mas do ponto de vista político partidário, então eram as principais dificuldades e a questão da organização política ela vem, né?

Analisando a fala dos(as) entrevistados(as), apreendemos que são posicionamentos diferentes em relação aos grupos políticos, enquanto um(a) defende e legitima atuação dos mesmos, outro(a) coordenador(a) da ENESSO a nega, entretanto, ambos concordam, no sentido de atribuir a esses grupos, ampla ação nesse processo de fragilização pela qual perpassa o MESS na contemporaneidade, que se expressa, por exemplo, na não ocupação das coordenações nacionais para gestão 2008/2009 da ENESSO.

No nosso entendimento, para Marte da gestão 2007/2008, os agrupamentos se constituem em correia de transmissão dos partidos políticos para com o MESS, o que por sua vez, fragiliza e desmobiliza esse movimento, mediante o

enfraquecimento ou anulação de sua autonomia. Enquanto, que para Terra, da gestão 2005/2006, os agrupamentos historicamente, constituem os principais impulsionadores da política da ENESSO, e o que acontece hoje, é que eles não estão mais formulando, organizando e propondo, “de você realizar plenária, produzir material, fortalecer a entidade” (Terra) e quando essas dimensões deixam de ser pautadas, o que mais reflete, são as vinculações partidárias, deixando o precípua, ou seja, o fortalecimento do MESS, para segundo plano.

Analizamos que a existência de agrupamentos políticos, inclusive no ME, e aqui, especificamente do MESS, reflete uma tendência de discussão, organização e atuação com posicionamentos divergentes, que a vivência no campo da democracia política possibilita e que os(as) estudantes tiveram importante atuação nessa conquista.

Destarte, não fazemos defesa da utilização das organizações estudantis, por sujeitos com mera pretensão partidária, que procuram aparelhar as entidades, o que por sua vez, representa a redução ou anulação de espaços democráticos nos debates e tomadas de decisões, visto que a principal pretensão é colocar a entidade, prioritariamente, a disposição do partido. Temos o entendimento que as organizações estudantis, se configuram, como espaços de referência dos(as) estudantes na sua luta cotidiana, em instituições públicas e privadas. O que não significa a negação de vinculação com outros sujeitos coletivos, como MS e Partidos políticos, na construção de alianças, com o objetivo de realizar ações que ultrapassem as demandas específicas do segmento, ou seja, é necessária a articulação quando se visa à ultrapassagem de conquistas corporativas e se busca a negação da sociabilidade capitalista, objetivo histórico e majoritário no MESS.

A análise realizada pelos (as) dirigentes sobre a atuação do ME na contemporaneidade, é no sentido de que não se pode pensar a atuação desse segmento, sem contextualizá-la nessa conjuntura neoliberal de não ascensão dos MS, em que cada vez mais, predomina o individualismo e a negação de práticas coletivas. Dimensão que sintetizamos na fala de Urano: “acho que os anos 1990 foram muito perversos, como estávamos num processo de reorganização ele veio com muita força para desarticular esses MS”.

É um contexto de refluxo que corrobora para o enfraquecimento das lutas sociais, além disso, na realidade brasileira, historicamente, a principal entidade dos(as) estudantes, passam por um processo de cooptação por parte do governo federal, em que nitidamente são efetivadas medidas que fragilizam a perspectiva de universidade pública e potencializam a esfera privada, com amplo apoio da UNE. No caso específico do MESS, a principal entidade passou o período de gestão 2008-2009

sem dirigentes para impulsionar a política da entidade, o que rebate, negativamente na organização e mobilização estudantil.

Embora com tantas dificuldades, militantes apontam que, ainda, assim o ME tem sido importante na luta em favor da universidade pública, gratuita, laica e de qualidade no Brasil. Conforme Marte:

Infelizmente, concordo com alguns autores que apontam o refluxo dos movimentos sociais, e no caso, do MESS. Existe uma crise de quadros no MESS que tem atingido a estrutura de nossa organização. Apesar disso, identifico no movimento estudantil um enorme potencial transformador da sociedade [...]. Fica mais evidente o movimento estudantil na luta pela universidade pública. Que no meu entender ainda não foi extinta pela intensa luta dos estudantes dessas instituições. Em algumas faculdades privadas, como as PUC's percebemos uma organização estudantil capaz de barrar aumentos de mensalidades, denúncia de falta de investimento em corpo docente, materiais, livros etc.

Na apreensão de todos(as) os(as) entrevistados(as), a atuação dos(as) estudantes é fundamental para preservação e conquista de direitos na esfera educacional, dimensão privilegiada no Serviço Social, pelo próprio perfil de formação profissional, que mediante a análise crítica da sociabilidade capitalista, e da formação econômica, social e política do Brasil, corrobora para uma intervenção crítica dos(as) estudantes.

Diante do exposto, os(as) militantes entrevistados(as) apreendem a ENESSO como uma entidade combativa e comprometida com a universidade pública e com o projeto profissional do Serviço Social e, fundamental na articulação nacional dos(as) estudantes, e que no decorrer de sua história tem contribuído politicamente com as lutas dos(as) assistentes sociais brasileiros(as).

voltando pra importância da entidade é só a gente remontar a nossa história, nós participamos diretamente da reformulação das diretrizes curriculares, nós participamos diretamente na construção do código de ética, nós participamos ativamente dentro do debate de construção da lei orgânica da assistência, nós participamos atualmente dentro dos debates mais importantes dentro da categoria, é o debate sobre construção ou não do exame de proficiência[...]nós temos sim, grande importância, essa é uma instituição, é uma entidade que tem importância concreta na luta real dos estudantes de serviço social no Brasil e dos assistentes sociais de uma forma mais geral (Netuno).

Além disso, é recorrente na fala dos(as) militantes a participação no ME, em particular no MESS, e na coordenação da ENESSO, como relevante na construção

de um pensamento e da ação crítica, que se procura manter após a conclusão do curso, mediante a militância em outros espaços, como entidades da profissão, outros MS e partidos políticos. Essa perspectiva já havia sido sinalizada por Ramos(2005):“Enquanto movimento social com base transitória, o ME é um *locus*, muitas vezes, de iniciação de parcela da juventude na militância política, se configurando como um espaço de formação político-ideológica de militantes, que depois irão atuar em outras esferas organizativas.”(p.105). Essa perspectiva também é sinalizada em Silva(2008) que concebe o MESS como importante espaço na formação profissional e política dos(as) estudantes.

5-4 A ENESSO NO TEMPO PRESENTE: desafios e contradições

Como já foi relatado, no período investigado nesta pesquisa, ocuparam, majoritariamente, a coordenação nacional da ENESSO, sujeitos organizados, simpatizantes e/ou apoiados pelo agrupamento e militantes do “Viver na Luta”. Embora não se constitua objetivo principal dessa pesquisa o estudo sobre os agrupamentos que atuam no MESS, consideramos ser importante destacar a apreensão de um(a) militante que atuou no MESS de 2004/2008 e esteve como coordenador(a)⁷⁶ regional da ENESSO, na condição de oposição a coordenação nacional.

As contribuições do(a) dirigente regional se estrutura a partir de três questionamentos: análise em relação à atuação das tendências no MESS; atuação da ENESSO nos âmbitos da universidade e da formação profissional, objetivo precípuo desse trabalho, e finalmente, atuação da executiva no processo de organização e mobilização dos(as) estudantes na contemporaneidade.

Em relação à primeira discussão, o(a) dirigente regional defende que as tendências foram fundamentais na construção do MESS, pois contribuiu na organização estrutural dos encontros, bem como no amadurecimento político dos(as) militantes, mediante a elaboração de documentos, fomentação de debates e, corroborou, ainda, na aproximação do MESS com partidos políticos e outros MS, permitindo que o movimento apresente atualmente uma atuação não restrita ao espaço universitário.

Como observado, essa concepção não se difere da maioria dos(as) dirigentes nacionais, entrevistados(as) nesta investigação, que também, sinalizam a

⁷⁶ A(o) militante receberá o nome fictício de Luz. Estudante de universidade pública, que atuou em instâncias como CORETUR e C.A. A dirigente é não filiado(a) a partido político.

relevância dos agrupamentos na construção do MESS, a partir do desenvolvimento de debates, na construção dos fóruns estudantis, na elaboração de documentos que abordam questões fundamentais como: conjuntura, universidade, cultura, formação profissional e sobre o próprio movimento. Luz reflete também, a articulação dos grupos presentes no MESS com os partidos políticos, que na sua concepção:

Todas as tendências que existiram no MESS tiveram em algum momento militantes filiados a partidos políticos, o que muitas vezes, permitiu uma correlação de forças entre os partidos políticos e as tendências. Quando na história brasileira se acirram as disputas entre os partidos de esquerda, se acirram também as disputas entre as tendências no MESS, havendo então uma pluralidade de direcionamentos políticos e ideológicos. Esse processo refletia diretamente na organização e mobilização do MESS, trazendo em alguns momentos fortalecimento e em outros desmobilização dos estudantes para as lutas(Luz).

Para Marte da gestão 2007/2008, que se colocou contrário a ação dos grupos, acredita que a real disputa pela ENESSO, por militantes filiados(as) a partidos políticos, em especial do PSTU, é decorrente da forte atuação da ENESSO, que se configura como uma das executivas de cursos mais combativas e com poder de mobilização e organização estudantil, o que no seu entendimento chama atenção dos partidos⁷⁷.

A combatividade da executiva pode chamar a atenção de diferentes correntes partidárias, entretanto, o fato em si de militantes do MESS atuarem também em partidos, entre os quais o PSTU, não significa que a intenção preponderante desses militantes seja ocupar os espaços da ENESSO, com vista a atender meramente os interesses partidários. Expressão disso, é que como registrado no item que tratou do perfil dos(as) dirigentes nacionais da entidades, nas gestões entre os anos de 2003-2008, em relação a filiação partidária, existiu uma total predominância de coordenadoras filiados ao PT, e na maioria dos casos essa se deu após a inserção no MESS, e mesmo assim, nos documentos produzidos pela entidade, fica explícito a sua direção de recusa da contra-reforma do ensino superior do governo Lula, inclusive encampando ações de repercussões significativas como foi o boicote ao ENADE em 2004, o que não representa a inexistência de limitações e contradições, especialmente, nesse cenário de fragilização e criminalização dos MS e de desconfiança e descrédito em relação aos partidos políticos.

⁷⁷ É importante destacar que não só militantes de partidos políticos forjado no campo da esquerda atuam no MESS, ainda que de forma tímida, se faz presente militante identificados com partidos historicamente situados no campo de direita e comprometidos com os privilégios da burguesia. Nos congressos da UNE é recorrente a articulação da juventude de partidos como o PMDB e os DEMOCRATAS, estes, anteriormente, chamados de PFL jovem.

Segundo as contribuições de Luz, avanços e retrocessos perpassam a atuação dos agrupamentos existentes no MESS. Essa perspectiva se verifica, por exemplo, quando os(as)

estudantes não conseguem nos encontros tirar deliberações em comum para a luta da ENESSO, e quando, como ocorreu em muitos ENESS's a fragilização nos atos públicos porque as teses se dividiram no ato porque tinham divergências nas bandeiras de lutas. Em alguns encontros os estudantes que não faziam parte das tendências demonstravam claramente empatia e rejeição às teses e a partidos políticos e colocavam que as disputas tinham apenas o objetivo de conseguir a diretoria da ENESSO.

A fala do(a) entrevistado(a) nos remete a reflexão em torno da ação dos agrupamentos políticos nessa conjuntura de acirramento das disputas entre as vertentes que se organizam no MESS. Analisamos que essa efervescência seja reflexo, sobretudo, da conjuntura nacional, visto que um dos pontos prioritários que distinguem os grupos que existiram e/ou existem no período dessa investigação, se refere prioritariamente a uma posição de rejeição ou não em relação ao governo Lula e ao reconhecimento ou não da UNE como entidade máxima de organização e na mobilização e direcionamento das lutas e demandas estudantis no país. Portanto, a existência de divisão em atos públicos, revela práticas sectárias e que certamente fragilizam o movimento. Agrupamentos como o recém acabado Viver na Luta, tese que esteve, majoritariamente, na direção nacional da ENESSO, no período aqui analisado, apresentava uma atuação de defesa em relação a UNE e desse modo, de possibilidade de reorganização e retomada combativa dessa entidade, já o grupo A Saída é pela Esquerda, majoritariamente, faz a defesa de que “permanecer nos marcos da UNE é gastar energia numa luta inútil” (2005).

No que se refere à atuação da ENESSO nos âmbitos da universidade e da formação profissional, o(a) militante enfatiza que historicamente a defesa da universidade pública, gratuita, laica e de qualidade e do projeto de formação profissional fundado no projeto ético político do Serviço Social, constituem esferas defendidas pelo MESS, e dessa maneira, ele(a) sinaliza a necessidade da atuação da ENESSO, independente da chapa eleita, seguir as orientações previstas nas deliberações aprovadas pelo conjunto de estudantes presentes no Encontro Nacional do segmento.

Nesse sentido, assinalamos anteriormente, que as deliberações ratificadas nos ENESS, que compreendem o interregno de 2003-2008, apresentaram uma postura de afirmação de processos formativos fundamentados nas Diretrizes Curriculares de 1996, bem como direcionaram a entidade a assumir uma direção de

defesa da universidade pública e socialmente referenciada, o que por sua vez, implica a luta em oposição a contra-reforma do ensino superior, efetivada nas gestões de Lula. Diante do exposto, Luz reflete sobre possíveis limitações na atuação do MESS e da ENESSO no âmbito da universidade, decorrentes das polêmicas que envolvem a forma de articulação com o ME geral.

isto porque, nas últimas gestões da diretoria da ENESSO essa articulação ocorre através da UNE, e muitos/as estudantes, apesar dela ser a entidade máxima de representação dos estudantes, não acredita em seu poder de enfrentamento, pois ela tem sido a favor de todas as propostas do governo com relação à reforma universitária. Essa polemica se estende há alguns anos e nos ENESS se colocam como ponto central na discussão sobre articulação com o ME geral. Os estudantes se dividem, uns acreditam que a articulação deve continuar sendo através da UNE, outros defendem que seja através de outras entidades, como a CONLUTE, e movimentos de área. É importante ressaltar o interesse político nessas discussões e articulações, essas disputas políticas em alguns momentos acabam por limitar a articulação e atuação da ENESSO com relação à reforma universitária.

A CONLUTE é uma entidade jovem, criada, recentemente, mas que pauta e fomenta o debate de questões diferentemente da UNE, esta que embora, apresente uma frente de esquerda, devido a proporcionalidade que marca o processo eleitoral da entidade, mas a força política maior é de aceitação predominante das ações governamentais, sem esboço de negação. O que nos leva a refletir que seja importante a articulação da ENESSO com as entidades e movimentos que partilham princípios e lutas conjuntas.

Um dimensão sinalizada pelo(a) coordenadora regional, bem como pelos(as) coordenadores(as) nacionais é reconhecer a importância da aliança com o conjunto CFESS-CRESS e a ABEPSS, como potencialidade no fortalecimento de lutas contra a precarização do ensino e em favor da formação qualificada.

No tocante a esfera de atuação da ENESSO na organização e mobilização dos(as) estudantes na cena contemporânea, o(a) militante socializa significativas críticas. Essas são direcionadas no sentido de fortalecer a representatividade da entidade, que segundo Luz:

É necessário que a diretoria da ENESSO tenha representatividade perante os/as estudantes, para uma maior identificação com as lutas travadas pela entidade. Para que se consiga representatividade é necessário trabalho de base, o contato e formação política crítica deve ser priorizado em suas atividades, o que as últimas gestões da coordenação nacional da ENESSO deixam a desejar. Através do trabalho de base e da formação crítica os/as estudantes constroem as pautas das lutas, gerando identificação, organização e mobilização.

Como observamos no item anterior, os(as) dirigentes nacionais da ENESSO, sinalizam a articulação com as bases estudantis como uma relevante potencialidade na construção do MESS e na atuação da ENESSO, o que agora, é apontado por Luz como fragilidade no processo de mobilização dos(as) estudantes.

Entretanto, majoritariamente, os(as) dirigentes entrevistados(as), aqui incluindo nacionais e regionais, chama a atenção para a conjuntura desfavorável para organização coletiva, que tem fortes rebatimentos nos MS, em particular no MESS.

5-5 SERVIÇO SOCIAL: ABEPSS, CFESS e A ENESSO no âmbito da parceria estratégica.

A pesquisa tratou de explicitar a atuação da ENESSO nas esferas da universidade e da formação profissional, na qual procuramos apontar potencialidades, limites e contradições na atuação do MESS, mediante a ação de sua entidade nacional. Diante disso, a parceria entre as entidades da profissão se confirma como uma significativa tendência no âmbito organizativo do Serviço Social, sobretudo, a partir da década de 1990, perspectiva, amplamente apontadas pelos dirigentes da ENESSO entrevistados(as) nessa investigação e nos documentos produzidos pela entidade, que define a parceria com a ABEPSS e com o conjunto CFESS-CRESS como essencial na efetivação de lutas que tenham como horizonte a defesa da formação profissional orientada pelo projeto ético-político do Serviço Social.

Dessa maneira, apontaremos algumas mediações relacionadas a essa articulação, em que nos baseamos, no seguinte fio condutor para o desenvolvimento da análise: apreensão em relação a parceria das entidades, as estratégias desenvolvidas pelas entidades no âmbito da universidade e da formação profissional e dificuldades enfrentadas nesse processo de articulação. Para tal, levamos em consideração a fala de representante de outra entidade da categoria, particularmente, da ABEPSS. Em que chamamos a atenção para as particularidades que perpassa a articulação com a ENESSO, voltada para defesa do projeto que direciona a formação e o exercício profissional no país.

Nesse sentido, esboçaremos uma breve contextualização relativa ao projeto profissional hegemônico no Serviço Social e que fundamenta a formação pautada nas Diretrizes Curriculares, já evidenciadas no capítulo quarto desse trabalho.

O final da década de 1970 se configura para profissão, como um período de intensa discussão e inquietação, decorrentes, entre outros aspectos da

aproximação de segmentos da profissão com uma perspectiva teórico-metodológica crítica, contribuindo para construção de um projeto ético-político sintonizado com os ideais da vertente de ruptura⁷⁸ e, portanto, com os interesses da classe trabalhadora e de sujeitos sociais historicamente subalternizados.

Não podemos desvincular esse processo do cenário brasileiro, marcado naquele momento, pela crise do sistema ditatorial, fragilidade do "milagre econômico", a reorganização de setores importantes, entre os quais diversos MS que transformaram a liberdade e a democracia nas principais bandeiras de luta, ou seja, uma conjuntura de efervescência nos marcos da redemocratização política, caracterizada na sua essencialidade por ações combativas e contestatórias direcionadas por vários setores da sociedade civil contra a ditadura instalada em abril de 1964. Assim, Netto (1999, p. 100) destaca:

A luta pela democracia, na sociedade brasileira, fazendo-se ecoar na categoria profissional, criou o quadro necessário para quebrar o quase monopólio do conservadorismo no Serviço Social; no processo de derrota da ditadura militar inscreveu-se a primeira condição, a condição política, para a constituição de um projeto profissional.

Outra dimensão, também sinalizada por Netto (1999), Iamamoto (2006) constitui a elevação na produção teórica dos (as) assistentes sociais, vinculada, a uma perspectiva de análise e intervenção crítica da/na realidade social, influenciada pela aproximação de profissionais do Serviço Social com a matriz marxiana e com os pensadores(as) marxistas. Nesse sentido, é interessante chamarmos a atenção para a contribuição do método do materialismo histórico e dialético na construção do conhecimento e, portanto, na apreensão da realidade, visto que, permite a elaboração de análises levando-se em consideração as múltiplas determinações das problemáticas sociais, proporcionando uma compreensão cuja centralidade consiste na desnaturalização das relações históricas.

⁷⁸ No processo de renovação do Serviço Social tradicional três correntes se destacaram: 1ª a modernização conservadora, que procurou adequar à profissão as estratégias de expansão do capitalismo no Brasil, os seminários de Araxá (1967) e Teresópolis (1970) expressam a afirmação dessa perspectiva, baseada, sobretudo, no estrutural funcionalismo norte-americano; a 2ª vertente consistiu na reatualização do conservadorismo, influenciada pelas concepções fenomenológicas, a qual privilegiava o viés psicologista na atuação do (a) assistente social; a 3ª vertente denominada de intenção de ruptura, baseada especialmente, na tradição marxista, cujo símbolo dessa aproximação correspondeu o famoso método de B.H ainda, nos primeiros anos da década de 1970. Todavia, pelo próprio contexto de repressão vivenciado durante a ditadura militar, a influência do marxismo no âmbito do Serviço Social só ganhou expressividade no final dos anos 1970, e conforme Netto é a intenção de ruptura que dá o tom da polêmica profissional na 1ª metade dos anos 1980. (cf. NETTO, 2005)

Pereira(2007), elenca alguns momentos considerados emblemáticos nesse processo de negação do Serviço Social tradicional e afirmação de um projeto profissional, sintonizado com perspectiva de transformação social, visando a emancipação humana. Entre eles, destacamos o denominado congresso da virada em 1979; a construção do código de ética de 1986, o qual evidencia a ruptura com as bases teóricas conservadoras e a ética da neutralidade, passando a situar a atuação do(a) assistente social no âmbito das relações históricas e contraditórias que caracterizam a sociabilidade capitalista; a constituição do Centro de Documentação Pesquisa em Políticas Sociais e Serviço Social(CEDEPSS), que impulsionou os debates e o desenvolvimento de ações que destacavam a importância da pesquisa no cotidiano da profissão, para além da academia; o reconhecimento nos anos de 1980, por parte das agências de incentivos a pesquisa de ser o Serviço Social, uma área de conhecimento, o que contribui fundamentalmente, na criação e expansão da pós-graduação no país; o fortalecimento organizativos das entidades em nível profissional e estudantil e ainda os debates promovidos pela antiga ABESS, hoje ABEPSS, que culminou na formulação do Currículo Mínimo de 1982 o qual passou a conceber a “profissão inserida na divisão sócio-técnica do trabalho, no processo de produção e reprodução das relações sociais capitalistas”(2007, p.14).

É relevante evidenciarmos que essa redefinição no âmbito do Serviço Social foi resultado de intensos debates coletivos envolvendo os diversos sujeitos dessa profissão, entre estes, os (as) estudantes e de suas entidades político-organizativas.

Pensar a profissão requer considerarmos o constante movimento da sociedade capitalista, a partir da análise das próprias transformações históricas. Nessa perspectiva, a revisão dos instrumentos normativos constitui uma necessidade real, no intuito, de responder as demandas colocadas no cotidiano da formação e atuação profissionais, mudanças, contudo, preservando-se a postura crítica alcançada hegemonicamente no âmbito da profissão.

Portanto, nessa caminhada, temos a reformulação do Código de ética de 1986, redundando no Código em vigência de 1993. As alterações efetivadas visaram à superação de limites de natureza teórico-prática, o que permitiu a construção de mediações no sentido de melhor apreender as particularidades resultantes, por exemplo, das relações de gênero, etnia, entre outras, além disso, procurou-se retraduzir os seus valores norteadores no “relacionamento entre assistentes sociais, instituições e população, preservando os direitos e deveres profissionais, a qualidade dos serviços e a responsabilidade do usuário” (CÓDIGO DE ÉTICA DE 1993).

Assim, nos anos 1990, percebemos a retomada da discussão da ética nas diversas esferas do Serviço Social, incluindo a formação profissional, aliado a essa reflexão, ocorre à aprovação da Lei de Regulamentação Profissional nº. 8662/93, a qual estabelece as competências e atribuições privativas do (a) assistente social, conformando um documento indispensável na defesa da profissão e dos serviços prestados aos usuários nos espaços de intervenção desta profissão.

É significativo apontar que essa trajetória de redefinição e consolidação do atual projeto ético-político, também, foi protagonizada pelos estudantes, como destacado no capítulo dois dessa pesquisa, em que consubstanciamos esta afirmativa a partir da análise realizada por Ramos (1996), cuja abordagem sobre o MESS em nível nacional ratifica a contribuição desse segmento na construção do novo projeto profissional. Esta atuação do MESS em relação às problemáticas, debates, desafios que perpassa o Serviço Social se expressa, por exemplo, pelo reconhecimento da ENESSO como uma das entidades representativas da profissão, manifestada tal apreensão na fecunda articulação desta, com a ABEPSS e o CFESS.

Nessa dimensão, ressaltamos que tal projeto se materializa nos instrumentos aqui citados: código de ética, lei de regulamentação e diretrizes curriculares, contudo, a eles não se reduzem, dada à compreensão do mesmo se expressar nas deliberações dos encontros profissionais e estudantis, nas campanhas elaboradas pelas entidades, na intervenção cotidiana dos (as) assistentes sociais, voltada para a garantia de direitos e do ser humano como sujeito construtor dos processos históricos, bem como, através da formação de alianças com outros segmentos, voltadas para construção de um movimento verdadeiramente contra-hegemônico a sociabilidade do capital.

Nesse sentido, a análise da fala da representante da ABPSS, evidencia que a parceria existente entre as três entidades, se sustenta na unidade em torno da defesa do projeto profissional, o qual teve suas bases de constituição nos anos 1980 com sua firmação na década seguinte, dimensão sintetizada na fala abaixo:

numa ampla articulação de forças predominantes na direção das entidades, as quais se identificam nos princípios fundamentais norteadores do projeto ético-político-profissional do Serviço Social. Refiro-me ao projeto que ganha visibilidade a partir de 1979 em contraposição ao projeto profissional tradicional, na busca de vinculação às lutas e conquistas democráticas e ao ideário emancipatório da classe trabalhadora – referência de luta de vastos segmentos dessa classe no Brasil e em todo o mundo(representante ABEPSS).

Unidade que como ressaltado pela representante da ABEPSS, não significa a inexistência de contradições, divergências e polêmicas, internamente nas entidades e entre elas. Dimensão sinalizada em algumas passagens pelos dirigentes da ENESSO, que evidenciaram momentos conflitantes que envolvem a articulação, no âmbito da parceria entre a ABEPSS e conjunto CFESS-CRESS. Destacamos, ainda a articulação das entidades em defesa do projeto hoje hegemônico no Serviço Social é construída entre sujeitos que representam os interesses da mesma profissão vinculada a uma visão societária, mas com organização, estruturação, manutenção, dinâmicas e funcionalidades diferentes.

No que se refere à atuação das três entidades nas esferas da universidade e da formação profissional, tem-se a confirmação que a formação pautada nas Diretrizes Curriculares de 1996, constitui a principal referência na luta por um processo formativo de qualidade e sintonizado com a perspectiva de educação emancipatória. Nessa dimensão, as três entidades concretizam atividades que explicitam o posicionamento contrário a qualquer forma de privatização e precarização da educação, tais como produção e divulgação de notas que evidenciam esse posicionamento de defesa da universidade pública, gratuita, laica, presencial e de qualidade, além disso, é importante destacar que nos eventos promovidos pela ABEPSS e pelo Conjunto CFESS-CRESS é garantida a participação da ENESSO nos debates e polêmicas que envolvem a profissão, o que potencializa essa articulação e dessa maneira, as ações voltadas para defesa do projeto profissional do Serviço Social, nessa conjuntura tão adversa para sua concretização.

Quanto a possíveis dificuldades vivenciadas nesse processo de articulação entre as três entidades e em particular com a ENESSO, a representante da ABEPSS, argumenta que:

Em relação ao ENESSO, pode-se supor que a atual estrutura da entidade sem uma coordenação nacional tenha implicações e venha dificultar a articulação nacional na medida em que as decisões são inicialmente discutidas e tomadas nas bases regionais com possíveis prejuízos para a agilidade dos processos conjuntos.

Com a ausência de coordenadores(as) nacionais a responsabilidade na concretização das deliberações aprovadas no ENESS de Londrina em 2008, ficaram na incumbência das coordenações regionais, o que por sua vez, representa uma fragilização em termos de articulação em nível nacional, como se processa entre as ABEPSS, CFESS-CRESS e a ENESSO.

Desse modo, analisamos que a defesa do projeto profissional, que por sua vez, remete a luta em prol da universidade pública e da formação fundamentada nas

Diretrizes Curriculares de 1996, constitui-se a principal determinação no estabelecimento e fortalecimento da articulação existente ente as entidades representativas do Serviço Social.

Parceria que se torna ainda mais necessária, nesse contexto neoliberal de exacerbação do privado; expansão de cursos sem considerar os princípios formativos defendidos pelas entidades que representam o Serviço Social no país; fragilidade dos MS e organizações coletivas que apresentam uma prática de recusa da sociabilidade do capital, entre outras dimensões já abordadas nessa pesquisa. Entretanto, para que essa articulação se mantenha e mais que isso, seja potencializada até mesmo, em decorrência do cenário sinalizado anteriormente, é preciso que a ABEPSS, o conjunto CFESS-CRESS e a ENESSO estejam firmes, atuantes e combativas em suas particularidades, o que revela um desafio coletivo das entidades e ao mesmo tempo de cada uma, dentro de suas possibilidades e limitações no tempo presente. Nesse sentido, entendemos que ao MESS se evidencia a necessidade de fortalecer e revitalizar suas ações e entidades como a ENESSO, nessa luta em favor do projeto profissional vinculado a construção de outra ordem societária.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apreendemos o ME, como um importante movimento social que articula a juventude universitária em nível nacional, desde a criação da UNE, no ano de 1937. Ao construirmos essa caracterização, analisamos que a ação desse segmento não se processa de forma desvinculada de uma concepção de sociedade, o que por sua vez, nos possibilitou investigarmos a direção social de sua atuação, no campo da historicidade e da contradição que particulariza a sociabilidade burguesa.

Mediante o estudo da atuação da ENESSO, enfatizamos que desde a sua criação, no ano de 1988, ela se configura como espaço privilegiado de aglutinação e protagonismo dos(as) estudantes de Serviço Social no Brasil, legitimada e reconhecida pelas demais entidades da profissão.

Durante as gestões que compreende os anos de 2003-2008, sinalizamos que a direção social das ações efetivadas pela ENESSO, se consubstancia na defesa da universidade pública e da formação profissional, fundada nas Diretrizes Curriculares de 1996, tendência confirmada pelos(as) dirigentes e pelos documentos produzidos pela entidade, uma perspectiva de universidade e de formação sintonizada com a negação da sociabilidade capitalista e comprometida com a construção de outro projeto societário.

Entretanto, a conjuntura neoliberal, que minimiza a organização política dos MS, também, repercute no âmbito de atuação da ENESSO, dada a valorização do individualismo e de negação de vivências coletivas, aliada a um contexto de crise objetiva, em que cada vez mais, os (as) estudantes se preocupam com sua manutenção e inserção no mundo do trabalho, ainda durante a graduação. Portanto, temos um cenário caracterizado pela fragilidade de ações coletivas, combativas, de contestação, reivindicação e de lutas mais consistentes e articuladas até, mesmo com outras entidades estudantis.

A realização de atividades fragmentadas reduz a capacidade de barrar e/ou até mesmo amenizar as investidas do capital na educação brasileira, tendência fortalecida nos anos de 1990 e mantida nos anos 2000, com a concretização da contra-reforma do ensino superior no governo Lula que se sustenta numa lógica de privilegiamento do privado e reconfiguração das instituições públicas, no sentido de atender, sobretudo, as demandas do capital. Realidade que gera disputas e contradições no ME, que se manifesta inclusive com a criação de outra entidade nacional de organização dos(as) estudantes, no caso a CONLUTE, situação conflitante vivenciada, também, pelo MESS.

A pesquisa sugere um contexto de acirramento entre os agrupamentos políticos atuantes no MESS, os quais divergem, sobretudo, da análise realizada sobre o governo Lula e do posicionamento político em relação a UNE. Os tensionamentos em torno dessas questões perpassam na maior parte das discussões e geram grandes debates e conflitos, especialmente, no processo de aprovação das deliberações no final de cada ENESS, que se constituem o norte a ser seguido pela nova direção da ENESSO.

Temos a concepção que as polêmicas atuais que provocam divergências nos partidos políticos forjados no campo da esquerda, como PT, PSTU e PSOL e as organizações sindicais como CUT e CONLUTAS, rebatem no MESS em virtude do posicionamento histórico desse movimento, de pautar a discussão e as lutas dos segmentos do trabalho e de se colocar numa direção de recusa da sociabilidade capitalista e de defesa da construção de outra sociedade, o que contribui no estabelecimento de relações com movimento e entidades que travam debates e desenvolve atividades, em torno das questões que envolvem a relação capital-trabalho e as disputas políticas partidárias em determinado momento histórico.

Diante disso, a investigação aponta que o MESS e a ENESSO vivência uma relação de negação e afirmação em relação a UNE e a CONLUTE. No tocante a primeira, as deliberações que abrangem os anos de 2003-2008 e o próprio estatuto da executiva a reconhece como entidade maior de organização dos(as) estudantes brasileiros(as), entretanto, a nega quando se trata do posicionamento assumido diante da contra-reforma do ensino superior. Por outro lado, a ENESSO esboça uma ação de negação da CONLUTE, como uma entidade paralela a UNE, que no seu entendimento, pode dividir e sectarizar, ainda mais o ME no Brasil, contudo, as deliberações, ainda, que timidamente apontam, a necessidade de discussão e fomentação do debate em torno dessa entidade, que reage negativamente às ações do governo Lula para educação superior, direção que potencializa essa aproximação com a ENESSO.

Todavia, a disputa entre os grupamentos existentes no MESS, não pode ser reduzida a conquista dos cargos da ENESSO, dimensão timidamente, sinalizada por alguns(mas) dos(as) entrevistados(as), nem atuar de modo sectarista, perspectiva que deixa os interesses estudantis para segundo plano. Atuando dessa forma, os grupos políticos presentes no MESS tendem a se enfraquecer e a fragilizar o próprio momento e a ENESSO.

A não ocupação dos cargos nacionais da ENESSO, para a gestão 2008/2009, em meio a um conturbado processo de fraude eleitoral, revela o contexto de fragilidade pela qual passa o MESS na atualidade e que revela instabilidades na

organização desse segmento e que atingiu profundamente a executiva. Os dados produzidos nessa investigação sugere que, majoritariamente, a organização dos(as) militantes em grupos tendem a fortalecer as lutas do movimento, visto que, seus(as) militantes também ocupam outros espaços de atuação, como partidos e movimentos, o que contribui na construção de uma consciência política mais abrangente e crítica, entretanto, o momento atual, revela que os agrupamentos já não mais impulsionam a atuação da ENESSO, como em períodos anteriores, e desse modo, as divergências partidárias se tornam mais recorrentes e visíveis, o que pode expressar uma das determinações geradoras dessa forte instabilidade pela qual passa o MESS e a ENESSO.

E mesmo nessa conjuntura de instabilidades e fragilidade política do MESS e da ENESSO, a construção de medidas voltadas para uma atuação mais qualificada dos(s) militantes e, conseqüentemente, dos(as) dirigentes das entidades estudantis de base, são sucumbidas diante da falta de recurso, das várias atividades e obrigações cotidianas dos(as) militantes. No decorrer do período aqui analisado, foi realizado em abrangência nacional, somente, um curso de formação política voltado para os(as) militantes do MESS.

Contradições são apontadas no sentido de que embora a ENESSO se posicione contrário a contra-reforma do ensino superior, as elaborações sobre essa problemática sinalizam uma tendência de que as medidas aprovadas pelo governo Lula são de certo modo, justificáveis, devido ao processo de adoção das diretrizes neoliberais, ainda durante a era FHC.

Dentre as dificuldades apreendidas nessa pesquisa, se encontram as de ordem objetiva, diante da realidade de falta de recursos da ENESSO, que repercute diretamente na atuação política da entidade, pois a falta de condições limita a atuação da entidade em espaços como: cursos de Serviço Social, presença em eventos como seminário, oficinas e entre outros. Dificuldades resultantes da crescente privatização da educação superior, que se manifesta, por exemplo, na apreensão de que até agosto de 2008, existiam no Brasil 302 cursos de Serviço Social, sendo 51 na esfera pública e 251 no setor privado, visto que a pesquisa sugere a existência de maior autonomia de organização do MESS nas instituições públicas.

A investigação sinaliza possibilidades na atuação da ENESSO, no sentido, de que mesmo em uma conjuntura limitada da atuação dos MS, a entidade consegue pautar importantes debates que ultrapassa a esfera restrita dos(as) estudantes, e nessa perspectiva, a executiva procura se articular com outros sujeitos, MS e entidades como a ABEPSS e o conjunto CFESS-CRESS.

A unidade em torno da defesa do projeto profissional consiste em uma determinação significativa na articulação entre as entidades representativas do Serviço Social, entretanto, essa unidade não representa a ausência de discordâncias, diferenças e contradições nessa relação.

REFERÊNCIAS

- ABEPSS. Pesquisa avaliativa da implementação das diretrizes curriculares do curso de Serviço Social. São Luís, outubro de 2008.
- ANDES. Proposta da ANDES/SN para a universidade brasileira. IN: cadernos ANDES nº2, São Paulo, 1996.
- ANDES. PDE- O plano de desestruturação da educação superior. IN: www.andes.org.br. Acesso em 04/05/2008.
- ALMEIDA, Loriza Lacerda. A juventude Universitária e a Nova Sociabilidade: continuidade ou ruptura? Centro de estudos sociais, faculdade de economia, universidade de Coimbra: 2007. Mímeo.
- ANDERSON, P. Balanço do neoliberalismo. IN. SADDER, E. & GENTILLI, P.(orgs) Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro. Paz e Terra , 2005.
- ANDRADE, Carlos Alberto Nascimento. *A Organização Política dos Estudantes da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (1974-1984)*. Dissertação de mestrado em Educação - UFRN. Natal: mimeo, 1994.
- ANTUNES, Ricardo. *ADEUS AO TRABALHO?* Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade no mundo do trabalho. 7ed. São Paulo: Cortez, 2000
- _____. *Os Sentidos do Trabalho*: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2002.
- ARAÚJO, Raquel Dias; NETO, Manoel Fernandes de Sousa. Movimento Estudantil e Universidade Pública em meio às contradições capital/trabalho. IN: Contra o pragmatismo e a favor da filosofia da práxis: uma coletânea de estudos classistas. (Org.)Sussana Jimenez, Rômulo soares, Maurilene do Carmo, etal, EDUECE, Fortaleza, 2007.
- A saída é pela Esquerda. Tese apresentada no XXVII ENESS. Recife, 2005
- BEHRING, Elaine Rossetti. *Brasil em contra-reforma*: desestruturação do Estado e perda de direitos. São Paulo: Cortez. 2003.
- BEHRING, Elaine Rossetti e BOSCHETTI, Ivanete. *Política Social fundamentos e história*. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2007(Biblioteca básica do Serviço Social, v.2).
- BOLETIM DA UNE. Ago.1990
- BOGDAN, Robert e BILKEN, Sari. *Investigação qualitativa em educação*: uma introdução á técnica e aos métodos. Portugal: Porto editora 1994. Coleção ciências de educação.

BOSCHETTI, Ivanete. As contra-reformas para a Formação e o Exercício Profissional: a insuficiência do exame de Proficiência como Estratégia de Enfretamento. Rio de Janeiro, 2007. Mímeo.

_____. Exame de proficiência: uma estratégia inócua. In: *Serviço Social e Sociedade*. São Paulo, v.94, 2008.p 5-21.

_____. A seguridade social na América Latina. In: Política Social no Capitalismo: tendências Contemporâneas. (org) Ivanete Boschetti, Elaine Behring, Silvana Mara, Regina Célia Tamasso Miotto. São Paulo: Cortez, 2008.

BRAZ, Marcelo. A hegemonia em xeque. Protejo ético-político do Serviço Social e seus elementos constitutivos IN: inscrita nº10. Brasília, CFESS, 2007.

BRASIL, Constituição da República Federativa do Brasil: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais nº 1/92 a 40/2003 e pelas Emendas Constitucionais de Revisão nº 1 a 6/94. Brasília: Senado Federal, subsecretária de Edições Técnicas, 2003, 386 pgs.

BRASIL. Decreto Lei nº: 5622 de 19 de dezembro de 2005. Regulamenta o art. 80 da lei nº. 9.394 de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, 2005. Disponível em www.mec.gov.br. Acesso em 12 de março de 2009.

BRASIL. Lei nº. 9.394 de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, 2005. Disponível em www.mec.gov.br. Acesso em 12 de março de 2009.

BRASIL. Lei nº. 10.861, de 14 de abril de 2004. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior -SINAES e dá outras providências. Brasília, 2004. Disponível em: WWW. <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/leisinaes.pdf>. Acesso em 23 de novembro de 2008.

BUFFÁ, Ester. O público e o privado como categorias de análises da educação. In: O público e o privado na história da educação brasileira. Concepções e práticas educativas. LOMBARDI, José Claudinei; JACOMELI, Mara Regina M; SILVA, Tânia Mara T. da. (org). Campinas, São Paulo: autores associados, HISTEDER; UNISAL, 2005 (Coleção memórias da educação) p.41-58.

BUARQUE, Cristóvão. *A universidade numa encruzilhada*. Brasília: UNESCO, 2003, 43 p.

CARVALHO, Alba Marinho Pinto de. Transformações do Estado na América Latina em tempos de ajuste e resistências: governos de esquerda em busca de alternativas. IN: *Projetos nacionais e conflitos na América latina*. FARLEIAL NETO, Adelita, (org). Fortaleza: Edições UFC, edições UECE, UNAM, 2006.

CARCANHOLO, Reinaldo. A globalização, o neoliberalismo e a síndrome da imunidade auto-atribuída. In: *Neoliberalismo: a tragédia do nosso tempo*. Coleção Questão da Nossa Época, 3 ed. São Paulo: Cortez, 2002.

CARDOSO, Miriam Limoeiro. PARA O CONHECIMENTO DOS OBJETOS HISTÓRICOS – algumas questões metodológicas- Rio de Janeiro, 1976, Mímeo.

CASTRO, Alba Tereza Barroso de. Tendências e contradições da educação pública no Brasil: a crise na universidade e as cotas. IN: Política Social no capitalismo: tendências contemporâneas. (org.) Ivanete Boschetti, Elaine Behring, Silvana Mara, Regina Célia Tamaso Miotto. São Paulo: Cortez, 2008.

Carta de ex-militantes do Movimento Estudantil de Serviço Social aos estudantes de Serviço Social, coordenadores regionais da ENESSO e diretorias de C.As e D.As do país. Setembro de 2008.

CAVALCANTE, M. L. G. *MOVIMENTO ESTUDANTIL DE SERVIÇO SOCIAL NA UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE*: trajetória histórica na luta por uma universidade pública e de qualidade. 2007. 80f. Monografia (graduação em Serviço Social). Faculdade de Serviço Social, Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, Mossoró-RN, 2007.

CFESS, ABEPSS, ENESSO. O ENSINO DE GRADUAÇÃO PRESENCIAL E A DISTÂNCIA E A LUTA PELA QUALIDADE ÉTICO-POLÍTICA E TEORICO-METODOLÓGICA DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL. Niterói, RJ, 2005. mimeo.

CHESNAIS, François; SERFATI, Claude; URDY, Chalés André. O futuro do movimento “antimundialização” primeiras reflexões para uma consolidação de seus fundamentos teóricos. In: *Pensamento Crítico e Movimentos Sociais*: diálogos para uma nova práxis. Roberto Leher e Marina Setúbal (org). São Paulo: Cortez, 2005.

CODIGO DE ETICA PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL DE 1993.

CONLUTE. Um convite a ousadia... Conheça a conlute. Disponível em <http://www.conlutas.org.br>. Acesso em 11 de outubro de 2008.

CORIAT, Benjamim. Pensar pelo Averso: o modelo japonês de trabalho e organização. RJ, 1994.

GRESS 9ª Região. Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social. In: *Legislação brasileira para o Serviço Social*: coletânea de leis, decretos e regulamentos para instrumentos da(o) assistente social (organização do Conselho Regional de Serviço Social do Estado de São Paulo, 9ª Região- gestão 2002-2005)- São Paulo: o conselho, 2004.

DIAS, Edmundo Fernandes. Política Brasileira: embate de projetos hegemônicos. São Paulo: Editora Instituto Jose Luís e Rosa Sundermann, 2006.

ENESSO. *ESTATUTO DA EXECUTIVA NACIONAL DOS ESTUDANTES DE SERVIÇO SOCIAL*. Contagem, julho de 2007. Mimeo.

ENESSO. Jornal da ENESSO. Janeiro de 2005.

ENESSO. Jornal da ENESSO, maio de 2005.

ENESSO. Em defesa da articulação e fortalecimento do Movimento Estudantil in: jornal da ENESSO, volume 1, Ed.1, gestão 2005-2006.

ENESSO. Carta de apresentação gestão 2003-2004 “ENESSO NA LUTA! Pra fazer a sua própria história. São Paulo, 2003.

ENESSO. Boletim enesso. 3ª Ed. Julho de 2004.

ENESSO. “enesso na luta pra fazer a sua própria história. Jornal da ENESSO. 2 Ed, maio de 2004.

ENESSO. Carta de apresentação gestão 2005-2006. Recife, agosto de 2005.

ENESSO. Moção de apoio à ocupação de reitoria a UFAL pelos estudantes. Gestão 2005-2006.

ENESSO. Moção de apoio às universidades em luta para barrar o REUN. Outubro de 2007.

ENESSO. Moção de apoio aos estudantes da UNB, para barrar as fundações privadas nas IFES. Abril de 2008.

ENESSO. Moção de repúdio a posição do governo Federal em não disponibilizar vagas para assistente social no edital de concurso do INSS para analistas e técnicos previdenciários. Fevereiro de 2008.

ENESSO. Moção de apoio às mulheres da via campesina. Março de 2008.

ENESSO. Carta de princípios, gestão 2005-2006.

ENESSO, A UNE HOJE. Abril de 2005

ENESSO. CARDENO ENESSO: “conheça a enesso”, gestão 2004-2005.

ENESSO. 20 anos ENESSO IN: *CARTILHA DA ENESSO. 2007/2008.*

ENESSO. Plano de Ação. Gestão 2007-2008.

ENESSO. 30 anos do MESS e 20 anos da ENESSO.jornal da ENESSO, 2008.

ENESSO. Deliberações da Executiva Nacional dos Estudantes de Serviço Social- ENESSO, aprovadas no XXV ENESS- Salvador, agosto de 2003.

ENESSO. Deliberações da Executiva Nacional dos Estudantes de Serviço Social, aprovadas no XXVII ENESS- Recife, julho de 2005.

ENESSO. Deliberações da Executiva Nacional dos Estudantes de Serviço Social - ENESSO, aprovadas no XXVIII ENESS, Palmas, julho de 2006.

ENESSO. Deliberações da Executiva Nacional dos Estudantes de Serviço Social - ENESSO, aprovadas no XXIX ENESS – contagem, julho de 2007.

ENESSO. Deliberações da Executiva Nacional dos Estudantes de Serviço Social - ENESSO, aprovadas no XXX ENESS – Londrina, julho de 2008.

FALEIROS, Vicente de Paula. Natureza e desenvolvimento das políticas sociais no Brasil. *Política Social-Módulo 3*. Programa de Capacitação Continuada para Assistentes Sociais. Brasília: CEFSS/ABEPSS/CEAD-UNB, 2000.

FERNANDES, Florestan. Escola superior ou Universidade. In: _____. *Universidade brasileira: reforma ou revolução?* São Paulo: Alfa-ômega, 1975.

FONTES, Virginia. Capitalismo, Imperialismo, movimentos sociais e lutas de classe. IN: Mundialização, resistência e cultura. Revista da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, nº 21, Rio de Janeiro, 2008.

_____. Entrevista com Virginia Fontes, In: http://www.barlavento.org/a3/index.php?option=com_content&view=article&id=70:entrevistacom-virginia-fontes&catid=47:brasil&Itemid=65 acesso: 30 de abril de 2009.

FORUM NACIONAL DAS EXECUTIVAS DE CURSO, 2005.

FORUM NACIONAL DAS FEDERAÇÕES E EXECUTIVAS DE CURSO. Relatórios da FENEX, fevereiro de 2008. Disponível em: http://enfar.files.wordpress.com/2008/03/relatoria_do_forum_de_executivas-rj_praia_vermelha.pdf. Acesso em setembro de 2009.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. Motivos da Evasão Escolar. NERI, Marcelo (coordenador). Disponível no site: [HTTP:// www.fgv.br](http://www.fgv.br). Acesso em 30 de abril de 2009.

GONH, Maria da Glória. A crise dos movimentos populares nos anos 90. In: _____. *Movimentos Sociais e educação*. São Paulo: Cortez, 1992.

HARVEY, David. *Condição pós-moderna*. Uma pesquisa sobre as regras da mudança cultural (trad. Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves) São Paulo: Loyola, 2006.

IAMAMOTO, Marilda. *O serviço social na contemporaneidade*. Trabalho e formação profissional. São Paulo: Cortez, 2006.

_____. Reforma do ensino superior e Serviço Social. IN: *Temporalis: Reforma do Ensino Superior e Serviço Social*. Brasília: ano 1, n.1, reimpressão 2004.

_____. Projeto Profissional, espaços ocupacionais e trabalho do(a) Assistente Social na atualidade. In: Atribuições privativas do Assistente Social em questão. CFESS, Brasília, 2002.

_____. Estado, Classes trabalhadoras e política social no Brasil. In: *Política Social no Capitalismo: tendências Contemporâneas*. (org) Ivanete Boschetti, Elaine Behring, Silvana Mara, Regina Célia Tamaso Mioto. São Paulo: Cortez, 2008.

IBGE. Síntese de Indicadores Sociais 2005. In: <http://.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias>. Acesso em 03/03 de 2009.

LAMPERT, Ernani. O desmonte da universidade pública: a interface de uma ideologia. In: *Revista universidade e sociedade: a contra-reforma universitária do governo Lula*. Ano XIX nº 33. Jun. 2004.

LEHER, Roberto. Resgatar a tradição crítica para construir práticas necessariamente renovadas. In: *Pensamento Crítico e Movimentos Sociais: diálogos para uma nova práxis*. Roberto Leher e Marina Setúbal (org). São Paulo: Cortez, 2005.

LIMA, Kátia Regina de S. Reforma universitária do governo Lula: o relançamento do conceito de público- não estatal In: *Reforma universitária do governo Lula: reflexões para o debate*. (org) NEVES, Lucia Maria Wanderley; MARTINS, Silva André [et al] São Paulo: xamã, 2004.

LÖWY, Michael. Além do neoliberalismo: a alternativa socialista. In: *neoliberalismo a tragédia do nosso tempo*. MALAGUTI, Manoel Luiz; CARCANHOLO, Reinaldo A; CARCANHOLO, Marcelo Dias (org). 3 ed. São Paulo, Cortez, 2002. (coleção da nossa época, v.65).

_____. Ideologia e Ciência Social. 14 ed. São Paulo: Cortez. 2000.

LUCHMAN, Lígia Helena Hanh; SOUZA, Janice Tirelli P. de. Geração, democracia e globalização: faces dos movimentos sociais no Brasil contemporâneo. In: *Serviço Social e Sociedade*. Cortez, nº84, p.91-117, 2005.

MAGALHÃES; Fernando. TEMPOS PÓS-MODERNOS: a globalização e as sociedades pós-industriais. São Paulo: Cortez, 2004. (Coleção questões da nossa época, v. 108).

MARTINS, Luciana de Amorim Parga. *O Movimento Estudantil de Serviço Social no Brasil: trajetória e contribuições para formulação de um projeto de prática profissional a partir das demandas populares*. São Luís, 1992. Mimeo.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Manifesto do Partido Comunista*. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 1998.

MARX, K.O *capital: crítica da economia política*. Rio de Janeiro: civilização brasileira, 1975. Livro1. Vol1. Cap13.

MARSHALL, T. H. *Cidadania, classe social e status*. Rio de Janeiro: zahar, 1967.

MATOS, Murilo Castro de. “*Se muito vale o já feito, mais vale o que será*”- um estudo sobre a Executiva Nacional dos Estudantes de Serviço Social (1998-1995). Rio de Janeiro, 1996, Mimeo.

MAUÉS, Olgaíses. Reforma universitária ou a modernização mercadológica das universidades públicas. *Revista universidade e sociedade: a contra-reforma universitária do governo Lula*. Ano XIX, nº33. P. 22-31jun. 2004.

MELLO, A. A. S. de. Avaliação do ensino superior como controle das políticas sociais nos países periféricos: aceleração do crescimento nos limites do capitalismo. IN: *Revista agora: Políticas Públicas e Serviço Social*, Ano 3. Nº. 6, abril de 2007. Disponível em www.Assistentesocial.com.br. Acesso em: 26/09/2007

MENEZES, Luis Carlos. *A universidade sitiada: a ameaça de liquidação da universidade brasileira*. São Paulo. Fundação Perseu Abramo, 2000.

MESZAROS, Itevan. *A educação para além do capital*. Trad. TAVARES, Ilsa. São Paulo: Boitempo, 2005.

MISCHE, Ana. Redes de Jovens. In *Teoria e Debates*, nº 31, São Paulo, 1996.

MONTÃO, Carlos. *Terceiro Setor e Questão Social: crítica ao padrão de intervenção social*. São Paulo: Cortez, 2002.

MOURA, Jefferson Davidson Dias de. Os novos movimentos de classe: reflexões sobre a organização política dos trabalhadores brasileiros. IN: *Mundialização, resistência e cultura*. Revista da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, nº 21, Rio de Janeiro, 2008.

NETO, Otávio Cruz. O trabalho de campo como descoberta e criação. In: MINAYO, Maria Cecília. (org). *Pesquisa Social: teoria, método e criatividade*. Petrópolis, Vozes, 1994. P. 51-66.

NETTO, José Paulo. *Ditadura e Serviço Social: uma análise do serviço social no Brasil pós 64*. 8ed. São Paulo: Cortez, 2005.

_____. Reforma do Estado e impactos no Serviço Social. IN: *Temporalis: Reforma do Ensino Superior e Serviço Social*. Brasília: ano 1 nº.1, reimpressão 2004.

_____ a construção do projeto ético político do Serviço Social frente à crise contemporânea. In: *capacitação em Serviço Social e política social*. Brasília; CEAD, 1999.

OLIVEIRA, COSTA, MALAFAIA. Reforma universitária ou a modernização mercadológica das universidades públicas. Revista *universidade e sociedade: a contra-reforma universitária do governo Lula*. Ano XIX, nº33. . 2004.

PEREIRA, Dahmer Larissa. MERCANTILIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR E FORMAÇÃO PROFISSIONAL EM SERVIÇO SOCIAL: em direção a um intelectual colaboracionista? IN: *Revista agora: Políticas Públicas e Serviço Social*, Ano 3. Nº. 6 abril de 2007. Disponível em www.Assistentesocial.com.br. Acesso em: 26/09/2007

PEQUENO, Andréia Cristina Alves. *História Dos Encontros Nacionais de estudantes de Serviço Social (1978-1988)*. Rio de Janeiro, 1990, Mímeo.

PINTO, Marina Barbosa. A contra-reforma do ensino superior e a desprofissionalização da graduação em Serviço Social. IN: *Revista agora: Políticas Públicas e Serviço Social*, Ano 3. Nº. 6, abril de 2007. Disponível em www.Assistentesocial.com.br. Acesso em: 26/09/2007

POERNER, Artur Jose. *O Poder Jovem: história da participação política dos estudantes brasileiro*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1979

PONTES, Reinaldo Nobre. A Categoria de mediação na dialética de Marx. In: *Mediação e Serviço Social: um estudo preliminar categoria teórica e sua apropriação pelo serviço social*. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2002.

PROJETO JUVENTUDE. *PESQUISA DE OPINIÃO PÚBLICA*: Perfil da juventude brasileira dezembro de 2003. Disponível em: www.planalto.gov.br/secgeral/juventude. Acesso em 25 de outubro de 2009.

RAMOS, Sâmya R. *A ação política do movimento estudantil do serviço social: caminhos históricos e alianças com sujeitos coletivos*. Dissertação de mestrado em Serviço Social- UPPE. Recife: mimeo, 1996.

_____. Organização política dos (as) assistentes sociais brasileiros (as): a construção histórica de um patrimônio coletivo do projeto profissional. IN: *Serviço Social e Sociedade*, Cortez, nº. 88, nov. de 2006.

_____. A mediação das organizações políticas. IN: *Revista inscrita nº. 10*. Ano VII, nov. de 2007.

_____. *A mediação da organização política na (re)construção do projeto profissional: o protagonismo do Conselho Federal de Serviço Social*. Tese de Doutorado em Serviço Social-UFPE, Recife, Mimeo, 2005.

RAMOS, Sâmya R; SANTOS, Silvana Mara M.dos. Movimento Estudantil de Serviço Social: parceiro na construção coletiva da formação profissional do assistente social brasileiro. IN: *Cadernos ABESS nº. 7*. São Paulo: Cortez, 1997.

RAMOS, Nerize Laurentino; BRITO Paulo Afonso Barbosa. *Movimentos Juvenis: mudanças e esperanças*. Disponível em: www.Tvebrasil.com.tbr. Acesso em 11 de novembro de 2006.

RELATÓRIO DO 49º CONGRESSO DA UNE. Goiânia, 2004.

ROCHA, Mirtes Guedes Alcoforado. DECFRA-ME OU TE DEVORO: discurso e reforma universitária do governo Lula: um enigma a decifrar. Tese de doutorado em Serviço Social-UFPE, Recife, Mimeo, 2005.

ROMAGNOLI, Luis H. e GONÇALVES, Tânia. *A volta da UNE*. De Ibiúna a Salvador. São Paulo: Alfa-ômega, 1979.

RODRIGUES, Mavi. Exame de proficiência e projeto profissional: um debate sobre o futuro do Serviço Social. In: *Serviço Social e Sociedade*. São Paulo, v.94, 2008.p 22-37.

RODRIGUES, Larisse de Oliveira. *O Movimento Estudantil e a Formação Política do (a) Estudante de Serviço Social: Contribuições e desafios*. Monografia (graduação em Serviço Social) Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2008.

SALLES, Mione. Ética, democracia participativa e socialismo: o modo petista de governar em xeque sob o governo Lula. In: *Serviço Social e Sociedade*. São Paulo. Ano XXVII, nº. 85, p. 29-57. Mar.2006.

SAVIANI. Dermeval. O público e o privado na história da educação brasileira. In: O público e o privado na história da educação brasileira. Concepções e práticas educativas. LOMBARDI, José Claudinei; JACOMELI, Mara Regina M; SILVA, Tânia Mara T. da. (org). Campinas, São Paulo: autores associados, HISTEDER; UNISAL, 2005 (Coleção memórias da educação) p.168-176.

SANFELICE, José Luis. A problemática do público e do privado na história da educação no Brasil. O público e o privado na história da educação brasileira. Concepções e práticas educativas. LOMBARDI, José Claudinei; JACOMELI, Mara Regina M; SILVA, Tânia Mara T. da. (org). Campinas, São Paulo: autores associados, HISTEDER; UNISAL, 2005 (Coleção memórias da educação) p.177- 185.

SANTOS, Tiago Barbosa dos. A Participação Política dos Estudantes de Serviço Social na Defesa e na Consolidação da Direção Social da Formação: A Práxis Política dos Estudantes e a Relação com a Formação Profissional. Monografia (graduação em Serviço Social) Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2007.

SCHERER-WARREN. Ilse. *Movimentos Sociais: um ensaio de interpretação sociológica*. Florianópolis: ED da UFSC, 1987.

SILVA, Celso Severo da. Ação política estudantil como estratégia para a construção e fortalecimento do projeto ético-político profissional. Monografia (graduação em Serviço Social) Universidade Federal de Pernambuco, Recife, Mimeo, 2006.

SILVA, Andréa Alice Rodrigues. Convite a Rebelião: uma reflexão sobre o Movimento Estudantil de Serviço Social e seus desafios na contemporaneidade. Monografia (graduação em Serviço Social) Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, Mimeo, 2008.

SIQUEIRA, Ângela Carvalho de. Organismos internacionais, gastos sociais e reforma universitária do governo Lula. In: *Reforma universitária do governo Lula: reflexões para o debate*. (org) NEVES, Lucia Maria Wanderley; MARTINS, Silva André [et al] São Paulo: xamã, 2004.

TINEGUTTI, Cláudio Antonio e MARTINEZ, Milena. *A UNIVERSIDADE NOVA, O REUNI E A QUEDA DA UNIVERSIDADE PÚBLICA*. Mimeo, 2007.

TONET, I. Educação e Concepções de Cidadania. Marília. Mimeo, 1998.

_____. Democracia ou liberdade? Maceió: EDUFAL. 2004.

_____. *Educação, cidadania e emancipação humana*. Editora UNIJUI. 2004

_____. *Educação contra o capital*. Maceió: EDUFAL. 2007.

VENTURINI, Gustavo & ABRAMO Helena. JUVENTUDE, POLÍTICA E CULTURA. IN: Teoria e debate. São Paulo, 2000.

VIERA, Evaldo. Democracia e Política Social. São Paulo: Cortez, 1992.

WALLERSTEIN, Immanuel. O que significa ser hoje um movimento anti-sistêmico. In: *Pensamento Crítico e Movimentos Sociais: diálogos para uma nova práxis*. Roberto Leher e Marina Setúbal (org). São Paulo: Cortez, 2005.

WOOD, Ellen Meiksens. Trabalho, Classe e Estado no capitalismo global. In: *Pensamento Crítico e Movimentos Sociais: diálogos para uma nova práxis*. Roberto Leher e Marina Setúbal (org). São Paulo: Cortez, 2005.

SITES

www.inep.gov.br/superior/censosuperior/sinopse. Acesso em 14 de agosto de 2008.

<http://www.inep.gov.br/superior/censosuperior/sinopse/>. Acesso em 27 de outubro de 2009.

<http://portal.mec.gov.br/index.php>. Acesso em 14 de agosto de 2008.

<http://www.enesso.net/principal.php?acao=noticias&id=36>.

www.andes.org.br. Acesso em julho de 2008.

<http://www.conlutas.org.br/>, acesso em 06 de janeiro de 2009

<http://portal.mec.gov.br/> acesso em 5 de maio de 2009

http://siteprouni.mec.gov.br/images/arquivos/pdf/Representacoes_graficas/bolsas_ofertas_ano.pdf. Acesso em 08 de outubro de 2009.

ANEXO I

ROTEIRO DE ENTREVISTA REALIZADA COM EX COORDENADORES(AS) NACIONAIS DA ENESSO.

- 1- Comente sobre a sua trajetória no movimento estudantil até chegar a coordenação da enesso?
- 2- Era membro de alguma tendência no movimento estudantil? Quais as principais bandeiras de lutas? Que análise você faz sobre a atuação das tendências no movimento estudantil?
- 3- Qual o posicionamento da entidade em relação a reforma universitária do governo lula?
- 4- Quais as principais atividades e lutas realizadas no tocante a defesa da universidade pública no Brasil?
- 5- Quais as principais atividades e lutas efetivadas em relação a defesa do atual projeto de formação profissional fundado nas diretrizes curriculares?
- 6- Que análise você faz sobre a atuação da executiva tanto em relação à universidade como a formação profissional, levando em consideração limites, estratégias e potencialidades a partir das atividades e lutas travadas?
- 7- Quais os principais aliados e opositores do movimento estudantil e em particular no âmbito do movimento estudantil de serviço social?
- 8- Comente sobre possíveis dificuldades em termos da organização-política do mess no seu período de militância?
- 9- Que análise você faz sobre a atuação do movimento estudantil na sociedade e em particular no atual cenário neoliberal?
- 10- Teria algo relevante a acrescentar sobre a enesso como entidade representativa dos(as) estudantes de serviço social em nível nacional?

ANEXO II

ROTEIRO UTILIZADO NA ELABORAÇÃO DE PERFIL DOS(AS) DIRIGENTES NACIONAIS DA ENESO NO PERÍODO DE 2003/2008

1 - ANO DE MILITÂNCIA NA ENESO:

R: _____

2 - FAIXA ETÁRIA:

Entre 15-20 ()

Entre 21-25 ()

Entre 26-30 ()

Acima de 30 ()

3 - SEXO:

Masculino ()

Feminino ()

4 - COR

Negra ()

Parda ()

Branca ()

5 - RELIGIÃO:

Católica ()

protestante()

espírita()

umbanda ()

outra () Especificar _____

6 - ENSINO MÉDIO REALIZADO PREDOMINATEMENTE EM ESCOLA:

Pública ()

Privada ()

7 - GRADUAÇÃO REALIZADA EM INSTITUIÇÃO:

Pública ()

()

Instituição _____

privada

8 - DURANTE O PERÍODO DE MILITÂNCIA NA ENESO DESEMPENHAVA
ALGUMA ATIVIDADE REMUNERADA:

Trabalho

(

)

especificar

Quantas horas diárias _____

Estagio

(

)

especificar

Quantas horas diárias _____

9 - RENDA MENSAL DA FAMÍLIA:

Entre 1 e 2 salários- mínimos () Entre 7 e 8 salários-mínimos ()
Entre 3 e 4 salários-mínimos () Entre 9 e 10 salários- mínimo ()
Entre 5 e 6 salários-mínimos () Acima de dez salários ()

10 - ANTES DE MILITAR NO MESS PARTICIPOU DE ALGUMA FORMA DE ORGANIZAÇÃO COLETIVA?

Não () sim ()

Especificar _____

11 - ANTES DE SER DIRIGENTE DA ENESSO OCUPOU ALGUM CARGO EM ENTIDADE DO MOVIMENTO ESTUDANTIL?

() CORETUR

() Centro ou Diretório Acadêmico

() Diretório Central dos Estudantes

() Coordenação Regional da ENESSO

() Outra _____

12 - NO PERIODO EM QUE FOI DIRIGENTE DA ENESSO ERA FILIADO A ALGUM PARTIDO POLÍTICO?

() Não () sim

Especificar _____

ANEXO III

ROTEIRO DE ENTREVISTA REALIZADA COM MEMBRO DA ABEPSS

1 COMO VOCÊ ANALISA A “PARCERIA ESTRATÉGICA” ENTRE AS TRÊS ENTIDADES NACIONAIS DA CATEGORIA?

2 QUAIS AS PRINCIPAIS ESTRATÉGIAS E AÇÕES DESENVOLVIDAS PELAS TRÊS ENTIDADES NA DEFESA DA UNIVERSIDADE PÚBLICA, GRATUITA, PRESENCIAL, LAICA E DE QUALIDADE E DO PROJETO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL FUNDADO NAS DIRETRIZES CURRICULARES?

3 QUAIS AS PRINCIPAIS DIFICULDADES VIVENCIADAS PELO CFESS/ABEPSS NO PROCESSO DE ARTICULAÇÃO ENTRE AS TRÊS ENTIDADES E PARTICULARMENTE EM RELAÇÃO A ENESSO?

ANEXO IV

ROTEIRO DE ENTREVISTA REALIZADA COM COORDENADOR(A) REGIONAL DA ENESSO (MEMBRO DE OPOSIÇÃO A DIREÇÃO NACIONAL DA ENESSO)

1 Que análise você faz sobre a atuação das tendências no Movimento Estudantil de Serviço Social?

2 Comente sobre a atuação da ENESSO nos âmbitos da Universidade e da Formação profissional, considerando: estratégias, limites e potencialidades.

3 Teria algo relevante a acrescentar sobre a atuação da ENESSO no processo de organização e mobilização dos(as) estudantes na contemporaneidade?

APÊNDICE I

RELAÇÃO DOS COORDENADORES(AS) NACIONAIS DA ENESO NO PERÍODO DE 2003-2008

GESTÃO 2003/2004

Coordenação Geral: Adriana Oliveira – PUC/SP
Secretaria Geral: Wagner Hosokawa – PUC/SP
Coordenação de Finanças: Lucilene Gomes PUC/Campinas
Coordenação de Divulgação e Imprensa: Graziela Sue – UNISAL
Coordenação Movimentos Sociais: Julia Benedini – UNESP
Coordenação Relações Internacionais: Anita Martins – UNESP
Coordenação de Formação Profissional: Michele Marx- Centro Universitário Barão de Mauá, Ribeirão Preto(SP)

GESTÃO 2004/2005

Coordenação Geral: Ana Carolina trindade dos santos UFS-SE
Secretaria Geral: Daniele Rebouças UCSAL-BA
Coordenação de Finanças: Amanda Bastos UFS-SE
Coordenação de Divulgação e Imprensa:Aline Araújo- UCCSAL-BA
Coordenação Movimentos Sociais: Itanamara Cavalcante UFS-SE
Coordenação Relações Internacionais:Fernanda mantelli-UCSAL-BA
coordenação de Formação Profissional:jacklene mirne UNIT-SE

GESTÃO 2005/2006

Coordenação Geral: Celso Severo UFPE-PE
Secretaria Geral: Natalia Teixeira UFPE-PE
Coordenação de Finanças: Juliana Nunes UEPB
Coordenação de Divulgação e Imprensa: Evandro Gomes Correia jr. UFPB
Coordenação Movimentos Sociais: Raquel Mazuele de p. Araújo UERN
Coordenação Relações Internacionais: Alison Cleiton UEPB
Coordenação de Formação Profissional: Albertina Felix da Cuz-UEPB

GESTÃO 2006/2007

Coordenação Geral: Fabiano Santos
Secretaria Geral: Roberto Alves
Coordenação de Finanças: Emanuela Brito
Coordenação de Divulgação e Imprensa: Aline Cerqueira
Coordenação Movimentos Sociais: Aline Tapioca
Coordenação Relações Internacionais: André Novais
Coordenação de Formação Profissional: Deyse Moraes

GESTÃO 2007/2008

Coordenação Geral: Shanti Mairananda de Oliveira Braga – UFJF
Secretaria Geral: Samantha Catarina de Andrade Santos - PUC Minas
Coordenação de Finanças: Aline Felipe Barreto - UFES
Coordenação de Divulgação e Imprensa: Ernandes José - UFVJM
Coordenação Movimentos Sociais: Haimon Verly - UFES
Coordenação Relações Internacionais: Cristovão de Oliveira Braga - UFJF
Coordenação de Formação Profissional: Leonardo David Rosa Reis - PUC Minas